

Nos rastros da Cultura, da Comunicação e da Informação

Eula Dantas Taveira Cabral

Organizadora



Coleção Comunicação, Cultura e Informação
VOLUME III

Nos rastros da Cultura, da Comunicação e da Informação

Eula Dantas Taveira Cabral
Organizadora

2022



Comitê Científico e Editorial

Dr. Adilson Vaz Cabral Filho - Universidade Federal Fluminense

Dra. Andrea Medrado - Universidade Federal Fluminense

Dra. Angela Maria Grossi - Universidade Estadual Paulista de Bauru

Dra. Betania Maciel - Centro Latino Americano de Estudos de Cultura

Dr. Bruno Lima Rocha - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Dra. Eula Dantas Taveira Cabral - Fundação Casa de Rui Barbosa

Dr. Fernando Oliveira Paulino - Universidade de Brasília

Dr. Francisco Sierra Caballero - Universidad de Sevilla

Dra. Jacqueline Lima Dourado - Universidade Federal do Piauí

Dr. Juliano Maurício de Carvalho - Universidade Estadual Paulista de Bauru

Dra. Lia Calabre - Fundação Casa de Rui Barbosa

Dr. Luis Alfonso Albornoz - Universidade Carlos III de Madrid

Dr. Marco Schneider - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Dr. Marcos Dantas - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dr. Murilo César Ramos - Universidade de Brasília

Dra. Patricia Bandeira de Melo - Fundação Joaquim Nabuco

Dra. Patrícia Maurício - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Dr. Paulo Faustino - Universidade do Porto

Eula Dantas Taveira Cabral
Organizadora

Nos rastros da Cultura, da Comunicação e da Informação

Anderson Antonio Andreata
Cintia Augustinha dos Santos Freire
Danielle Fernandes Rodrigues Furlani
Eula Dantas Taveira Cabral
Fabrício Alves da Silva
Fatima Gabriela Soares de Azevedo
Juliana Meneses Rocha Celestino
Karen Barboza Santarem Rodrigues
Larissa Gama Louback
Lucas Leal
Mariana Franco Teixeira
Pâmela Araujo Pinto
Slavisa Rugar Lamounier van Lammeren
Thainá Queiróz Alves

2022



Copyright ©2022 by Organizadora:

Eula Dantas Taveira Cabral
editorameusritmos@gmail.com

Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução desta obra, em seu todo ou em parte, por qualquer meio, sem a prévia autorização do autor.

Diretora da Coleção – Eula Dantas Taveira Cabral

Projeto editorial – Meus Ritmos Editora

Diagramação – Meus Ritmos Editora

Capa – Matheus Arão dos Santos

Revisão – Eula Dantas Taveira Cabral

Imagem da capa – Pixabay

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

N897

Nos rastros da Cultura, da Comunicação e da Informação / Eula Dantas Taveira Cabral
(Organizadora) – Divinópolis-MG: Meus Ritmos Editora, 2022.

(Comunicação, Cultura e Informação, V.3)

Livro em PDF

235 p.

ISBN 978-65-00-46445-0

1. Cultura. 2. Comunicação. 3. Informação. 4. Mídia. I. Cabral, Eula Dantas Taveira
(Organizadora). II. Título.

CDD 303.4833

Índice para catálogo sistemático: I. Comunicação e cultura

Meus Ritmos Editora & Produções Artísticas MEI.

Rua Cabo Mauricio Dos Santos, 42 – Anchieta

Divinópolis – MG – CEP 35502-825

Contato: editorameusritmos@gmail.com

www.facebook.com/editorameusritmos

Instagram: @MeusRitmosEditora

(21) 9 8441-1642

Sumário

- 7 Apresentação – Sobre os rastros da Cultura, da Comunicação e da Informação
Eula D.T.Cabral

As marcas

- 11 Cultura na era digital: arquivos sobre cultura em plataformas digitais
Eula D.T.Cabral
- 27 A dualidade gesto-som: um diálogo intercultural - impressões etnográficas sobre o batuque
Slavisa Rugar Lamounier van Lammeren
- 50 Aurelino Leal, polícia e memória sob escombros e documentos na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República
Fatima Gabriela Soares de Azevedo
- 59 Plano Nacional de Cultura e políticas públicas para inclusão na era da informação
Lucas Leal
- 79 O Centro de Referência de Políticas Culturais da FCRB no repositório digital Omeka
Mariana Franco Teixeira
- 89 Telejornalismo nos conglomerados midiáticos: representatividade e diversidade além das câmeras
Karen Barbosa Santarem Rodrigues
- 105 O poeta ficou cansado: trajetórias da literatura de cordel na bagagem de narradores migrantes
Fabício Alves da Silva

Além de impressões

- 123 Agenda de saúde das senadoras brasileiras no Instagram durante a pandemia da COVID-19
Pâmela Araujo Pinto
- 147 Políticas de comunicação, Estado regulador e sociedade civil: relações e tensões entre os atores sociais
Anderson Andreato
- 165 COVID-19: O uso de mídias digitais para divulgação de notícias pelos grandes conglomerados de mídia
Cintia Augustinha dos Santos Freire

- 182 Uma breve reflexão sobre a inserção das TICs como ferramentas facilitadoras para a Comunicação Comunitária
Thainá Queiroz
- 196 Muito antes das fake news: como a manipulação das massas influencia a informação
Juliana Meneses R. Celestino
- 208 Neoliberalismo e plataformas digitais: a disseminação de ideais neoliberais na internet
Danielle Fernandes Rodrigues Furlani
- 225 Liberdade de expressão, imprensa e a colisão entre direitos fundamentais: o julgamento do habeas-corpus 82.424
Larissa Louback
- 234 Os autores

Apresentação

Sobre os rastros da Cultura, da Comunicação e da Informação

Estudar os temas Comunicação, Cultura e Informação é um desafio para os pesquisadores das áreas de Ciências Sociais e Humanas diante da conjuntura alterada por crises políticas, econômicas, sociais, tecnológicas e midiáticas. Entretanto, para que a sociedade compreenda a importância dessas temáticas em seu cotidiano, o grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC), da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), reúne nesta obra estudos que vêm sendo realizados por pesquisadores brasileiros em território nacional e em outras partes do mundo.

A obra, *Nos rastros da Cultura, da Comunicação e da Informação*, é o terceiro número da coleção “Comunicação, Cultura e Informação”. Oferece ao leitor análises sobre cultura digital, políticas culturais e de comunicação, memória, mídia, artes, redes sociais etc. Capítulos que passaram pelo exame minucioso do Comitê Científico e Editorial, formado por investigadores científicos nacionais e internacionais que são especialistas e referências nas áreas abordadas.

Nos rastros da Cultura, da Comunicação e da Informação reúne 14 pesquisadores e oferece ao leitor 14 artigos, organizados em duas partes: “As marcas” e “Além de impressões”. Textos resultantes de pesquisas científicas feitas pelos membros do grupo de pesquisa EPCC e por pesquisadores convidados.

Na primeira parte da obra, “As marcas”, foram escritos sete capítulos por sete pesquisadores. O primeiro, “Cultura na era digital: arquivos sobre cultura em plataformas digitais”, de Eula Cabral, mostra os desafios enfrentados pelo setor cultural nos últimos anos e a importância do trabalho de indexação e preservação de documentos na área de Cultura que vem sendo feito pelos membros do grupo EPCC em cinco repositórios digitais gratuitos na plataforma Omeka, preservando, assim, digitalmente, registros culturais da sociedade brasileira.

Slavisa Lamounier, diretamente de Portugal, assina o capítulo “A dualidade gestosom: um diálogo intercultural - impressões etnográficas sobre o batuque”. A partir do conceito de corpo como um organismo único, analisa como a interação corporal pode ter motivado hábitos de movimento, presentes nas manifestações populares dos países

lusófonos, principalmente nas danças e canções tradicionais brasileiras, portuguesas, angolanas e moçambicanas.

Já o terceiro capítulo da obra, “Aurelino Leal, polícia e memória sob escombros e documentos na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República”, de Fatima Gabriela de Azevedo, e escrito também em terras portuguesas, analisa o discurso proferido pelo chefe de Polícia Aurelino Leal, a partir da teoria crítica de Walter Benjamin, para pensar o espaço urbano carioca e a resistência existente no início do século XX.

Lucas Leal assina “Plano Nacional de Cultura e políticas públicas para inclusão na era da informação”, onde problematiza a categoria “inclusão social” em políticas públicas, a partir de sua tese de Doutorado que analisou o Plano Nacional de Cultura (PNC), Lei nº 12.343/2010, sob a perspectiva dos direitos sociais e de cidadania.

“O Centro de Referência de Políticas Culturais da FCRB no repositório digital Omeka”, de Mariana Teixeira, verifica o acervo do Centro de Referências de Políticas Culturais, da Fundação Casa de Rui Barbosa, que foi espelhado no repositório Omeka pelo grupo de pesquisa EPCC, do setor de pesquisa em Políticas Culturais da FCRB.

O sexto capítulo da obra, “Telejornalismo nos conglomerados midiáticos: representatividade e diversidade além das câmeras”, de Karen Rodrigues, verifica a importância da representatividade e da diversidade em frente às câmeras televisivas, nos bastidores e nas redações do telejornalismo brasileiro diante do cenário marcado pela concentração da mídia brasileira.

Fabrizio da Silva assina o capítulo “O poeta ficou cansado: trajetórias da literatura de cordel na bagagem de narradores migrantes”, analisando o cordel a partir de sua origem, desenvolvimento, formas de circulação e as transformações que o gênero sofreu ao longo do tempo a partir da apropriação social das narrativas contidas nos folhetos.

A segunda e última parte da obra, “Além de impressões”, também reúne sete capítulos escritos por sete pesquisadores. O primeiro, “Agenda de saúde das senadoras brasileiras no Instagram durante a pandemia da COVID-19”, de Pâmela Pinto, verifica como as parlamentares do Senado federal abordaram a saúde pública em canais de comunicação com os cidadãos, a partir da rede social Instagram, em meio à pandemia do coronavírus.

“Políticas de comunicação, Estado regulador e sociedade civil: relações e tensões entre os atores sociais” é assinado por Anderson Andreatta que, baseado em autores brasileiros e latino-americanos, principalmente argentinos, analisa as políticas de comunicação no Brasil e na Argentina, verificando o papel do setor privado, como

detentor de grande parte da radiodifusão pública, do Estado, como órgão regulador, e da sociedade civil, como principal interessada no processo de formalização de políticas.

Já o terceiro capítulo dessa segunda parte, “COVID-19: o uso de mídias digitais para divulgação de notícias pelos grandes conglomerados de mídia”, de Cintia Augustinha Freire, mostra a atuação dos conglomerados midiáticos durante o período da pandemia do coronavírus, examinando a forma de comunicar das grandes emissoras de televisão do Brasil.

Thainá Queiroz assina “Uma breve reflexão sobre a inserção das TICs como ferramentas facilitadoras para a Comunicação Comunitária”, averiguando como a comunicação comunitária pode incorporar novas ferramentas ao processo de difusão de informação e determinar sociabilidades através dos usos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

No quinto capítulo da segunda parte da obra, “Muito antes das fake news: como a manipulação das massas influencia a informação”, Juliana Celestino mostra como a internet é capaz de induzir a opinião dos usuários, investigando o uso de notícias falsas nas eleições.

“Neoliberalismo e plataformas digitais: a disseminação de ideais neoliberais na internet”, de Danielle Furlani, verifica a relação entre neoliberalismo e internet, como podem alcançar novos públicos e propagar ideais políticos, verificando as estratégias da economista Renata Barreto.

E para fechar com chave de ouro, Larissa Louback, em “Liberdade de expressão, imprensa e a colisão entre direitos fundamentais: o julgamento do habeas-corpus 82.424”, analisa o caso de Ellwanger e suas publicações antissemitas, mostrando o que a justiça brasileira considera liberdade de expressão e de imprensa.

Capítulos que nos levam a refletir sobre a importância do papel da Cultura, da Comunicação e da Informação, suas marcas e impressões no cotidiano da sociedade brasileira.

Boa leitura!

Eula Dantas Taveira Cabral

Coordenadora do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura
Chefe do setor de Pesquisa em Políticas Culturais (FCRB)

PARTE I
As marcas

Cultura na era digital: arquivos sobre cultura em plataformas digitais

Eula D.T.Cabral

A cultura sempre foi fundamental para imprimir a identidade de um lugar e/ou de alguém. No caso do Brasil, é um país multiculturalista. Possui 5.570 municípios, com mais de 210 milhões de habitantes com raízes indígenas, negras e misturadas com outros povos, organizados em cinco regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) com 26 Estados e um Distrito Federal (Brasília, a sede do governo brasileiro).

Como destacar a identidade do país? Vale, então, entender o conceito de cultura. Para o pesquisador francês Michel de Certeau (2012, p.10), o termo cultura deve ser entendido como um conjunto de valores que devem ser defendidos, pois “não consiste em receber, mas em realizar o ato pelo qual cada um marca aquilo que outros lhe dão para viver e pensar”. Palavra que também pode ser ligada ao homem “culto”, “patrimônio de obras”, entendimento que se tem do mundo em relação ao meio (rural, urbano, nativo etc) ou à época (medieval, contemporânea etc). Sob o ângulo da antropologia cultural está ligado aos “comportamentos, instituições, ideologias e mitos que compõem quadros de referência e cujo conjunto, coerente ou não, caracteriza uma sociedade como diferente das outras” (CERTEAU, 2012, p.194).

De acordo com a pesquisadora brasileira Marilena Chaui (2008, p.57), o conceito cultura, mesmo podendo ser analisado a partir de vários ângulos, como elaboração de símbolos e signos pelas pessoas, instituição de práticas e valores, definindo possível e impossível, o sentido do passado, presente e futuro, também envolve questões como valores entre verdadeiro e falso, justo e injusto, instaurando a ideia de lei, do permitido e proibido etc. A partir da relação com a área comunicacional e sendo incorporada pelo Estado, a cultura, para Chaui (2008), não deve ficar sob o domínio de governos, mas ser instituída como um direito do cidadão.

Ao analisar o caso do Brasil, observa-se que sua Constituição federal de 1988, a Lei maior do país, se refere à cultura 63 vezes, criando uma seção exclusiva para explicar o que o Estado entende e valoriza na cultura brasileira, a partir da Seção II - Da Cultura -

artigos 215 e 216. Registra, então, que os governos federal, estaduais e municipais devem garantir a todos os brasileiros os direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais, explicando que, no caso dos bens de natureza material e imaterial, estes fazem parte do patrimônio cultural brasileiro, além da importância do Estado promover políticas públicas culturais.

O foco constitucional é fazer com que o Estado garanta a todas as pessoas os direitos culturais, acesso às fontes da cultura nacional e apoie e incentive que sejam valorizadas e difundidas as manifestações culturais. Mas, até que ponto o texto constitucional é levado em consideração no Brasil? Será que a população conhece o texto constitucional e sabe que a cultura é um direito? Em relação ao patrimônio cultural, até que ponto os governos promovem, realmente, a referência à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira?

Desde 2016, a população vem sentindo o impacto político sobre a cultura brasileira. No governo do ex-presidente Michel Temer (2016-2018), o Ministério da Cultura foi extinto por Medida Provisória (MP) n. 726, de 12/5/2016. Porém, sob o protesto da sociedade brasileira, 11 dias depois, dia 23/5/2016, foi restabelecido através da MP n. 728, publicada na edição extra do Diário Oficial da União (DOU).

Com o fim do governo do ex-presidente Michel Temer e com as novas eleições presidenciais, o ex-deputado federal Jair Bolsonaro se tornou Presidente do Brasil e no primeiro dia de seu mandato extinguiu o Ministério da Cultura pela MP nº 870, publicada em edição especial do DOU no dia 1/1/2019. No dia seguinte, a área cultural foi incorporada ao Ministério da Cidadania através da Secretaria Especial de Cultura, conforme Decreto 9.674, de 2/1/2019. Diante de resistências políticas, a Secretaria Especial de Cultura, no mês de novembro de 2019, foi para o Ministério do Turismo, em conformidade com o Decreto 10.107, de 6/11/2019, onde se mantém até hoje.

Mas, por que tantos embates na área cultural? A Constituição federal de 1988 não coloca a cultura como um direito de todos os brasileiros? O fato é que a cultura lida diretamente com a história, a memória e o cotidiano da sociedade. Nos governos anteriores a 2016 recebeu investimentos e promoveu políticas públicas, dando visibilidade às ações políticas desses governos considerados de esquerda. Como os novos Presidentes eram de partidos contrários e consideravam que ideologias “comunistas” eram difundidas pela área cultural, resolveram deixá-la em segundo plano.

Porém, com a pandemia do coronavírus, o cenário cultural se agravou no Brasil, instituições, empresas, artistas e suas atividades ficaram sem recursos financeiros e sem

condições de sobreviver. O governo foi levado a criar, no dia 29 de junho de 2020, a Lei n. 14.017, conhecida como Lei Aldir Blanc, sendo regulamentada somente em agosto com o Decreto n.10.464, de 17/8/2020, dispondo ações emergenciais destinadas ao setor cultural durante o estado de calamidade pública. O valor estipulado em R\$3 bilhões deveria ser aplicado em renda mensal aos trabalhadores culturais, aporte mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais etc, além de editais, chamadas públicas, prêmios etc voltados para o setor cultural. O prazo estipulado para o uso dos recursos foi até dezembro de 2021.

Enquanto, por um lado, os artistas e instituições eram sufocados por fechamento e encerramento de atividades e postos de serviço, pelas consequências da pandemia do coronavírus, por outro, falta de investimentos e de políticas públicas culturais tiravam dos sites das instituições do governo federal leis e documentos que tinham como objeto a cultura brasileira. Começava o apagamento da legislação na área cultural.

Diante desse cenário, sem documentos acessíveis e com fechamento das instituições, era importante fazer algo em prol da memória da cultura brasileira. Em 2016 a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) criou seu repositório institucional e o setor de Pesquisa em Políticas Culturais junto com a Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão, sediada na FCRB, criaram um repositório temático dentro do repositório institucional da FCRB para disponibilizar à sociedade documentos da área de Cultura. Entretanto, a plataforma onde estava hospedado o repositório institucional teve problemas técnicos em 2021 e até hoje está fora do ar. E, para evitar que essa realidade se mantenha, o grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC), em 2021, passou a espelhar os documentos, reunindo também a documentação dos últimos anos, em cinco repositórios gratuitos na plataforma Omeka, preservando digitalmente registros culturais da sociedade brasileira.

A CHEGADA NAS PLATAFORMAS DIGITAIS

Em 1990, com a difusão da internet para a sociedade, as instituições científicas se viram obrigadas a fazer parte dessa nova era tecnológica. De acordo com Hélio Kuramoto (2006), um dos destaques foi o Laboratório Nacional de Los Alamos, nos Estados Unidos, que desenvolveu e implantou um repositório digital na área de Ciência da Computação, de Física e Matemática.

Nove anos depois, em 1999, realizou-se a Convenção de Santa Fé, definindo-se especificações técnicas e princípios administrativos, estabelecendo-se interoperabilidade,

ou seja, a interação e comunicação entre os repositórios existentes. A partir dali, criou-se a *Open Archives Initiative* (OAI), trabalhando-se os aspectos técnicos da publicação científica aberta tanto sob o ângulo comercial quanto sob o livre.

Em 2001 a International Telecommunications Union (ITU), agência da Organização das Nações Unidas relacionada ao setor de telecomunicações, concebeu a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI), para acontecer em duas fases: a primeira em dezembro de 2003, em Genebra, na Suíça, e a segunda, em novembro de 2005, em Tunis, capital da Tunísia. De acordo com Adilson Cabral Filho e Eula Cabral (2006), nestas conferências, vários países se reuniram para debater a utilização de tecnologias de informação envolvendo adoção de softwares proprietários e/ou livres, direitos de propriedade intelectual, segurança da informação, ciberterrorismo, censura na rede e como se daria a governança da internet.

Após nove anos, em 2010, pesquisadores se reuniram em Paris, no ThatCamp (2010), preocupados com a difusão do conhecimento científico a partir da cultura digital. Verificou-se que as pessoas estavam interessadas na digitalização e que a comunidade científica precisava entrar nessa cultura digital, garantindo acesso livre aos dados, métodos, códigos e resultados científicos. Era o pontapé do Manifesto das Humanidades Digitais.

Organizou-se o campo de Humanidades Digitais, aproximando pesquisadores de várias áreas com objetivo de entender e criar estratégias para produzir e disseminar conhecimento científico com qualidade, de forma gratuita e sem barreiras para adaptar *softwares* em prol da melhoria das plataformas científicas, além de disponibilizar dados e metadados dos documentos utilizados na investigação científica.

Esse despertar para difusão do conhecimento científico, partindo-se de todas as possibilidades oferecidas pelo digital, fez com que muitas instituições de ensino e pesquisa investissem em *softwares* e plataformas de acesso livre e gratuito. E, no caso do Brasil, que já tem registrado em sua Constituição federal de 1988 que é dever do Estado promover e proporcionar educação, ensino, pesquisa etc, e até cultura à população, que um de seus Ministérios, o de Ciência, Tecnologia e Inovações, passou a se unir a outros ministérios e a investir em meios que auxiliassem as instituições científicas a difundirem conhecimento científico produzido.

De acordo com o pesquisador Hélio Kuramoto (2006), que trabalhou no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), instituição brasileira que investe na difusão digital do conhecimento científico, no caso de governos que financiam

as pesquisas em seus países, compartilhar conhecimento científico em *softwares* livres, abertos e gratuitos consolida a importância de partilhar com a sociedade as pesquisas científicas financiadas pelo Estado. Entretanto, não se pode ignorar que nem todo conhecimento científico tem investimento do governo. Muitos programas de pós-graduação são pagos e seus integrantes também financiam totalmente as investigações científicas que realizam. Então, tornava-se fundamental entender que nem todas as pesquisas científicas poderiam ser levadas gratuitamente à sociedade. Era preciso estudar e entender como e o que levar.

Mas, o pressuposto defendido por Kuramoto (2006) tem relação com o desenvolvimento do *Open Archives*, em 2003, que possibilitava coletar e disponibilizar à sociedade os metadados de cada documento, além do desenvolvimento de ferramentas que levaram à construção de repositórios digitais e publicações periódicas eletrônicas. Resultado da Declaração de Bethesda, de 2003, que defendia que as pesquisas financiadas com recursos públicos deveriam ser de livre acesso, definindo-se, assim, que, no conceito acesso livre, o autor e detentor de direitos de reprodução (copyright) deveriam conceder aos usuários o acesso livre ao trabalho, além da licença de cópia, uso, distribuição, transmissão e exibição pública etc e ainda de produzir e distribuir trabalhos dele derivados, em qualquer meio digital, e o direito de produção de uma pequena quantidade de cópias impressas para uso pessoal.

É importante ressaltar, ainda, que, no caso do Brasil, em 2005 foi feito o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica. Segundo o pesquisador Hélio Kuramoto (2006), neste documento trabalhou-se com uma série de recomendações às universidades, institutos de pesquisa, associações e sociedades científicas, pesquisadores, agências de fomento, instituições governamentais ligadas à ciência, tecnologia e educação, editores não-comerciais de revistas científicas e editores comerciais de revistas científicas. O foco foi conscientizar e sensibilizar todos para a questão do livre acesso dos resultados de pesquisas científicas.

Em 2005, de acordo com o levantamento feito por Hélio Kuramoto (2006), o Brasil já ocupava o quarto lugar em quantidade de repositórios de acesso livre, ficando atrás dos Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha. E graças ao trabalho desenvolvido pelo IBICT, instituições brasileiras de ensino e pesquisa foram incentivadas, recebendo treinamento e *softwares* livres para construir seus repositórios institucionais, disponibilizando, assim, o conhecimento científico à sociedade.

Mas, o que é um repositório digital (RD) e como compartilhar os documentos com a sociedade?

De acordo com o portal OasisBr (2022), do IBICT, o repositório digital é uma base de dados que reúne organizadamente a produção científica, a partir de arquivos em diversos formatos, de uma instituição ou área temática de pesquisa. Proporciona visibilidade às pesquisas, possibilitando preservação da memória científica institucional.

Para Shintaku e Meirelles (2010), ao explicarem a importância da plataforma Omeka, registram que o repositório digital (RD) é um sistema que proporciona o depósito e acesso do material digital, facilitando o gerenciamento e preservação dos objetos/documentos digitais, sendo sua principal característica dar visibilidade à produção intelectual da instituição e seus pesquisadores. Assim, armazena, organiza, preserva, recupera e dissemina a informação científica da instituição.

É diferente da biblioteca digital (BD), uma vez que uma BD se caracteriza pela integração de “coleções, serviços e pessoas na sustentação do ciclo de vida completo de criação, disseminação, uso e preservação de dados, informação e conhecimento”, como explicou Paul Duguid (1997). Além disso, é importante enfatizar que a BD trabalha, ao mesmo tempo, com acervos e temáticas variadas de autores de diversas instituições, diferentemente do RD.

Trabalhar, então, com RD é um desafio. Pois, será preciso conhecer e usar plataformas específicas, garantindo gerenciamento, armazenamento, organização, preservação, recuperação e disseminação de dados das coleções de arquivos. Além disso, que promova interatividade, acessibilidade e compartilhamento, garantindo o acesso aberto e contínuo. Algo que se resultará nas seguintes vantagens: curadoria digital, através da organização e identificação do material; identificação dos dados, através dos metadados; visibilidade e acesso ao material disponibilizado; preservação e armazenamento digitais adequados e compartilhamento do material.

Assim, é fundamental escolher uma plataforma de acesso aberto preparada para repositórios, como DSpace e Omeka, verificando os tipos e formatos de materiais que aceitam, e que tipo de repositório será adotado, se será institucional ou temático. A partir daí, é preciso analisar, definir e organizar o material em coleções, comunidades etc; definir os metadados; seguindo como estratégias de trabalho a coleta, seleção, organização, catalogação, arquivamento, gerenciamento, armazenamento, disponibilização e compartilhamento; trabalhando com uma boa equipe, que seja multidisciplinar, que deverá planejar e dividir as tarefas entre todos os participantes.

Esses cuidados são fundamentais porque a internet é um ambiente midiático que também oferece fontes de informação. Logo, se as instituições disponibilizam a produção intelectual de forma aberta por meio do movimento de acesso livre (Open Access), possibilitam que seus acervos, principalmente os resultados das pesquisas científicas, sejam disponibilizados à sociedade. Como relembra Fernando Leite (2009), o repositório institucional acaba se constituindo um serviço de informação científica em ambiente digital, gerenciando sua produção intelectual.

Duas plataformas se destacam na produção de repositórios digitais: DSpace e Omeka. No caso do DSpace, é um *software* livre produzido pelo Instituto Tecnológico de Massachussets (MIT) junto com a Hewlett-Packard (HP) para atender às necessidades de transformações na comunicação científica, uma vez que era preciso disseminar a literatura científica publicada em periódicos. Sua primeira instalação foi em 2002. De acordo com seu manual (2010), ele gerencia e preserva objetos digitais, fornecendo facilidades de recuperação e disponibilização aos usuários de documentos digitais de forma facilitada. Ele se adapta nas funções de armazenamento, gerenciamento, preservação e catalogação de arquivos nas extensões .pdf, .doc, mp3, .mp4 e .jpg.

O DSpace é organizado a partir de comunidades, subcomunidades, coleções e itens. Estrutura que consegue sistematizar o acervo, facilitar a recuperação dos objetos digitais depositados, agrupar documentos em coleções e subcomunidades e coleções em comunidades. Já o Omeka, é uma ferramenta de código aberto que também facilita a disseminação de documentos digitais, permitindo a criação e gestão de coleções digitais e sua integração com repositórios já existentes, dando destaque a determinados documentos de uma biblioteca digital e curadoria de coleções digitais.

De acordo com o Guia do usuário do Omeka (2018), sua infraestrutura leva em consideração o sistema operacional Linux, Windows ou Mac OS X, servidor Apache HTTP, um sistema de banco de dados MySQL 5.0 ou superior, PHP 5.3 ou superior e aplicação para apresentação de imagens ImageMagik. Suas funcionalidades são classificadas como públicas ou restritas. As públicas estão relacionadas às exposições e à apresentação de itens que compõem as coleções. Já as restritas, voltam-se para a administração do sistema, envolvendo a configuração dos seus parâmetros de funcionamento e gestão do acervo.

As configurações são fáceis e podem ser feitas diretamente na interface do sistema, a partir de formulários. As coleções organizarão o acervo, a partir da adição de itens. Assim, permite que o acervo seja organizado em coleções com vários itens, seguindo o

padrão de metadados *Dublin Core*, utilizado para muitos protocolos de interoperabilidade, facilitando o intercâmbio de informações com outros sistemas que utilizam o mesmo padrão.

Definida a plataforma (DSpace, Omeka etc), faz-se de vital importância identificar os temas para fazer a coleta do material que será organizado. Além disso, em que locais podem ser encontrados esses dados, se o documento que será incorporado é nato-digital ou digitalizado, que tipos (texto, imagem, áudio etc) e como serão organizados os dados. Essa organização da coleta é fundamental.

No caso dos repositórios que vêm sendo feitos pelo grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) no setor de Pesquisa em Políticas Culturais da FCRB, a coleta de documentos é dividida entre os bolsistas e voluntários dos projetos e armazenados em uma pasta no drive. Levam-se em consideração documentos oficiais produzidos pelos governos municipal, estadual e federal; e pela sociedade civil, como ONGs, além de resultados de pesquisas registrados em monografias, dissertações, teses, livros, artigos etc.

Após a coleta de dados, trabalha-se com a distribuição dos documentos, organizando-os a partir de metadados, que descrevem o título, autor, data de publicação, localização, idioma, origem do documento, palavras-chave etc, realizando, assim, a indexação. É importante ressaltar que metadados são informações que conseguem descrever, localizar e permitir a recuperação, utilização e gerenciamento dos objetos digitais. Eles descrevem e organizam outros dados em um só lugar. De acordo com Nhacuongue (2015), eles conseguem assegurar qualidade, localização, acesso e preservação da informação.

O conceito metadado foi feito por Jack E. Meyers em 1969, sendo registrado em 1986 como marca dos Estados Unidos. É usado por diversas áreas, como Ciência da Computação, Estatística, Ciência da Informação e Banco de Dados. Pesquisas e trabalhos feitos por Leite (2009), Martins (2020) e Cabral e Teixeira (2022) explicam melhor a importância e como trabalhar com os metadados. Também vale a pena verificar as cinco aulas sobre repositórios digitais, ministradas por representantes do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC), em 2021, descritas na Bibliografia deste artigo.

As informações dos principais metadados, como título do documento, autor do documento, data de publicação do documento, localização, idioma, origem do documento, dentre outras, são preenchidas na indexação. Em muitos casos, alguns

metadados podem ser previamente fixados, como palavras-chave (*subject*) e autores (*author*).

De acordo com Fernando Leite (2009), nos repositórios institucionais os metadados são colocados em cada item armazenado, facilitando a pesquisa de conteúdos relevantes, pois cada um tem um propósito específico. Assim, é importante que se entenda sua importância no meio digital, pois permite acesso e interpretação dos recursos informacionais digitais, processos de gestão, como o de coleções de obras impressas. Em relação aos repositórios temáticos, de acordo com o Manual do DSpace (2010), os documentos são depositados a partir do tema, algo que facilita a organização, o acesso e a preservação.

Entendendo assim um pouco da importância dos repositórios digitais e da realidade do Brasil em relação à cultura, é importante compreender quais são os projetos que vêm sendo realizados na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) em relação aos documentos culturais.

REPOSITÓRIOS DE DOCUMENTOS CULTURAIS NO SETOR DE PESQUISA EM POLÍTICAS CULTURAIS

Em 2016, ano em que o Ministério da Cultura estava sendo ameaçado de ser extinguido no Brasil, a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) lançou seu repositório institucional, o Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais (RUBI). Nasceu com o objetivo de promover, disponibilizar e preservar seus acervos memoriais e institucionais, além dos resultados de pesquisa de seus funcionários e bolsistas, eventos científicos, incentivando a produção do conhecimento, o livre acesso da informação, a gestão e divulgação dos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, e a produção intelectual técnico-científica em uma plataforma digital. Sua meta é incentivar a circulação do conhecimento, fortalecendo o compromisso institucional com o livre acesso de dados técnico-científicos.

A plataforma escolhida foi o DSpace, organizando seus acervos em comunidades, subcomunidades e coleções. O padrão de metadados do RUBI é o Dublin Core, possibilitando o acesso e a comunicação entre os sistemas e a criação de outros metadados, conforme a necessidade na indexação de diferentes tipos de documentos. A coordenação do RUBI foi feita pela funcionária da FCRB e ex-diretora de seu Centro de Memória e Informação (CMI), Ana Lígia Medeiros. Seu endereço eletrônico é

<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br>. Além de ser consultado por brasileiros que estão no Brasil, também é acessado por pessoas em vários países como Portugal e Estados Unidos.

No mesmo ano em que foi lançado o repositório institucional da FCRB, 2016, foi realizado o projeto “Preservação da Memória das Olimpíadas: processos e ações”, tendo como coordenadores gerais Lia Calabre, Maurício Siqueira e Eula D. T. Cabral, resultando na construção de um repositório digital, documentário, eventos e publicações sobre o tema disponibilizados no site Memória das Olimpíadas¹. O objetivo é preservar a memória do processo de organização desse megaevento no Brasil, além de seus impactos e legados, garantindo fontes de informações para futuros pesquisadores.

Em 2016 foi criada na FCRB a Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão e, a partir da parceria com o setor de pesquisa em Políticas Culturais, construído, dentro do RUBI, um repositório temático, o Repositório do Centro de Referência de Políticas Culturais².

O Repositório do Centro de Referência de Políticas Culturais da FCRB, como uma das ações da Cátedra Unesco, disponibiliza documentos relacionados à área de políticas culturais em formato aberto e livre, sejam criados pelo Estado ou pela sociedade civil, facilitando o estudo sobre a cultura no Brasil. É organizado como uma das comunidades do RUBI, tendo destaque na página principal do repositório institucional.

Dentro do RUBI, o Centro de Referência de Políticas Culturais é dividido em sete subcomunidades e 15 coleções, organizando mais de 2500 documentos. As subcomunidades são: Cátedra; Entes Federados; Governo Federal; Política Cultural Global; Produção Acadêmica; Produção do Setor de Pesquisa em Políticas Culturais/FCRB; e Sociedade Civil.

A subcomunidade “Cátedra” reúne documentos produzidos pela Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão organizados a partir de duas coleções. A primeira é “Gestão Cátedra” que envolve os dados de sua administração; e a segunda é “Produção Cátedra”, com materiais produzidos na Cátedra.

A segunda subcomunidade é “Entes federados” com dados sobre políticas públicas de cultura dos governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios responsáveis pela gestão pública da cultura. Assim, esse material é dividido em duas coleções: “Estados e

¹ Memória das Olimpíadas. Disponível em <<http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/>>. Acesso em 4 mar.2022.

² <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/2003>

DF”, onde são disponibilizados os materiais dos 26 Estados e do Distrito Federal, sede do governo brasileiro; e “Municípios”, que envolvem as 5.570 cidades brasileiras.

A terceira subcomunidade é “Governo Federal” com dados sobre as políticas públicas na área de Cultura que envolvem Ministérios, secretarias etc. É dividida em três coleções: “Ministério da Cultura (MinC)”, com dados desde 1985, ano em que surgiu; “Ministério da Educação (1930-85)”, que trabalhou com a área cultural brasileira durante o período de 1930 a 1985; e “Secretaria Especial da Cultura”, com dados a partir de 2019.

A quarta subcomunidade é “Política Cultural Global” com dados sobre políticas culturais e gestão da cultura dos organismos públicos e sociedades internacionais, como ONU, Mercosul etc. É dividida em duas coleções: “Ações política cultural global” com documentos sobre ações de entidades e comunidades internacionais; e “Marcos legais”, englobando acordos, convenções etc.

A quinta subcomunidade é “Produção acadêmica”, dividida em duas coleções: “Livros e capítulos” com publicações digitais de livros e capítulos sobre a temática; e “Teses, dissertações e monografias”, disponibilizando os resultados de pesquisa sobre políticas culturais e/ou gestão da cultura dos cursos de graduação e pós-graduação.

“Produção do Setor de Pesquisa em Políticas Culturais/FCRB” é a sexta subcomunidade, disponibilizando o material produzido pelo setor em duas coleções. A primeira é “Audiovisual” com vídeos, fotografias e apresentações de slides; e a segunda é “Textual”, com estudos, artigos, relatórios, anais etc.

A sétima e última subcomunidade do Repositório do Centro de Referência de Políticas Culturais da FCRB é “Sociedade civil”, dividida em duas coleções: “Ações e projetos Sociedade Civil” e “Divulgação Sociedade Civil” com materiais informativos e de divulgação das atividades e projetos sobre políticas culturais e gestão da cultura.

O Repositório do Centro de Referência de Políticas Culturais disponibiliza mais de 2.500 documentos, possibilitando a consulta, o acesso e o *download* do documento, democratizando, assim, seu conteúdo através do acesso livre e gratuito, além de sua preservação. Vantagens que só fortalecem a pesquisa e o conhecimento sobre a cultura brasileira.

Entretanto, ter um repositório temático dentro de um repositório institucional pode se tornar um risco se a instituição tiver problemas financeiros e se não for priorizada a sua manutenção, uma vez que instalação e manutenção não são totalmente gratuitas, exigindo investimentos financeiros.

Diante disso, com os constantes cortes nos orçamentos das instituições públicas, para que os documentos da área de Cultura, organizados no RUBI, não ficassem somente no DSpace, uma vez que também são resultados de projetos de pesquisa, coordenados por funcionários com o título de Doutorado, foram espelhados na versão gratuita da plataforma Omeka.

O primeiro projeto de pesquisa que levou à criação e manutenção do Centro de Referência de Políticas Culturais no RUBI foi “Políticas Culturais e contemporaneidade: criação de um centro de referência e de estudos em Política Culturais 2016-2020”, coordenado, no primeiro momento, por Lia Calabre, em seguida por Adélia Zimbrão e em seus meses finais por Eula D.T. Cabral. Seu objetivo era construir o Centro de Referência, disponibilizando informações em um repositório próprio hospedado na Fundação Casa de Rui Barbosa, ampliando o acesso aos diversos estudos existentes.

Com o fim do primeiro projeto, foi feito um novo projeto abarcando o Centro de Referência de Políticas Culturais no RUBI e criando cinco novos repositórios na plataforma Omeka, espelhando os documentos nas duas plataformas (DSpace e Omeka). “Cultura, Comunicação e Informação na era digital” (2021) é idealizado e coordenado por Eula Cabral. Seu objetivo é mostrar como a cultura, a comunicação e a informação são encaradas pela sociedade, políticos e empresários na era digital. Leva-se em consideração as questões sociais, culturais, políticas, econômicas e tecnológicas, verificando-se como vem sendo tratado o tema pela ciência, pelo empresariado e pelo governo a partir de pesquisas bibliográficas, documentais, entrevistas e estudos de casos.

Assim, para tentar entender como a cultura, a comunicação e a informação são encaradas pela sociedade, políticos e empresários na era digital e a importância da digitalização, da preservação e de sua democratização, o projeto “Cultura, Comunicação e Informação na era digital” trabalha com os métodos Quantitativo e Qualitativo, através de Estudos de Caso e pesquisas exploratória e descritiva, sendo uma das estratégias de pesquisa a manutenção e divulgação do material publicado no Centro de Referência de Políticas Culturais, espelhando-o em outras plataformas, como o Omeka, para que a memória cultural do Brasil seja mantida.

O grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC), da Fundação Casa de Rui Barbosa, que é registrado no diretório dos grupos de pesquisa no Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), faz parte do setor de Pesquisa em Políticas Culturais e vem trabalhando com mais de 2.500 arquivos da área de cultura nas plataformas de repositórios digitais DSpace e Omeka.

Como já foi mostrado no texto, primeiro o grupo trabalha com a coleta dos documentos e, a partir da definição dos metadados, faz a indexação, cuidando que sua preservação seja feita, disponibilizando nos repositórios do grupo. O do DSpace é o “Centro de Referência de Políticas Culturais”³ hospedado no repositório institucional da FCRB que, no momento, está fora do ar.

Na plataforma Omeka foram feitos cinco repositórios (ainda em processo de produção): Política Cultural Global; Produção científica sobre cultura; Cultura nacional; Cultura regional; e Cultura e sociedade civil.

No repositório “Política Cultural Global”⁴, além dos documentos dos últimos anos, estão sendo colocados os materiais disponibilizados na subcomunidade do repositório “Centro de Referência de Políticas Culturais”. Ou seja, estão sendo espelhados dados, documentos, legislação e pesquisas sobre políticas culturais e gestão da cultura dos organismos públicos e sociedades internacionais, como ONU, Mercosul etc.

“Produção científica sobre cultura”⁵ engloba todos os documentos das subcomunidades do repositório “Centro de Referência de Políticas Culturais”, que está hospedado no repositório institucional da FCRB: “Produção acadêmica”, com publicações digitais de livros, capítulos, teses, dissertações e monografias sobre políticas culturais, gestão e direito à cultura; toda a “produção do Setor de Pesquisa em Políticas Culturais/FCRB” e do grupo de pesquisa EPCC.

O terceiro repositório do Omeka é “Cultura nacional”⁶ que engloba todos os documentos dos últimos anos e da terceira subcomunidade, “Governo Federal”, do repositório “Centro de Referência de Políticas Culturais”, que está hospedado no repositório institucional da FCRB. São dados e documentos sobre as políticas públicas na área de Cultura que envolvem Ministérios, secretarias etc., como o ex-Ministério da Cultura (MinC), Ministério da Educação (1930-85) e Secretaria Especial da Cultura, com dados a partir de 2019.

O quarto repositório do Omeka é “Cultura regional”⁷, espelhando os documentos da segunda subcomunidade, “Entes federados”, do repositório “Centro de Referência de Políticas Culturais”, hospedado no repositório institucional da FCRB. Disponibiliza

³ Disponível em <<http://rubi.casarui Barbosa.gov.br/handle/20.500.11997/2003>>. Acesso em 4 mar.2022.

⁴ Disponível em: <http://politicaculturalglobal4.omeka.net>

⁵ Disponível em: <http://producaocientifica.omeka.net>

⁶ Disponível em: <http://culturanacional4.omeka.net>

⁷ Disponível em: <http://culturaregional.omeka.net>

dados dos últimos anos sobre políticas públicas de cultura dos governos dos 26 Estados, Distrito Federal e dos 5.570 municípios brasileiros.

O quinto e último repositório do Omeka é “Cultura e sociedade civil”⁸. Com a documentação que vem sendo produzida nos últimos anos, espelha também os dados da subcomunidade do Repositório do Centro de Referência de Políticas Culturais da FCRB: “Sociedade civil”. São apresentados documentos, materiais informativos etc sobre ações, projetos e divulgação da sociedade civil.

Mesmo sendo bastante trabalhoso, o grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) vem se empenhando nessa missão de organizar e disponibilizar os arquivos da área de Cultura do Brasil para que pesquisadores tenham acesso a esse rico material científico e para que a sociedade entenda que a cultura é um direito de todo(a)s e que é preciso se manter políticas públicas culturais.

Os repositórios digitais de acesso livre e gratuito organizam e disponibilizam dados e documentos científicos digitais, possibilitando o acesso a todas as pessoas em qualquer lugar do mundo. Além disso, quebram barreiras “montadas” entre a ciência e a população, permitindo que qualquer cidadão tenha acesso aos resultados das pesquisas científicas que explicam o cotidiano da sociedade e contribuem para a melhoria de vida de todo(a)s.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Planalto**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 4 mar.2022.
- CABRAL, Eula D.T. O cenário da Cultura e da Comunicação no Brasil. In CABRAL, E. D.T. (org). **Panorama reflexivo da Cultura e da Comunicação**. Divinópolis (MG): Meus Ritmos Editora, 2020a. Disponível em <<https://pesquisaicfrb.wixsite.com/epcc/pesquisas>>. Acesso em 4 mar.2022.
- CABRAL, Eula D.T. Comunicação, cultura e informação como direitos humanos. In CABRAL, E. D.T. (org). **Comunicação, cultura e informação em perspectiva**. Divinópolis (MG): Meus Ritmos Editora, 2020b. Disponível em <<https://pesquisaicfrb.wixsite.com/epcc/pesquisas>>. Acesso em 4 mar.2022.
- CABRAL, Eula D.T., TEIXEIRA, Mariana F. Oficina sobre os repositórios digitais do EPCC. 24/01/2022. Oficina online. **EPCC**. 35 p. Disponível em <<https://pesquisaicfrb.wixsite.com/epcc/pesquisas>>. Acesso em 4 mar.2022.
- CABRAL, Eula D.T., ALBÉRICO, Anderson, CRUZ, Isabela. Curso EPCC - Repositórios Digitais Culturais. Aula 1 - Repositórios digitais. **Canal no Youtube EPCC Brasil**. RJ, 9/4/2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Zxllf7Qkhdc&list=PLtZZqjGsv4jfGhMx_Y1jWpHxfy8csqFDM&index=2>. Acesso em 4 mar.2022.

⁸ Disponível em: <http://culturasociedadecivil.omeka.net>

- CABRAL, Eula D.T., ALBÉRICO, Anderson, TEIXEIRA, Mariana F. Curso EPCC - Repositórios Digitais Culturais. Aula 2 - Como levantar/coletar documentos. **Canal no Youtube EPCC Brasil**. RJ, 16/4/2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9eY6LyJOG58&list=PLtZZqjGsv4jfGhMx_Y1jWpHxfy8csqFDM>. Acesso em 4 mar.2022.
- CABRAL, Eula D.T., ALBÉRICO, Anderson, TEIXEIRA, Mariana F. Curso EPCC - Repositórios Digitais Culturais. Aula 3 - Metadados. **Canal no Youtube EPCC Brasil**. RJ, (23/4/2021). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zwJFZU66XFU&list=PLtZZqjGsv4jfGhMx_Y1jWpHxfy8csqFDM&index=5>. Acesso em 4 mar.2022.
- CABRAL, Eula D.T., TEIXEIRA, Mariana F., ALBÉRICO, Anderson, CRUZ, Isabela. Curso EPCC - Repositórios Digitais Culturais. Aula 4 - DSPACE - RUBI - Centro de Referência de Políticas Culturais. RJ, 30/4/2021. **Canal no Youtube EPCC Brasil**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=YTm867gIBAw&list=PLtZZqjGsv4jfGhMx_Y1jWpHxfy8csqFDM&index=4>. Acesso em 4 mar.2022.
- CABRAL, Eula D.T., TEIXEIRA, Mariana F., ALBÉRICO, Anderson, CRUZ, Isabela. Curso EPCC - Repositórios Digitais Culturais. Aula 5 - OMEKA - Centro de Referência de Políticas Culturais. RJ, 7/5/2021. **Canal no Youtube EPCC Brasil**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=VOSorXAvF40&list=PLtZZqjGsv4jfGhMx_Y1jWpHxfy8csqFDM&index=3>. Acesso em 4 mar.2022.
- CABRAL FILHO, Adilson V., CABRAL, Eula D.T. Não começou em Genebra, não vai terminar em Tunis: desafios a partir das organizações da sociedade civil para concretizar a sociedade da informação e do conhecimento. **EPTIC: Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. Vol. VIII, n. 1, ene. – abr.2006. Disponível em <<https://www.seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/298/285>>. Acesso em 4 mar.2022.
- CERTEAU, Michel. **A Cultura no Plural**. Trad. Enid A. Dobránszky. 7 ed. Campinas: Papirus, 2012.
- DUGUID, P. Report of the Santa Fe Planning Workshop on Distributed Knowledge Work Environments: Digital Libraries. **University of Michigan School of Information**, Sept./1997. Disponível em <<http://www.si.umich.edu/SantaFe/>>. Acesso em 4 mar.2022.
- ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA. Cultura e sociedade civil. **Omeka**. Disponível em <<http://culturasociedadecivil.omeka.net>>. Acesso em 4 mar.2022.
- ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA. Cultura nacional. **Omeka**. Disponível em <<http://culturacional4.omeka.net>>. Acesso em 4 mar.2022.
- ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA. Cultura regional. **Omeka**. Disponível em <<http://culturaregional.omeka.net>>. Acesso em 4 mar.2022.
- ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA. Política Cultural Global. **Omeka**. Disponível em <<http://politicaculturalglobal4.omeka.net>>. Acesso em 4 mar.2022.
- ECONOMIA POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA. Produção científica sobre cultura. **Omeka**. Disponível em <<http://producaocientifica.omeka.net>>. Acesso em 4 mar.2022.
- FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Repositório do Centro de Referência de Políticas Culturais. **Rubi**. Disponível em <<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/2003>>. Acesso em 4 mar.2022.
- KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Revista Ciência da Informação**, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ago. 2006. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ci/a/RcPCvVSyQ6dx7RcmJFLnbxL/?lang=pt#>>. Acesso em 4 mar.2022.

- LEITE, Fernando C. L. Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: Ibict, 2009. **Livro aberto**. Disponível em <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/775>>. Acesso em 4 mar.2022.
- MARTINS, Madalena S. Curadoria digital nos acervos de cultura e memória: Coleção Digital Campanha Civilista da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2020. Produto técnico-científico (Mestrado Profissional em Memória e Acervos) - Fundação Casa de Rui Barbosa. **RUBI**. Disponível em http://www.rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/16695/1/DISSERTAÇÃO_Maria%20Madalena%20Schmid%20Martins.pdf>. Acesso em 4 mar.2022.
- NHACUONGUE, Januário A. **O campo da Ciência da Informação**: contribuições, desafios e perspectivas da mineração de dados para o conhecimento pós-moderno. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015. Disponível em <<http://hdl.handle.net/11449/126578>>. Acesso em 4 mar.2022.
- OASISBR. Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto. **IBICT**, 2022. Disponível em <<http://sitehistorico.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/repositorios-digitais>>. Acesso em 4 mar.2022.
- SHINTAKU, Milton, GOMES, Rafael F., BRITO, Ronnie F., COSTA, Lucas R., PEREIRA, Vinícius C., SCHIMIDT, Keicielle. **Guia do usuário do Omeka**. Brasília: Ibict, 2018. Disponível em <<https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1157>>. Acesso em 4 mar.2022.
- SHINTAKU, Milton, MEIRELLES, Rodrigo F. Manual do DSpace: administração de repositórios. Salvador: EDUFBA, 2010. **UFBA**. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/769>>. Acesso em 4 mar.2022.
- THATCAMP. Manifesto das Humanidades Digitais. ThatCamp [The Humanities and Technology Camp]. Paris, 2011. **Hypotheses**. Disponível em <<http://tcp.hypotheses.org/category/manifeste>>. Acesso em 4 mar.2022.

A dualidade gesto-som: um diálogo intercultural impressões etnográficas sobre o batuque

Slavisa Rupa Lamounier van Lammeren

Estudar a formação da identidade social de uma cultura na perspectiva da antropologia permite compreender as transformações e diferenças dentro de uma comunidade, a forma como os valores são fundamentados e sua expressão social por meio de diferentes tipos de práticas, como eventos de fala, artes visuais, canções, dança e música (BENNETT, 2013). Constituída pela história, hábitos, tradições, saberes e memórias (FELDENS, 2018), a cultura é produzida através da interação social dos indivíduos (BOTELHO, 2001). No *habitus*, Bourdieu (1977) afirma que a performance corporal cotidiana forma a essência na qual é encenado etnia, classe e gênero e Laraia (2002) reflete que as posturas corporais são produtos de uma herança cultural.

A partir da expressão “*fenomenologia cultural da corporeidade*” busco compreender a cultura, o corpo humano e seu modo de estar no mundo. Csordas (1994 p.12) define a *corporalidade* “como um campo metodológico indeterminado, definido pela experiência perceptiva, o modo de presença e envolvimento no mundo. Merleau Ponty (1945) afirma que o corpo é o meio pelo qual podemos sentir o mundo e nos sentir no mundo; Soffer (2001) defende que o corpo é moldado pela experiência na sociedade e Einfield (2009), entende o corpo como meio de expressão e interação com o mundo – *corporificação*. A partir de uma perspectiva da *corporalidade como algo histórico*, Kimmel (2008) explica esse processo como resultado de uma interação entre agente e ambiente e Greiner (2005) destaca a existência de uma coevolução entre corpo e ambiente.

Neste capítulo, defendo o corpo como um organismo único, que possui identidade própria, é dotado de intencionalidade corporal e formado por uma *energia* (física), uma *consciência* (memória) e um *conhecimento interacional* que lhe garante a dialogicidade

com outros espaços relacionais (LAMOUNIER, 2020)¹. Com base neste conceito, analiso como a interação corporal vivenciada com o mundo concreto circundante pode ter motivado hábitos de movimento, cuja configuração se tornou estável ao longo do tempo, e hoje está presente nas manifestações populares dos países lusófonos, nomeadamente nas danças e canções tradicionais brasileiras, portuguesas, angolanas e moçambicanas.

O estudo foi desenvolvido no âmbito do Pós-Doutorado da autora em Dança, Música e Cultura, sendo a Instituição vinculada à investigação científica, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto e o Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” – CITCEM (Porto, Portugal) com o projeto “A Dualidade Gesto-Som: um diálogo intercultural”.

As primeiras impressões, apresentadas neste capítulo, referem-se à presença africana nas danças afro-brasileiras, dentre elas o Samba, e na concepção do Fado em Portugal. O ponto de partida para esta narrativa foi o “batuque” – seu significado, gestualidade impressa e sonoridade envolvida.

O CORPO HUMANO E A GESTUALIDADE

O ponto de partida para este estudo é o *corpo humano*. A partir dele, estudamos a gestualidade e os processos interativos que envolvem o corpo-instrumento; o corpo-corpo; o corpo-ambiente; o corpo-instrumento-ambiente. Laban (1978) identifica o corpo humano como uma *estrutura tríplice – corpo, mente e espírito*. Godard (1995) declara que o corpo humano é fruto da integração das estruturas que o compõem: *matéria* (ordem mecânica), *esquema corporal* (ordem neurofisiológica), *imagem corporal* (ordem estética) e *sentido* (ordem psicológica). Katz e Greiner (2005) refletem o corpo como resultado da negociação com o ambiente, distanciando-se da ideia do corpo recipiente, no qual as informações são processadas, e apoiando-se na ideia de um *corpo que se transforma e é constituído por meio da seleção de informações*. Visto desta maneira, corpo e ambiente são processos co evolutivos, e as relações aí estabelecidas, se dão por meio do cruzamento de informações. Constituído pelas impressões que ficam registradas em sua forma, o corpo como *mídia em si mesmo (corpomídia)* caracteriza-se por ser capaz de filtrar, selecionar, armazenar, transformar, incorporar e descartar informações.

A conceção de corpo assumida neste capítulo, aproxima-se do pensamento de Katz e Greiner (2005), na defesa de um corpo entendido como espaço transitório das

¹ Conceito desenvolvido no âmbito do Doutorado em Ciências e Tecnologia das Artes da autora, realizado na Universidade Católica Portuguesa (Porto, Portugal, 2020) sobre o gesto expressivo.

relações e lugar de percepção, transformação e ressignificação das informações recebidas. Um corpo integrado, formado pelas estruturas mecânicas, neurais, físicas, psicológicas, emocionais e intuitivas, capaz de perceber, experimentar e interpretar, imprimindo novos significados às mensagens recebidas durante os processos interativos. A definição adotada, entende o corpo humano como um organismo único, que possui uma identidade própria, é dotado de uma intencionalidade corporal e formado por uma *energia que o impulsiona* (no que concerne à mecânica e à cinética), uma *consciência que o identifica* (memória) e um *conhecimento interacional que lhe garante a dialogicidade com outros espaços relacionais*. Esta definição está ancorada na estrutura corporal tríplice de Laban (1978), na organização gravitacional de Godard (1995), e na *Teoria Corpomídia* de Katz e Greiner (2005), mas também se aproxima dos estudos da percepção e do movimento de Merleau-Ponty (1945) no que se refere a experiência do corpo como extensão criadora de sentidos; no *embodied mind* (mente incorporada) e na compreensão de uma mente inserida em um corpo que age no mundo físico, material e concreto (VARELA et al, 1991); como também na assimilação interpretativa do conhecimento a partir da percepção e do movimento (MATURANA; VARELA, 1995).

Para Maturana e Varela (1995), as sensações, emoções, pensamentos, ideias não ocorrem sobre o corpo, mas são *o próprio corpo*, ou seja, “expressão da dinâmica estrutural do sistema nervoso em seu presente, operando no espaço das descrições reflexivas (dinâmica social da linguagem)” (MATURANA; VARELA, 1995, p.44). É por meio do corpo (em sua dinâmica estrutural do sistema nervoso), segundo esses autores, que experimentamos novas sensações, sentimos o espaço, descrevemos os acontecimentos e refletimos sobre as informações adquiridas.

A ideia de um corpo conjugado, capaz de perceber, refletir e construir o conhecimento foi também abordada em *Fenomenologia da Percepção* (Merleau Ponty, 1945). Nesta obra, Merleau Ponty afirma que o corpo é o meio através do qual somos capazes de sentir o mundo e nos sentir no mundo. Para o autor, só temos consciência de nossa existência porque somos um corpo *no* mundo. Um corpo que percebe e é capaz de refletir sobre aquilo que observa. A ideia de corpo próprio, defendida por Merleau Ponty (1945) aposta na integração corpo-alma, consciência-mundo e sujeito-objeto. Para este autor, somos sujeitos temporais porque possuímos passado, presente e consciência de um futuro; temos memória e construímos uma história de vida. Somos também sujeitos espaciais por possuímos um corpo visível e sermos capazes, em simultâneo, de enxergar o mundo. Somos sujeitos táteis, capazes de sentir na pele a textura e a temperatura dos

objetos. Também somos sujeitos sonoros aptos a ouvir o som do nosso corpo e o som dos outros corpos. Somos movimento e estamos em constante deslocamento. Somos um corpo próprio, inserido em um mundo constituído por outros corpos próprios. Um corpo que percebe e que pensa.

A *Teoria Corpomídia* de Helena Katz e Christine Greiner (2005) traz a ideia de corpo como um espaço onde as informações são transformadas, adquirindo novo significado. Para as autoras, o corpo não está no espaço entre duas “coisas”; também não pode ser definido como um repositório de informações que simplesmente entram (dentro do corpo) e saem (retornando ao ambiente), mas constitui-se por ser um lugar onde as informações circulam. Elas são percebidas, recebidas, sentidas, interpretadas, refletidas, modificadas e ressignificadas. Parte dessas informações *são armazenadas* compondo o *capital cultural individual*; outra parte *é descartada* por não conter significado pessoal; e uma última parte *é transformada*, em um processo de reconstrução da informação. Neste processo de ressignificação da informação acionamos a memória, as experiências individuais, as histórias de vida, as sensações, as emoções e o modo particular com o qual sentimos o mundo.

Ao cruzar o pensamento de Merleau Ponty (1945/1999), Katz e Greiner, (2005) e Maturana e Varela (1995) podemos concluir que as informações percebidas e sentidas pelo *corpo próprio* (Merleau Ponty, 1945/1999) ao serem decifradas, passam por um processo de seleção, interpretação, reflexão e transformação (KATZ; GREINER, 2005) contribuindo para a construção do conhecimento. Isto porque, ao dar um novo sentido à informação, estamos transformando o desconhecido em algo com sentido pessoal, indicando “que todo ato de conhecer produz um mundo” (Maturana e Varela, 1995, p.68) e que esses mundos, estão sujeitos a constantes interpretações.

Janowski e Medeiros (2018) explicam que Bourdieu analisa o corpo humano por meio de três eixos: *o corpo como lugar de senso prático*; *o corpo como manifestação do habitus* e *o corpo como mecanismo (enjeux) de poder e dominação*.

O *corpo como lugar de senso prático* é aquele capaz de responder de forma automatizada às situações que acontecem no meio social. Refere-se a um corpo capaz de reagir às estruturas sociais a que está submetido sem que, para isso, exista qualquer tipo de reflexão sobre os acontecimentos experimentados – *o corpo como uma construção social*.

O *corpo como manifestação do habitus* é o corpo moldado pelas escolhas e habilidades motoras particulares. Um corpo capaz de revelar, através do esquema

corporal, a visão de mundo e o posicionamento sociocultural individual – *o corpo como um produto social*. O conceito de *habitus* de Bourdieu (1977) está, portanto, ancorado na ideia de *incorporação das estruturas sociais* através da vivência corporal do sujeito e sua relação com o mundo. Ou seja, é a partir da incorporação dos valores adquiridos durante as relações sociais estabelecidas do nascimento à vida adulta, que determinará o modo como o corpo se relacionará com o meio ambiente, com seus pares e consigo mesmo.

No que se refere ao terceiro eixo – *o corpo como mecanismo (enjeux) de poder e dominação*, o *pertencimento social* possibilita que o corpo seja um espaço de aplicação e reprodução das formas de dominação – *corpo como espaço de acumulação de capital – social* (rede de relações socialmente estabelecidas), *cultural* (bens culturais), *econômico* (bens materiais, dinheiro ou posses) e *simbólico* (efeitos simbólicos da detenção de capital).

Em *Properties of Cultural Embodiment: Lessons from the Anthropology of the Body*² Michael Kimmel (2008) explica que *o estar-no-mundo* enfatiza o vínculo com a *intencionalidade* (a percepção e a cognição incorporadas são inerentemente *direcionadas para a ação* e nos *preparam para a ação*); envolve o *self* (o sentido proprioceptivo está diretamente ligado ao conhecimento de ser um corpo integral e, portanto, uma entidade distinta das outras e dotada de uma imagem corporal e também de um centro de consciência existencial) e na significância inerente da *performance corporificada*, explicada pelo autor através de dois aspectos: de um lado, a *imaginação incorporada* frequentemente se projeta no mundo conceitual; e do outro, o corpo pode representar *a cultura* sem se envolver substancialmente na representação conceitual.

Além das disposições corporificadas que são culturalmente compartilhadas entre os indivíduos, a *corporificação* pode ser genuinamente coletiva no sentido de ser *interativa*. Csordas (1993) enfatiza a *dimensão supra-individual* ao incluir expressamente nos modos somáticos de atenção, tanto a nossa atenção aos corpos dos outros, como a atenção dos outros ao nosso próprio corpo. Para Kimmel (2008) estados incorporados em ambientes sociais mais amplos podem ser distribuídos, tanto interpessoalmente quanto ao longo do tempo. De acordo com o autor, precisamos cultivar uma sensibilidade para “ciclos de feedback” nos quais os estados corporificados de um indivíduo desencadeiam imagens conceituais e vice-versa em, por assim dizer, um *ciclo de objetivação*.

² Propriedades da Incorporação Cultural: Lições da Antropologia do Corpo

Para descrever situações em que as metáforas culturais são captadas no discurso e, em seguida, mapeadas de volta no corpo, Kimmel (2008) propõe o termo *retrojeção* – processo pelo qual imagens corporais objetivadas discursivamente ou outras associações simbólicas ressoam com consciência corporal proprioceptiva e, assim, passa a ser sentida no interior do corpo. Essas sensações corporificadas, segundo o autor, podem ser desencadeadas pela fala, ação simbólica ou símbolos visuais; e conseguem se manifestar em tônus muscular, prontidão cinestésica, fluxo metabólico, foco de atenção somática, relaxamento ou excitação. A *retrojeção de palavras ou símbolos no corpo* pode ser responsável por situações em que os instrutores usam metáforas para encorajar experiências corporais e emocionais.

Para Kimmel (2008) qualquer estudo de aprendizagem incorporada precisará estudar a *retrojeção* (aprendizagem através da exposição ao discurso) em simultâneo com a *mimese*, responsável por contornar o nexos discurso-corpo (do corpo percebido para o corpo do ego).

A SONORIDADE

A percepção auditiva é determinada pela representação mental dos impulsos sonoros. Eles podem ser os ruídos cotidianos que circulam os espaços urbanos ou que são concebidos pelo próprio corpo humano; pela música que identifica os diversos ambientes culturais; e pelas complexidades da fala que distinguem as diferentes nações. Envolve as sonoridades, a recepção e a interpretação dos códigos que compõe o som enquanto fenômeno físico, ou seja, o “som culturalmente organizado” (BLACKING, 1973).

A música segundo Merriam (1964) é um meio de interação social; um comportamento apreendido, através do qual sons são organizados, possibilitando uma forma simbólica de comunicação (PINTO, 2001). Para Vaggione (2001, p. 55) “ninguém pode dizer o que é música, a não ser por proposições normativas, porque "música em si" é de fato algo não demonstrável e sua prática não é nem arbitrária nem baseada em fundações físicas ou metafísicas”. No que concerne ao contexto no qual a música é concebida, Iazzetta (2001) adverte que para analisar os aspectos que envolvem a música é necessário observar a época e o período no qual a obra musical está inserida. Lembra, que com o surgimento das gravações musicais, a música passou a ser ouvida em toda parte, fazendo com que a nossa escuta se tornasse fragmentada e desatenta. Aos poucos perdemos a ideia do contexto no qual a obra foi concebida e a interpretamos deslocadas

de sua época. Por outro lado, se fizermos um mergulho na história, facilmente perceberemos a importância dos acontecimentos na transformação da arte.

Ao trazer à memória o século XIX por exemplo, lembraremos que ele foi marcado pelas inovações tecnológicas como a *construção das estradas de ferro* (Richard Trevithick, 1803 e George Stephenson, 1813 – criador da locomotiva Blucher, testada em 1814), a *navegação a vapor* (Robert Fulton, 1803), o *telégrafo* (Joseph Henry e Samuel Morse, 1835), o *telefone* (Antonio Meucci, 1860), o *fonógrafo* (Thomas Edison, 1877), o surgimento da *primeira estação de energia elétrica* (Thomas Edson, 1882 – Pearl Street Station) e a invenção do *automóvel* (Karl Benz, 1886 – Benz Patent-Motorwagen). No campo musical, a corrida por sonoridades que representassem a nova dinâmica social, fez com que artistas buscassem por meio de sua arte, exaltar a era moderna e as máquinas.

O ruído e as sonoridades do cotidiano foram fonte de inspiração para o compositor John Cage (1912-1992). Seguindo o trabalho de Edgard Varése (1883-1965) que, para representar a urgência sentida na vida cotidiana de sua época (com o ruído das fábricas e o murmúrio urbano) procurou romper com as formas convencionais de composição, Cage desenvolveu uma nova forma de música percussiva na década de 20. Estimulado pela parceria com Merce Cunningham (1919-2009), Cage pode experimentar suas ideias na dança. Ambos compartilhavam o pensamento de que a arte estava nos acontecimentos diários. Para Cage, a música podia ser ouvida no murmúrio cotidiano, no ruído das fábricas e dos motores. Para Cunningham, a dança era composta por movimentos do dia-a-dia como o caminhar, o saltar e o ficar de pé (GOLDBERG, 2006).

Schafer (1977) acreditava que o estímulo à observação e experimentação sonora do entorno (paisagem sonora) possibilitava o despertar dos sons que identificam o homem (que estão no organismo humano) e com os quais ele se identifica (atribui significado). Estudioso da ecologia, Schafer (1977) recomendava a “limpeza dos ouvidos” através da conscientização auditiva de sons que atravessam a paisagem sonora (*soundscape*) e destacava o papel da música na vida humana. Para o autor, os cinco critérios a serem levados em conta para uma audição consciente dos sons do ambiente são: a *paisagem sonora* (sons que compõem o ambiente); a *limpeza dos ouvidos* (expansão da percepção auditiva); a *clariaudiência* (desenvolvimento da percepção da escuta); a *ecologia acústica* (estudo do ambiente tratado por meio dos sons); e o *silêncio* (ausência/presença sonora).

Nos dias atuais, marcados pela Indústria 4.0 (SCHWAB, 2016), os sistemas embarcados (*Computer Embeded Systems*) modificaram o modo de pensar e fazer música. O avanço das tecnologias digitais impulsionou artistas, inventores, investigadores

sonoros, engenheiros e programadores a buscar novas maneiras de representar as sonoridades existentes no dia-a-dia e formas de conceber música. Os Instrumentos Musicais Digitais – DMI (do inglês *Digital Musical Instrument*), surgem com uma aposta para a sociedade contemporânea (caracterizada pela capacidade de comunicação em rede e fluxo informacional).

A DUALIDADE GESTO-SOM – INTERLOCUTORES DOS PROCESSOS COMUNICACIONAIS

A palavra comunicação, derivada do termo latim *communicare*, significa tornar comum, sendo entendida como a capacidade de estabelecer uma relação com alguém, partilhar, trocar informação e associar ideias. Shannon & Weaver (1964) definem comunicação de forma ampla, abrangendo não apenas a escrita e a oralidade, mas também as artes (música, dança, cinema), e todo mecanismo em ação (dispositivo tecnológico) capaz de afetar outro mecanismo (outro artefato técnico). Para Santaella (2001) a comunicação é *inevitável*, porque acontece a todo instante; *irreversível*, já que não é possível reverter um processo comunicacional; e *irrepetível* por estar em constante transformação. A interação pode ser explicada como processo de comunicação entre pessoas e sistemas interativos (PREECE et al, 1994), ou como uma relação que exige interdependência dinâmica, variando em grau, qualidade e contexto (BERLO, 1991). Esta interdependência não se limita à ação-reação (comunicação em um único sentido). Ao contrário, é entendida como um processo dinâmico, em que os acontecimentos acontecem de forma não-linear – em múltiplas direções (PRIMO, 2000).

Impregnado pelas informações armazenadas durante os processos interativos, o corpo, percebido como espaço de comunicação, configura-se como um ambiente de transformação e ressignificação. Na sua estrutura, estão marcadas histórias de vida, lembranças e sentimentos que o identificam e o diferenciam. Por meio deste corpo, percebemos o ambiente que nos cerca, dialogamos com ele e o modificamos. Através da gestualidade que nos orienta, tocamos o espaço ao redor em um impulso; tateamos e criamos o nosso universo particular. Escutamos os sons presentes na nossa estrutura, reconhecemo-los e nos acomodamos. Ao sermos interpelados pelos sons que nos chegam de fora, acordamos nossas células corporais e as deixamos em alerta. Ouvimos, esperamos, acionamos o nosso arquivo de informações, comparamos, rejeitamos o que não compreendemos, investimos no semelhante e damos aos velhos conceitos, um novo significado. Nesta cadência ritmada de mão-dupla, criamos espaço para o encontro. Som

e movimento se entrelaçam: o movimento do som e o som do gesto. Assim é a *dualidade gesto-som*.

A relação entre gesto-som-ambiente é um processo contínuo e dinâmico. No fluxo das interações criamos e recriamos significados; acomodamos informações e descartamos outras; sedimentamos valores e absorvemos novas crenças. É evidente que os indivíduos de diferentes culturas não só se distinguem pela língua que falam e por algumas características, mais ou menos evidentes, do seu aspeto exterior. A disparidade expressa-se também no uso do espaço (na distância ou proximidade que mantêm com os seus interlocutores), nos hábitos de movimento do corpo, no tom e altura da voz e entoação na expressão oral, nos ritmos das suas músicas, na manifestação das emoções e nos silêncios. Existe também no que está oculto, nas diferentes formas de interpretar o outro e o ambiente que o cerca.

O GESTO E O SOM EM DIÁLOGO INTERCULTURAL PRIMEIRAS IMPRESSÕES DE UMA PESQUISA ETNOGRÁFICA

No âmbito da investigação de Pós-Doutorado que estamos a desenvolver sobre o processo de aculturação entre os países lusófonos, nomeadamente Brasil, Portugal, Angola e Moçambique através das Danças e Cantares Tradicionais, visitamos dez Ranchos Folclóricos no território continental português e tivemos acesso a uma considerável quantidade de documentos históricos (gravações antigas, forais, recolhas), trajes e costumes locais. Além disso, entrevistamos diversos especialistas sobre o folclore português, africano e brasileiro, assim como bailarinos angolanos e moçambicanos. O material coletado foi registado em arquivo audiovisual e as observações anotadas no diário de campo da investigadora.

As primeiras observações registradas durante a pesquisa de campo foram divididas em três blocos: *batuque; quadrilhas e contradanças; danças e cantares regionais*, através dos quais foram analisados a presença do corpo no contexto performativo, a gestualidade e a sonoridade presente. Neste capítulo, discorreremos sobre as primeiras impressões da pesquisa etnográfica desenvolvida no contexto da investigação, nomeadamente no que se refere ao *batuque* e sua influência nas danças afro-brasileiras – *Samba*; e em Portugal, no que diz respeito à concepção do *Fado* e sua origem no *Fado Dançado*.

O BATUQUE E A PRESENÇA AFRICANA NAS PERFORMANCES AFRO-BRASILEIRAS

Figura 1: "DANSE BATUCA"



Fonte: Rugendas, 1835 - "Voyage Pittoresque dans le Brésil", p.362

Para o multifacetado artista moçambicano Pak Ndjamena, o *batuque* é um impulso interno que estimula a gestualidade e a produção sonora. Mais que uma cadência marcada pelo corpo, o batuque é, em sua concepção, uma *energia corporal* que promove a gestualidade e a expressão performativa. Em entrevista concedida no dia 02 de novembro de 2021, o artista afirma que o batuque é impulsionado por um desejo de comunicar algo e está “incorporado no corpo humano”: “Eu não vejo o batuque somente como o tocar, ... Mas, há canções e o coro... e depois leva às palmas e já entra na dança... está incorporado no corpo... só que há um instrumento... mas já está ali no corpo incorporado” (PAK NDJAMENA, 2021).

Percebido como algo inerente ao corpo humano, o ritmo que determina o batuque é, neste sentido, o estado de espírito, o sentimento do momento, a força motriz que identifica o sujeito, o desejo de comunicar e expressar algo. Um meio de sobrevivência, luta e resistência.

Figura 2: Pak Ndjamena. Performance realizada durante a Oficina Zero Intensive Workshops – “Subsídios de Dança” em novembro de 2021, Porto, Portugal.



Fonte: arquivo pessoal.

O batuque

Mestre Petchu, nascido em Angola, é pesquisador, bailarino, coreógrafo, percussionista e fundador do Ballet Tradicional Kilandukilu em Luanda (1983). Em Lisboa, onde mora atualmente, o estudioso reflete sobre o batuque como algo que se aprende com os mais velhos. Seu relato foi registrado em entrevista concedida no dia 19 de setembro de 2021: “Lembro da minha avó Josefa falar comigo e perguntar: “tu gosta do batuque, Petchu?” (...) e eu, “sim, avó”... “sabes que o batuque tem história, tem que respeitar o batuque” (...) eu não entendia (...) o que é que minha avó queria dizer?” (Mestre Petchu, 2021).

Os ensinamentos de sua avó, embora tenham inicialmente causado estranhamento, foram mais tarde compreendidos como algo importante, que se aprende através dos Mestres de geração a geração:

Os ancestrais acreditavam que o batuque é o nascimento e a morte porque a par da comunicação geral, (...) é o batuque que fala; é preciso respeitar o batuque, é agradecer o batuque logo de manhã, ou quem tem batuque ir lá e conversar, porque o próprio batuque também serviu naquela altura, como uma espécie de confidente; então aí, o acreditar dos nossos ancestrais que o batuque é vida e é morte (...) o batuque nas vilas, nas tribos, sempre foi usado; (...) foi usado como um instrumento

de ritmo e incentivo a dor; para luta, para encorajamento... o batuque quando soa, o espírito chama-se; mas quando o espírito desce, está transformado que é para trazer uma mensagem... mas é tudo em conversa com o batuque (...) Por isto dizemos que este aqui é o instrumento básico de tudo aquilo que é ritmo que a gente toca; que nasce da pele do animal e do tronco das árvores. (...) é uma tradição que vem de séculos... (Mestre Petchu, 2021)

Apreendido por meio dos ensinamentos que são transmitidos por gerações, o *batuque* é na concepção de Mestre Petchu, um meio de comunicação entre povos e uma forma de conexão com os ancestrais.

O corpo humano, na concepção assumida neste estudo, é dotado de uma *energia* que o impulsiona (física), uma *consciência* no qual o repertório pessoal de informações está armazenado (memória), e um *conhecimento interacional* que lhe garante a dialogicidade com outros espaços relacionais. Os interlocutores comunicacionais que promovem esta dialogicidade são o *gesto* (compreendido como todo e qualquer movimento corporal, incluindo a escrita) e o *som* (paisagem sonora, ruídos, sons corporais, silêncio) – *a dualidade gesto-som*.

Fundamentados nesta concepção corporal, e ao mesmo tempo concordando com a perspectiva de Pak Ndjamena, que compreende o batuque como algo que está incorporado ao corpo, podemos sugerir a hipótese de que o “batuque” é a “força”, ou seja, *a cadência que desperta o repertório individual e garante a dialogicidade*. Através deste pulsar, os movimentos corporais acionam a memória individual e passam a transmitir através da dança, o movimento corporal *que identifica cada um de nós* – o “gesto”. Ao mesmo tempo, o ritmo (*força, cadência*) que personifica o batuque, e que faz parte deste corpo (dotado de *energia, memória e capacidade dialógica*), agita-se, incitando a *sonoridade* seja através do canto, da fala ou mesmo da percussão corporal – o “som”.

Ligiéro (2011) no livro “Corpo a Corpo: estudo das performances brasileiras” no qual apresenta o conceito de “motrizes culturais” aplicado às práticas performativas afro-brasileiras, apresenta-nos o poderoso trio “batucar-cantar-dançar”. De acordo com o autor, o trio foi sugerido por Bunseki Fu-Kiau, que em seus estudos, propôs estudar os três elementos como um só objeto composto.

Fu-Kiau afirma que, quando alguém está tocando um atabaque ou qualquer outro instrumento, uma linguagem espiritual está sendo articulada. O canto é percebido como a interpretação dessas linguagens para a comunidade presente no aqui e agora. Dançar seria a “aceitação das mensagens espirituais propagadas” através de nosso próprio corpo, bem como o encontro dos membros da comunidade nas celebrações conjuntas, sob o perfeito equilíbrio (*Kinenga*) da vida. “Batucar-cantar-dançar permite que o círculo social quebrado seja religado (*religare*),

de forma a fazer a energia fluir novamente entre os vivos e mortos” (LIGIÉRO, 2011, p. 134-135).

O trio “batucar-cantar-dançar” compreendido como um composto *continuum* corrobora com o pensamento de Mestre Petchu sobre o batuque ser *vida e morte*, ou seja, “uma linguagem espiritual sendo articulada”, no qual o *canto* (interpretação da mensagem para a comunidade) e a *dança* (aceitação da mensagem propagada) são os meios pelos quais interpretamos e ressignificamos a mensagem recebida. Também neste sentido, podemos dizer que o *batuque* é a *força* que impulsiona a ação dos interlocutores comunicacionais – *gesto e som* – responsáveis por interpretar e propagar a informação, sendo o *corpo-humano*, o local onde as informações transitam, são decodificadas, codificadas, interpretadas e ressignificadas.

A PRESENÇA AFRICANA NAS PERFORMANCES AFRO-BRASILEIRAS

De acordo com Ligiéro (2011), a *performance africana* no contexto do Brasil colônia tinha como objetivo resgatar um comportamento cultural que havia sido abandonado forçadamente devido a condição de escravos:

Inicialmente, suas formas celebratórias (dança/canto/batuque) foram duramente perseguidas; aos poucos, passaram a ser toleradas e, em alguns casos, incentivadas pelo poder local e pela Igreja. Vamos perceber que esse processo de transformação e negociação foi longo e gerou tipos diferentes de performances, não só devido ao número extenso de etnias provenientes do antigo continente, como pela própria interação criada com o contexto local. No afã de recuperar rituais e celebrações antigas, são criadas novas e vigorosas tradições, genuinamente africanas, mas miscigenadas dentro do próprio processo formador do país. (LIGIÉRO, 2011, p. 135-136)

O *batuque*, neste contexto, era o elemento responsável por reunir as diferentes etnias que habitavam o território brasileiro, dentro de um traço comum da *performance africana*, pelo qual a *percussão*, a *dança* e o *canto* formavam o inseparável trio:

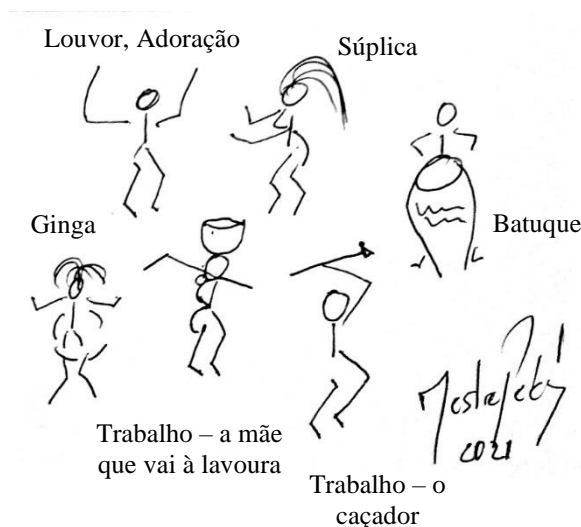
O corpo é o centro de tudo. Ele se move em direções múltiplas, ondula o torso e se deixa impregnar pelo ritmo percussivo. A dança que subjuga o corpo nasce de dentro para fora e se espalha pelo espaço em sincronia com a música sincopada típica do continente africano. De tão insistente e envolvente, ela faz parte tanto do festivo, do religioso, como do cotidiano do povo brasileiro; das celebrações católicas aos folguedos e ritos afro, como o candomblé e a umbanda. (LIGIÉRO, 2011, p. 131)

Segundo Mestre Petchu os ritmos que identificam Angola provém de várias etnias, sendo o *Semba*, na vertente tradicional e popular urbana, o mais significativo. O estudioso dos ritmos africanos explica que para chegar ao *Semba* precisamos falar do *Kaduke*:

O *Kaduke* é uma dança muito mais antiga; até acredito que esta é a dança da umbigada, que é como a raiz quadrada do *Semba*... Ou seja: *Kaduke*, *Masemba* (umbigadas), e *Semba* (umbigada). Então, aqui entre o *Kaduke* e o *Masemba*, existe essa ligação, essa ponta com o *Samba*, porque *Samba* significa reza (...) a África e a Angola possuem as histórias orais e elas falam sobre isso... sobre o porquê que o samba é o samba... Porque o colonizador dizia que eles “iam rezar no samba” e não expressavam “na *kusamba*”... porque é a *kusamba* que significa reza (...) o samba, para além de ser reza, também era dança, porque ela é umbigada... o samba tem aquela história que fala da dança da umbigada dos africanos... nós pertencíamos todos ao reino do Congo, e essa umbigada sai da Ambaca, província do Cuanza Norte (Angola)” (Mestre Petchu, 2021)

As figuras gestuais presentes nas danças angolanas, segundo Mestre Petchu, são: o movimento de *adoração* (louvor a Deus | Céu – braços levantados); o gesto que indica *súplica* (eu quero e/ou eu preciso – braços e mãos apontando para baixo – Terra); o *batuque* (movimento de tocar percussão), o gesto de *trabalho* (referência ao caçador e à mãe que vai a lavoura) e a *ginga* (o movimento da cintura).

Figura 3: Gestualidade – Movimentos básicos encontrados nas Danças Angolanas



Fonte: Desenhos de Mestre Petchu cedidos durante a entrevista (19 de setembro de 2021)

O samba

Proveniente de diferentes etnias africanas, o inseparável trio *dança-canto-batuque* referido por Ligiéro (2011) está presente no *Samba*, ritmo que identifica a nação brasileira. Sua origem, explicada por Mestre Petchu como um desdobramento dos ritmos angolanos – *Kaduke*, *Masemba*, *Semba*, é geralmente atribuída ao *batuque*:

O mais antigo documento que apresenta a palavra samba designando música e dança data de 1838. Embora nenhum historiador possa dizer quando o batuque se tornou samba, José Ramos Tinhorão (1988) considera que, em torno da metade do século XIX, nas zonas rurais, o

samba passou a ser organizado em roda e ganhou uma certa ordem coreográfica. (LIGIÉRO, 2011, p. 159)

A performance do samba, segundo Ligiéro (2011), pode ser dividida em quatro categorias: *samba-brincadeira* (o uso do samba como jogo, a exemplo do *samba de roda*³), *samba-ritual* (gerado no contexto religioso, retém as qualidades de estilo da tradicional da performance africana; cumpre funções litúrgicas, sendo evidente o seu caráter invocatório), *samba-drama* (samba urbano, criado no Rio de Janeiro no começo do século XX), e *samba-épico* (identificado com o gênero samba-enredo ou samba de enredo).

Nestas quatro categorias, brincadeira (lúdica), ritual (religiosa), drama (teatral) e épico (histórica), o samba se encontra em constante movimento circular e, sendo a base da cultura afrobrasileira, antropofagicamente incorpora e é incorporado por quem dele se aproxima. (...) O contato com a floresta e com o nativo brasileiro trouxe para o samba a memória ancestral das tribos deixadas na África, além de temas e plumagem para quase um século de carnaval. Há séculos, euro-brasileiros assimilam os ritmos afrobrasileiros: a fofa, o lundu, o maxixe e o samba. Nesse convívio, os brancos se apropriaram desse estilo de performance “samba afro” a ponto de poderem ser chamados de autênticos sambistas. (LIGIÉRO, 2011, p. 169).

A *sonoridade* do samba, é determinada pelo canto e pelo ritmo impresso pelo batuque. Esta cadência rítmica, também presente na tridimensionalidade corporal do performer do samba (*gestualidade*), pode ser observada através dos movimentos circulares do quadril, do tronco, do braços e da cabeça, como também no sapateado – o verdadeiro “samba no pé”. Ligiéro (2011) aponta três movimentos básicos para a performance do samba: “Tanto o samba mais bem comportado, como o sapateado, quanto o samba das novas gerações se desenvolveu em torno de alguns movimentos básicos em que destaco “o miudinho”, a “ginga” e o “rebolado” (LIGIÉRO, 2011, p. 148).

O *Miudinho*, segundo o autor, refere-se ao movimento sequencial da dança do samba onde os pés deslizam. Já a *Ginga* pode ser explicada pelo movimento de transferência que o corpo faz em uma sensual cadência rítmica. O *Rebolado*, por sua vez, é o gesto típico da dança afro-brasileira no qual a dançarina mexe as ancas. Segundo Ligiéro (2011) as principais diferenças gestuais entre o sambista e a passista são:

³ O samba de roda surgiu na Bahia, no século XVII, embora seus primeiros registros datem de 1860. O estilo está intimamente relacionado à roda de capoeira, que envolve música e lutas, e aos orixás, entidades espirituais africanas. O estilo de samba, apesar de ter como base as tradições africanas, também apresenta elementos da cultura portuguesa, dentre eles, o uso de alguns instrumentos, como a viola, e ainda, as letras das músicas, que são cantadas em português.

- a) No *miudinho* – depois de uma sequência curta de miudinho, o dançarino realiza uma série de rápidos saltos e rodadas, enquanto a passista permanece no miudinho finalizando-o com o rebolado;
- b) Na *ginga* – ambos os sexos fazem o mesmo movimento;
- c) No *rebolado* – o homem não movimentava as ancas, enquanto a mulher rebola fazendo a ginga (Lygia M. Santos, in “Samba no Pé”, Ligiéro, UNIRIO, 1993).

Para o compositor e sambista Elton Medeiros (1993), uma das principais características do samba é saber “falar com o pé”:

a síntese do sapateado brasileiro, me parece que é esse sapateado carioca, bem urbano, que surgiu do conhecimento de que todos os sambistas falam, dessas reuniões em casas de grandes festeiros, das próprias tias baianas, ou de filhos dessas tias baianas ou até de ialorixás que organizavam as festas de candomblé na frente e o samba nos fundos da casa (...) nessas festas, grandes sapateadores apareciam, sambavam e tinham a malícia de tirar o ritmo, o som, com os pés. (Elton Medeiros in “Samba no Pé”, LIGIÉRO, 1993).

O samba, sinônimo de brasilidade, cultura popular, mistura de raças, discurso de políticos e antropólogos (LIGIÉRO, 2011) recebe, nas palavras de Noel Rosa, sua definição mais precisa: “‘Samba não se aprende no colégio’, é ainda tradição oral. E, como tradição oral, o samba tem que ser vivido para ser assimilado’ (Noel Rosa citado por Ligiéro. 2011, p. 169).

A PRESENÇA AFRICANA EM PORTUGAL – O FADO DANÇADO E O FADO CONTEXTO HISTÓRICO – INTEGRAÇÃO E PRECONCEITO

A partir dos finais do século XV a população africana foi trazida para Portugal na condição escravos. Segundo a historiadora Isabel Castro Henriques (2021), Lisboa foi o principal porto de entrada na Europa desta população. Em entrevista concedida em 29 de setembro de 2021, Henriques esclarece:

Essa população instala-se e, contrariamente ao que acontece na América, no Brasil por exemplo, para onde irão milhões ao longo de séculos, a população nos espaços urbanos vive, de certa maneira, controlada pela sociedade portuguesa (...) enquanto nas Américas a população vinda da África é a maioria da população destes espaços, em Portugal ela é uma minoria (...) Portanto, há aqui um fator demográfico que é importante para nós percebermos que há diferenças muito importantes no que diz respeito a forma como os africanos foram levados para as Américas e foram concentrados na sua maioria, e aquilo que se passou em Portugal e na Europa de uma maneira geral, mas em Portugal em particular. (Isabel Castro Henriques, 2021).

A integração dos africanos à sociedade portuguesa facilitou a exploração do trabalho e a participação dos homens e mulheres nas atividades impostas. Essa integração teve início, segundo Henriques (2021), pela questão da *identidade*, com a mudança do nome (obtenção de um nome cristão) e sobrenome (aquisição do sobrenome do proprietário ou identificação tendo como referência, uma marca física). Essa identidade é reforçada pela *língua* (aprendizado da língua portuguesa) e pelas marcas culturais: *vestuário, religião, festividades e o trabalho*.

Portanto, há aqui um primeiro passo que é logo a mudança de identidade, embora sejam, digamos desde sempre, vítimas de um preconceito. Um preconceito português anti negro; anti africano; anti escravo (...) é um preconceito físico; porque são negros, são feios; porque tem o cabelo de uma determinada maneira, o nariz de outra, a boca de outra, os olhos de outra... (...) Depois também, para além deste preconceito físico, um preconceito social. (...) Deriva do fato de serem escravos na maioria; ou são alforriados, quer dizer que são ex-escravos; (...) É preto e é escravo. Depois também um preconceito cultural porque eles tem algumas práticas, digamos assim, culturais, ou tem alguma dificuldade por vezes, como na língua, em falar por exemplo, uma língua portuguesa correta (...) ou práticas culturais como a maneira de usar o cabelo, rir e estar, de falar e dizer... e essas práticas culturais, dos chamados pretos (negativamente), eram também um fator de preconceito cultural. (Isabel Castro Henriques, 2021).

Apesar deste preconceito, a população africana conseguiu integrar-se à sociedade portuguesa, ajudando a construí-la através do *trabalho*. As principais funções exercidas eram: a construção; a preservação da cidade e em sua gestão; no transporte da água; no transporte das mercadorias; no comércio (em particular as mulheres). A participação dos africanos nas *atividades religiosas de origem católica* também foi um importante mecanismo de integração.

A primeira Confraria que apareceu ligada aos africanos em Lisboa, e que depois se reproduziu e apareceu também em outras cidades do país, e foi nomeadamente para o Brasil e para os países africanos, para as zonas onde os portugueses estavam em Africa, foi a Confraria da Nossa Senhora do Rosário dos homens Pretos. Essa Confraria aparece nos finais do século XV, em Lisboa, na Igreja de São Domingos, ali ao pé do Rossio, onde se reúnem ainda hoje, muitos africanos todos os dias como nós sabemos; é o lugar do encontro dos africanos (...) foi uma Confraria muito particularmente importante para ajudar os africanos na cidade de Lisboa durante o século XVI e XVII e que levou, nomeadamente, penso eu, a criar aquele espaço de São Domingos e Rossio como espaço do encontro. (...) esse lugar, que os africanos ainda hoje chamam de lugar do encontro, (...) mostra também essa permanência, essa longa continuidade da permanência africana e presença africana nos sítios e nos lugares, nas cidades até hoje. (Isabel Castro Henriques, 2021).

A presença africana na cidade de Lisboa também podia ser observada nas *atividades lúdicas* (jogos e brincadeiras), *na música* (nos peditórios e mesmo em orquestras, onde tocavam instrumentos de origem europeia) e *nas festas*, a exemplo das *touradas*, onde tinham a função de “divertir o público durante os intervalos”. Quanto a dança, a historiadora Isabel Castro Henriques (2021) observa que havia críticas ao modo como eram concebidas, especialmente pela Igreja, que a considerava inadequada e sexualmente marcada. Apesar disso, era apreciada pela sociedade portuguesa durante as festividades pelo seu caráter recreativo.

A LISBOA MULTICULTURAL E O FADO DANÇADO

A presença africana na cultura portuguesa fez com que Lisboa tivesse em sua raiz, uma forte vertente multicultural. De acordo com José Lino (2021), da Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal, em entrevista concedida em 05 de novembro de 2021, a Mouraria – Alfama, Bairro Alto e Cais de Sodré – eram zonas onde moravam os mouros (povos do norte da África e elites árabes) e que tinha um tipo de música chamado *Khado* (*cantilena* em mourisco) com um padrão rítmico lamentoso. José Lino conta que quando a população africana escravizada chegou em Lisboa, habitou principalmente as zona dos barcos e a zona ribeirinha, onde então aconteceu, dentro do contexto da cultura portuguesa de rua, a fusão entre *a tradição africana da dança* e *a música que se fazia nas mourarias* – o *Fado Dançado*; vindo com ela, todas as músicas associadas: o lundum, a fofa, a umbigada.

Lisboa, sendo na altura a Capital do Império, exporta isso para o Brasil. (...) E no Brasil, havendo mais espaço cultural e geográfico para ter mais sucesso, ainda teve mais sucesso. Portanto, lá o lundum e as danças africanas ou afro-brasileiras tem um trajeto mais robusto, mas isso também existia em Portugal. E, portanto, é um triângulo, entre Portugal – Lisboa; o Brasil; e o reino do Congo – Angola, São Tomé e Cabo Verde. São os sítios, onde ainda há restos desse *Fado Dançado* que estou a referir (José Lino, 2021).

O *canto* (lamento), a *percussão* (bataque) e a *umbigada* (dança da fertilidade) eram as três características básicas do *Fado Dançado*.

O FADO E A ALMA FADISTA

Figura 4: O Fado de José Malhoa



Fonte: Painel – Museu do Fado (Lisboa)

O *Fado*, do latim *fatum*, é hoje *Património Imaterial da Humanidade*. Segundo José Lino (2021), o género musical tem em sua gênese, o *Fado Dançado*, embora ao longo do tempo tenha perdido para a ditadura, a *dança sensual* (umbigada), por ser considerada muito erótica, e também a *percussão* (bataque), restando apenas o *canto lamurioso*.

A origem do *Fado* tem sido debatida entre os estudiosos que acreditam ser sua origem *árabe* (Alves, 2007), *africana* (Sucena, 2008), *portuguesa* (Sardinha, 2010) ou *brasileira* (Tinhorão, 1994; Nery, 2004). Segundo o etnomusicólogo Domingos Moraes, todas as teorias estão certas em certa medida. Em entrevista concedida em 26 de novembro de 2021 ele afirma:

O *Fado* sem *swing* não existe... o *fado* aparece nas comunidades culturais, de gente de viagem – pescadores, mercadores... e que nestes bairros das cidades, encontraram uma forma de se juntarem, de dançarem (...) continua a ser uma enorme influência da música que se dança. Embora nas casas de *Fado* não se dance, o *Fado*, pelo menos nos seus primórdios, e também o *Fado* que se continua a fazer hoje, também tem essa dimensão de coreografia (...) É um fenómeno urbano que também tem influência popular dos instrumentos que vieram do interior do país, com a vinda das várias comunidades. (Domingos Moraes, 2021).

Para o fadista Carlos Leitão, cantor no Clube do Fado (Lisboa), em entrevista concedida em 16 de setembro de 2021, o *Fado* está além das teorias que tentam definir sua origem:

Eu gosto de ver o Fado como uma música urbana, cosmopolita, que reflete aquilo que as pessoas experienciam de bom e de mal... Há uma palavra muito associada ao fado que é Saudade, que só há na língua portuguesa; e essa saudade, eu gosto de imaginar... a saudade de uma forma positiva (...) há um cariz fatalista no Fado que eu não gosto; historicamente... e eu prefiro uma definição que uma poetiza portuguesa há pouco tempo, eu a ouvi na rádio a dizer: “a saudade é o desejo da presença”... e eu gosto mais de ver a saudade dessa forma, e por consequência ao Fado também (Carlos Leitão, fadista, 16 de setembro de 2021).

Musicalmente, o Fado possui uma matriz melódica simples. O que o distingue de outras músicas, na opinião do fadista Carlos Leitão, é o fato dos poetas ou letristas poderem escrever várias letras para a mesma música. Além desta característica fundamental, há também a presença da guitarra portuguesa que o diferencia frente a outros gêneros musicais.

Para a fadista Carla Pires, o Fado é um sentimento e pertence à identidade de quem o compreende. Em entrevista concedida no dia 16 de setembro de 2021, no Clube do Fado (Lisboa), a artista afirma:

O Fado não se aprende, ele nasce connosco. É uma arte, como tantas outras; como a dança, como a pintura, como muitas outras...mas é uma arte que dentro da música, se exprime através das emoções; através da alma... e muitas vezes não sei por isto em palavras, porque é difícil... é só quando a pessoa tem o prazer de ouvir esta música tão bonita, que vem tão de dentro do coração, que é difícil exprimir por palavras, a beleza da alma fadista. (Carla Pires, fadista, 16 de setembro de 2021).

Figura 5: Fadista Carla Pires



Fonte: arquivo pessoal. Clube do Fado, Lisboa, 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *corpo humano*, compreendido como espaço onde as informações convergem, são interpretadas e ressignificadas, carrega em sua memória, um arcabouço de lembranças e símbolos, e são transmitidos através da *dualidade gesto-som*.

No universo *africano e afro-brasileiro*, cuja identidade é marcada pelo contato com a natureza e liberdade corporal, o corpo se torna ambiente propício a uma gestualidade tridimensional, conjugando ritmos sincopados em um processo de comunicação entre vida e morte. O *Samba*, cuja identidade é genuinamente brasileira, tem em sua gênese, uma pluralidade de impressões culturais que foram armazenadas durante as interações pelas quais foram expostas. O mesmo aconteceu no cenário português, entre o *Fado Dançado* e o *Fado*.

Fruto da miscigenação, a multiculturalidade impressa no *Fado Dançado* foi abandonando com o tempo, devido ao contexto político que a reprimia, a dança sensual e o batuque, exaltando a certa medida, apenas o canto lamurioso presente no *Fado*. No entanto, ao ampliar tal manifestação artística com uma lente de aumento, vemos ainda hoje nela, embora contida pela *bidimensionalidade do corpo europeu*, um pulsar latente; uma força estimulante; uma emoção que explode no peito de quem sente a gestualidade e a sonoridade fadista.

O *Samba* (Brasil) e o *Fado* (Portugal) possuem, em sua origem e trajetória, a emblemática responsabilidade de carregarem em si, a bandeira identitária de cada um dos países que representam. Entretanto, ambos tem em sua alma, os ensinamentos de vida e morte marcados pelo *batuque* que veio da Mãe África.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, A. **Em busca da Lisboa Árabe**. Lisboa: Clube do Colecionador dos Correios, 2007.
- BASTIDE, R. **Le prochain et le lointain**. Paris: Éditions Cujas, 1970.
- BENEDICT, R. **Padrões de Cultura**. Coleção Vida e Cultura. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1934.
- BLACKING, J. **How Musical is Men?** London, Faber & Faber, 1973.
- BOTELHO, I. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, v. 15, nº 2, 2001.
- BOURDIEU, P. **Outline of a theory of practice**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1977.
- CSORDAS, T. J. **Embodiment and experience: the existential ground of culture and self**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- EINFELD, N. **The anatomy of meaning: Speech, gesture, and composite utterances**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009.
- MEDEIROS, Elton. **Samba no Pé**. Documentário produzido por Zeca Ligiéro. NEPA – Núcleo de Estudos das Performances Afro-Ameríndias. UNIRIO, 1993.
- FELDENS, D. G., FUSARO, L. G., CARVALHO, L. O. **Antropologia, Cultura e Indivíduo: reflexões sobre identidade**. POIÉSIS, v.12, n. 21, p. 282-292. Unisul, Tubarão, 2018.

- GREINER, C. **O corpo**: pistas para estudos indisciplinados. São Paulo: Annablume, 2005.
- GOLDBERG, R. L. **A arte da Performance**: do futurismo ao presente. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- HERSKOVITS, M. **Acculturation**: the study of cultural contact. New York, J. J. Augustin Publisher, 1938.
- IAZZETTA F. **O que é a música** (hoje). I Fórum Catarinense de Musicoterapia. Florianópolis: 2001.
- JANOWSKI D. A., MEDEIROS C. C. C. Corpo social e capital corporal: considerações a partir da Teoria Sociológica de Pierre Bourdieu. **Problemata**: R. Intern. Fil. v. 9. n. 2, p. 283-293, 2018.
- KIMMEL, M. Properties of cultural embodiment. In: BERNÁRDEZ, Enrique. et al (eds). **Body, language and mind**. Volume 2: Sociocultural Situatedness. Germany: Walter de Gruyter GmbH & Co, 2008.
- LABAN, R. **Domínio do movimento**. São Paulo: Summus Editorial, 1978.
- Laraia, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 15ª Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar Editor, 2002.
- LAMOUNIER, S. **Digital Sock**: estudo e desenvolvimento de instrumentos musicais digitais com ênfase em Interface Gestual, Análise do Movimento e Interatividade. Tese de Doutorado em Ciências e Tecnologia das Artes, apresentada a Universidade Católica Portuguesa, Porto, Portugal, 2020. Orientação. Paulo Ferreira-Lopes. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10400.14/31069>>. Acesso em 4 mar.2022.
- LIGIÉRO, Z. **Corpo a corpo**: estudo das performances brasileiras. Rio de Janeiro: Garamond Editora, 2011.
- SANTOS, Lygia M. **Samba no Pé**. Documentário produzido por Zeca Ligiero. NEPA – Núcleo de Estudos das Performances Afro-Ameríndias. UNIRIO, 1993.
- GODARD. H. Gesto e percepção. In: MICHEL, Marcelle, GINOT, Isabelle. **La danse ou XXeme siècle**. Tradução: Silvia Sorer. Paris: Bordas, 1995.
- KATZ, H. e GREINER, C. **Por uma teoria do corpomídia ou a questão epistemológica do corpo**. Colección Teoría de las Artes Escénicas – Archivo Virtual, 2005.
- MATURANA H. e VARELA F. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas do entendimento humano. Trad: Jonas Pereira dos Santos. Ed: Psy II, 1995.
- MERLEAU-PONTY, M. **Phénoménologie de la perception**. Collection Bibliothèque des idées. Paris: La Librairie Gallimard, NRF, 1945, 531 p.
- MERRIAM, A. P. **The Anthropology of Music**. Evanston, Northwestern University Press, 1964.
- NERY, R. V. **Para uma História do Fado**. Lisboa: Público (Fado 100 anos), 2004.
- PREECE, J. et al. **Human-Computer Interaction**. Addison-Wesley, 1994.
- RIBAS T. **Danças populares portuguesas**. Biblioteca Breve / Vol. 69, 1982.
- SANTAELLA, L. **Comunicação e Pesquisa**: Projetos para Mestrado e Doutorado. Hacker Editores: São Paulo, 2001.
- SARDINHA, J. A. **A origem do fado**. Vila Verde: Tradisom, 2010.
- SCHAFER M. **The Soundscape**: Our Sonic Environment and the Tuning of the World. Book Trade, Estados Unidos da América, 1977.

- SCHWAB, K. **The Fourth Industrial Revolution**. World Economic Forum, Geneva, Switzerland, 2016. 184 p.
- SCHANNON, C. E. E WEAVER, W. **The mathematical theory of communication**. The University of Illinois Press: URBANA, 1964.
- SOFFER, J. **Embodied perception**: redefining the social. *Theory and Psychology*, 11 (5), 655-670, 2001.
- SUCENA, E. **Lisboa, o fado e os fadistas**. Lisboa: Nova Veja (Memória de Lisboa), 2008.
- TINHORÃO, J. R. **Fado**: Dança do Brasil, Cantar de Lisboa. Lisboa: Caminho, 1994.
- VAGGIONE, H. Some ontological remarks about music composition process. In **Computer Music Journal**, 25(1): 54-61, 2001.
- VARELA, J., THOMPSON, E., ROSCH, E. **The embodied mind**: Cognitive science and human experience. MIT Press, Cambridge, MA, USA., 1991.

Entrevistas:

- Mestre Petchu – 19 de setembro de 2021 (Lisboa, Portugal)
- Carlos Leitão – Clube do Fado (Lisboa, Portugal) – 16 de setembro de 2021
- Carla Pires – Clube do Fado (Lisboa, Portugal) – 16 de setembro de 2021
- Isabel Castro Henriques – 29 de setembro de 2021 (via zoom)
- Pak Nadjamena – 02 de novembro de 2021 (Porto, Portugal)
- José Lino – Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal (Lisboa, Portugal) – 05 de novembro de 2021 (via zoom)
- Domingos Moraes – 26 de novembro de 2021

Aurelino Leal, polícia e memória sob escombros e documentos na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República

Fatima Gabriela Soares de Azevedo

O Rio de Janeiro (também sob a denominação de Guanabara) foi capital do Brasil por quase dois séculos, atravessando formas de Estado e governo diferentes. O território não abriu mão da atenção de nível nacional mesmo após deixar de ser distrito federal. O presente texto propõe análise de um documento histórico (discurso proferido pelo chefe de Polícia Aurelino Leal) tendo em vista aspectos da teoria crítica de Walter Benjamin para pensar a gestão do espaço urbano carioca e a resistência ali existente no início do século XX. Para atingir essa finalidade, será necessário realizar breve explanação sobre a modernização do Rio que precede o documento em que Aurelino exprime sua opinião sobre o processo e seus impactos na história urbana.

Os objetivos do plano de remodelação da cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX seriam facilitar a “circulação urbana” (entre bairros, no centro e de mercadores e pessoas) e segregar espacialmente as classes baixas das classes abastadas. Benchimol fala do objetivo de “polícia” sanitária e militar durante a modernização:

A Avenida do Cais foi concebida também como um instrumento de ‘polícia’ sanitária e militar para uma das áreas mais perigosas do Rio de Janeiro. (...) E, num comentário [do *Jornal do Commercio*] onde transparecia a clássica concepção haussmaniana da avenida como instrumento de coação, concluía: ‘a função da polícia tornar-se-á muito mais fácil nesses bairros hoje tão perigosos’ (BENCHIMOL, 1990, p. 226).

O discurso das elites encampado pela imprensa era o da defesa do progresso e da civilização, moldando a forma de modernização da capital do país. Entre os elementos caracterizadores da reforma urbana empreendida na administração do prefeito Pereira Passos estavam o uso retórico da imagem da cidade como corpo e de termos biológicos na explicação histórica ou sociológica (como, por exemplo, a partir de referências às avenidas como artérias, e a existência de “doença social” no espaço urbano); a retórica

do progresso, a valorização de áreas nobres (conforme se pode observar nos planos urbanos que inspiraram o prefeito); a violação de direitos (sobretudo, mas não só, nos processos de desapropriação); as ligações com o capital internacional - pela contratação de empresas estrangeiras para consultoria ou execução das intervenções, ou pela prestação direta dos serviços públicos (esgoto, gás e iluminação pública eram concessões exploradas por companhias estrangeiras contratadas diretamente pelo Governo Federal). O norte da remodelação é, de forma visível, Paris e a reforma haussmaniana, processo no qual o próprio Pereira Passos havia trabalhado (BENCHIMOL, 1990).

A forma de execução do projeto modernizador foi a *exceção*, utilizada amplamente. Na sua face mais evidente, que é a da administração da cidade, destaca-se que o prefeito chegou a suspender o poder legislativo municipal por seis meses no início de seu mandato (o que fora possível em razão da ampliação de poderes prevista no Decreto Federal nº 1.101, de 19/11/1903, conforme BENCHIMOL, 1990, p. 249), além de ter governado sob a decretação do estado de sítio pelo Congresso, em 16/11/1904 (em razão da necessidade de se contornar a *Revolta da Vacina*, maior expressão do descontentamento do povo no período).

É exemplo menos perceptível, mas igualmente violento, de que se tratava de um governo caracterizado pelo controle e pela exceção, o Código de Posturas, usado para repressão de hábitos e condutas populares, que impunha confinamento da cultura popular à ordem burguesa. Pereira Passos proibia “costumes incivilizados”, sujeitos, que se viam na cidade, como a ordenha de vacas na rua através do dispositivo (BENCHIMOL, 1990, p. 277- 278). O projeto da reforma urbana de Pereira Passos e sua propaganda da modernização constituíram, ao menos para a grande massa de população expulsa de suas moradias e comércios, uma tragédia.

É ilustrativa da reforma a imagem descrita por Cláudia Oliveira, sobre o desmonte de um morro, que constitui

(...) paisagem que parece denunciar o absoluto descaso das autoridades com os trabalhadores da modernidade. As figuras são dispostas e projetadas no ambiente, realçando a densidade da área de população mista – branca, negra e mulata. População constituída por trabalhadores que provavelmente serviam às áreas em torno do morro: ambulantes, lavadeiras, quitadeiras, trabalhadores portuários. A exposição do objeto é literal, e a imagem centra-se nos extremos: nos destroços e nos debris, na população desolada que sequer presta atenção ao fotógrafo, Todos olham ao redor; alguns, de braços cruzados, olham para o que restou de suas antigas moradias, outros procuram encontrar o que poderia ter restado.(OLIVEIRA, 2011, p. 175).

A experiência aurática, no sentido da percepção sensorial (JANZ, 2012), da obra da reforma, que é monumento de barbárie (BENJAMIN, 1994, p. 226), é, nesse sentido, estarrecedora. Diante da imagem da barbárie que se produz no espaço e nas vidas, são válidas as reflexões de Benjamin (1994, p. 207; 225), que alerta sobre a necessidade de se evitar o “espetáculo da morte por instituições higiênicas e sociais” e de se reescrever a história a contrapelo da catástrofe.

DOCUMENTO COMO INDÍCIO DE BARBÁRIE

O Discurso proferido no acto de Inauguração da Conferencia Judiciaria-Policial, em 3 de maio de 1917 e o *Discurso proferido no acto de Encerramento da Conferencia Judiciaria-Policial*, em 3 de maio de 1917, foram escritos por Aurelino Leal, e cabe compreender quem foi o autor de alguns documentos históricos que constituem monumento da barbárie moderna no Rio de Janeiro da Primeira República. Na obra em que estão registradas as palestras analisadas, ocorridas na *Conferencia Judiciaria-policial*, em que o autor fala de uma necessidade de reforma no serviço de polícia da capital¹ e das relações entre polícia e judiciário, que precisam se estreitar para cumprir uma política criminal sólida.

Aurelino Leal foi escolhido Chefe de Polícia do Distrito Federal por Wenceslau Braz, então presidente da República e ex-vice Presidente. A trajetória política do baiano já havia sido construída a partir de caminhos jurídicos – após o bacharelado em direito, fora nomeado promotor no interior de seu estado e dedicou-se também ao jornalismo. Após sair da promotoria foi advogado, deputado estadual e diretor da Penitenciária de Salvador. A primeira vez que assumiu um cargo de Chefe de Polícia foi na Bahia em 1904. Até 1914, quando foi nomeado por Wenceslau Braz, ainda teve outra temporada de exercício da advocacia e do jornalismo, além de ter sido eleito deputado federal pela Bahia por duas vezes sem que tenha havido a diplomação, por cancelamento dos pleitos. Já no Rio e como Chefe de Polícia, foi nomeado professor substituto de direito constitucional da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (onde posteriormente tornou-se catedrático de direito internacional público) e participou da reorganização do Tribunal de Contas da União. Foi também interventor do Rio de Janeiro no governo de Artur

¹ O projeto de reforma do serviço de polícia da capital data de 1917, momento em que Aurelino já é considerado um político maduro e de respeito no cenário nacional. A reforma não ocorreu pois Wenceslau Brás julgou inapropriado aprovar a mudança já no final do mandato, deixando a tarefa a cargo de novo governo que se iniciasse.

Bernardes e exerceu o mandato de deputado federal pela Bahia em 1924 (VASCONCELOS, S/D).

Ao realizar a Conferência, Aurelino tinha os seguintes objetivos (LEAL, 1917, p.5-6): estreitar os laços entre membros da magistratura e autoridades policiais (interessante notar que não se trata apenas de uma aproximação institucional objetiva, Aurelino deseja proximidade pessoal, dos *membros e autoridades*), discutir a organização da polícia na capital, delimitar assuntos de interesse comum à justiça e à polícia - dado que ambas atuam para a manutenção da ordem, delinear a atuação policial em marcos legais para diminuir arbitrariedades. Ou seja, pretendia o Chefe de Polícia dar unidade à política criminal em vigor. A citação do exemplo de Paris, corriqueira nesse momento histórico, é ilustração e indício do objetivo.

O documento aborda pontos nodais do pensamento conservador de Aurelino, que discorre sobre a importância de modular costumes populares através de tipos penais e contravenções, como a vagabundagem. O chefe de polícia afirma que poucas eram as condenações em tal conduta, embora a polícia estivesse firme no propósito de perseguir os transgressores. Assim, demandou reunião interinstitucional com membros do Ministério Público e julgadores para corrigir os resultados pouco efetivos. Orgulha-se de igualmente ter combatido o meretrício “escandaloso” e também a pornografia (que entende que planta uma semente ruim na moral da população), cotejando novamente com situações de Paris e Londres para reforçar a necessidade do bom trabalho da instituição (LEAL, 1917, p.15-16).

O foco de sua atenção é a construção de uma doutrina/política conservadora para a restrição da liberdade diante dos seus “abusos”. O conferencista é claro ao realizar o elogio do (evangelho do) conservadorismo, responsável que seria, na história constitucional brasileira, por conter com freio de mão o liberalismo. Leal retoma seu próprio pensamento para insistir que não existem liberdades livres, mas tão somente liberdades jurídicas e desaconselha que jornalistas acompanhem e noticiem investigações, crendo na discricão do serviço policial para a melhor realização de seu mister, como se pratica em Londres. Um dos problemas a impedir a plena realização do controle social pela polícia seria a deficiência do serviço de ronda e investigação no Rio de Janeiro (LEAL, 1917, p. 12-18). Não é pouco o que está aqui descrito. Para melhor satisfazer às necessidades do capital (em nenhum momento criticadas), seria preciso controlar e limitar o exercício da liberdade pelos habitantes da cidade- inclusive aqueles que nem sequer haviam praticado condutas consideradas criminosas.

Segundo o Chefe de Polícia, a temporalidade do mandato é fator que prejudica a eficiência da política criminal a partir do aparelhamento, já que a mudança a cada troca de governo deveria ser substituída pela fidelidade à política criminal em si, “maximé entre nós aonde não há agrupamentos partidários” (LEAL, 1917, p.21). Seu ponto é digno de nota já que a política criminal não encontra de fato alterações com a variação de titulares do executivo no país no período (e, de resto, no capitalismo). O argumento do banimento daquilo que se chama de “pequena” política da polícia para torná-la técnica demonstra que de fato o que se deve defender nessa matéria é o próprio sistema e não nomes. Novamente países europeus são tomados como exemplo – Alemanha, Inglaterra e França mantêm mesmos dirigentes na instituição, que chegam a ocupar o cargo por décadas, enquanto no Brasil em 29 anos o distrito federal teve 28 pessoas diferentes na chefia da polícia (LEAL, 1917, p. 23). Surge daí mais um elemento a justificar a reforma da polícia para torna-la mais eficiente.

Após as discussões da Conferência, o Chefe de polícia encerrou-a com novo discurso, trazendo o tema da conservação da cidade com o (eterno) exemplo de Paris, que mantém o espaço urbano sob vigilância sanitária e alimentar. Reforça-se também o Rio de Janeiro como modelo e laboratório, “uma cidade que é o cérebro do Brazil, que tanto se gaba da sua civilização e a sua cultura”, daí a necessidade de manter tão bem alinhadas as políticas de segurança/vigilância: tudo será exportado para o restante do país (LEAL, 1917, p.35-37) como mecanismo do governo pela exceção. Conforme o próprio Chefe de Polícia “A força não é aparelho específico da Policia, mas poder realizador do próprio direito e, portanto, base do Estado”. Em seu pensamento autoritário, “o constrangimento e a norma produzem a disciplina”, e, citando Blakstone, Leal acentua que a polícia se sujeita “às normas protetoras da propriedade” e é isso que, em suma, orienta de fato a ação policial na [e para o] capital (LEAL, 1917, p. 38-40).

A teoria do estado por trás do seu pensamento vai encontrar abrigo nos escritos de Carl Schmitt. O soberano, figura que remonta ao príncipe de outrora, passa a ter algumas restrições formais ao seu poder na organização do ordenamento jurídico moderno². No entanto, o espaço para a decisão na exceção ao próprio direito se coloca

² Vale citar diretamente Aurelino para delinear seu pensamento sem exageros ou imperfeições: “Antes de tudo, surge o príncipe, e, com elle, agindo em seu nome, e segundo suas determinações, vários funcionarios, tendo como limite da sua acção a responsabilidade perante Deus e a propria consciência, de um lado, e a utilidade geral do outro lado. Dessa extrema absorção de Governo e administração, havia, mais tarde, de desagregar-se a função judiciaria, conquistando a independência. O direito privado passou a ser applicado pelo juiz; o príncipe soffreu a constricção de só edital-o em fôrma de lei e de só desse modo reformal-o para reger casos futuros” (LEAL, 1917, p.41-42).

diuturnamente, pois a vida excede o seu prévio controle. E aí aparece a discricionarietà, que precisa ter um autor.

Quando em uma situação social determinada, e para acudir a manifestações menos compatíveis com a ordem pública, fôr votada uma lei ou expedido um regulamento, deve-se entender que o fim do legislador foi remediar os symptomas revelados, pela crise, attenuando-os ou fazendo desaparecer. Si entre as disposições da lei ou do regulamento, a autoridade fôr investida de algum poder discricionario. o fim que o legislador teve em vista é o circulo em que ella se terá de mover (LEAL, 1917, p.45).

Embora Aurelino Leal faça a ressalva de que a discricionarietà está limitada pelas garantias constitucionais³, é para violá-las em favor do interesse do capital que as instituições, e as pessoas que as ocupam, devem se alinhar em esforços como o da Conferencia: “Dahi, a necessidade da approximação que quiz tentar e que, me parece, está transformada em efficacissima realidade” (LEAL, 1917, p.55).

Se os poderes, no estado brasileiro, estão em uníssonos, as funções inerentes ao soberano são executadas sem que ocorra a mínima suspeita de se suspender o ordenamento, que parece cuidadosamente observado enquanto se solapa o que deveria estar protegido como um pilar e fundamento – a liberdade em si, manifestada especificamente no direito de liberdade de reunião por grupos de resistência. É exemplo a contenção de greve ocorrida em meio à Conferência:

“No espaço decorrido entre a votação definitiva dos nossos estudos e esta reunião, a cidade passou pelo perigo de uma grande convulsão. Refiro-me ao movimento operário. Aquelles que duvidaram do êxito do nosso tentameu devem estar convencidos do erro commettido. A parede e os seus antecedentes vieram pôr em grande destaque a obra da Conferência. Um nosso talentoso confrade, diante dos factos, commentou-o com um sorriso alludindo á opporrtnnidade da Conferência e dizendo-me sem ambages: «Nem de encomenda!». O primeiro triumpho se concretizou no habeas-corpus com que os anarchistas pretenderam garantir-se no direito de «realizar comícios operários em qualquer praça, theatro ou outro lugar conveniente desta cidade». Por unanimidade de votos, a 3ª Câmara da Corte de Appelação adoptou os motivos por mim expostos, no tocante a localização de meetings, reconhecendo tal direito á policia. Batidos ahi, os anarchistas recorreram ao Supremo Tribunal Federal, onde mais ruidosa decepção os feriu. Ao nosso eminente confrade, o ministro Viveiros de Castro, que redigira, magistralmente, na Conferência, a these sobre liberdades individuaes e suas restricções, coube a sorte de relatar o recurso, exprimindo o voto brilhantíssimo que se consubstanciou no accôrdão n.

³ O próprio Marx, em seu *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* já destacava a importância das lacunas que o próprio ordenamento prevê em si, abrindo a necessária margem para a *exceção*. Para ele “Isso se deve ao fato de que cada parágrafo da Constituição contém a sua própria antítese, a sua câmara superior e a sua câmara inferior, a saber, na sentença universal, a liberdade e, na nota marginal, a revogação da liberdade.” (MARX, 2011, p. 42)

4.313, apoiado por todo o Supremo Tribunal, reserva feita de um ponto, do qual discordou um único juiz. Póde-se dizer que essa sentença da nossa suprema Corte foi a carta de lei conservadora da ordem publica da cidade. A policia tivera o apoio da justiça que reconhecera, doutrinais e constitucionalmente, a legitimidade da sua acção.” (LEAL, 1917, p. 56-5)

Conservadorismo é o nome, portanto, que, no caso, assume a defesa do *status quo*, à custa da supressão da expressão, do registro da resistência dos oprimidos. O documento de Aurelino, nesse sentido, é uma fonte que abre indícios para investigação da resistência, da memória dos oprimidos que o texto, enquanto um documento da narrativa oficial, esconde ao naturalizar a barbárie.

A MEMÓRIA DOS OPRIMIDOS NO TERRITÓRIO INTERESSE DO CAPITAL

No discurso de abertura, Aurelino destaca que o momento delicado pelo qual passava o país deveria ser substituído pela glória que seria sua por destino. O Brasil grande e próspero é o que deveria resultar da junção dos esforços de cada brasileiro. Assim, a rápida conquista da emancipação política e a proclamação republicana são sequências temporais quase que naturais numa narrativa de esplendor reservada ao imenso território, seu povo e cultura (LEAL, 1917, p. 30-31). Um século depois e a glória do futuro não se materializou, não para a ampla maioria de vencidos, para quem o discurso do progresso é um aviso de morte.

Segundo o filósofo alemão Walter Benjamin, há situações nas quais não cabe distinção entre exercício do direito e faticidade do poder (BENJAMIN, 1986). A reforma urbana e a contenção da greve impõem a confusão de ambos como realidade para os oprimidos, não somente pela zona cinzenta que caracteriza o espaço da exceção, mas pelo próprio domínio específico do tempo que se coloca de forma violenta.

Se há um progresso na reforma da cidade e da modernização das estruturas de controle, ele contém sobretudo os elementos da ruína, sobre a qual se constrói, e na qual se torna. O esgotamento da modernidade começa quase que concomitantemente ao seu surgimento, principalmente em decorrência de sua aceleração da vida.

No pensamento benjaminiano, a memória precisa se desprender do sentido de tradição que lhe dá a modernidade, para a qual o real se confunde com facticidade. Na crise moderna, a memória deve ser arma de combate (MATE, 2008, p. 161). E mais que isso: deve assumir um sentido de teoria do conhecimento.

É preciso pela rememoração enxergar ausências presentes e presenças ausentes, que só se conhecidas constroem positivamente os sujeitos. “O verdadeiro lembrar, a rememoração, salva o passado, porque procede não só à sua conservação, mas lhe assinala um lugar preciso de sepultura no chão do presente, possibilitando o luto e a continuação da vida” (GAGNEBIN, 2012, p. 35).

Assim, se torna imprescindível revelar que sob a arquitetura espacial e criminal da cidade – que intenciona não deixar vestígios dos vencidos, repousa a violência e o sangue dos transgressores da ordem. A memória se converte, portanto, em uma atividade hermenêutica de visibilização do invisível, em conhecimento e dever – para impedir a repetição, mas, principalmente, para fazer justiça.

A concepção de justiça trabalhada a partir da injustiça se relaciona ao conceito de política benjaminiano, que inclui a dimensão do profano e do messiânico, porquanto ambos busquem a felicidade: aquela somente dos vivos, esta também dos mortos, das vítimas da história. A inclusão dos mortos é necessária para que não sejam esquecidos, invisibilizados, apagados, por um presente no qual também estão, ainda que pela ausência (MATE, 2008, p. 181).

Sob escombros, emerge a perspectiva dos oprimidos. As vítimas também vivem na rememoração que alimenta a resistência que se engendra nesta *construção violenta do consenso*.

NOTAS CONCLUSIVAS

O processo modernizador republicano no Rio de Janeiro levou as contradições sociais ao extremo, gerando, inevitavelmente, colisão de interesses revelada no confronto direto e no uso da violência propriamente dita, que se configura como monopólio das armas a serviço do domínio do tempo e do controle da vida.

Uma vez que as elites tiveram lugar privilegiado na reestruturação urbana, onde se localiza a ideia de reestruturação da polícia pelo conservador Aurelino Leal, resta procurar pelos oprimidos da cidade: como ficou o povo e como se inseriu nos projetos urbanos do Rio de Janeiro? Da resistência, que se afirma como legado, é possível concluir que o processo não é mais que a farsa de uma tragédia já anunciada. O espaço da cidade, do ponto de vista dos oprimidos, apenas reforça a máxima benjaminiana de que a exceção é a regra e que urge a construção de uma perspectiva histórica permeada pela memória dos ausentes nas narrativas oficiais.

A República no Brasil tivera a missão de trazer consigo a modernidade, e na velocidade das rápidas locomotivas utilizadas no período. Toda a intervenção direta na cidade e na vida de seus habitantes, contudo, não se dá sem uma resistência popular. A política fazia-se presente na vida da população, sobretudo dos trabalhadores, a partir de greves, quebra-quebras, arruaças e revoltas como a da *vacina*. Os vencedores se esforçaram para apagar essas erupções de resistência e seus registros- proibindo a greve e a revolta, censurando costumes, patrulhando o viver dos mais pobres, como é o objetivo da política criminal, mas sua memória guarda rastros de sangue em cassetetes, processos criminais e escombros de desmontes de morros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. **A origem do drama trágico alemão**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011
- _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas. Vol. I. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural e Divisão de Editoração, 1990.
- LEAL, Aurelino. **Polícia e poder de polícia**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/bibliotecadigital/DominioPublico/39236/pdf/39236.pdf>>. Acesso em 26 mar. 2018. P.1-60.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Apagar os rastros, recolher os restos. In: SEDLMAYER, Sabrina e GINZBURG, Jaime. (Orgs.) **Walter Benjamin: rastro, aura e história**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- JANZ, Rolf-Peter. Ausente e presente: sobre o paradoxo da aura e do vestígio. In: SEDLMAYER, Sabrina e GINZBURG, Jaime. (Orgs.) **Walter Benjamin: rastro, aura e história**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- MATE, Reyes. **La herencia del olvido**. Madrid: Errata Naturae, 2008.
- OLIVEIRA, Claudia. A iconografia do moderno: a representação da vida urbana. In: OLIVEIRA, Claudia; VELLOSO, Monica Pimenta; LINS, Vera. **O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 111-266.
- OLIVEIRA, Pedro Rocha de. Golpes de vista. In: **Até o último homem**. BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. (Orgs.) São Paulo: Boitempo, 2013. (Coleção Estado de Sítio).
- VASCONCELOS, Claudia Beserra. Verbetes. Primeira Republica. **CPDOC**. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/LEAL,%20Aurelino.pdf>> . Acesso em 05 abr 2022.

Plano Nacional de Cultura e políticas públicas para inclusão na era da informação

Lucas Leal

Este artigo problematiza a categoria *inclusão social* em políticas públicas através de dados recolhidos durante pesquisa efetuada a partir da análise documental do Plano Nacional de Cultura (PNC), Lei nº 12.343/2010, sob a perspectiva dos direitos sociais e de cidadania. A pesquisa aponta em que medida o PNC, como diretriz orientadora da política pública de cultura dos anos 2000, incorporou elementos (princípios, diretrizes e ações) que associam a cultura à expansão da cidadania.

O Plano Nacional de Cultura começou a ser discutido na agenda política em 2000, e efetivamente em 2005, 17 anos após indicação da atual Constituição Federal do Brasil (1988). A elaboração do PNC exigiu um intenso processo de participação e inclusão de diferentes atores sociais, sendo este o ponto diferencial dele para historicidade das políticas culturais. A lei de 2010 que instituiu o PNC, prevista para durar 10 anos até uma nova proposta, representou, por isso, uma mudança estrutural em relação às políticas culturais anteriores, na medida em que incorporou princípios inovadores relacionados à produção cultural, ao papel do Estado e à ampliação do acesso como elementos de inclusão social.

A discussão do PNC entrou na agenda política quando o então deputado Gilmar Machado (PT/MG) propôs uma emenda à Constituição (PEC/306) que discorria sobre a criação e manutenção de um plano nacional de desenvolvimento voltado à cultura e ao social, a partir da recomendação da Constituição Federal de 1988. A referida PEC foi posteriormente transformada na Emenda Constitucional (48/2005) e finalmente acrescenta ao § 3º do art. 215 da Constituição Federal, a Instituição do Plano Nacional de Cultura (tramitação na câmara dos deputados)¹.

Efetuamos pesquisa bibliográfica através da metodologia da análise documental, tomando como base os documentos oficiais reconhecidos pelo governo federal.

¹ Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14692>.

Investigamos tensões e possíveis contradições dos documentos, as ambiguidades e falta de solidez no que se refere às concepções estritamente teóricas que identificamos. Posteriormente, empreendemos a análise do PNC a partir de categorias de análise que expressam a presença de direitos sociais, a saber: a) *Cidadania*, enfocando os elementos sobre reconhecimento e redistribuição (e como se expressa de forma recorrente nos documentos); b) *Inclusão social*, destacando que setores, outrora excluídos das políticas culturais, são incorporados; c) *Diversidade cultural*, dando ênfase em possíveis novos elementos de reconhecimento propostos pelo Plano; d) *Participação social*, principalmente entendendo os novos mecanismos de participação na estrutura institucional, com destaque para os Pontos de cultura.

A partir da análise documental do material, fizemos análises críticas das ocorrências de cada categorização em cada documento de acordo com a historicidade tratada no próprio Plano Nacional de Cultura. No artigo apresentaremos resultados da pesquisa, dando ênfase à questão da inclusão na perspectiva da sociedade da informação e a relação com os setores culturais².

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na pesquisa salientamos que a inclusão social vem atrelada a uma importante discussão sobre Patrimônio Cultural, e a relação de inclusão com diversidade cultural nos documentos. Frisamos que a relação entre os conceitos de cidadania é um dado importante para a questão da pesquisa através das categorias criadas, uma vez que elas surgem a partir da linha teórica discutida ao longo da argumentação.

A criação de um Conselho Nacional de Política Cultural (2010) foi fundamental para a estruturação de especificidades para a elaboração da lei. Percebemos que o conceito de inclusão se direciona a uma questão formal, tendo como foco o desenvolvimento de instituições culturais e a ampliação do acesso às mesmas.

A partir dessa compreensão nos perguntamos a respeito da sociedade da informação (ou Era da Informação). O termo vem sendo desenvolvido relacionando a questão tecnológica e suas transformações sociais, como mediadora das relações humanas e das

² Tivemos que construir um recorte nos dados da pesquisa (e durante a pesquisa também recortamos); no artigo apresentaremos uma amostragem dos dados sobre uma categoria analisada (inclusão). Seria inviável tratar todas as questões de inclusão que aparecem nos documentos. Para facilitar as informações das análises, criamos um endereço eletrônico público com todo material analisado. Disponível em <https://www.dropbox.com/sh/1ejhfqelv26wurg/AABAJ5scXj3eX_kL2EqaTT6Ma?dl=0>. Acesso em 4 mar.2022.

interações entre Sociedade, Estado e máquinas, essas últimas cada vez mais autônomas. Uma das principais características dessa realidade é hiperconectividade, ou seja, o fato de estar todo mundo conectado o tempo todo.

Para Assmann (2000), podemos destacar a sociedade da informação como uma “Sociedade aprendente”, conectando a informação com ferramentas de hipertexto, construindo um pensamento transversal e compreendendo a importância da “Transdisciplinaridade”. De acordo com o autor, a “sociedade da informação precisa tornar-se uma sociedade aprendente”, e estabelecem como mecanismos condutores as novas tecnologias da informação e da comunicação. Dessa forma, “a era da informação” tem como eixo central de conhecimento a tecnologia, assumindo, cada vez mais, um papel ativo na configuração das ecologias cognitivas.

Para Assmann (2000), as tecnologias da informação e da comunicação facilitam experiências de aprendizagem complexas e cooperativas. Ele argumenta que o hipertexto não é uma simples técnica e sim “uma espécie de metáfora epistemológica para a interatividade”. Assim, compreendemos que as redes e a conectividade podem abrir nossas mentes para a sensibilidade solidária, e se tornaram padrão para ampliação da inclusão social (interligada com o conceito de diversidade cultural). O autor pontua que a sociedade da informação “requer um pensamento transversal” e projetos transdisciplinares de pesquisa e aprendizagem (a partir dos dados, podemos gerar novos dados e assim por diante).

A seguir a tabela 1 com a lista de documentos (2013-2014) - Planos territoriais, setoriais e revisão do PNC.

Tabela 1: Planos territoriais, setoriais e revisão do PNC (2013-2014)

DOCUMENTO	CIDADANIA	INCLUSÃO SOCIAL	DIVERSIDADE CULTURAL	PARTICIPAÇÃO SOCIAL
Acompanhamento dos planos municipais e estaduais de cultura. (Não disponível em pesquisa 23/05/2021).	-	-	-	-
Adequação e elaboração de planos setoriais de cultura.	3	1	6	9
Monitoramento das metas do PNC.	-	-	-	-
Realização da 3ª Conferência Nacional de Cultura.	11	1	16	4
Revisão do PNC. (Não disponível em pesquisa 23/05/2021).	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria.

A respeito da categoria “Inclusão social”, destacamos quais setores sociais, outrora excluídos, figuram nos documentos analisados (2013-2014). No documento “Adequação e elaboração de planos setoriais de cultura” (2011, p.46) encontramos uma menção:

Após a análise pelas comissões, e sempre que existiam projetos que tratavam ou propiciavam a discussão da *inclusão social*, de ações afirmativas e que combatiam o preconceito social, de gênero, de etnia, de orientação sexual etc., as comissões eram priorizadas para a recomendação às empresas parceiras do Programa Conta Cultura.

Avançou-se em pautas identitárias (reconhecidamente bandeiras dos Movimentos sociais contemporâneos) e na forma de seleção de produtos/obras através dos editais de fomento pelo país. Mas, apenas em 2018 que se anunciaram cotas de gênero, por exemplo, pela Agência Nacional de Cinema (ANCINE)³.

Pontuamos que após idas e vindas para o setor cultural em 2019/2020, tivemos uma definição desastrosa para o Plano Nacional de Cultura, com o projeto de Lei nº 572, de 6 de outubro de 2020⁴, que “altera a Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010”, ampliando o prazo de vigência do Plano Nacional de Cultura por mais dois anos. Pela ineficiência na gestão de políticas culturais e pela ausência de amplo diálogo democrático com os setores culturais, o atual governo não conseguiu articulação política para aprovar seus conceitos conservadores, tendo como saída a prorrogação do Plano por mais dois anos, enfraquecendo ainda mais a participação social nas políticas culturais.

Durante a análise, organizamos e analisamos todos os documentos de 2013-2018 - monitoramento e novo PNC (que não foi elaborado). Das etapas previstas para analisar o tópico, trabalhamos principalmente a análise de algumas metas e o monitoramento geral do Plano Nacional de Cultura (PNC) com os relatórios do MinC (2013-2018)⁵. Pontuamos que a 4ª Conferência Nacional de Cultura não aconteceu, nem a revisão do PNC e, conseqüentemente, não tivemos o desenvolvimento de um novo PNC. Abaixo a tabela 2 com a lista de documentos e menções de acordo com a categorização criada (até 2018):

³ Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2018-03/ancine-anuncia-cotas-de-genero-e-raca-em-edital-para-producao-de-filmes>.

⁴ Disponível em <https://www.in.gov.br/web/dou/-/despachos-do-presidente-da-republica-281543291>.

⁵ Decidimos condensar todos os relatórios do MinC neste tópico, incluindo o primeiro relatório (2013), para termos maior facilidade nas análises e entendimento do leitor.

Tabela 2: Documentos do item 14: Monitoramento e novo PNC

DOCUMENTO	CIDADANIA	INCLUSÃO SOCIAL	DIVERSIDADE CULTURAL	PARTICIPAÇÃO SOCIAL
Finalização do processo de revisão do PNC e publicação das alterações.	-	-	-	-
Elaboração dos Planos Plurianuais (PPA) com base nas metas do PNC revisado.	-	-	-	-
Análise e avaliação qualitativa das metas e o monitoramento do Plano Nacional de Cultura (PNC) organizado pela UFBA (e os Relatórios do Minc - objeto central do tópico)	12	2	41	57
Relatório 2013	9	1	19	20
Relatório 2014	8	1	31	25
Relatório 2015	12	1	33	29
Relatório 2016	24	0	47	25
Relatório 2017	18	1	41	33
Relatório 2018	22	0*(1)	41	33
Realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura. (Não realizada)	-	-	-	-
Elaboração de novo PNC. (em 2020 o PNC foi prorrogado por mais 2 anos)	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Agora, para finalização do artigo, vamos destacar, dentro das 53 metas previstas no Plano, o balanço geral do monitoramento das seguintes: 3, 6, 16, 23, 47 e 49. Enfatizamos que o estudo buscou destacar a documentação a partir da categorização criada de acordo com estudos sobre direitos sociais (e culturais), cidadania e política social – tendo como objeto a análise do Plano Nacional de Cultura (PNC) e o ineditismo em relação principalmente a *inclusão social* através de políticas culturais.

A META 3 é: *Cartografia da diversidade das expressões culturais realizada em todo o território brasileiro; produzir um mapa das expressões culturais e linguagens artísticas de todo o Brasil.*

Na construção dos dados exploramos um mapa que pretende apresentar a diversidade cultural do Brasil. Buscamos ratificar a importância da inclusão social para políticas culturais no Brasil e encontrar nos documentos os instrumentos/mecanismos,

sobretudo recursos da tecnologia, incentivando o desenvolvimento de plataformas digitais para compartilhamento das informações.

Durante a avaliação do material gerado na cartografia da diversidade cultural brasileira, o estudo apontou para especificidades, questões regionais e aspectos do próprio patrimônio artístico (material e imaterial) que influenciam nas articulações político-sociais. Neste sentido, a construção do mapeamento levou em consideração todas as expressões artísticas (teatro, dança, circo, artes visuais, música, entre outras).

Além disso, questões étnico-raciais são foco da diversidade cultural que se complementa com a categoria de inclusão social, justamente por compreender análises de grupos específicos como povos indígenas; ciganos; culturas populares; imigrantes; lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs⁶); mulheres; pessoas com deficiência ou transtornos psíquicos; mestres de saberes e fazeres tradicionais; crianças, jovens e idosos. Estes são grupos historicamente excluídos dos processos decisórios da democracia brasileira, o que explica a necessidade do desenvolvimento de um PNC que possibilite a inclusão desses e outros tantos grupos que surgem durante a constante reorganização social.

Ainda assim, é preciso pontuar que o levantamento cartográfico foi sendo atualizado no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), e esse mecanismo digital de recolhimento/compartilhamento de informações é fundamental para que a inclusão social através da cultura e da comunicação elaborem políticas públicas eficazes para era da informação. Os dados recolhidos durante a pesquisa (2016-2021) apontam importantes caminhos para o recolhimento dos dados e o desenvolvimento pleno das plataformas de informação digital (por isso disponibilizamos os documentos analisados em plataforma digital para futuros pesquisadores da área).

Falta-nos, entretanto, desenvolver infraestrutura técnica para ampliação de mão de obra qualificada, inclusive na educação, com formação de professores que dominem ferramentas de tecnologia e informação, que fundamenta o contexto atual da “Era da informação”, para se concretizar a inclusão social. É preciso investir em sistemas sofisticados de armazenamento e compartilhamento de dados, porém, é preciso que isso também chegue à população em geral, e aos grupos excluídos (conforme citamos), ou seja, as políticas públicas culturais devem garantir formas de acesso para população, além

⁶ Adotamos as siglas utilizadas na documentação analisada.

da informação e seu armazenamento, concretizando a inclusão social (na era da informação).

Todas as metas estão sendo medidas por meio digital e têm uma estrutura colaborativa e interativa. De acordo com os dados apresentados, a meta foi concluída, e em 2018, 5.434 municípios já tinham informações no SNIIC, – ainda que sejam os dados de 2017. Há, ainda, dificuldade de aplicar a definição de “diversidade cultural”, utilizada pela Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, Unesco – 2005, na extração dos dados dos Mapas da Cultura do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Isso se deve ao fato do que constatamos na pesquisa, que é a ampla definição e complexidade para delimitação dos campos. Dessa forma, a solução foi aferir a “*cartografia da diversidade das expressões culturais em todo o território brasileiro*”. Abaixo quadro 1, Quantidade de municípios do Brasil que apresentam Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e Gráfico 1, Evolução da quantidade de municípios, por UF, com dados no SNIIC.

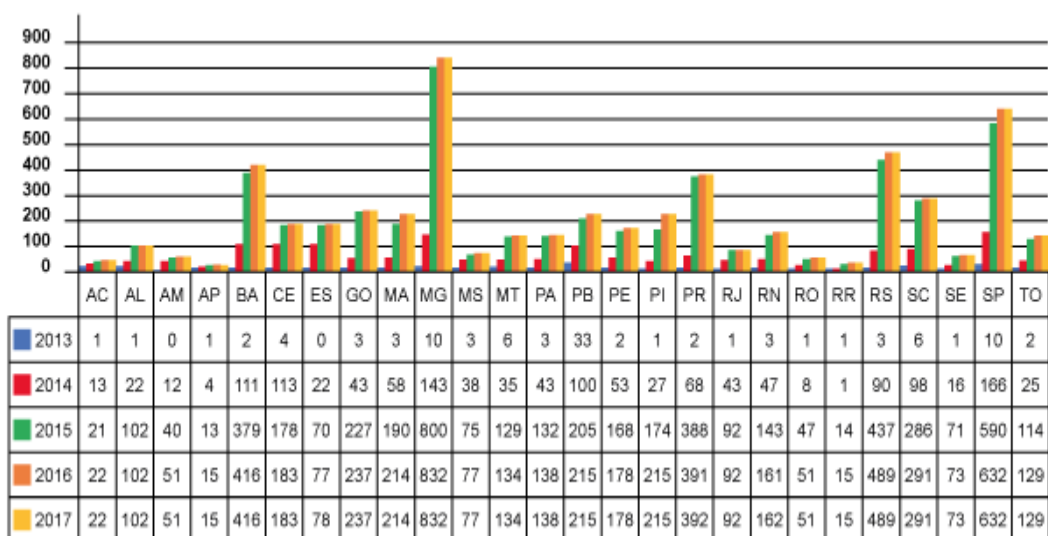
Quadro 1: Quantidade de municípios do Brasil que apresentam Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC)

INDICADOR	2013	2014	2015	2016	2017	2018	PONTO DA META 2020
Quantidade de municípios com informações no SNIIC	104	1.400	5.086	5.431	5.434	5.434	3.896

*Projeção de escalonamento ao longo do ano.

Fonte: Elaboração própria a partir de SNIIC.

Gráfico 1: Evolução da quantidade de municípios, por UF, com dados no SNIIC



Obs: O DF não foi considerado na tabela por não possuir municípios.

Fonte: Elaboração própria a partir de MINC, 2018, p. 72.

A META 6 é: 50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), atendidos por ações de promoção da diversidade cultural, garantir que um número maior de povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares sejam atendidos por ações públicas de promoção da diversidade cultural.

De acordo com os dados, há aproximadamente 4,5 milhões de famílias que pertencem a 26 povos e comunidades tradicionais. Há nesses povos o reconhecimento de formas próprias de organização social. Outro ponto são os grupos de culturas populares, que estão também presentes em todo território brasileiro.

A meta também é acompanhada pelo Sistema Nacional de Informações Culturais (SNIIC). Nem todos os povos e comunidades tradicionais conseguiram localizar base de dados. Com isso, temos 76 beneficiados, referente ao ano de 2014, dos 1.510 cadastrados pelo extinto MinC. O relatório ressalva:

Por este motivo, os dados não foram considerados na soma dos dados para o indicador nos anos anteriores. Cabe ressaltar que há uma contradição entre o objetivo da meta apresentada em seu título com o indicador definido. Caso seja levado em consideração o indicador objetivamente definido, a meta teria sido concluída

Quadro 2: Dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC)

INDICADOR	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	PONTO DA META 2020
Número de povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares atendidos por ações do poder público de promoção da diversidade cultural (TOTAL)	12	172	413	915	1.128	1.205	4.077	
Número de povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares atendidos por ações do poder público de promoção da diversidade cultural em relação aos cadastros SNIIC (TOTAL)	**	**	**	33	74	76	76	
% de povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares atendidos por ações do poder público de promoção da diversidade cultural em relação aos cadastros SNIIC	**	**	**	4%	7%	6%	2%	50%

*Baseado em projeção sugerida pelo Plano Nacional de Cultura

**Sem informação.

Obs.: A checagem dos cadastros é realizada por meio do Mapas Culturais, que está ligado ao (SNIIC).

Obs.: Conforme informado nos exercícios anteriores, o IPHAN não consegue mensurar a quantidade de povos e grupos atendidos pela política de salvaguarda do patrimônio imaterial. Por este motivo, os dados não foram considerados na soma dos dados para o indicador.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pela SCDC, IPHAN, FCP, FUNARTE, IBRAM e MINC, 2018, p. 81.

De acordo com os dados, ocorreram múltiplas atividades, como: Semana da Consciência Negra (União dos Palmares/AL), Enconquite – Encontro de Comunidades Quilombolas e Povos tradicionais de Terreiros de Alagoas (Arapiraca/AL), e o projeto Plenarinho: entre rios e quilombos (Belém/PA), que trouxe alunos quilombolas para atividades na Câmara dos Deputados⁷:

O Plenarinho nasceu da iniciativa de funcionários da Câmara dos deputados, que foi a vencedora do concurso “Câmara em Ideias” de 2002. Para desenvolver o projeto, foi formado um grupo composto por servidores de várias áreas. Estabelecidas as primeiras diretrizes e a missão do projeto, um grupo técnico desenvolveu o sítio. Em agosto de 2004, o Plenarinho foi lançado simultaneamente em 26 escolas públicas do País.

Em setembro de 2006, o sítio foi transformado em portal, fruto da diversificação dos conteúdos apresentados.

Em 2017, o portal ganhou nova plataforma, com reformulação da arquitetura da informação, das formas de navegação, da linguagem textual e visual e das ferramentas de interação com as crianças.⁸

A META 16 é: Aumento em 200% de vagas de graduação e pós-graduação nas áreas do conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura, com aumento proporcional do número de bolsas; triplicar as vagas de graduação e pós-graduação nas áreas de arte e cultura.

Uma grande preocupação com o mercado de trabalho era a formação dos profissionais de artes. Como veremos, houve aumento significativo de número de vagas para formação em nível de graduação (bacharelado e licenciatura) e de pós-graduação, em todas as regiões do Brasil. A meta foi observada a partir do número de vagas em cursos de ensino superior. Abaixo o acompanhamento da meta:

⁷ Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/participe/saiba-como-participar/institucional/plenarinho-o-jeito-crianca-de-ser-cidadao>

⁸ Disponível em www.plenarinho.leg.br

Quadro 3: Aumento em 200% de vagas de graduação⁹ e pós-graduação nas áreas do conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura

INDICADOR	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	PONTO DA META 2020
Número total de vagas nos cursos de graduação nas áreas de arte e cultura	574.793	516.503	531.445	696.240	1.027.098	964.814	1.187.540	1.294.942	1.572.018	1.724.379
Número total de matrículas nos cursos de graduação nas áreas de arte e cultura	565.100	592.178	615.723	638.379	677.024	685.030	690.613	717.583	734.303	1.695.300
Número de bolsas de graduação	34.622	37.517	46.409	57.508	61.722	72.902	75.093	86.037	86.660	
Número total de matrículas nos cursos de pós-graduação nas áreas de arte e cultura	29.330	31.721	34.402	38.126	41.182	43.194	38.665	32.926	42.795	87.990
Número de bolsas de pós-graduação	9.706	10.565	11.160	12.664	14.303	14.823	14.482	5.131	5.074	

*Para fins de cálculos desta meta, são considerados os números de matrículas em graduação e pós-graduação. O quantitativo de vagas não foi levado em consideração para calcular a média de alcance da meta.

Obs: Houve retificação nos dados dos anos anteriores, por conta de mudança na metodologia de aferição da meta, pois além dos cursos da área “Letras, Linguísticas e Artes”, foram considerados, também, os cursos relacionados à cultura na grande área interdisciplinar.

Fonte:Elaboração própria a partir de MINC, 2018, p. 113.

A META 23 é: *15 mil pontos de cultura em funcionamento, compartilhados entre o governo federal, as unidades da federação (UFs) e os municípios integrantes do Sistema Nacional de Cultura (SNC); ter 15 mil Pontos de Cultura em funcionamento.*

Durante a pesquisa efetuada, encontramos dados fundamentais sobre os Pontos de Cultura, a importância tanto como espaço de preservação cultural como de inclusão nos circuitos artísticos e culturais. Salientamos que eles foram criados pelo programa Cultura Viva (criado em 2004 pelo extinto MinC), e a principal característica seria a gestão compartilhada, poder público (municipal, estadual ou federal) e a comunidade (sociedade). Acrescentamos que os Pontos de Cultura surgem para ampliar e estimular o acesso à cultura, promovendo a cidadania em manifestações artísticas e culturais.

Quadro 4: Situação da meta 23 (referente ao monitoramento do exercício de 2018).

INDICADOR	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	PONTO DA META 2020
Número total de Pontos de Cultura que receberam apoio do Ministério da Cultura	3.064	3.200	3.204	3.288	3.288	3.342	3.487	3.397	3.956	15.000
AÇÃO DA INICIATIVA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Pontão de Bens	18	23	27	27	27	27	27	27	27	27
Pontão Direto	125	125	125	125	125	126	129	107	107	
Ponto de Leitura	10	10	10	10	10	10	10	10	10	
Ponto Direto	10	10	10	10	10	10	10	10	10	
Ponto Indígena	30	79	79	79	79	79	79	79	79	
Rede Estadual - Ponto	1.790	1.872	1.872	1.877	1.877	1.908	1.908	1.707	1.707	
Rede Estadual - Pontão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Rede Intermunicipal - Ponto	53	53	53	53	53	53	53	44	44	
Rede Intermunicipal - Pontão	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Rede Municipal - Ponto	430	430	430	509	509	529	529	436	436	
Rede Municipal - Pontão	6	6	6	6	6	7	7	5	5	
Seleção Simplificada - Pontão	0	0	0	0	0	0	18	49	80	
Seleção Simplificada - Ponto Entidade	0	0	0	0	0	0	91	358	715	
Seleção Simplificada - Ponto Coletivo	0	0	0	0	0	0	32	174	345	
TOTAL GERAL	3.064	3.200	3.204	3.288	3.288	3.342	3.487	3.397	3.956	

Fonte: Elaboração própria a partir de MINC, 2018, p. 139.¹⁰

Os dados indicaram 767 propostas premiadas do Edital de Culturas Populares – Leandro Gomes de Barros (2017), e 394 propostas do Edital de Culturas Populares – Selma do Coco (2018). Entre outras ações, a pesquisa MUNIC 2018 traz a informação que em 699 municípios a gestão municipal tem algum tipo de ação em parceria com algum Ponto de Cultura. O maior número desse tipo de parceria está na região Nordeste.

¹⁰ Atualmente, leva-se em consideração para o cálculo de Pontos e Pontões de Cultura apenas as entidades privadas sem fins lucrativos e os grupos/coletivos culturais efetivamente fomentados e/ou certificados, não contabilizando, assim, os previstos em seus respectivos Planos de Trabalho. A Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que instituiu a Política Nacional de Cultura Viva, posteriormente regulamentada pela Instrução Normativa (IN) 08, de 11 de maio de 2016, a chancela como Ponto ou Pontão de Cultura passou a ser concedida à Entidade ou Coletivo, o que fez com que a conta passasse a ser realizada levando em consideração a Organização e não mais o número de projetos, uma vez que uma entidade pode ter mais de 1 (um) projeto já fomentado como Ponto de Cultura. Portanto, após a limpeza de dados repetidos, foi realizada uma carga das informações da base legada no mês 08/2019, de forma a unificar as informações e passando a utilizar a Plataforma Rede Cultura Viva como a ferramenta única de contabilizar os Pontos de Cultura. Ressalta-se que o Ministério da Cultura não descredencia Ponto/Pontão de Cultura. Uma vez certificado, só há cancelamento de título por solicitação expressa da(o) entidade/coletivo.

A META 47 é: *100% dos Planos Setoriais com representação no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com diretrizes, ações e metas voltadas para infância e juventude; incluir políticas culturais para jovens e crianças em todas as áreas da cultura.*

As crianças e os jovens precisam ter políticas culturais exclusivas que promovam a cidadania, valorizem a diversidade cultural e garantam seus direitos. Dessa forma, organizam-se as políticas de forma setorial em diferentes áreas. Os dados foram recolhidos a partir dos Planos Setoriais de Cultura, elaborados pelo extinto Ministério da Cultura (MinC).

Quadro 5: Situação da meta 47 (referente ao monitoramento do exercício de 2018).

INDICADOR	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	PONTO DA META 2020
Setores representados no CPC	19	19	19	19	19	19	24	24	24	-
Colegiados instalados	17(89%)	17(89%)	17(89%)	17(89%)	18(95%)	18(95%)	18(75%)	18(75%)	18(75%)	-
Planos setoriais elaborados	7(37%)	7(37%)	9(347%)	10(53%)	10(53%)	10(53%)	15(83%)	15(83%)	15(83%)	18(100%)
Planos setoriais com sistemas de acompanhamento, avaliação e controle social em funcionamento	0	0	0	0	0	0	0	0	1(6%)	18(100%)

Fonte: Elaboração própria a partir de CNPC.

Quadro 6 – Setores culturais com representações no CNPC

SETORES CULTURAIS COM REPRESENTAÇÃO NO CNPC	COM PLANO SETORIAL	ANO DE APROVAÇÃO	VIGÊNCIA	POSSUI METAS?	POSSUI SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DO PLANO SETORIAL?
Arquitetura e Urbanismo					
Arquivos	x	2016	2026	Sim	
Arte Digital					
Artes Visuais	x	2010		Não	
Artesanato	x	2016	2025	Sim	
Circo	x	2010		Não(*)	
Culturas Indígenas	x	2010	2020	Não	
Culturas Populares	x	2010	2020	Não	
Dança	x	2010		Sim	
Design	x	2016	2026	Sim	
Cultura Afro-brasileira	x	2016	2026	Sim	
Livro, leitura e literatura**	x	2011	Sem informação	Não	
Moda	x	2016	Sem informação	Sim	
Museu	x	2010	2020	Sim	Sim**
Música	x	2010		Não	
Patrimônio Imaterial					
Patrimônio Material					
Teatro	x	2010		Não	
TOTAL	14			8	1

*O plano setorial de circo não apresenta metas, mas apresenta prazo de execução para as ações descritas no plano.

**O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) foi instituído pelo decreto nº 7.559/2015. A Lei nº 13.696/2018 instituiu a política nacional de leitura e escrita, que estabelece diretrizes básicas para cumprir objetivos numa visão estratégica da política pública para as áreas do livro, leitura e bibliotecas.

***Não há sistema, o monitoramento é realizado por meio de consulta ao campo e fontes definidas.

Obs.: o setor do audiovisual é representado pelo conselho Superior de Cinema (CSC) e pelo Comitê Consultivo da Secretaria do Audiovisual (CCSAV), e não possui assento no CNPC. O Plano de Diretrizes e Metas do Audiovisual foi elaborado pela Ancine e teve aprovação do Conselho Superior de Cinema (CSC) em 2012.

Fonte: Elaboração própria a partir de MINC, 2018, p. 227.

De acordo com os dados (MINC, 2018):

O Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), órgão responsável por propor a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no Brasil, iniciou o processo de reestruturação em 2017, sendo que o último mandato dos conselheiros se encerrou em dezembro daquele ano. Em 02/08/2018 foi iniciado o debate, por meio de Grupo de, para propor a nova estrutura ao CNPC, com prazo de 30 dias para finalização do trabalho. No dia 17/12/2018 foi publicada consulta pública para colher contribuições sobre o Decreto que trata das competências, composição e funcionamento da nova estrutura do CNPC.

A META 49 é: *Conferências Nacionais de Cultura realizadas em 2013 e 2017, com ampla participação social e envolvimento de 100% das Unidades da Federação (UFs), e 100% dos municípios que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), garantir a participação da sociedade na elaboração e avaliação das políticas públicas de cultura com amplo envolvimento dos estados e das cidades nas Conferências Nacionais de Cultura de 2013 e 2017.* Abaixo quadro 7: Situação da meta 49 (referente ao monitoramento do exercício de 2018

Quadro 7: Situação da meta 49 (referente ao monitoramento do exercício de 2018

INDICADOR	2013 ALCANÇADO	PONTO DE META 2020
Quantidade de UF's que integram o SNC	27	
Quantidade de UF's que integram o SNC e que realizam conferências	27	
% de UF's que integram o SNC e que realizam conferências	100%	100%
Quantidade de municípios que integram o SNC	1.866	
Quantidade de municípios que integram o SNC e que realizam conferências	1.432	
% de municípios que integram o SNC e que realizam conferências	77%	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de MINC, 2018, p. 234¹¹.

De acordo com os dados (MINC, 2018):

O Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), órgão responsável por propor a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no Brasil, iniciou o processo de reestruturação em 2017, sendo que o último mandato dos conselheiros se encerrou em dezembro daquele ano. Em 2/8/2018 foi iniciado o debate, por meio de Grupo de, para propor a nova estrutura ao CNPC, com prazo de 30 dias para finalização do trabalho. No dia 17/12/2018 foi publicada consulta pública para colher contribuições sobre o Decreto que trata das competências, composição e funcionamento da nova estrutura do CNPC.

¹¹ A Conferência Nacional de Cultura (CNC) é o principal espaço de participação da sociedade na construção e aperfeiçoamento de políticas públicas de cultura. A 1ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2005, contou com a participação de cerca de 60 mil pessoas, de 1.190 cidades e 17 estados. A 2ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2010, contou com 220 mil participantes, envolvendo todos os estados, o Distrito Federal e 57% das cidades brasileiras. A 3ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2013, contou com a participação de representantes dos 26 estados e do Distrito Federal. O Nordeste foi a região que mais enviou representantes para o evento: 31% do total, seguida do Sudeste, com 22%, Centro-Oeste, com 21%, Sul, 12%, e Norte, 9%.

Foi identificado que 22 municípios realizaram suas conferências municipais, dentre eles:

Santa Maria/RS; Querência/MT*; Campinas/SP; Belo Horizonte/MG; Sorocaba/SP; Cachoeira de Macacu/RJ*; Duas Barras/RJ; Pinheiral/RJ; Nova Friburgo/RJ; Queimados/RJ*; Quatis/RJ; Nilópolis/RJ; S.J Meriti/RJ; Nova Iguaçu/RJ; Volta Redonda/RJ; Cabo Frio/RJ; Duque de Caxias/RJ; Barra Mansa/RJ; Bom Jardim/RJ; Petrópolis/RJ; Magé/RJ;

Paraty/RJ; Rio de Janeiro/RJ (**municípios que não aderiram ao SNC*)
3 estados realizaram suas conferências estaduais, sendo: Mato Grosso, Rio de Janeiro, Pernambuco.

É fundamental pontuarmos que a categoria Participação Social acima destacada se faz necessária pelo seu caráter de inclusão social. O balanço das metas permite articular as dimensões e categorizações elaboradas na pesquisa, com a construção de dados de metas que avançaram a partir de ações do Plano Nacional de Cultura (PNC), de acordo com os direitos sociais. Como podemos observar, há a importância dos dados gerados pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), e a concepção de cidadania se faz presente nos documentos do último balanço geral da política analisada.

Neste sentido, a reorganização do setor se faz pelos dados que podemos condensar nesta e em outras análises, em um novo contexto social e político. É possível tratar questões culturais imbricadas na relação entre política, cultura, sociedade (e a “Era da informação”) e economia. Os dados gerados apontam para a relação de tutela do Estado, mas, por outro lado, trata do avanço da inclusão de grupos e setores outrora excluídos.

Como vimos no artigo, temos uma medida provisória com o adiamento por dois anos do PNC, o que tenciona os setores atuantes nas políticas culturais. No atual contexto político e social, as recentes ações do governo federal estão sendo avaliadas como uma forma de desmonte do setor por interesses ideológicos. Pensando nessa relação, dos múltiplos setores, precisamos articular o quanto antes o novo PNC, atribuindo a percepção sobre o atual cenário para os setores culturais, problematizando a relação dos direitos sociais a partir dos dados gerados na análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentamos no artigo, o PNC passou por um longo processo de discussão e entrou na agenda política efetivamente em 2005, 17 anos após indicação da atual Constituição federal do Brasil (1988). Para entender esse processo, elaboramos uma estrutura teórica sobre a formação de cidadania no Brasil na perspectiva dos direitos sociais e suas especificidades no país.

Para justificar o estudo, argumentamos que a ampla participação de diferentes atores sociais é um ponto diferencial do plano ao longo da historicidade das políticas culturais no Brasil. Em relação ao desenvolvimento do estudo, a Lei de 2010, prevista para durar 10 anos, até uma nova proposta, conforme os dados que indicamos ao longo do artigo, representou, por isso, uma transformação em relação às políticas culturais anteriores, tanto pelos princípios relacionados à produção cultural quanto no que se refere ao papel do Estado e à ampliação do acesso à cultura como elementos de inclusão e participação social.

Na análise, estabelecemos uma relação direta entre políticas culturais e conceitos de política social, compreendendo a importância do documento para a área do conhecimento. Utilizamos a análise documental para apontar que a diferenciação se dá principalmente pelo caráter de inclusão social nas discussões de políticas públicas no Brasil. Outro ponto importante para construção argumentos foi o olhar detalhado para as características do PNC que proporcionaram essa inovadora experiência democrática e cidadã no Brasil (de acordo com as categorias da análise; cidadania, inclusão social, diversidade cultural e participação social).

Justificamos e defendemos as argumentações apresentando o reconhecimento do padrão excludente de acesso à produção de cultura no Brasil, confrontando a constitucionalidade da cultura ao longo da trajetória de democracia e de cidadania no país. Pontuamos e analisamos os motivos para considerarmos que o PNC se apresentou como tentativa de alteração dessa historicidade, justamente pelo processo que envolveu sua concepção, elaboração e implantação (além dos sistemas de armazenamento e divulgação das informações em plataformas digitais, conforme apontamos no artigo).

Para a conclusão da pesquisa, destacamos dados dos relatórios do extinto MinC em relação ao PNC. Explicitamos também a utilização e a concepção de documentos governamentais como expressão de pactos possíveis em um dado contexto. Buscamos reconhecer que o discurso oficial não expressa necessariamente o processo político, porque ele formaliza o que foi possível naquele contexto histórico específico.

A cada item analisado apresentamos um quadro contendo as menções das categorias em cada documento. Sobre *Inclusão Social* é preciso compreender o contexto socioeconômico e político de cada documento. Neles encontramos a variação da presença de grupos culturais distintos, ampliando aqueles que já são contemplados pelas políticas públicas para outros setores (como mulheres, movimento negro, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência). A diversidade cultural se deu também pela participação desses grupos

nas conferências culturais. Como apontamos no texto, a *diversidade cultural* se manifesta como instrumento de *inclusão social* e conseqüentemente de *cidadania*, que se expressa também na *possibilidade de participação social* – compreendendo, portanto, as quatro categorias desenvolvidas para analisar os documentos.

Na pesquisa relacionamos a *inclusão social* analisando a criação do Sistema Nacional de Cultura. A escolha se deu pela representatividade no agrupamento de dados específicos sobre cultura de forma inédita, no extenso território nacional. A análise dos documentos de organização do Plano revela, mesmo que apresentando menções para *diversidade cultural*, uma estrutura hierárquica e com associação política do ponto de vista dos grupos sociais que representam a população através dos partidos políticos e da tutela do Estado na formulação das políticas.

O cenário político e econômico entre 2003 e 2005, anterior à crise mundial de 2008, era a articulação do contexto do primeiro governo Lula, que se caracterizou pela baixa inflação, redução do desemprego e constantes recordes da balança comercial. Outro ponto é o índice de maior crescimento real do salário mínimo. É neste bojo que se discutem novas propostas para as políticas culturais (sob a ótica dos direitos sociais). A compreensão do contexto econômico e político são importantes na medida em que os anos posteriores vão ser decisivos para a criação do próprio Plano Nacional de Cultura. Os sujeitos envolvidos e as articulações nos interessam juntamente com a percepção conceitual sobre cultura.

A própria característica da organização política no Brasil, onde as decisões e as deliberações precisam passar pela aprovação no Congresso e no Senado permite essa estrutura hierárquica. Entretanto, destacamos a presença dos múltiplos setores nesse processo de formulação do PNC, mesmo com a forte hierarquia. Dessa forma, o PNC tornou-se um diferencial para contextualizar uma nova forma de conceber políticas (culturais e sociais) no país, pelo viés da participação social e diversidade cultural, permitindo maior inclusão, importante para o exercício da cidadania (ainda que estejamos em uma democracia frágil).

Os documentos do PNC apresentam críticas em relação a falta de relação do extinto Ministério da Cultura com um conjunto mais amplo da sociedade. Argumenta-se que os setores se relacionavam com uma pequena parcela de artistas e produtores que alcançavam os recursos do Ministério. Porém, como verificamos na pesquisa, com a extinção do Ministério da Cultura, o setor de políticas culturais retrocedeu conquistas históricas, possível de se identificar na diminuição de recursos ao longo dos anos – (dados

contidos nos documentos de monitoramento do Plano). Com isso, afirmamos que é fundamental a recriação do Ministério para reorganização dos setores culturais.

Os documentos também reafirmam a importante relação da Cultura com a Educação, estabelecendo parcerias e convênios com o Ministério da Educação, Universidades públicas e privadas. A prioridade agora, no entanto, é investigar se permanece: a) o aumento do número de vagas e a melhoria da qualidade de cursos técnicos, graduação e pós-graduação e mestrado nas áreas de artes (música, teatro, dança e artes visuais), cultura e gestão cultural., além de propor a parceria dos mestres de saberes populares e tradicionais nesse processo educacional; e b) garantir aos fazedores culturais bolsas de estudo em artes e ofícios e em cursos de extensão e aperfeiçoamento nas universidades públicas do Brasil e do exterior. (2013, p. 63).

Por fim, construímos relações em cada documentação, agrupando em um único item, o Balanço geral das metas destacadas do PNC (entre 2013-2018) – seria inviável apresentar o balanço de todas as 53 metas previstas no plano. Identificamos de forma negativa o não acontecimento da 4ª Conferência Nacional de Cultura, nem a revisão do PNC. Consequentemente não tivemos o desenvolvimento de um novo PNC. Os dados apresentados no artigo são subsídios para a compreensão do Plano Nacional de Cultura (PNC) no contexto dos direitos sociais de cidadania, com material para novas análises de políticas culturais a partir dos conceitos de políticas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSMANN, H. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 7-15, maio/ago., 2000.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- BOTELHO, Isaura. Uma rápida reflexão sobre o MinC entre 2003 e 2011. In: BARROS, J. M.; JÚNIOR, J. O. (Orgs.). **Pensar e agir com a Cultura: desafios da gestão cultural**. P.60-79. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2011.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, Senado, 1988.
- _____. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura - Relatório das metas - acompanhamento**. Brasília, DF: Minc, 2013-2017.
- _____. Ministério da Cultura. Secretaria da Diversidade Cultural. **Análise e avaliação qualitativa das metas e o monitoramento do Plano Nacional de Cultura (PNC)**. Ministério da Cultura, Secretaria da Diversidade Cultural. Salvador: UFBA, 2018.

- _____. **Por que aprovar o Plano Nacional de Cultura: conceitos, participação e expectativas.** Brasília: Ministério da Cultura, 2009.
- _____. **Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010.** Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.
- CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais: olhares e contextos.** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Itaú Cultural, 2015.
- _____. **Políticas públicas e indicadores culturais: Algumas questões.** V ENECULT. Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CASTRO, Fábio Fonseca de; RODRIGUES, Luiz Augusto Fernandes; ROCHA, Renata (Orgs.). **Políticas culturais para as cidades.** Salvador: EDUFBA, 2018.
- CASTRO, Jorge Abrahão. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, número Especial, pp. 1011-1042, dez. 2012.
- CAVALCANTI, P. A. O conceito de avaliação de políticas, programas e projetos. In: PEREZ, J. R. R. et al (Orgs.). **Estudo, pensamento e criação: planejamento educacional e avaliação na escola.** Campinas: FE/Unicamp, 2005.
- CORSETTI, Berenice. **Análise documental no contexto da metodologia qualitativa.** UNIREVISTA, vol. 1, nº 1: 32-46 (jan. 2006).
- CUCHE, Denys. **O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais.** Trad. de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.
- CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Teoria dos direitos culturais: fundamentos e finalidades.** São Paulo: SESC, 2018.
- CUNHA FILHO, Francisco Humberto, BOTELHO, Isaura, SEVERINO, José Roberto Severino (Orgs.). **Direitos culturais.** Salvador: EDUFBA, 2018.
- GHEZZI, Daniela R., CATELLI, Rosana Elisa. **Indicadores quantitativos, pesquisas sobre hábitos culturais, e políticas públicas de cultura.** Seminário internacional políticas culturais. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2013.
- GIDDENS, A. **Les conséquences de la Modernité.** Paris: L'Harmattan, 1994.
- JANNUZZI, P. de M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista Brasileira de Administração Pública (RAP)**, v. 1, n. 36, pp. 51-72, 2002. Acesso em: 18 out. 2016.
- LEAL, Lucas. **Animação cultural e cinema na extensão universitária: um estudo de caso no projeto Universidade das Quebradas (UFRJ).** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. CDD 378.175.
- _____. **O plano nacional de cultura (PNC) sob a perspectiva dos direitos sociais de cidadania.** Tese de Doutorado. UFF - Universidade Federal Fluminense - Escola de Serviço Social - Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social. Niterói/RJ, 2021.

- LINDBLOM, Charles. **O processo de decisão política**. Brasília, Ed. Universidade de Brasília. Título Original: The Policy-Making Process. Prentice Hall, 1980.
- LOBATO, Lenaura. Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2006 (Coletânea Volume 1).
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MULLER, Pierre. **As políticas públicas**. Trad. de Carla Vicentini. Niterói: Eduff, 2018.
- _____; SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. 2 ed. Pelotas: Educat, 2010.
- PAIVA, Ariane Rego de. **Formulação e legitimação do sistema único de assistência social - SUAS: análise do processo decisório da Lei 12.435/2011**. Tese de Doutorado. UFF - Universidade Federal Fluminense - Escola de Serviço Social - Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social. Niterói/RJ, 2014.
- POGREBINSCHI, Thamy. (Coord.). **Entre representação e participação: as conferências nacionais e o experimentalismo democrático brasileiro**. Relatório final da pesquisa. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010.
- REIS, Paula Félix dos. **Políticas culturais do governo Lula: análise do Sistema e do Plano Nacional de Cultura**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- _____. Políticas nacionais de cultura: o documento de 1975 e a proposta do governo Lula/Gil. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 2, n. 1, pp. 73-90, 2008.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. São Paulo: **Revista Galáxia**, n. 13, pp. 101-113, jun. 2007.
- _____. Plano Nacional de Cultura em debate. **Políticas Culturais em Revista**, 2 (1), pp. 59-72, 2008.
- _____. **Políticas culturais: entre o possível e o impossível**. In: NUSSBAUMER, Gisele M. (Org.). Teorias e Políticas da Cultura. Salvador: EDUFBA, 2007.
- SERAFIM, Milena Pavan; DIAS, Rafael de Brito Dias. **Análise de política: uma revisão da literatura**. Cadernos Gestão Social, v. 3, n. 1, pp. 121-134, jan./jun. 2012.
- SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Colaboradores André Grillo *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- _____. **A construção social da subcidadania**. Para uma sociologia prática da modernidade periférica. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. (Coleção Origem).
- TURENKO, Aleksei Santana. **Política cultural e democracia participativa: A experiência da elaboração do Plano Nacional de Cultura**. Salvador: UFBA, 2017.
- VARELLA, Guilherme Rosa. **Plano Nacional de Cultura: elaboração, desenvolvimento e condições de eficácia**. São Paulo: Edusp, 2013.
- YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**. Usos da Cultura na Era Global. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

O Centro de Referência de Políticas Culturais da FCRB no repositório digital Omeka

Mariana Franco Teixeira

O objetivo do artigo é apresentar a importância da manutenção e investimento nos repositórios digitais para a preservação e democratização dos acervos de políticas culturais no Brasil analisando o acervo do Centro de Referências de Políticas Culturais, da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), que foi espelhado no repositório Omeka, resultado do trabalho do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) do setor de pesquisa em Políticas Culturais da FCRB. Trata-se de um trabalho em fase inicial, que ainda está em andamento, mas vale ressaltar a necessidade de se manter o repositório sendo constantemente alimentado com novos documentos. Afinal, a produção de documentos, sejam oficiais, da sociedade civil, científicos ou acadêmicos, é constante.

O acervo do repositório digital Centro de Referência de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa encontra-se dividido em cinco repositórios do Omeka: Repositório Cultura e Sociedade Civil; Repositório Política Cultural Global; Repositório Cultura Nacional; Repositório Cultura Regional; e Repositório Produção Acadêmica para Cultura. Estes repositórios Omeka são um instrumento de promoção de acervos de cultura, que vem sendo desenvolvido pelo grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) do setor de pesquisa em Políticas Culturais da FCRB. O repositório tem como objetivo incentivar a produção de conhecimento, o livre acesso à informação e a preservação de acervos memoriais e institucionais da Fundação. O repositório digital é um instrumento essencial para uma política de gestão, acessibilidade, direitos autorais, acesso ao patrimônio memorial e cultural e preservação de acervos que são disponibilizados por meio digital.

O trabalho do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) do setor de pesquisa em Políticas Culturais da FCRB é de grande importância a fim de divulgar uma ampla documentação produzida no âmbito da cultura e torná-la acessível para os pesquisadores e a sociedade, podendo, além de ser consultada pelo

usuário, também ser feito o download do documento em qualquer computador, em qualquer lugar do mundo. Além disso, ao inserir essa documentação em um repositório digital institucional, que é constantemente alimentado, além de contribuir para a sua democratização, levando em conta um debate de importância mundial acerca do acesso livre à informação, é fundamental para auxiliar na conservação e preservação da documentação a longo prazo.

O PAPEL DOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS PARA A PRESERVAÇÃO DIGITAL

O acesso à informação e ao conhecimento científico é primordial ao progresso científico e tecnológico do país. Consciente do seu papel para o desenvolvimento e de que considerável parte desse conhecimento é originário do hemisfério norte, compreende-se a necessidade do compartilhamento desse conhecimento, pois somente dessa forma é possível reduzir as desigualdades mundiais.

Os repositórios digitais, assim como as bibliotecas digitais, são essenciais para a democratização dos acervos, pois possibilita que o indivíduo tenha acesso a um determinado documento ou objeto digital em qualquer lugar do mundo, basta acessá-lo de qualquer computador. Além disso, é um instrumento que também contribui à preservação do documento, afinal, além de salvaguardá-lo em sua versão digital, reduz o contato humano direto com o documento, contribuindo à sua preservação a longo prazo.

Além da importância do acesso aberto para democratizar a informação, é preciso refletir e investir na preservação dos documentos digitais, que devem fazer parte dos objetivos de cada instituição. É importante destacar que a política de preservação digital deve abranger aspectos organizacionais, legais e técnicos.¹

No contexto atual, em que as pessoas buscam, com maior frequência, informações disponíveis na Internet, os suportes para infraestrutura de acesso devem prover alta capacidade de armazenamento, de acesso, de busca e de recuperação, possibilitando o acesso aos objetos digitais com eficiência.²

O repositório digital ou institucional tem início como uma referência de divulgação e comunicação da produção acadêmica, científica, técnica, artística e cultural. Esse empreendimento se firma numa base tecnológica que se apoia nas ideias do acesso

¹ GRÁCIO, J. C. A.; FADEL, B. R.; VALENTIM, M. L. G. P. Preservação digital nas instituições de ensino superior: aspectos organizacionais, legais e técnicos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n.3, p.111-129, jul./set. 2013, p. 127.

² *Ibid.* p. 126.

aberto à informação, possibilitando a publicação e a disseminação do conhecimento, além de promover uma acelerada divulgação do conhecimento científico a menor custo e a um número ampliado de pessoas e instituições.³

Segundo Luis Fernando Sayão, as bibliotecas digitais são frutos da convergência da integração e uso das tecnologias de informação e de comunicação, das redes de computadores, das tecnologias de apresentação e redução de custos dos meios de armazenamento com a disponibilidade de conteúdos digitais numa escala global. Essas transformações ocorreram de forma rápida possibilitando o desabrochar de inúmeras atividades em torno do conhecimento e da informação ao alcance global.⁴

A biblioteca digital é algo que se encontra em desenvolvimento. A biblioteconomia e a ciência da informação a ver como uma instituição, uma extensão das bibliotecas tradicionais, que utiliza o desenvolvimento das tecnologias para organizar e disseminar conhecimento e informação. Ela representa o desenvolvimento de novos meios de publicação. Assim, a biblioteca torna-se tanto um novo meio organizacional que visa propagar informação e conhecimento, quanto uma publicadora na web.⁵

As bibliotecas digitais surgem num contexto que sobrepõe, por um lado, a integração e uso das tecnologias de informação e de comunicação, das redes de computadores, das tecnologias de apresentação e o barateamento dos meios de armazenamento em massa; e, por outro, a disponibilidade crescente de conteúdos digitais em escala planetária, a possibilidade de digitalização a um custo economicamente viável de conteúdos em mídias convencionais e, ainda, o fenômeno conhecido como coerência das mídias digitais, que abre a possibilidade singular para a concepção de novos serviços de informação a partir da integração de objetos digitais heterogêneos.⁶

Segundo M. Shintaku e R. Meirelles, autores do *Manual do DSpace* e do *Guia do usuário do Omeka*,

Os repositórios digitais são sistemas disponibilizados na web que facilitam o depósito e o acesso aos objetos digitais, facilitando o gerenciamento dos objetos depositados. Além de gerenciar os documentos, os repositórios contribuem para a preservação dos documentos digitais. Podem ser utilizados para inúmeras finalidades, como a disseminação de leitura científica, bibliotecas digitais, bancos de objetos ou acervos entre outros. Sua principal característica consiste na representação da produção intelectual de uma instituição, ampliando a visibilidade da instituição e seus autores.⁷

³ *Ibid.* p. 122.

⁴ SAYÃO, Luis Fernando. Afinal, o que é Biblioteca Digital? *Revista USP*, São Paulo, n.80, p. 6 - 17, dezembro/fevereiro 2008 - 2009, p. 7.

⁵ *Ibid.* pp. 9 – 10.

⁶ *Ibid.* p. 7.

⁷ SHINTAKU, Milton; MEIRELLES, Rodrigo. *Manual do DSpace: administração de repositórios*. Salvador: EDUFBA, 2010, pp. 17-18.

É fundamental que os responsáveis pela construção dos repositórios institucionais tenham dimensão das implicações do contexto, teorias e práticas a respeito do seu planejamento, implementação e funcionamento das instituições de pesquisa para que suas funções e papel no panorama do movimento de acesso aberto tenham êxito.⁸

Dessa forma, compreender as funcionalidades do repositório digital, como o Omeka, a fim de melhor utilizar os seus recursos é essencial às instituições de memória, assim como instituições dedicadas à ciência e a academia, enquanto instrumento de acesso aberto a informação e de divulgação científica e de cultura. Afinal,

Um repositório institucional de acesso aberto constitui um serviço de informação científica – em ambiente digital e interoperável – dedicado ao gerenciamento da produção intelectual de uma instituição. Contempla, por conseguinte, a reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na instituição.⁹

A eficácia e funcionalidade das ferramentas da tecnologia da informação possibilita novos progressos à sociedade, de modo a promover um recondicionamento em seu comportamento nos campos da pesquisa e do trabalho. Na era da tecnologia da informação os modos de comunicação estão em constante evolução, enquanto gerações de hardware, software e suportes estão constantemente se tornando obsoletas. Na medida que os documentos digitais devem se manter acessíveis a longo prazo, os problemas em consequência da obsolescência tecnológica são imprescindíveis e quanto maior o número de documentos, maior o problema. Assim, quanto maior o número de documentos, maior é a responsabilidade de custódia e maior a diversidade dos objetos digitais. Dessa forma, as atividades de preservação digital, mais complexas, requerem maiores investimentos.¹⁰

É importante destacar que o desenvolvimento social e cultural também está relacionado ao acesso à informação digital. Segundo Gláucio Soares, graças à internet as diferenças entre pesquisadores de diversos países com renda per capita distinta foram reduzidas. Além de possibilitar a redução das desigualdades entre instituições de ensino e pesquisa e entre pesquisadores individuais. A cidadania científica plena pode ser ampliada e incluir pesquisadores de diversas regiões do globo. Para o autor é preciso

⁸ LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: Ibict, 2009, p. 13.

⁹ *ibid.* p.21.

¹⁰ SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel. Os impactos da obsolescência tecnológica frente à preservação de documentos digitais. **Brazilian Journal of Information Science**, Vol.11, Nº 2, em 2017, p. 30.

enfrentar o oligopólio editorial em prol dos interesses acadêmicos.¹¹ Conforme Grácio, Fadel e Valentim,

A informação digital tem contribuído para o desenvolvimento social e cultural, pois propicia, a diferentes comunidades, a possibilidade de acesso à informação e ao conhecimento, influenciando mudanças na cultura das organizações e dos indivíduos. Nesse contexto, o indivíduo está inserido em um ambiente cada vez mais dependente de informação digital.¹²

Segundo H. Kuramoto, no Brasil, a maioria das pesquisas científicas são financiadas pelo Estado, ou seja, com recursos públicos. Logo, sob a perspectiva ética, elas deveriam ser de acesso livre aos pesquisadores e à sociedade, mas isso não ocorre no sistema de comunicação científica tradicional, onde há a necessidade de se pagar pelo acesso à informação científica que fora produzida com recursos do Estado.¹³ Como consequência desse quadro, surgiu o movimento em prol do acesso livre à informação.¹⁴

Neste sentido, os repositórios institucionais e temáticos constituem-se em importantes instrumentos de acesso aberto aos pesquisadores e à sociedade como um todo à informação, à cultura e à ciência, rompendo com o sistema tradicional de comunicação científica.

O REPOSITÓRIO OMEKA

Os cinco repositórios sobre documentos de Cultura no Omeka visam promover e manter os acervos produzidos no campo das políticas e dos direitos culturais nos meios digitais, assim como busca incentivar a produção do conhecimento, o livre acesso da informação e a preservação dos acervos.

O Omeka consiste numa ferramenta de código aberto que visa facilitar a disseminação de documentos digitais, permitindo a criação de coleções digitais e sua integração com repositórios já existentes. Além de possuir as funcionalidades padrão dos repositórios digitais, possibilita o destaque de determinados documentos de uma biblioteca digital. Além disso, possibilita a realização de uma curadoria das coleções digitais.¹⁵

¹¹ SOARES, Gláucio Ary Dillon. O Portal de Periódicos da Capes: dados e pensamentos. **Revista Brasileira de pós-graduação**, v. 1, n. 1, 2004, p. 11 – 25.

¹² GRÁCIO, J. C. A.; FADEL, B. R.; VALENTIM, M. L. G. P. *op. cit.* p. 112.

¹³ KURAMOTO, Hélio. *op. cit.* p. 92.

¹⁴ *Ibid.* p. 3.

¹⁵ SHINTAKU, Milton; GOMES, Rafael Fernandez; BRITO, Ronnie Fagundes de; et. al. **Guia do usuário do Omeka**. Brasília: Ibict, 2018, pp. 16 – 17.

As funcionalidades ofertadas pelo Omeka podem ser classificadas como públicas ou restritas. As públicas estão relacionadas às exposições e a apresentação de itens que compõem as coleções. As funcionalidades restritas, por sua vez, restringem-se à administração do sistema, envolvendo a configuração dos seus parâmetros de funcionamento e gestão do acervo.¹⁶

O sistema possui uma estrutura simples, hospedado em sistema Linux, acessível por meio de um servidor Apache, utilizando programas desenvolvidos em PHP e acessando os dados em banco de dados MySQL. Dessa forma, a infraestrutura essencial consiste num sistema operacional Linux, Windows ou Mac OS X, servidor Apache HTTP, um sistema de banco de dados MySQL 5.0 ou superior, PHP 5.3 ou superior e aplicação para apresentação de imagens *ImageMagik*.¹⁷

A estrutura organizacional dos cinco repositórios é composta pelas coleções, que coleções se constituem na organização do acervo, armazenando os itens. Elas possibilitam que o acervo seja organizado em coleções, facilitando a sua gestão, pois formam uma hierarquia na qual o acervo possui diversas coleções das quais agregam diversos itens.¹⁸

As coleções são entidades estruturais para organização do acervo, na medida em que agregam itens. Atuam de forma a possibilitar que o acervo seja organizado em coleções, facilitando a sua gestão, pois formam uma hierarquia na qual o acervo possui várias coleções e cada coleção, vários itens.¹⁹

As coleções agregam os itens, que são os objetos digitais que compõem os acervos dos repositórios. Os itens são unidades informacionais que precisam ser cadastradas, ou seja,

Como o Omeka é uma ferramenta para gestão de coleções digitais, compostas por um acervo de objetos digitais, a primeira tarefa deve ser o cadastramento de itens. O item é a unidade informacional do Omeka e constitui-se de um objeto digital (podendo estar no acervo ou apenas um link) mais sua descrição por meio de metadados.²⁰

Os cinco repositórios Omeka, que vêm sendo feitos pelo grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) do setor de pesquisa em Políticas Culturais da FCRB, são: Cultura e Sociedade Civil; Política Cultural Global; Cultura Nacional; Cultura Regional; e Produção Acadêmica para Cultura. Congregam documentos produzidos no campo das políticas e dos direitos culturais no âmbito da

¹⁶ *Ibid.* p. 31.

¹⁷ *Ibid.* p. 96.

¹⁸ *Ibid.* p. 40.

¹⁹ *Ibid.* p. 39.

²⁰ *Ibid.* p. 40.

sociedade civil, documentos de origem internacional, Governo Federal, Governos estaduais e municipais e produção científica ou acadêmica respectivamente.

Ao indexar um documento no Omeka, para que ele seja identificado pelo pesquisador, é necessário preencher os metadados da melhor forma a descrever o documento. O Omeka utiliza o padrão de metadados *Dublin Core*.

OS METADADOS

O termo metadados foi cunhado por Jack E. Meyers em 1969 e registrado em 1986 como marca dos EUA, cuja empresa Meyers fundou. Posteriormente, o termo passou a ser utilizado por diversas áreas relacionadas à informação, como a ciência da computação, a estatística e o banco de dados. Os “metadados são dados que descrevem outros dados, aplicados tanto para documentos de qualquer natureza através da catalogação e indexação, como especificamente para recursos eletrônicos ou digitais”. São informações que descrevem, explicam, localizam e possibilitam a recuperação, a utilização e o gerenciamento de recursos de informação para os objetos digitais. Sua diversidade de funções permite assegurar a qualidade, a localização, o acesso e a preservação da informação.²¹

O metadado possui inúmeras funções, como a descoberta de informações relevantes, organização de recursos eletrônicos, interoperabilidade e integração de recursos, identificação digital, arquivamento e preservação, que asseguram a qualidade, a localização, o acesso e a preservação da informação.²²

Os esquemas de metadados descrevem recursos a fim de facilitar sua preservação e recuperação e oferecem estrutura de conhecimento às distintas áreas, possibilitando a descoberta e a utilização da informação dentro delas.²³

Podemos encontrar diversas outras definições de metadados pelos diversos especialistas da área, porém, o mais importante é destacar que seja qual for a definição, o metadado descreve, localiza e identifica a informação armazenada.

O padrão de metadados do Omeka é o *Dublin Core*, que, de forma flexível, possibilita o acesso permanente e a comunicação entre os sistemas e a criação de outros metadados conforme a necessidade na indexação de diferentes tipos de documentos.

²¹ NHACUONGUE, Januário Albino. **O Campo da Ciência da Informação**: contribuições, desafios e perspectivas da mineração de dados para o conhecimento pós-moderno. São Paulo, 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, p. 96.

²² *Ibid.* pp. 99 – 100.

²³ *Ibid.* pp. 104 – 106.

O *Dublin Core* é o padrão de metadados mais utilizado nos repositórios digitais. Foi criado em um workshop, patrocinado pela *Online Computer Library Center*, nos Estados Unidos, em 1995, tendo como meta a definição de um conjunto de elementos possibilitando a utilização pelos autores e não catalogadores a fim de descrever seus próprios recursos na web. É gerenciado pelo *Dublin Core Metadata Initiative*. Possui dois níveis, o simples e o qualificado, o primeiro, inclui 15 elementos, o segundo, decorrente da evolução do primeiro, tornou-se mais completo com a introdução de qualificadores, tornando-se, também, mais restrito. A plataforma DSpace possui algumas orientações específicas acerca da utilização de alguns campos de metadados distintos da *Dublin Core*. O *Dublin Core* garante acesso permanente, assim como permite a interoperabilidade entre os sistemas. Tornou-se padrão ISO 15836 em 2003.²⁴

O metadado possui inúmeras funções, como a descoberta de informações relevantes, organização de recursos eletrônicos, interoperabilidade e integração de recursos, identificação digital, arquivamento e preservação, que asseguram a qualidade, a localização, o acesso e a preservação da informação.²⁵

Os esquemas de metadados descrevem recursos a fim de facilitar sua preservação e recuperação e oferecem estrutura de conhecimento às distintas áreas, possibilitando a descoberta e a utilização da informação dentro delas.²⁶

Podemos encontrar diversas outras definições de metadados pelos diversos especialistas da área, porém, o mais importante é destacar que seja qual for a definição, o metadado descreve, localiza e identifica a informação armazenada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É essencial que haja um modelo de gestão para o desenvolvimento e a circulação da cultura, a fim de torná-la acessível a todos. Junto a essa necessidade, também é importante refletirmos e investirmos em meios de divulgação e conservação de acervos, inclusive aqueles que tratam de políticas culturais. Os repositórios digitais possuem papel importante nesse âmbito. A cultura é um direito e, principalmente se tratando de um Estado democrático, é fundamental que tenhamos políticas culturais e gestão que visem o direito a cultura e o seu fomento.

²⁴ PIRES, Daniela. Uso do Dublin Core na descrição de obras raras na web: a coleção da Biblioteca Brasileira Digital. **Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 4. Disponível em <<http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/43413>>. Acesso em 19 jan. 2019.

²⁵ *Ibid.* pp. 99 – 100.

²⁶ *Ibid.* pp. 104 – 106.

É importante destacar que “as instituições de memória têm o papel de tornar possível a recuperação da informação, atendendo aos diversos interesses do público geral”.²⁷ Nesse sentido, é realizado o trabalho de captação e indexação de documentos das áreas de políticas e direitos culturais, democratizando a informação científica à sociedade. Além disso, todo documento é uma fonte histórica e sua preservação é fundamental à preservação da memória. Segundo Pierre Nora há lugares onde a memória se cristaliza e se refugia. Os lugares de memória são meios de acesso a uma memória que é história, e, por meios de vestígios, é reconstituída e reivindicada.²⁸ Assim, podemos entender um repositório como o Omeka como um lugar de memória, de preservação, além de um importante espaço de democratização da informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GRÁCIO, J. C. A.; FADEL, B. R.; VALENTIM, M. L. G. P. Preservação digital nas instituições de ensino superior: aspectos organizacionais, legais e técnicos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n.3, p.111-129, jul./set. 2013.
- KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. Brasília: **Revista Ciência da Informação**, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ago., 2006.
- LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: Ibict, 2009.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo. vol. 10, 1993.
- NHACUONGUE, Januário Albino. **O Campo da Ciência da Informação**: contribuições, desafios e perspectivas da mineração de dados para o conhecimento pós-moderno. São Paulo, 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.
- PIRES, Daniela. Uso do Dublin Core na descrição de obras raras na web: a coleção da Biblioteca Brasileira Digital. **Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 4. Disponível em <<http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/43413>>. Acesso em 19 jan. 2019.
- SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel. Os impactos da obsolescência tecnológica frente à preservação de documentos digitais. **Brazilian Journal of Information Science**, Vol.11, Nº 2, em 2017.
- SAYÃO, Luis Fernando. Afinal, o que é Biblioteca Digital? **Revista USP**, São Paulo, n.80, p. 6 - 17, dezembro/fevereiro 2008 – 2009.

²⁷ SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel. *op. cit.* p. 29.

²⁸ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo. vol. 10, 1993, p. 7.

SHINTAKU, Milton; MEIRELLES, Rodrigo. **Manual do DSpace**: administração de repositórios. Salvador: EDUFBA, 2010.

SHINTAKU, Milton; GOMES, Rafael Fernandez; BRITO, Ronnie Fagundes de; et. al. **Guia do usuário do Omeka**. Brasília: Ibict, 2018.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O Portal de Periódicos da Capes: dados e pensamentos. **Revista Brasileira de pós-graduação**, v. 1, n. 1, 2004.

Telejornalismo nos conglomerados midiáticos: representatividade e diversidade além das câmeras

Karen B. Santarem Rodrigues

A partir da pesquisa “Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural: análise das estratégias dos grandes conglomerados” (2020), que vem sendo desenvolvida no setor de pesquisa em Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa, sob a coordenação da Dra. Eula Dantas Taveira Cabral, buscou-se entender e refletir a importância da representatividade e da diversidade¹ em frente às câmeras, nos bastidores e nas redações do telejornalismo brasileiro, que se encontra em um cenário caracterizado pelos oligopólios midiáticos.

O jornalismo tornou-se uma área da comunicação essencial para o desenvolvimento de uma sociedade, principalmente a brasileira. De acordo com Angélica Peixoto e Marcela D’Alessandro (2017), o “jornalismo é ferramenta fundamental para garantir o direito humano de acesso à informação”, direito este garantido na Constituição Federal, Art. 220, caput e §1o. Citando Franklin Martins, “tem como missão primordial ‘informar a sociedade para que ela, bem informada, possa tomar suas próprias decisões da melhor maneira possível’” (MARTINS apud PEIXOTO; D’ALESSANDRO, 2017, p. 217).

Dentro do jornalismo, há diversos setores que fazem notícias, como jornal impresso, reportagem, documentarismo, jornalismo digital, e, principalmente, telejornalismo. Segundo Rafael Henriques e Juliana Leite (2018, p. 153), “trata-se, como o próprio nome já diz, da confluência entre a televisão, com seu amplo poder de difusão, e o jornalismo, com sua tarefa de informar sobre os acontecimentos da atualidade.”

Diante disso, verifica-se que o telejornalismo, ao disseminar a informação ao telespectador, trabalha com imagens que compõem a notícia, por estar em um meio de comunicação audiovisual. Neste sentido, a imagem dos âncoras, apresentadores e

¹ Mulheres, LGBTQIAPN+, pessoas gordas e pessoas *não brancas*.

repórteres também torna-se um ponto relevante do programa telejornalístico, uma vez que eles estão em frente às câmeras sendo mediadores entre a informação e o telespectador.

De acordo com Rezende, a TV continua sendo um poderoso veículo de comunicação, com novos desafios de produção, de consumo e distribuição de conteúdo. “As transformações tecnológicas atingem todos os domínios, da produção à distribuição de conteúdo, da linguagem às formas de narrar e estética” (REZENDE, 2016, p. 70).

A televisão enquanto dispositivo imagético cotidiano opera representações enquanto práticas articuladas as quais manifestam o mundo social, produzidas pelos grupos que as tecem, na dependência de disposições mais ou menos estáveis que a partilham (REZENDE, 2016, p. 70).

Assim, nota-se que a televisão é um local em que a imagem das pessoas é uma representação da sociedade. Quando não há representatividade, compreende-se que há uma exclusão e determinação de uma posição de inferioridade de um grupo social. “Se o corpo esbelto e firme se mostra, socialmente, como a norma única e hegemônica da beleza, o mesmo não ocorre com os outros aspectos da beleza, marcados por certo pluralismo” (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 357).

Apesar de toda a evolução do telejornalismo em ter apresentadores, âncoras e repórteres do gênero feminino, negros e homossexuais, ainda há uma falta de representatividade em frente às câmeras de diferentes etnias, raças, corpos e gêneros, como pessoas *não brancas*, gordas e LGBTQIAPN+. No entanto, esta questão não abrange somente o telejornalismo, mas também as redações jornalísticas do país.

TELEJORNALISMO NOS CONGLOMERADOS MIDIÁTICOS

O telejornalismo, sendo um produto da televisão, também teve início no Brasil em 18 de setembro de 1950, no mesmo dia em que surgiu a TV Tupi, empreendimento de Assis Chateaubriand. Após o surgimento da primeira emissora brasileira, vieram logo em seguida as concorrentes, a Paulista, em 1952, a Record, em 1953, a TV Rio, em 1955, e a Excelsior, em 1961. A Rede Globo só surgiu em 1965.

A inauguração da primeira emissora da Rede Globo, em 26 de abril de 1965, com um prédio próprio e equipamentos modernos, só foi possível graças ao financiamento de 6 milhões de dólares obtido por Roberto Marinho junto à multinacional Time-Life, operação considerada ilegal por contrariar a legislação brasileira, que proibia a participação de estrangeiros em negócios de mídia no Brasil (MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL, 2019).

O primeiro programa telejornalístico, de acordo com Morgado (2020), foi o boletim ‘Em Dia com a Política’, do jornalista Maurício Loureiro Gama, que surgiu dentro do programa inaugural da TV Tupi, o ‘TV na Taba’. O jornalista também passou a apresentar o ‘Vídeo Político’, no mesmo canal. Após o informativo, entrava no ar ‘Imagens do Dia’, com Ruy Rezende e Paulo Salomão, considerado o primeiro telejornal diário do Brasil, pela maior parte da bibliografia televisiva.

Vários outros telejornais foram lançados nos anos 1950, como ‘Atualidades Montilla’, ‘Diário de S. Paulo na TV’, ‘Edição Extra’, ‘Reportagem Ducal’, ‘Telejornal Bendix’, ‘Telejornal Tupi’ e ‘Telenotícias Panair’. Nenhum deles, porém, fez tanto sucesso quanto ‘O Seu Repórter Esso’. Lançado em 1952, era a versão televisiva do radiojornal mais importante da época. Como ainda não existiam redes nacionais, cada cidade tinha o seu próprio ‘Repórter Esso’ (MORGADO, 2020).

Segundo César Bolaño, entre 1965 e 1970, a indústria de televisão brasileira assume um caráter monopolista, “temos a passagem de um mercado relativamente competitivo para outro de característica oligopólica, bastante concentrado e centralizado”. (BOLAÑO, 2004, p. 33) O cenário midiático brasileiro é marcado por burlar a legislação desde então, uma vez que é caracterizado pela concentração da mídia, afetando o direito à comunicação e, conseqüentemente, o direito à diversidade cultural e à democracia. Atualmente são contabilizados cinco conglomerados no país: a Rede Globo, o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), a Rede Record, a Rede Bandeirantes e a RedeTV!.

De acordo com o Cap. V, Artigo 220, da Constituição Federal de 1988,

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

[...] § 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio (BRASIL, 1988).

Os conglomerados midiáticos são grupos que dominam o cenário da mídia brasileira, controlando os meios comunicacionais, como jornais, revistas, rádios e televisão em um mesmo mercado. Em consequência dessa dominação midiática, o direito à comunicação é prejudicado e afetado indireta e diretamente, assim como o direito à cultura, à democracia e à liberdade de expressão e de imprensa.

De acordo com Pâmela Pinto, os conglomerados surgiram devido a falta de rigor nas legislações, já que era permitida a propriedade cruzada no século XX.

Outro fator determinante para este forte vínculo foi a dependência financeira dos meios de comunicação para obter a infraestrutura

necessária à sua expansão. Conjuntura viabilizada somente com a ditadura militar de 1964, que proporcionou condições econômicas e institucionais para o desenvolvimento de um sistema nacional de telecomunicações e de radiodifusão compatível com as novas exigências do capitalismo internacional (PINTO, 2009, p. 4-5).

Apesar de ser um meio de comunicação propriedade de poucos grupos empresariais, segundo Iluska Coutinho, a televisão também se constitui no Brasil em um importante instrumento de informação, de acesso ao mundo por meio de sons, textos e imagens exibidas na tela. “Essa é a premissa fundamental, quase crença, do telejornalismo, gênero televisivo que pertence à categoria informação, e de muitos que têm esse tipo de programa como sua principal forma de orientação no mundo”. (COUTINHO, 2008, p. 1) Nesse cenário, o papel do jornalismo na mídia brasileira é evidente, devendo cumprir com o direito de informar aos cidadãos de forma que assegure a liberdade de imprensa defronte à influência dos donos da mídia às notícias. No entanto,

Rezende (2000) afirma que é improvável que o telejornalismo esteja cumprindo satisfatoriamente sua missão social, pois ao atrelar-se às grandes corporações suas motivações passam a ser muito mais por interesses econômicos e políticos do que pelas necessidades das camadas populares da audiência (MARTINO; ZANCOPER, 2017, p. 674).

Com a consolidação das primeiras emissoras de televisão dos anos 1950 e 1960 no país e com a evolução das tecnologias imagéticas e midiáticas, não tardou para que o primeiro telejornal transmitido em rede no Brasil fosse ao ar. O Jornal Nacional, da Rede Globo, estreou no dia 1 de setembro de 1969 e foi o primeiro a ser transmitido em rede nacional.

O JN é o mais antigo programa televisivo ainda no ar na TV brasileira; foi o primeiro produto exibido em rede na história da televisão no país e, ainda hoje, é o telejornal com a maior audiência da TV aberta. Desse modo, é um produto que ainda se constitui, como a maior referência para o subgênero telejornal no Brasil (HENRIQUES, LEITE, 2018, p. 154).

Segundo a página “Memória Globo”, os primeiros apresentadores do JN foram Hilton Gomes e Cid Moreira, que comandavam o telejornal de segunda à sexta-feira. Aos sábados, Heron Domingues, conhecido por ser locutor do “Repórter Esso”, na Rádio Nacional, ficava responsável pela bancada do programa. Após dois anos da estreia, em 1971, Ronaldo Rosas substituiu Hilton Gomes. Rosas ficou apenas um ano na emissora, dando lugar para Sérgio Chapelin, em 1972, que formou dupla com Cid Moreira até 1983.

Os locutores testaram, nessa época, novas tecnologias de comunicação, que dinamizaram e alteraram o dia a dia de produção do telejornal.

Como o teleprompter, que transformou a forma de apresentar a notícia na bancada; a transmissão e geração de sinal em cores; o recurso do videotape, que, aos poucos substituiu o uso de filme na captação da notícia. (MEMÓRIA GLOBO, 2021)

De forma geral, durante o século XX, as bancadas dos telejornais eram comandadas majoritariamente por homens brancos. Na Rede Bandeirantes, o Jornal da Band, que está no ar há mais de quatro décadas, até o final da década de 1980, só tinha sido apresentado por homens. A jornalista Marília Gabriela foi a primeira mulher a apresentar o programa (MORGADO, 2020), de 1988 até 1991. Enquanto na Globo,

a primeira apresentadora aconteceu só em 1993, nos revezamentos de plantões de sábado, com a participação da jornalista Valéria Monteiro. Em 1996, o telejornal escalou Lilian Witte Fibe para dividir a bancada de segunda à sexta, ao lado de William Bonner (JORNAL NACIONAL, 2004). (MARTINO; ZANCOPER, 2017, p. 668).

Após Lilian Witte Fibe deixar a bancada do JN em 1998, Fátima Bernardes passou a dividir o programa com William Bonner até 2011. Desde a entrada diária de Lilian no telejornal, a composição “um homem e uma mulher” dividindo a apresentação de notícias em rede nacional, permaneceu a mesma nos principais telejornais das emissoras de TV aberta como a Globo, SBT, Record, Band e RedeTV!, e de TV por assinatura, como a CNN Brasil.

AS MULHERES NOS TELEJORNALIS

A partir dos anos 1980, a participação das mulheres como apresentadoras, âncoras e repórteres, passou a ser mais frequente nos telejornais. Amália Rocha foi a primeira mulher a assumir a bancada do Jornal da Record, da Rede Record, em 1989, junto com Carlos Nascimento e Wellington de Oliveira. Mas, em 1985, o programa já contava com as reportagens de Sílvia Poppovic. Como afirma Naomi Wolf, “ao paternal apresentador reuniu-se uma locutora muito mais jovem com um nível de beleza profissional”. (WOLF, 1991, p. 58). Sendo um reflexo da necessidade de representação feminina na televisão e da presença marcante de mulheres nas redações jornalísticas.

Segundo uma pesquisa conjunta do Gênero&Número, da Abraji, Google News Lab (MAZOTTE; TOSTE, 2018, p. 9), sobre as mulheres no jornalismo brasileiro, 40,8% das entrevistadas afirmam que a quantidade de colegas profissionais de ambos os gêneros é proporcional, 34% apontam que há mais mulheres do que homens e apenas 24,2% alegam haver mais homens do que mulheres. Apesar de haver uma parte considerável de mulheres nas redações jornalísticas, há uma tendência de elas ocuparem cargos inferiores aos dos homens.

Contudo, elas tendem a perceber desproporção em favor dos homens nos cargos de liderança – como editores, coordenadores, diretores etc: apenas 19,4% apontaram haver proporções iguais de homens e mulheres nessas posições, enquanto 65,4% alegaram haver mais homens em cargos de poder e somente 15% disseram haver mais mulheres (MAZOTTE; TOSTE, 2018, p. 9).

A maior presença de homens em cargos superiores também é expressiva nos programas telejornalísticos, onde na maioria das vezes, a mulher tem uma participação menor em comparação ao homem. A exceção é o Jornal Nacional, em que os apresentadores, William Bonner² e Renata Vasconcellos³, são âncoras. Bonner é editor-chefe e apresentador, enquanto Renata é editora-executiva e apresentadora, cumprindo funções além da apresentação.

O âncora é o apresentador que acompanha e participa do processo de confecção do telejornal em todas as suas etapas. Deve acompanhar a evolução das notícias durante todo o dia, estando ou não na redação. É isso que o distingue de quem apenas grava o off e lê o script. Essa participação ativa, em uma ou mais etapas da produção do telejornal, faz com que em muitos casos o âncora seja também o editor-chefe do telejornal. (BARBEIRO; LIMA, 2002, p. 76)

Além disso, outra questão sobre inferioridade feminina nos telejornais é a tendência de a mulher ficar incumbida de apresentar a meteorologia, sendo conhecida, popularmente, como “garota do tempo”. O bloco do “climatempo” nos telejornais tem poucos minutos de duração, na maioria dos casos, não exige uma longa apuração e não tem tanto reconhecimento na redação. Apesar de haver exceções, como Tiago Scheuer, que apresenta os blocos meteorológicos nos principais telejornais da Rede Globo, ainda assim é uma área com bastante participação feminina.

Apesar da expansão da presença de mulheres nas bancadas dos telejornais e nas redações jornalísticas, há uma ausência de mulheres como fontes e personagens de matérias e reportagens. Sob a análise de gênero no cenário midiático, Paula Lobo e Rosa Cabecinhas pontuam que “estudos recentes, revelam que as mulheres, cerca de metade da população mundial, são quase ignoradas no universo das notícias e que a sua presença

² William Bonner assumiu a bancada do JN em 1996, depois de ter passado pelo “Jornal Hoje”, “Jornal da Globo” e “Fantástico”. Em 1999, Bonner absorveu a função de editor-chefe do JN e segue até hoje como âncora do telejornal. (MEMÓRIA GLOBO, 2021)

³ Renata Vasconcellos estreou no telejornalismo em 1996, ao lado de Eduardo Grillo no boletim “Em Cima da Hora”, da GloboNews. Ela já passou pelas bancadas do “Bom Dia Brasil”, “Jornal Hoje” e “Fantástico”. A partir de 2005, a jornalista passou a ser apresentadora substituta do “Jornal Nacional”, cuja bancada assumiu oficialmente, ao lado de William Bonner, em 2014, assim como a função de editora-executiva do programa. (MEMÓRIA GLOBO, 2021)

nos noticiários se encontra frequentemente associada a estereótipos de gênero” (LOBO; CABECINHAS, 2007, p. 1729).

Segundo uma pesquisa feita pela Revista SUPER Interessante, apenas uma a cada quatro fontes da revista é mulher. A jornalista Karin Hueck, que escreveu a reportagem, relatou que “na SUPER somos 5 mulheres – metade da redação – fazendo a revista todos os meses. Mas, por algum motivo estranho, 77% dos nossos entrevistados são homens”. (HUECK, 2016) A falta de fontes e personagens mulheres ressalta o machismo e a ideia de inferioridade, inclusive de voz/discurso do gênero feminino na sociedade, como incapaz intelectualmente de exercer uma função sem ser a doméstica.

Nesse cenário, onde a televisão é o principal meio de informação de grande parte da população, seu papel na construção de uma sociedade mais igualitária se torna ainda mais relevante. Por ocupar esse lugar privilegiado, o telejornalismo deveria trabalhar em prol da busca pela igualdade e cidadania de forma a contemplar as expectativas de transformação social e de participação de grupos com histórico de silenciamento, como é o caso das mulheres (MARINO, 2018, p. 5-6).

Em relação ao histórico de silenciamento, os negros, principalmente as mulheres negras, são as mais caladas e possuem menos oportunidades na sociedade, assim como no jornalismo. Em relação a cor ou raça, segundo a pesquisa “Mulheres no Jornalismo Brasileiro”, a desigualdade entre brancos e negros na redação jornalística é alarmante: “94,5% das respondentes disseram haver mais pessoas brancas do que negras em seus veículos. Nos cargos de liderança esse percentual foi de 95,6%” (MAZOTTE; TOSTE, 2018, p. 9).

Um exemplo deste dado pode ser confirmado em uma foto postada, em 2019, pela jornalista Maju Coutinho, que, até 2021, era apresentadora do Jornal Hoje da TV Globo, acompanhada dos colegas de redação do noticiário, em que todos, a exceção da própria Maju e mais um jornalista, são brancos. Ver Figura 1.

Figura 1 - Foto postada no Instagram por Maju Coutinho acompanhada de seus colegas de redação do Jornal Hoje



Fonte: <<https://bit.ly/3r14ubK>>. Acesso em: 20 de março de 2022.

A imagem reflete a política de inclusão das emissoras de televisão. A presença de Maju⁴, desde quando apresentava a meteorologia no Jornal Nacional até hoje comandando o programa “Fantástico” da TV Globo, representa grupos sociais minoritários e excluídos socialmente. No entanto, a partir desta foto, vale a seguinte reflexão: o avanço da inclusão e representação de negros e negras em frente às câmeras dos telejornais, como âncoras, apresentadores e repórteres, também vale por de trás das câmeras, nos bastidores e na redação, ou apenas ratifica a questão da cultura do espetáculo e das aparências, isto é, o modo como a televisão quer ser vista, como um local para todos?

O autor Joel Zito (2004) pondera que a visão de si mesmo ajuda a moldar o caráter, desse modo gerações afrodescendentes sofrem com a falta de representatividade e pluralidade negra na televisão. Há um vazio na auto identificação do negro e por ele pertencer a essa etnia. Gerando assim auto-estima baixa, já que o negro não consegue se identificar, pois são poucos que aparecem e quando aparecem a tendência é ter os estereótipos televisionados. (GALDINO, 2018, p. 25).

⁴ “Maria Júlia Coutinho, 42, é formada pela Faculdade Cásper Líbero. Iniciou a carreira na TV Cultura apresentadora e âncora do Jornal da Cultura e do Cultura Meio-Dia. Em 2007, se transferiu para TV Globo, onde passou a ser repórter dos programas locais da emissora, como o SPTV. Em 2015, Maju passou a ser a responsável pelas informações do clima no Jornal Nacional, oportunidade que deu a ela projeção nacional. Em março de 2019, Maju se tornou a primeira mulher negra a integrar a bancada do Jornal Nacional e em agosto do mesmo ano se tornou apresentadora titular do Jornal Hoje.” (ROCHA, 2020) Em novembro de 2021, Maju Coutinho passou a apresentar o programa “Fantástico”, da TV Globo.

A televisão brasileira já avançou ao colocar negras e negros como âncoras, apresentadores e repórteres dos telejornais, no entanto, é um avanço mínimo em comparação à necessidade de referências deste grupo social em frente às câmeras. A primeira repórter negra a aparecer na televisão foi a jornalista carioca Glória Maria, da Rede Globo. Segundo Albuquerque, ela também foi a primeira mulher a cobrir uma guerra, a Guerra das Malvinas, na televisão brasileira. Sua primeira reportagem foi o desabamento do Elevado Paulo de Frontin, em 1971. Em seus 50 anos de telejornalismo, ela já apresentou o “Bom dia Rio”, “Jornal Nacional”, “Jornal Hoje”, “Fantástico” e, atualmente, divide a apresentação do “Globo Repórter” com a jornalista Sandra Annenberg (ALBUQUERQUE, 2016, p. 52).

Enquanto o primeiro homem negro no telejornalismo foi Heraldo Pereira⁵, que comandou a bancada do Jornal Nacional, após 35 anos da estreia do programa. Mas foi só 50 anos depois, em 2019, que Maju Coutinho, uma mulher negra, apresentou o telejornal pela primeira vez. Apesar dos dois profissionais serem negros, o homem negro é ainda mais valorizado que a mulher negra: “mulheres ainda são aquelas moldadas para desempenhar o trabalho doméstico e obrigadas a serem as maiores responsáveis pela criação dos filhos. Mulheres, sobretudo, negras, partem de pontos diferentes e conseqüentemente desiguais” (RIBEIRO, 2017, p. 36).

O telejornalismo já fez muitos avanços em colocar mulheres acompanhando homens nas bancadas e até sozinhas para apresentar os programas, mas há imposições estéticas oriundas da própria sociedade. Estas jornalistas apresentam, através de suas imagens, um modelo de corpo, cabelo, vestuário e até comportamento impostos a elas como sendo o “padrão ideal”.

Desde o início da participação das mulheres na televisão, um padrão estético foi construído e que, na maioria das vezes, é inalcançável para as jornalistas e telespectadoras. Segundo dados da Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 - Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira, “quase 90% dos brasileiros se informam pela televisão sobre o que acontece no país, sendo que 63% têm na TV o principal meio de informação” (G1, 2017). Deste modo, pode-se dizer que a televisão, como um dos maiores meios de comunicação do país, é um reflexo da sociedade, assim como reflete a própria sociedade.

⁵ Segundo fontes bibliográficas trabalhadas nesta pesquisa, Heraldo Pereira foi o primeiro homem negro a aparecer no telejornalismo. No entanto, é difícil ter uma informação precisa, porque na própria bibliografia do telejornalismo, a questão da representatividade é muito nova e começou a ser estudada há pouco tempo.

ESTEREÓTIPOS E PADRÕES ESTÉTICOS NOS TELEJORNAIS

A falta de representatividade de pessoas gordas nas bancadas dos programas telejornalísticos inviabiliza a possibilidade de ocupação deste grupo social em outros espectros sociais, reverberando os estereótipos e padrão de imagem presentes na sociedade atual. Nesse sentido, é preciso ressaltar o poder da imagem enquanto representação. Como afirma Rezende (2016, p. 76), “representações são, pois, o resultado de práticas articuladas que manifestam o mundo social, deixando ver ou permitindo ver, produzidas pelos grupos que as tecem na dependência de disposições mais ou menos estáveis que a partilham”. A autora ainda acrescenta: “as imagens são sempre culturais e afetam os sujeitos e os conduzem a uma nova concepção de si próprios e do mundo”.

Corpos gordos geralmente são associados à feiura, preguiça, doença, sedentarismo e, na televisão, ainda são mais vistos com maus olhos. Os gordos não se encaixam dentro do padrão estético e imagético que a mídia hegemônica quer transmitir ao telespectador. No entanto, diante da questão técnica jornalística de que a notícia precisa ser mais importante que a imagem do jornalista, justificaria a falta de pessoas gordas nos telejornais, pois esses corpos chamariam mais atenção do que as reportagens?

Segundo Barbeiro e Lima (2002), a questão de a notícia ser o ponto principal do telejornal e não a imagem do jornalista tem a ver com a roupa que o âncora ou o repórter está vestindo, não havendo relação com o corpo dele.

No tocante à apresentação pessoal, as emissoras vestem tanto os apresentadores como os repórteres. Cortes de cabelo, barba e maquiagem apropriada são feitos de acordo com as regras da empresa. Quando ocorre por conta do jornalista, ele deve procurar se vestir de forma que não chame a atenção. Cada ocasião tem o tipo de roupa apropriada (BARBEIRO; LIMA, 2002, p. 80).

A presença de um padrão hegemônico de beleza no telejornalismo não deixa de estar associada aos campos sociais. Como afirma Braga, “o corpo midiático é consequência de um trabalho de agendamento e de tematização, via operações enunciativas que são fundamentalmente discursivas. Esses processos de apropriação midiática da corporeidade possuem uma dimensão social – a exemplo de qualquer outro processo midiático (BRAGA, 2015, p. 4).

De acordo com Rezende (2016, p. 70), a TV continua sendo um poderoso veículo de comunicação, com novos desafios de produção, de consumo e distribuição de conteúdo. “As transformações tecnológicas atingem todos os domínios, da produção à distribuição de conteúdo, da linguagem às formas de narrar e estética”.

A televisão enquanto dispositivo imagético cotidiano opera representações enquanto práticas articuladas as quais manifestam o mundo social, produzidas pelos grupos que as tecem, na dependência de disposições mais ou menos estáveis que a partilham (REZENDE, 2016, p. 70).

Assim, nota-se que a televisão é um local em que a imagem das pessoas é uma representação da sociedade. Quando não há representatividade, compreende-se que há uma exclusão e determinação de uma posição de inferioridade de um grupo social. “Se o corpo esbelto e firme se mostra, socialmente, como a norma única e hegemônica da beleza, o mesmo não ocorre com os outros aspectos da beleza, marcados por certo pluralismo” (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 357).

Como afirma Rezende (2012, p.18), “estamos imersos em um processo civilizatório em que as imagens exercem um poder imenso sobre nossas mentes e nossos corpos”. O desenvolvimento da tecnologia imagética contribuiu para a reverberação de um corpo hegemônico de beleza, uma vez que configura uma maior recepção da imagem pelo telespectador.

Além disso, como apontado por Lipovetsky e Serroy (2015, p. 348), a construção de um padrão de imagem e estereótipos, isto é, os “sonhos de beleza” dos grupos sociais, se deu no século XX com o desenvolvimento da industrialização em massa das práticas de embelezamento.

Atualmente, em todas as camadas sociais e em todas as idades se desenvolvem as práticas cosméticas, a luta contra o peso e as rugas, a cirurgia estética, os regimes para emagrecer. [...] A beleza se tornou um novo Eldorado do capitalismo, ao mesmo tempo que uma obsessão e uma prática narcísica de massa (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 349).

O mito da beleza, segundo Wolf, ganhou sua forma atual após as convulsões sociais da industrialização e com a evolução do capitalismo, momento este que surgiu uma nova classe de mulheres alfabetizadas e ociosas.

A maioria de nossas hipóteses sobre a forma pela qual as mulheres sempre pensaram na “beleza” remonta no máximo a 1830, quando se consolidou o culto à domesticidade e se inventou o código da beleza. [...] Desde a Revolução Industrial, as mulheres ocidentais da classe média vêm sendo controladas tanto por ideais e estereótipos quanto por restrições de ordem material (WOLF, 2020, p. 32-33).

Desde então, a indústria da beleza, como a moda, os cosméticos, as clínicas de estéticas, entre outros, enaltecem corpos magros, sem celulite, sem estrias, peles macias, sem acne, sem manchas e sem pelos, com o objetivo de manter este mercado girando.

Lipovetsky e Serroy ressaltam que “é de fato um mesmo modelo de beleza feminina que a publicidade, a moda, as modelos e as marcas de cosméticos difundem pelo globo inteiro” (2015, p. 357). Com isso, dependente economicamente da publicidade e de anúncios desta indústria do embelezamento, a televisão reproduz e reverbera os ideais de corpos das marcas de beleza através do seu recurso tecnológico imagético. Assim, “a instituição do corpo midiático é uma forma de “construção social da realidade”, definindo um ideal corpóreo estetizante, um padrão de “perfeição” corporal feminina” (BRAGA, 2015, p. 6).

Este padrão de beleza, desenvolvido no contexto da sociedade capitalista e reproduzido pela televisão, perpassa o telejornalismo e chega às âncoras, apresentadoras e repórteres, que são tão vítimas do corpo midiático, quanto mediadoras do seu ideal. Apesar dos jornalistas homens também sofrerem algumas pressões estéticas e seguirem um certo estereótipo, isto é, branco, hétero, magro, eles tendem a não ser tão cobrados comercialmente e psicologicamente afetados quanto às mulheres.

A repercussão que têm os concursos de beleza femininos, a proeminência de top models femininas, a prática quase exclusivamente feminina da maquiagem, as páginas de beleza das revistas femininas, a influência dos desfiles de moda, assim como a supervalorização da beleza feminina nos discursos cotidianos e nas imagens midiáticas vão no mesmo sentido: expressam a ratificação da dessemelhança dos papéis estéticos dos dois sexos em benefício do sexo feminino (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 356).

A comparação da pressão estética através da imagem midiática entre os gêneros ainda é enorme e preocupante para a saúde das mulheres. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 4,7% dos brasileiros sofrem com distúrbios alimentares que, na adolescência, chegam a 10%, sendo que as mais acometidas pelos transtornos alimentares são as mulheres.⁶

Segundo Wolf, as dietas e a magreza começaram a ser preocupações femininas quando as mulheres ocidentais receberam o direito do voto em torno de 1920. (WOLF, 2020, p. 268) De acordo com uma pesquisa do Ipsos, em 2011, 71% das mulheres de 20 a 24 anos são complexadas por causa de uma parte de seu corpo e 60% gostariam de poder mudar algo em sua aparência, sendo que uma em cada três mulheres de peso normal

⁶ REDAÇÃO. OMS alerta que cerca de 10% dos jovens brasileiros sofrem de distúrbios alimentares. **Folha Vitória**, 2020. Disponível em <<https://www.folhavitoria.com.br/saude/noticia/08/2020/oms-alerta-que-cerca-de-10-dos-jovens-brasileiros-sofrem-de-disturbios-alimentares>>. Acesso em 20 de março de 2022.

se acha gorda demais e duas em cada três gostariam de emagrecer (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 360-361).

As doenças da nutrição são muitas vezes interpretadas como sintomáticas de uma necessidade neurótica de controle. No entanto, é sem dúvida sinal de saúde mental a tentativa de controlar algo que está tentando controlar a pessoa, especialmente de essa pessoa for uma jovem só e esse algo for uma poderosa indústria alimentada pelas necessidades de toda uma ordem mundial determinada (WOLF, 2020, p. 288).

Além disso, a imposição da estética branca na sociedade corrobora com a construção de estereótipos. O escritor estadunidense Walter Lippmann apresenta “estereótipos como construções simbólicas enviesadas, infensas à ponderação racional e resistentes à mudança social” (FREIRE, 2004, p. 47).

Para Muniz Sodré (apud FERRO: 2012; 76), os estereótipos ferem ainda mais quando chegam aos afrodescendentes em forma de auto-discriminação, porque assimilam a imagem negativa disseminada. Dessa forma também surge a auto-desvalorização, já que a constante vinculação de subrepresentações desfavoráveis carrega consigo a ideia de incapacidade da população negra (ALBUQUERQUE, 2016, p. 25).

O conceito de estereótipo é profundamente depreciativo e, a partir disso, pode ser associado ao termo estigma estudado por Erving Goffman. Segundo o autor, em todos os estigmas,

[...] encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus (GOFFMAN, 2004, p. 7).

Uma pessoa negra, neste sentido, o indivíduo estigmatizado, de acordo com Goffman, pode descobrir que se sente inseguro em relação à maneira como o identificam e o recebem (GOFFMAN, 2004, p. 15). Berth explica que a valorização real e afetiva de cada elemento do fenótipo negro é pautada pela representatividade, na medida em que são nos variados espaços que se pode reconhecer e assimilar as imagens como positivas.

Muitas são as formas de se trabalhar esses movimentos que são inerentes e se intercalam em intensidade, e o principal deles é o imagético. Precisamos nos ver de forma positiva, literalmente, pois essas imagens vão ressignificar o imaginário que será abalado e simultaneamente reconstruído (BERTH, 2019, p. 76).

Assim como negros e negras, outros grupos sociais minoritários precisam de representação nos espaços imagéticos para que haja uma construção da autoestima e da consciência de visibilidade social. Assim, a presença de pessoas que não se encaixam no

padrão estético na televisão é necessária para que haja maior representatividade no meio e seja desenvolvido o processo de empoderamento, tanto dos jornalistas, quanto dos telespectadores que os assistem. “O empoderamento refere-se a princípios, como a capacidade de indivíduos e grupos agirem para garantir seu próprio bem-estar ou seu direito de participar da tomada de decisões que lhes diz respeito” (BERTH, 2019, p. 27). Como explica Berth (2019), este processo transforma a natureza e a direção de forças sistêmicas que marginalizam setores excluídos em diferentes contextos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste artigo, nota-se que a imagem dos âncoras, apresentadores e repórteres é reflexo de um corpo midiático desenvolvido pelo capitalismo e pela indústria de massa, reverberado pela televisão também através do desenvolvimento da tecnologia imagética. Além disso, verifica-se a ausência de pessoas não brancas, gordas, travestis, transexuais, homossexuais no telejornalismo, além da predominância de pessoas brancas nas redações. “De acordo Joel Zito (2004), a televisão reforça a invisibilidade da desigualdade e da discriminação racial e acaba impondo ainda mais o padrão eurocêntrico com a política do branqueamento”. (GALDINO, 2018, p. 59)

Apesar de todas as mudanças em que a televisão e o telejornalismo passaram em relação à diversidade de âncoras, apresentadores e repórteres, como a inclusão de poucos negros e homossexuais, ainda há muito a avançar em questão de diversidade nas redações, pois estas continuam sendo majoritariamente brancas. “Como diz a pesquisadora Joice Berth, a questão, para além de representatividade, é de proporcionalidade” (RIBEIRO, 2019, p. 53). A presença de transsexuais, travestis, pessoas não brancas e gordas na mídia não deve estar associada somente ao entretenimento e ao espetáculo, a aparência deste grupo minoritário em papéis e espaços públicos profissionais da televisão deve ser tratada como prioridade na área, uma vez que este meio de comunicação é um reflexo e reflete na sociedade, sendo importante espaço de representações. No entanto, com a presença dos oligopólios midiáticos e dos estereótipos, acredita-se que, apesar de ser fundamental, não seja possível que haja tamanha diversidade em frente e além das câmeras, no momento, uma vez que a pressão de estereótipos e a norma de uma estética ideal tendem a não desaparecer tão cedo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Cíntia Gonçalves. **A Representação do Negro no Telejornalismo Brasileiro**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

- BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de telejornalismo**: Os segredos da notícia na TV. Rio de Janeiro: Campus, 2002. 185 p.
- BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Feminismos Plurais, Pólen, 2019. 184 p.
- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Mercado Brasileiro de Televisão**. 2ª ed. rev. e ampl.– São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe; São Paulo : EDUC, 2004.
- BRAGA, Adriana. **Jornalismo Feminino**: corpo, agendamento e discurso. INTERCOM - XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, RJ. 2015.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Capítulo V - da Comunicação Social. 1988.
- CABRAL, Eula D.T. Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural: análise das estratégias dos grandes conglomerados. Rio de Janeiro: FCRB, 2020. **EPCC**. Disponível em <<https://pesquisaicfcrb.wixsite.com/epcc/pesquisas>>. Acesso em 4 mar.2022.
- COUTINHO, Iluska. Telejornalismo e (re)produção do conhecimento no Brasil. **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação**, vol. 2, nº 2. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2008.
- FREIRE, João. Mídia, estereótipo e representação das minorias. Rio de Janeiro: **Eco-Pós**, v. 7, n. 2, pp.45-71, 2004.
- GALDINO, Melissa C. C. **As mulheres negras no telejornalismo brasileiro** - uma perspectiva paulista. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2018.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma** - Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Guanabara, 4ª edição. 2004.
- HENRIQUES, Rafael Paes; LEITE, Juliana Benichio. Gêneros televisivos, referência e atualização: o Jornal Nacional e o Balanço Geral ES. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 17, n. 33. Santa Maria, 2018.
- HUECK, Karin. Onde estão as mulheres da SUPER?. **SUPER Interessante**. 2016. Disponível em <<https://super.abril.com.br/ciencia/onde-estao-as-mulheres-da-super/>>. Acesso em 20 de março de 2022.
- LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo**: Viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed., 2015.
- LOBO, Paula. CABECINHAS, Rosa. **As mulheres nas notícias televisivas**: metodologia para uma análise crítica das representações sociais de gênero. 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação 6 - 8 Setembro 2007. Anais eletrônicos. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho), 2007.
- MARINO, Caroline. **Mulheres, espaço e voz no telejornalismo brasileiro**: Análise das representações sociais de gênero no JN. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo FIAM-FAAM / Anhembi Morumbi – São Paulo, 2018.
- MARTINO, Luis Mauro Sá; ZANCOPER, Julya Vendite. Padrões estéticos e atuação profissional de mulheres telejornalistas: uma pesquisa exploratória. Palmas: **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, pp. 658-679, out-dez, 2017.

- MAZOTTE, Natália; TOSTE, Verônica. **Mulheres no Jornalismo**. Gênero & Número, Abraji, Google News Lab. 2018.
- MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL. **Rede Globo**. 2019. Disponível em <<https://brazil.mom-rsf.org/br/midia/detail/outlet/rede-globo/>>. Acesso em 20 de março de 2022.
- MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional - Apresentadores**. 2021. Disponível em <[https://portal.comunique-se.com.br/brasil-70-anos-de-tv-e-telejornalismo/](https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/apresentadores/#:~:text=O%20Jornal%20Nacional%20estreou%20em,na%20emissor a%20apenas%20um%20ano.>>. Acesso em 20 de março de 2022.</p><p>MORGADO, Fernando. Brasil: 70 anos de TV, 70 anos de telejornalismo. Portal Comunique-se, 2020. Disponível em <. Acesso em 20 de março de 2022.
- PEIXOTO, Angélica; D’ALESSANDRO, Marcela. Jornalismo e Direitos Humanos: o papel do jornalista na concretização do acesso à informação. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de.; RAMOS, Murilo César; GERALDES, Elen Cristina; PAULINO, Fernando O.; SOUSA, Janara; PAULA, Helga M.; RAMPIN, Talita; NEGRINI, Vanessa. **O Direito Achado na Rua v.8 – Introdução Crítica ao Direito à Comunicação e à Informação**. Brasília: UNB/FAC Livros, 2017.
- PINTO, Pâmela. **Mídia e Política no Brasil: Grande Imprensa x Coronelismo Eletrônico**. Intercom. 2009.
- REDAÇÃO. **OMS alerta que cerca de 10% dos jovens brasileiros sofrem de distúrbios alimentares**. Folha Vitória, 2020. Disponível em <<https://www.folhavoria.com.br/saude/noticia/08/2020/oms-alerta-que-cerca-de-10-dos-jovens-brasileiros-sofrem-de-disturbios-alimentares>>. Acesso em 15 de julho de 2021.
- REDAÇÃO. TV é o meio preferido de 63% dos brasileiros para se informar, e internet de 26%, diz pesquisa. **G1**. São Paulo, 2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/tv-e-o-meio-preferido-por-63-dos-brasileiros-para-se-informar-e-internet-por-26-diz-pesquisa.ghtml>>. Acesso em 20 de março de 2022.
- REZENDE, R. A potência imagética e a televisão do século XXI: algumas reflexões. **Revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación**, vol. 3, número 6, 2016. pp. 69-76.
- _____. A tecnologia e a transformação do dispositivo televisivo: produções sensoriais no hibridismo realidade/ficção. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)** - v.1, n.2, 2012, pp. 11-19.
- RIBEIRO, Djamilia. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.
- RODRIGUES, Karen Barboza Santarem. **Corpos padronizados nos telejornais: estereótipos e preconceitos na tela**. (Monografia de Graduação). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2021.
- WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

O poeta ficou cansado: trajetórias da literatura de cordel na bagagem de narradores migrantes

Fabrcio Alves da Silva

Os indivíduos estabelecem sua comunicação por meio da linguagem e incorporam suas vivências às narrativas que desenvolvem no tempo e no espaço, criando um sistema de transmissão de percepções a respeito da existência no cosmo. Um exemplo disso é a literatura de cordel brasileira que se configurou como um mecanismo por meio do qual a memória do povo pôde ser preservada e difundida para as futuras gerações, valendo-se da transmissão oral e dos suportes: impresso e digital (SILVA; PINHEIRO, 2019).

As histórias viajam. Narrativas são peregrinas. Elas atravessam rios, mares e oceanos; cruzam rodovias, saltam montes, vencem vales e sertões escaldantes. Quando o obstáculo implacável da morte se materializa no caminho daqueles que os transportam, os “causos” saltam os lábios do moribundo e recaem nos ouvidos de outro andarilho para então seguirem seus itinerários rumo a outros destinos. As histórias são flexíveis, elas permitem remodelagens e adaptações, se doam por inteiro aos seus contadores. “Histórias, cenas e versos são sempre os mesmos, por força da Tradição, mas são sempre outros, por força da visão pessoal de cada artista” (TAVARES, 2014, p. 179).

Em *Oráculos de maio* (1999), Adélia Prado se inclina na direção dos acontecimentos cotidianos, em uma incontestável valorização do ordinário e do texto oralizado. Na primeira parte do livro, *Romaria*, destaca-se o poema de abertura: *O poeta ficou cansado*. O poema em tom de prece, exprime em primeira pessoa, os dissabores da missão de um poeta viajante que já não quer mais carregar sua bagagem nem espalhar sua mensagem, está cansado de ter as palavras como objeto de ofício e sente a necessidade de se dedicar a uma tarefa mais “mão na massa”, como a de cozinheiro.

Este artigo, estruturado a partir dos versos do poema de Adélia, levanta o seguinte questionamento: Quais as origens da literatura de cordel e como essa forma de expressão chegou ao Brasil? É certo que veio na bagagem de algum navegante, cansado de longa travessia marítima. Por meio desta pesquisa, objetiva-se explicar os processos migratórios

que trouxeram o cordel da península ibérica para o Brasil e o dispersar dessa forma de expressão literária por todo o território do país, buscando compreender: as origens, o desenvolvimento, as formas de circulação e as transformações que o gênero sofreu ao longo do tempo em face da apropriação social das narrativas contidas nos folhetos.

Para este fim, foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico e histórico com o intuito de revisitar estudos clássicos sobre a presença da Literatura de Cordel no Brasil, tais como: os resultados de pesquisas publicados em 1986 por estudiosos ligados à Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) no âmbito do acervo *Literatura Popular em Verso* que, de acordo o site da coleção, trata-se do maior acervo de folhetos de cordel da América Latina. Formado a partir da década de 1960, o acervo contém mais de 9.000 folhetos, além de catálogos, antologias e estudos especializados (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2016).

Também são citadas as obras: *Geografia dos mitos brasileiros* (1947) do etnógrafo e folclorista Câmara Cascudo; *Repente e Cordel* (1985) de Vicente Salles, historiador e antropólogo paraense; *A notícia na Literatura de Cordel* (1992) do pesquisador holandês radicado no Brasil e especialista em *folkcomunicação* Joseph M. Luyten; e *Memórias de lutas* (1983) da pesquisadora Ruth Terra. Estudos mais recentes, publicados a partir dos anos 2000, também são citados, dentre eles os principais são: *Retrato do Brasil em cordel* (2011) do brasilianista Mark J. Curran e *A arte do povo* (2015) da pesquisadora brasileira Maria Ângela de Faria Grillo.

Dividido em três partes, o artigo inicia com uma explicação a respeito das origens da literatura de cordel, desde sua expressão oral no medievo até sua chegada ao Brasil, por intermédio da trajetória dos personagens envolvidos na diáspora do cordel. Na segunda parte é apresentado um panorama do cordel dentro e fora do Brasil: as formas de fazer, de acessar e de disseminar a produção literária de poetas do cordel. Já na terceira, é abordada a recepção do gênero no campo acadêmico que ocorreu entre os anos de 1960 e 1970, quando os folhetos de cordel passaram a ser objetos de pesquisas. Além disso, também ganha destaque na terceira parte, o estado da arte das pesquisas atuais.

ARAUTOS DO VERSO: ORIGENS DA LITERATURA DE CORDEL

Pois não quero mais ser Teu arauto.
Já que todos têm voz,
por que só eu devo tomar navios
de rota que não escolhi?
Por que não gritas, Tu mesmo,
a miraculosa trama dos teares,

já que Tua voz reboa
nos quatro cantos do mundo?
(Adélia Prado, 2021, p. 9).

Antes de iniciarem seu processo migratório, as narrativas precisam nascer. Quando elas nascem? Nascem a partir das indagações humanas; brotam da busca por explicações e respostas para as questões que circundam a realidade no tempo corrente, é o que afirma Naugle (2017, p. 376), ao argumentar que os humanos são “seres semioticamente constituídos” que se satisfazem por meio da contação de histórias. O autor complementa seu pensamento afirmando que as histórias “formam um mundo simbólico pelo qual as pessoas estão inclinadas a viver e até morrer”.

Nesse contexto surge o primeiro viajante ligado à tradição do cordel: o *menestrel*, um andarilho europeu que no período medieval, conforme Grillo (2015, p. 29), declamava poemas de improviso ao empreender viagens pela região que habitava. Os menestréis compartilhavam histórias do lugar, feitos heroicos de seus ancestrais e notícias que ouviam pelo caminho sobre reinos distantes. Essas histórias eram compartilhadas em forma de versos com o intuito de facilitar a retenção das informações por parte dos ouvintes.

Proporcionar a retenção das informações compartilhadas através da abordagem de temas diversos é uma preocupação do cordelista. No texto de Manuel Diégues Júnior (1986, p. 54) publicado no livro de estudos especializados, *Literatura popular em verso* pela Fundação Casa de Rui Barbosa, o autor discorre sobre como operam as temáticas no cordel e atenta para a importância de entender como os poetas “interpretam, o que seria, por assim dizer, a sua cosmovisão. Ou seja: como, no quadro de sua cultura, compreendem o fato tradicional ou o acontecido em face da sociedade em que vivem. O que representa, de certo modo, o próprio sentimento desta sociedade”.

No que diz respeito às narrativas populares: a cosmovisão não é uma abstração, ou seja, não é um recorte da realidade e sim uma elaboração ativa e persuasiva do material tradicional, através do qual o autor faz uso do texto popular e em seguida o enquadra no sistema conceitual-cultural do seu ouvinte/leitor (DÉGH, 1994, p. 247, tradução nossa), pois o que tem validade para a interação por meio da palavra não é o que está na cabeça do falante e sim aquilo que o interlocutor compreende graças aos sinais utilizados para repassar a mensagem (AZEREDO, 2018, p. 10). Portanto, o cordel, em virtude da recepção de influências advindas da comunicação oral, se destaca “por ser elo de união entre comunicadores e receptores” (LUYTEN, 1992, p. 19).

Diégues Júnior (1986, p. 31) coloca em cena mais um narrador viajante: o *colono de raízes lusitanas* que traz na bagagem os folhetos do romanceiro peninsular e começa a divulgá-los no Brasil entre os séculos XVI e XVII. Os romances que alcançaram as terras brasileiras não eram exclusivamente lusitanos, pois estes chegaram por várias fontes e se espalharam também por partes das Américas que foram colonizadas por outras nações peninsulares, como a Espanha. Em Portugal os folhetos eram chamados de folhas volantes, já na Espanha de *pliegos sueltos*. Na Argentina, no México, na Nicarágua e no Peru os folhetos ficaram conhecidos como *corrido*.

A literatura de cordel brasileira teve sua gênese no Nordeste do país. Curran (2011, p. 16) a descreve como “obra de poetas humildes”, por meio da qual é compartilhada a realidade nordestina, impressa em folhetos de papel frágil vendidos nas feiras, praças e esquinas do Brasil desde o final do século XIX. Contudo, devido a pobreza e as severas secas enfrentadas pela população durante o século XX, os nordestinos se viram forçados a migrar. Para fugir da pobreza e da fome, o *poeta sertanejo* se mudou na companhia dos demais flagelados e por essa razão o cordel se dispersou pelos centros industriais de São Paulo e do Rio de Janeiro e, até em Brasília já que a capital foi construída, em sua maior parte, com mão de obra do Nordeste.

Herança da colonização portuguesa, os folhetos ganharam no Brasil uma nova roupagem. Após serem inseridos no meio ambiente brasileiro, os cordéis tornaram-se autônomos e, segundo Ferreira (2012, p. 132), não se deve compará-los aos folhetos de cordel portugueses pelo fato que “poemas, contos, charadas, disputas e desafios – seja entre indígenas, africanos, árabes ou ibéricos – estão presentes principalmente nas culturas em que a escrita não é dominante” e essa é a principal diferença entre o cordel oriundo do romanceiro ibérico e o brasileiro: o primeiro está embasado na escrita e o segundo sedimenta-se na oralidade devido às influências recebidas das tradições indígena e africana.

Cascudo (2002, p. 31) apresenta mais um personagem dessa diáspora do cordel: o *caboclo da Amazônia*, ao afirmar que de 1877 em diante, os nordestinos emigraram para o Pará, e em virtude da seca, “subiram os rios, fixando-se nos seringais. Constituíram-se inevitáveis e naturais núcleos irradiantes dos mitos do Nordeste.” Vicente Salles, historiador e folclorista paraense, ao estudar a poesia de cordel produzida na região amazônica pontuou:

A existência de modelos locais ou regionais de poesia Popular ditas em forma de *desafio* ou *porfia*, derivados dos respectivos modelos peninsulares e possivelmente nutridos das contribuições indígenas e

africanas, constituiu talvez um dos pré-requisitos para a aceitação e consequente incorporação do modelo nordestino. Este começou aparecer na voz de cantadores anônimos que se encarregaram de derramar, em toda a planície, criações típicas e originais do Nordeste. Frequentemente entravam em contato com os naturais da Amazônia, provocavam-nos, desafiavam-nos. Desse contato podiam resultar produtos híbridos. [...]. Talvez a larga difusão de folhetos impressos, antes importados e depois também produzidos na região, justifique, de certo modo, a imposição do modelo” (SALLES, 1985, p. 91).

A poesia de cordel que antes se disseminou pelas estradas do Brasil, na bagagem de sertanejos retirantes, passou a navegar nas embarcações que cruzam os rios da Amazônia, ambiente que ofereceu cenários e motivações aos poetas nordestinos, influenciando principalmente a produção dos “poetas criadores de narrativas das próprias experiências, esperanças e vicissitudes” (SALLES, 1958, p. 108). A difusão das cantorias e dos folhetos nordestinos na região amazônica, Segundo Salles (1958, p. 92), não provocou o choque esperado naquele espaço social com paisagem tão oposta ao lugar de onde procediam. O transplante operado foi um sucesso. A grande desventura do processo foi a experiência do sertanejo, o qual foi “tangido dos sertões pelas secas periódicas e jogado à própria sorte na planície. Presa fácil para toda sorte de explorações. O próprio cordel oferecerá ao estudioso matéria que reflete as lutas e vicissitudes do nordestino na Amazônia”.

Em função dos ciclos migratórios de nordestinos retirantes, os quais buscavam melhores condições de vida, o cordel se dispersou por todo o território brasileiro sofrendo influência da diversidade de grupos, ambientes, paisagens e identidades que compõem o Brasil. O modelo nordestino foi incorporado e ressignificado por poetas e ouvintes que passaram a contar e recontar histórias a partir do ponto de vista das diferentes territorialidades brasileiras.

TUDO PROGREDIU: A LITERATURA DE CORDEL ONTEM E HOJE

Tudo progrediu na terra
e insistes em caixeiros-viajantes
de porta em porta, a cavalo!
Olha aqui, cidadão,
repara, minha senhora,
neste canivete mágico:
corta, saca e fura,
é um faqueiro completo!
(Adélia Prado, 2021, p. 9)

“São representados em sua poesia os problemas e as queixas do povo?”.

Em 1967, o então professor de língua portuguesa e estudos brasileiros da *Arizona State University*, Mark J. Curran (1986, p. 311) fez esta pergunta ao cordelista Rodolfo Coelho Cavalcante que prontamente respondeu: “[...] o poeta popular é um profissional, de seus livros tem o sustento da família. Onde há sofrimento, há poeta.”.

O cordel além de contribuir para o sustento do cordelista, também fornece entretenimento e registra as mazelas sociais com intuito de informar e instruir o leitor/ouvinte. São as experiências pessoais do poeta que o conectam com o seu público, ambos vivenciam a mesma realidade pois compartilham da mesma tradição cultural. Tal relação oferece aos estudiosos interessados na temática “indicações verdadeiras do pensamento do povo.” (CURRAN, 1986, p. 311).

A Literatura de cordel não deve ser compreendida apenas como mero discurso folclórico e sim como um meio de troca de informações, uma fonte que deságua nas narrativas dos atores envolvidos no processo de criação e recriação de histórias. Por essa razão, continuar vendo os cordéis simplesmente como folclore ou subcultura é ignorar as formas de pensamento populares manifestadas por meio dessa literatura, bem como a variedade de informações e formas de expressão nela contida (CASA NOVA, 1982). Vale ressaltar também, a importância das expressões populares para a construção da identidade cultural brasileira, pois o cordel constituiu-se como um facilitador para o acesso das massas à cultura escrita, promovendo a amplificação das múltiplas vozes criativas que ecoam para representar sujeitos e coletividades: o povo que edificou os palácios nos quais hoje a memória repousa (SILVA; PINHEIRO, 2019).

Quanto à popularização dos folhetos de cordel no Brasil, Quintela (2010) ressalta que toda produção literária carece de um sistema editorial para poder circular, portanto, se faz necessário focar em um determinado grupo de leitores disponíveis no mercado ou em um público que possivelmente possa surgir no futuro. Por essa razão, os editores de cordéis desempenharam um papel decisivo na constituição de um público leitor diversificado no Brasil.

Quintela (2010) também destaca o trabalho de um dos mais importantes editores de cordel do Brasil: João Martins Athayde, que seguiu por um caminho diferente do trilhado por Chagas Batista (Paraíba) e Francisco Lopes (Pará) ao especializar-se de forma exclusiva na editoração de cordéis. No ano de 1921, Athayde adquiriu, após a morte ocorrida em 1918, a coleção de folhetos daquele que é considerado o poeta de cordel mais importante do Nordeste: Leandro Gomes de Barros, e partindo desta aquisição o editor iniciou um projeto de padronização de suas publicações com intuito de

consolidar sua marca editorial no mercado. Em função dos processos descritos acima, os quais promoveram a circulação, a popularização e a valorização do cordel no Brasil, os folhetos se dispersaram para além do território nacional e hoje compõem acervos mundo afora.

De acordo com informações levantadas e traduzidas pelo autor no site do acervo de cordéis do *The American Folklife Center's Brazilian*: o acervo foi instituído pela *Library of Congress*, a biblioteca do congresso dos Estados Unidos da América, na década de 1970. A instituição, nos últimos 40 anos, tem unido esforços para desenvolver o que seria uma das maiores coleções de cordéis do mundo, a qual atualmente conta com mais de 11.000 itens, alguns datados da década de 1930. O escritório da *Library of Congress* no Rio de Janeiro fica responsável pela adição anual de 300 a 600 folhetos de cordel à coleção, esses folhetos são adquiridos em viagens de campo aos estados do Nordeste e do Norte do Brasil por meio de feiras de livros e visitas a cordelistas e a associações de cordel (LIBRARY OF CONGRESS, 2018, tradução nossa).

Na contemporaneidade, surge a transposição em relação ao suporte do cordel. É possível encontrar, na internet, acervos de cordel digitalizados tais como: a coleção *Literatura Popular em Verso* da FCRB e a *Cordelteca* do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP)¹. Contudo, surge neste cenário uma nova forma de publicar cordéis que acontece exclusivamente no ambiente digital. Sob a estrutura do ciberespaço, os cordelistas publicam seus versos por meio de *posts* em formatos diversos: texto, imagem, áudio ou vídeo. O “cordel nativo digital” é conhecido como *cibercordel*, por trás desta reviravolta sofrida pelo gênero quanto ao suporte está o grau de formação acadêmica dos poetas, que tem se elevado, bem como a rapidez no processo de mediação informacional entre o cordelista e seu público leitor (GAUDÊNCIO; ALBUQUERQUE, 2017).

Em 2012, a *Library Of Congress* iniciou o processo de arquivamento de sites e blogs de cibercordelistas e criou a coleção *Brazil Cordel Literature Online*, desde então 24 sites estão sendo arquivados com autorização dos poetas brasileiros, para que a biblioteca consiga promover acesso tanto aos folhetos impressos como aos produzidos apenas em formato digital (LIBRARY OF CONGRESS, 2018, tradução nossa). O site do Observatório da Literatura de Cordel no Ciberespaço (2019) também disponibiliza um

¹ Cordelteca do CNFCP disponível em: http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=65

banco de dados que reúne endereços eletrônicos de 87 blogs de cibercordelistas em atividade no Brasil.

O *Centre de Recherches Latino-Américaines da Université de Poitiers*, de acordo com informações disponíveis no site da instituição, tem sob sua guarda a coleção do pesquisador francês Raymond Cantel, um entusiasta dos cordéis brasileiros que entre os anos 1950 e 1960 começou a reunir diversos materiais sobre o assunto. O *Fond Raymond Cantel de Littérature Populaire Bresilienne* conta com um acervo misto, composto por 4.249 documentos, que disponibiliza os folhetos do arquivo pessoal de Cantel, bem como: cartas, manuscritos, recortes de jornais, slides, vídeos e gravações sonoras de repentistas que revelam o contexto de formação e de inserção do cordel no fluxo de intercâmbios culturais e científicos entre a França e o Brasil.

A Universidade de Poitiers desempenhou desde os anos 1990 um papel decisivo na divulgação do trabalho de Cantel e contribuiu para o reconhecimento do cordel em Poitiers, enquanto, de forma paralela, começava no Rio de Janeiro a digitalização do acervo da Fundação Casa Rui Barbosa. A instituição também mantém uma coleção virtual fruto de um projeto intitulado “Corpus Cordel/Cantel”: um trabalho de “tradução virtual” que visa disponibilizar folhetos digitalizados, bem como etiquetar morfológica e sintaticamente cada palavra contida nos folhetos, tais palavras receberão uma etiqueta classificatória que informará a função do vocábulo na frase (verbo, substantivo, adjetivo, etc.) para facilitar o levantamento de dados sobre os materiais disponíveis no acervo. A universidade pretende assim pavimentar o caminho inaugurado por Raymond Cantel, adaptando o acervo à era digital e às suas exigências (UNIVERSITÉ DE POITIERS, 2022).

A ampla difusão dos cordéis viabilizada pelos acervos públicos abre um novo horizonte que abarca diferentes processos que têm como ponto de partida a apropriação das narrativas populares por parte do ouvinte/leitor o qual, por sua vez, as absorverá para então poder recriar essas histórias e, por fim, conferir a elas sua percepção da realidade como indivíduo criador. As narrativas popularizadas nos folhetos de cordel influenciaram a obra de outros escritores em diferentes gêneros literários, além de terem servido de inspiração para outras expressões artísticas como: música, teatro, dança, cinema e televisão (SILVA; PINHEIRO, 2019).

A pesquisadora Maria Ângela de Farias Grillo, a partir de Ginzburg e Bakhtin, defende o conceito de circularidade cultural ao assegurar “que entre as culturas das classes dominantes e a das classes subalternas existe um relacionamento circular feito de

influências recíprocas e que se move de baixo para cima, bem como de cima para baixo” (GRILLO, 2015, p. 7). Ariano Suassuna (1986) não pensava diferente, ele é categórico ao afirmar que a literatura brasileira dita erudita bebe da fonte do romanceiro nordestino. Na compilação de estudos editada pela FCRB, Suassuna cita um artigo de sua autoria publicado em 1967 na revista *Cultura*, do Rio de Janeiro, no texto o autor defende que tudo cabe no romanceiro e nos versos do cantador, o qual:

[...] apropria-se tranquilamente dos filmes, peças de teatro, notícias de jornal e mesmo dos folhetos dos outros. Que importa o começo se, no final, a obra é sua? Ele, depois de tudo, acrescentou duas ou três cenas, torceu o sentido de três ou quatro outros, de modo que a obra resultante é nova. Não era assim que procediam Molière, Shakespeare, Homero e Cervantes? ... os cantadores procedem do mesmo jeito. Há, mesmo, uma palavra que, entre eles, indica o fato, o verbo *versar*, que significa colocar em verso a história em prosa de outro. Quando Shakespeare escreveu *Romeu e Julieta* não fez mais do que versar crônicas italianas de Luigi da Porto e Bandello. (SUASSUNA, 1986, p. 183).

Suassuna aproximou sua peça da obra de Cervantes, uma vez que ambos receberam influências da literatura oral picaresca de seus países, o autor costumava dizer que sua literatura é filha do romanceiro nordestino e neta da tradição ibérica: “Dom Quixote é um sonhador, como Chicó (mentiroso lírico, alucinado pelo sol do Sertão), [...] Sancho Pança é um pícaro como João Grilo.” (SUASSUNA, 1986, p. 187). Portanto o *Auto da Compadecida* foi criado e recriado a partir dos folhetos de cordel. João Grilo já era famoso antes da peça de Suassuna, ele aparece em *As proezas de João Grilo* um folheto publicado originalmente em 1932 por João Ferreira de Lima. Braulio Tavares descreve o processo de transposição do personagem do folheto para a peça:

Nota-se que Suassuna não pediu emprestadas cenas de outra peça de teatro, mas sim episódios narrados em verso nos romances populares. O episódio é transposto do verso para a prosa, e da narrativa indireta para a encenação direta. O “cavalo que defeca dinheiro” transforma-se num “gato que descome dinheiro”, a rabequinha mágica do romance popular é substituída na peça por uma gaita. O autor da peça apropriou-se de episódios já existentes, mas não tem com eles a atitude reverente ou respeitosa de autores eruditos que recorrem às “fontes populares” (TAVARES, 2014, p.179).

Curran (2011) ao abordar o papel desempenhado pelo cordel na cultura brasileira ressalta que várias figuras relevantes no cenário cultural nacional também tomaram emprestados os temas e o estilo do cordel em suas obras, dentre elas: José Lins do Rego nos seus romances do ciclo do açúcar; Jorge Amado que usou em seus romances tanto a poesia quanto os poetas do cordel no papel de narradores; Guimarães Rosa que em *Grande Sertão: Veredas* compartilha, como os cordelistas, temas que refletem a tradição

épica ocidental; além de “João Cabral de Mello Neto na poesia, Ariano Suassuna na dramaturgia, Alfredo Dias Gomes no teatro e na novela de televisão; Glauber Rocha no Cinema Novo e Elba Ramalho, Alceu Valença, Antônio Nobrega e outros na música.”. (CURRAN, 2011, p. 19).

Graças à disseminação promovida pelos acervos públicos, os folhetos de cordel alcançaram a sociedade por intermédio de diferentes suportes informacionais que possibilitaram a apropriação das narrativas populares. Tal apropriação, por sua vez, foi fundamental no processo de transposição da obra de poetas populares para as mais variadas linguagens artísticas.

EXPERIMENTANDO O SABOR DAS PALAVRAS: CORDEL COMO OBJETO DE PESQUISAS ACADÊMICAS

Ó Deus,
me deixa trabalhar na cozinha,
nem vendedor nem escrivão,
me deixa fazer teu pão.
Filha, diz-me o Senhor,
Eu só como palavras.
(Adélia Prado, 2021, p. 9).

Em 2010, a Academia Brasileira de Literatura de Cordel (ABLCC) submeteu ao Iphan o pedido de registro do bem, o qual foi inscrito no *Livro de Registro das Formas de Expressão* e em setembro de 2018, o cordel foi reconhecido como Patrimônio Cultural Brasileiro (IPHAN, 2018); um reconhecimento justo se for levado em consideração o inventário bibliográfico nacional sobre o tema (GASPAR; BARBOSA, 2013): que reúne uma diversidade de pesquisas que já vinham sendo realizadas desde a década de 1990, as quais abordam aspectos literários, sociais, históricos e culturais dessa manifestação.

Desde 1921, em face da profusão de folhetos publicados, uma série de intelectuais empreenderam importantes estudos na tentativa de classificar a literatura de cordel em ciclos temáticos, o primeiro foi Leonardo Mota em *Cantadores* (1921), em seguida estão registradas as classificações de Cavalcanti Proença e Ariano Suassuna (DIÉGUES JUNIOR, 1986). Cavalcanti Proença liderou a equipe de profissionais que desenvolveu a classificação utilizada pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Conforme consta no catálogo *Literatura Popular em Verso*, a classificação se divide em:

I. Herói Humano

1. Herói Singular
2. Herói Casal
3. Reportagem (crimes, desastres e etc.)

- 4. Política
- II. Herói Animal**
- III. Herói Sobrenatural**
- IV. Herói Metamorfoseado**
- V. Natureza**
 - 1. Regiões
 - 2. Fenômenos
- VI. Religião**
- VII. Ética**
 - 1. Sátira Social – humorismo
 - 2. Sátira Econômica
 - 3. Exaltação
 - 4. Moralizante
- VIII. Pelejas**
- IX. Ciclos**
 - 1. Carlos Magno
 - 2. Antônio Silvino
 - 3. Padre Cícero
 - 4. Getúlio
 - 5. Lampião
 - 6. Valentes
 - 7. Anti-heróis
 - 8. Boi e Cavalo
- X. Miscelânea**
 - 1. Lírica
 - 2. Guerra
 - 3. Crônica - Descrições

Já a classificação de Suassuna, de acordo com Menezes (1988), está registrada no tomo III, volume 2 de *Literatura Popular em Verso: Estudos*, publicado pela FCRB, e está organizada da seguinte forma:

- I. Ciclo heroico
- II. Ciclo do fantástico e do maravilhoso
- III. Ciclo religioso e de moralidades
- IV. Ciclo cômico, satírico e picaresco
- V. Ciclo histórico e circunstancial
- VI. Ciclo do amor e de fidelidade
- VII. Ciclo erótico e obsceno
- VIII. Ciclo político e social
- IX. Ciclo de pelejas e desafios

Menezes (1988) chama toda essa discussão em torno dos ciclos temáticos e da classificação de querela inútil ao afirmar que nenhuma das classificações propostas consegue abarcar a diversidade temática presente nas narrativas do cordel. E propõe uma

nova abordagem classificatória. O autor criou uma classificação temporal que identifica três períodos característicos: **(I) Recusa da história** – período marcado por uma produção do cordel que estava voltada para a tradição medieval dos romances de cavalaria. O autor assinala que não pretende afirmar que os primeiros poetas eram alheios à realidade social na qual estavam inseridos, mas que estes se recusavam a serem vistos como excluídos preferindo reproduzir a tradição popular ibérica com a qual se identificavam com os protagonistas no plano da fantasia. “Recusa, no caso, significa portanto o simétrico de exclusão”. Embora, eventualmente, os poetas narrassem fatos e acontecimentos do seu tempo, os temas e motivos da aventura cavaleiresca eram predominantes (MENEZES, 1988, p. 48); **(II) Aceitação da história** – período em que ocorre a incorporação do herói popular nordestino. Aqui aparecem as histórias ambientadas nos setores rurais do Nordeste, contudo também se inicia o processo de urbanização dos temas e dos personagens. “[...] narram a história que se desenrola sob o seu olhar atento, mediante a gesta dos cangaceiros famosos, as histórias de valentes e derrotam simbolicamente os potentados rurais, ou o desempenho e vicissitudes de líderes messiânicos.” (MENEZES, 1988, p. 48-49). Nesse período também surgem temas menores e circunstanciais, contudo os folhetos com temáticas do período anterior ainda faziam sucesso e eram amplamente reimpressos; e **(III) História “acontecimental” do presente** – período que revela uma ruptura com a identidade e a unidade das matrizes sociais criadoras. As transformações sociais e econômicas das últimas décadas modificam o ambiente de onde emerge essa produção simbólica. Aqui o isolamento cultural é reduzido e amplia-se “a sua inserção em novas relações sociais de produção mais tipicamente capitalistas” (MENEZES, 1988, p. 49).

Grillo (2015) salienta que Silvio Romero foi o primeiro folclorista a se debruçar sobre a série de produções culturais que chamou de literatura popular. Romero após recolher essa literatura, que até então era essencialmente oral, passou a publicar vários trabalhos sobre a temática, dentre eles os principais foram as duas edições de *Contos Populares do Brasil*: a primeira publicada em Lisboa em 1833 e a segunda dois anos depois no Rio de Janeiro. Para Romero, a autêntica poesia popular brasileira era a oral, “uma vez que, em seu tempo, se vincula à qualidade de popular a de iletrado, analfabeto, e que, portanto, só será capaz de produzir poesia oralmente” (GRILLO, 2015, p. 124). Portanto, Silvio Romero, conforme inferência de Grillo (2015), não enxerga o cordel como legítima poesia popular brasileira por não ser oral e por ser de origem portuguesa.

Em 1950, o cordel começa a atrair a atenção dos intelectuais: eruditos, folcloristas

e literatos. Novos estudos começam a ser produzidos a partir do processo de recolha dos folhetos, graças a popularização dos cordéis que deixaram de ser encontrados apenas no Nordeste e atingiram as feiras urbanas de todo o país (GRILLO, 2015).

No presente, as pesquisas atuais giram, principalmente, em torno de questões ligadas à patrimonialização e os desdobramentos referentes à institucionalização do cordel como forma de expressão popular; às trajetórias desta modalidade literária no Brasil; às elaborações discursivas/narrativas; à iconografia; à editoração e à utilização dos folhetos para fins pedagógicos em escolas.

De acordo com Brandão e Derigond (2020), devido à patrimonialização do gênero, os cordelistas ganharam protagonismo no que diz respeito ao fazer literário e isso possibilitou melhores articulações na forma como os poetas se organizam na atualidade. Surgiram então associações e academias que contribuem para a difusão e o reconhecimento da obra desses poetas. Os autores acrescentam que:

A organização atual dos cordelistas, sob o modelo cooperativista de academias e associações corporativistas, concebidas entre 1955 e o final da década de 1970. No momento em que emergem os primeiros movimentos associativos dos autores, com a criação, em 1955, de Associação Nacional dos Trovadores e Violeiros (ANTV) – primeira entidade representativa da categoria –, o objetivo era o de reivindicar um maior reconhecimento de direitos na luta pela profissionalização. Bem distinta da posição tomada pelos grupos organizados de cordelistas hoje, na medida em que as atuais academias e associações de poetas se caracterizam muito mais por reivindicar o reconhecimento do cordel como expressão cultural no campo literário. (BRANDÃO; DERIGOND, 2020, p. 88-89).

Quanto aos paradigmas editoriais, Rodrigues Filho (2020) assinala que a produção de cordel tem passado por uma reformulação. A Editora Luzeiro sediada na capital paulista, por exemplo, mudou a dimensão dos folhetos, os quais passaram a seguir o tamanho 13,5 x 18,5 cm, o que diferenciou a produção da editora de São Paulo dos folhetos produzidos por outras editoras brasileiras, pois:

Ao lado dessa mudança, o papel de impressão passou a ter melhor qualidade, descartando a utilização de papel jornal, utilizados nas tipografias do Nordeste. Além disso uma das maiores mudanças realizadas pela Luzeiro e que trouxe um aspecto marcante aos folhetos impressos pela editora, foi a introdução da impressão de folhetos com capas coloridas, em substituição às técnicas utilizadas no Norte com a editora Guajarina (Belém) e no Nordeste do país, com tipografia São Francisco (Juazeiro do Norte). As imagens, antes produzidas unicamente em xilogravuras e clichês com fotografias e desenhos em preto e branco começaram a ter seus padrões mudados. As imagens em cores adentraram a produção editorial da literatura de cordel. (RODRIGUES FILHO, 2020, p. 72).

Silva (2020) ressalta que a história da xilogravura, técnica de impressão de imagens a partir de uma matriz de madeira, acompanha os processos da cultura gráfica no Brasil, contudo a fotografia também foi um recurso utilizado nas capas de folhetos. A autora entende “tanto o folheto quanto a xilogravura como suportes materiais de narrativas, que resultam de um processo criativo e emergem como produto a ser oferecido e consumido por variada clientela que se propõe tanto a ler quanto contemplar” (SILVA, 2020, p. 29).

Os poetas de cordel, de acordo com Brandão e Derigond (2020), têm adentrado em novos ambientes, pois a partir da institucionalização, puderam estabelecer vínculos diretos com órgãos culturais (públicos ou privados) e ganharam espaços em exposições, oficinas, palestras e publicações (individuais ou coletivas), os autores ainda acrescentam que:

Desde os anos 2000, o cordel investe cada vez mais os lugares da instituição cultural do país: centros culturais, bibliotecas escolares e públicas. Ele aparece cada vez mais programado em eventos literários: feira do livro organizada pela CBL, prêmio literário (Prêmio Jabuti), encontros literários (Flip). Portanto, o cordel atinge uma diversidade de leitores, independente de idade ou classe social (BRANDÃO; DERIGOND, 2020, p. 99).

A Literatura de cordel resistiu às intensas transformações sociais enfrentadas pelo Brasil na modernidade, um país que lida diretamente com “as forças homogeneizadoras do capitalismo e de grandes niveladores, como a TV e internet.” (CURRAN, 2011, p. 14). Diante dessa realidade, é possível inferir que o cordel conecta as diversas territorialidades do país até os dias atuais, pois os cordelistas “através de sua poesia fizeram-se mediadores entre o rural e o urbano, o litoral e o sertão, a cultura de tradição oral e a cultura escrita” (TERRA, 1983, p. 38).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cordel, como forma de expressão popular brasileira, ganhou o devido reconhecimento em função do exaustivo trabalho de poetas, pesquisadores, e profissionais ligados à diversas instituições brasileiras, tais como: a Academia Brasileira de Literatura de Cordel, a Fundação Casa de Rui Barbosa, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Fundação Joaquim Nabuco, o Instituto de Estudos Brasileiros, entre outros. Todo esse trabalho resultou em um extenso Dossiê de registro (IPHAN, 2018) que abarca origens, definições,

estruturação, intelectuais, acervos e instituições envolvidos com a Literatura de cordel e com o processo de registro do bem: desde a produção artística e editorial até à disseminação da obra de cordelistas para acesso do público.

Entender toda a trajetória do cordel no Brasil é essencial para o reconhecimento da contribuição de uma cultura popular tão rica em diversidade, como a brasileira, para a formação da identidade nacional. A cultura popular brasileira segue sendo recriada e recontada por poetas e ouvintes e hoje é divulgada em espaços nos quais os primeiros cordelistas jamais sonharam em declamar suas narrativas. O cordel ganhou notoriedade em diferentes campos como: o cultural, o antropológico, o histórico, o artístico em função do trabalho de poetas congregados em associações, os quais seguem na luta para que esse reconhecimento se estenda ao campo literário. Cordel é expressão, técnica, arte, força e beleza. Cordel é resistência. Cordel é Brasil.

Quando o poeta fica cansado, seus versos poéticos gritam dos lugares por eles já conquistados, que cordel também é literatura e segue em procissão por terras, mares, estradas e rios mundo afora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, José Carlos de. **A linguística, o texto e o ensino da língua**. São Paulo: Parábola, 2018. (Linguagem, n. 84).

BRANDÃO, Helonis; DERIGOND, Solenne. A institucionalização do cordel brasileiro: estudo sobre os processos de patrimonialização, academização e normalização do cordel contemporâneo (1988-2018). In: MELO, Rosilene Alves de (org.). **Literatura de cordel: conceitos, pesquisas, abordagens**. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

CASA NOVA, Vera Lúcia. Cordel e biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 7-13, mar. 1982. Disponível em <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/76033>>. Acesso em 04 jan. 2022.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia dos mitos brasileiros**. São Paulo: Global, 2002.

CURRAN, Mark. J. A sátira e a crítica social na Literatura de Cordel. In: DIÉGUES JÚNIOR, Manuel; SUASSUNA, Ariano; NASCIMENTO, Bráulio do; CURRAN, Mark J.; LAMAS, Dulce Martins; QUEIRÓS, Raquel de; BATISTA, Sebastião Nunes. **Literatura popular em verso: estudos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 94).

CURRAN, Mark. J. **Retrato do Brasil em cordel**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

DÉGH, Linda. The approach to worldview in folk narrative study. **Western Folklore**, California, v. 53, n. 3, p. 243-252, jul. 1994. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/1499811?origin=JSTOR-pdf&seq=1>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. Ciclos temáticos na Literatura de Cordel: tentativa de classificação e de interpretação dos temas usados pelos poetas populares. In: DIÉGUES JÚNIOR, Manuel; SUASSUNA, Ariano; NASCIMENTO, Bráulio do; CURRAN, Mark J.; LAMAS, Dulce Martins; QUEIRÓS, Raquel de; BATISTA, Sebastião Nunes. **Literatura popular em verso**: estudos. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 94).

FERREIRA, Maria Soares. **A rima na escola, o verso e a história**. São Paulo: Boitempo, 2012.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA (Rio de Janeiro). **Cordel**: literatura popular em verso. literatura popular em verso. 2016. Disponível em <<http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/cordel/>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

GASPAR, Lúcia; BARBOSA, Virgínia (org.). **Literatura de Cordel**: um inventário bibliográfico nacional. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2013. Disponível em <<https://www.fundaj.gov.br/index.php/inventarios-documentais-e-indices-bibliotecas/10068-literatura-de-cordel-no-brasil-um-inventario-bibliografico-nacional>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

GAUDÊNCIO, M.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. de. Representação semântico-discursiva de cibercordéis. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 129-153, jan/abr. 2017. Disponível em <<https://doi.org/10.19132/1808-5245231.129-153>>. Acesso em 28 jan. 2022.

GRILLO, Maria Ângela de Faria. **A arte do povo**: histórias na literatura de cordel (1900-1940). Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

IPHAN (Brasília, DF). **Literatura de cordel**. 2018. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1943>>. Acesso em 30 jan. 2021.

LIBRARY OF CONGRESS (Washington). **Literatura de cordel**: Library of Congress Overseas Offices, Rio de Janeiro, Brazil. 2018. Disponível em <<https://www.loc.gov/acq/ovop/rio/rio-cordel.html>>. Acesso em 29 jan. 2022.

LYUTEN, Joseph M. **A notícia na literatura de cordel**. São Paulo: Estação Liberdade, 1992.

MENEZES, E. D. B. DE. Das classificações temáticas da literatura de cordel uma querela inútil. **Revista de Letras**, v. 1, n. 13, 3 jul. 2017. Disponível em <<http://www.periodicos.ufc.br/revletras/article/view/19573>>. Acesso em 06 fev. 2022.

NAUGLE, David K. **Cosmovisão**: a história de um conceito. Brasília, DF: Monergismo, 2017.

OBSERVATÓRIO DA LITERATURA DE CORDEL NO CIBERESPAÇO (Paraíba). Universidade Federal da Paraíba. **Blogs de cordelistas**. 2019. Disponível em <<https://cibercordel.wordpress.com/banco-de-dados/blogs-de-cordelistas/>>. Acesso em 06 mar. 2022.

PRADO, Adélia. **Oráculos de maio**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

- QUINTELA, Vilma Mota. A edição popular no Brasil: o caso da literatura de cordel. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, p. 41-50, 2010. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/elbc/a/GfWCnSzQwkDQRVrdMJrDCZg/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 03 fev. 2022.
- RODRIGUES FILHO, José. Histórias e versos de uma trajetória editorial: o caso da Editora Luzeiro. In: MELO, Rosilene Alves de (org.). **Literatura de cordel: conceitos, pesquisas, abordagens**. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.
- SALLES, Vicente. **Repente e cordel: literatura popular em versos na Amazônia**. Rio de Janeiro: Funarte, 1985.
- SILVA, F. A. DA; PINHEIRO, W. J. C. Literatura popular e biblioteca: cordel e penny dreadful como fontes documentais para informação histórico-cultural. João Pessoa: **Biblionline**. v. 15, n. 4, p. 33, ago. 2019. Disponível em <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/53790>>. Acesso em 05 jan. 2022.
- SUASSUNA, Ariano. A compadecida e o romanceiro nordestino. In: DIÉGUES JÚNIOR, Manuel; SUASSUNA, Ariano; NASCIMENTO, Bráulio do; CURRAN, Mark J.; LAMAS, Dulce Martins; QUEIRÓS, Raquel de; BATISTA, Sebastião Nunes. **Literatura popular em verso: estudos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 94).
- TAVARES, Braulio. Tradição popular e recriação no Auto da Compadecida. In: SUASSUNA, Ariano. **Auto da Compadecida**. 36. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014. p. 177-183.
- TERRA, Ruth. **Memória de lutas: a literatura de folhetos do Nordeste (1893-1930)**. São Paulo: Global, 1983. (Teses, n. 13).
- UNIVERSITÉ DE POITIERS (França). Centre de Recherches Latino-Américaines. **Biblioteca Virtual Cordel**. 2022. Disponível em <<https://cordel.edel.univ-poitiers.fr/>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

PARTE 2

Além de impressões

Agenda de saúde das senadoras brasileiras no Instagram durante a pandemia da COVID-19

Pâmela Araujo Pinto

Entre 2020 e 2022 o Brasil atravessou a sua maior crise sanitária, com registro de mais de 658 mil mortes em decorrência do novo coronavírus - até abril de 2022 (SAÚDE, [s.d.]). A pandemia foi agravada por uma crise política e econômica que tem abalado a estrutura do pacto federativo brasileiro e gerado uma tensão entre o presidente e os governadores na busca de políticas para contenção da COVID-19 (ABRUCIO *et al.*, 2020; LIMA *et al.*, 2020). Entre 2020 e 2021 o Brasil teve três ministros da saúde e uma inércia deliberada por parte do governo federal no enfrentamento do vírus. O país é um dos epicentros da pandemia – em 2021 chegou a ser a segunda nação no mundo com mais casos ativos da doença (WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO), 2021). No território brasileiro a crise sanitária ganhou contornos políticos (ALCANTARA; FERREIRA, 2020; LOPES; LEAL, 2020; SARAIVA; ZAGO, 2021; SOARES *et al.*, 2021; ALCANTARA; FERREIRA, 2020) e os parlamentares têm contribuído para ampliar a desinformação sobre a pandemia (BENNETT; LIVINGSTON, 2018; KARLOVA; FISHER, 2013), sobretudo, por meio de plataformas digitais.

Este estudo buscou entender como parlamentares abordaram a saúde pública em canais de comunicação com os cidadãos, na internet. Optou-se pela perspectiva das senadoras brasileiras, provenientes do Senado Federal que tem 46,9% dos membros em exercício com mais de 60 anos, na plataforma Instagram. Os impactos do novo coronavírus nas rotinas dos brasileiros também refletiram no Senado. Em 20 março de 2020, mês do anúncio da pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a casa adotou o trabalho remoto (OLIVEIRA, 2021). No primeiro ano da pandemia três senadores faleceram em decorrência do vírus e inúmeros foram infectados.

Em 2021, as senadoras ocupavam 14,8% dos assentos do Senado na 56ª legislatura (2019 – 2023). As sete parlamentares eleitas em 2018, e uma suplente que assumiu o cargo, somaram-se às quatro senadoras da legislatura anterior. Deste grupo, Fátima

Bezerra (PT/RN) renunciou ao cargo para assumir o governo do Rio Grande do Norte e Selma Arruda (Podemos/MT) foi cassada, em 2019, pela Justiça Eleitoral. Em 2021 Nilda Gondin (MDB/PB) assumiu como suplente de José Maranhão, vítima da COVID-19. As 12 senadoras são oriundas das regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e do Distrito Federal, de oito partidos (PP, PSB, PSDB, DEM, MDB, PROS, PSL e Cidadania). Todas têm perfil no Instagram. No grupo há uma médica e duas psicólogas.

A presença dos brasileiros nas redes sociais é crescente, alavancada pela expansão da internet no país, com 78,3% de conectados, sobretudo por meio do celular (98,6%). Cabe destacar que há variações de conectividade nas regiões, sendo os estados do Centro-Oeste (84,6%) os mais conectados e os do Nordeste (68,6%) os menos conectados (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS, 2021). No país, cerca de 70,3% dos conectados têm perfis em redes sociais (STATISTA, 2021a). Neste cenário o Instagram é uma plataforma de mídia social em expansão, com mais de 99 milhões de usuários - o país é o terceiro maior público da plataforma (STATISTA, 2021b). Em 2020 esta rede social completou 10 anos e reúne mais de 1 bilhão de usuários, desde 2018 (STATISTA, 2019). Seu principal público são os jovens: os usuários entre os 25 e os 34 anos somam 33,1% da base global de perfis; os jovens de 18 a 24 anos representam 29,6% dos usuários (STATISTA, 2021b). Juntos eles formam uma “classe móvel” de jovens, urbanos e conectados por tecnologias móveis (MANOVICH, 2017) e colaboram com a produção diária de mais de 500 milhões de *stories* (publicações de audiovisuais com duração de 24 horas) sobre seus interesses (SERAFINELLI, 2018).

Em 2012 o Facebook comprou o Instagram e o aproximou da publicidade de marcas. O aplicativo tornou-se uma plataforma de mediação de conteúdos de impacto significativo na sociedade contemporânea (MANOVICH, 2017). O apelo visual da plataforma nos espaços já estabelecidos (*feed*, *story*, destaques e IGTV) somado aos canais de interação existentes (vídeos ao vivo e *chats* em grupo) tornaram o Instagram uma ferramenta utilizada com frequência no primeiro ano da pandemia (2020 – 2021). Na plataforma as discussões sobre o tema da saúde foram intensificadas, a partir de atores públicos e privados, e demandam investigações sobre a perspectiva da saúde pública.

A adoção do Instagram como ferramenta de comunicação política no Brasil tem sido investigada desde 2014, sobretudo nas disputas eleitorais majoritárias. Esta pesquisa pretende contribuir para ampliar informações sobre o uso da plataforma por parlamentares, em intervalos regulares (sem eleições). Estudos apresentados na próxima seção apontam a expansão dos perfis de políticos como ferramenta de visibilidade.

Foi realizado um estudo exploratório, complementado por uma revisão de literatura e por uma análise de conteúdo de 4814 *posts* publicados nos perfis de 10 senadoras - em exercício entre 2020 e 2021. Seu objetivo central foi analisar como ocorreu a abordagem da saúde pública no contexto da pandemia, nesses perfis, e mapear as estratégias de comunicação adotadas durante a crise sanitária. Adicionalmente, foi verificado se as parlamentares difundiram conteúdo divergente daqueles estabelecidos pela OMS como medidas de prevenção contra o vírus. Identificaram-se 22 categorias temáticas, subdivididas em dois grupos principais: temas de saúde geral (sem abordagem da pandemia) e temas sobre a COVID-19. Os resultados apontaram o destaque da pauta da saúde na agenda das senadoras, com evidência para saúde da mulher e para tópicos relacionados à crise sanitária. A aproximação desses temas foi relacionada ao perfil político e ideológico das senadoras.

Dividiu-se o texto em cinco partes. Na primeira foram apresentadas reflexões teóricas sobre as interfaces política e saúde no Instagram. Em seguida foram apontadas as estratégias metodológicas. Nos resultados foram abordados os achados do estudo exploratório. Na quarta etapa foi feita uma discussão e na quinta parte foram expostas as considerações finais.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O Instagram tem sido classificado como instrumento de comunicação potente para ampliar a visibilidade de políticos e partidos além dos períodos eleitorais (DOMÉNECH-FABREGAT; LÓPEZ-RABADÁN, 2018; FILIMONOV; RUSSMANN; SVENSSON, 2016; NÁZARO; CROZZOLI; ÁLVAREZ-NOBELL, 2019; SELVA-RUIZ; CARO-CASTAÑO, 2017). Contudo, os estudos apontam que ainda não há uma profissionalização uniforme quanto ao uso da ferramenta. Ao analisar a utilização do aplicativo nas eleições da Suécia, em 2014, Filimonov *et al.* (2016) identificaram que os partidos enfatizaram a transmissão de conteúdo, ao invés de estimular a mobilização, ignorando as especificidades de interação da ferramenta. As imagens foram centradas nos candidatos/as, com forte personalização e ênfase nas rotinas profissionais, mas com abordagem espontânea. Doménech-Fabregat & López-Rabadán (2018) classificam o Instagram como plataforma dinâmica para a produção e distribuição viral de imagens políticas, nos últimos anos. Os autores o consideram um canal prioritário de expressão no ambiente político permeado por redes sociais. Identificaram nos líderes políticos

espanhóis (e nos partidos) diferentes experimentações, na busca de funções mais eficazes e um estilo comunicativo definitivo.

A análise de Selva-Ruiz & Caro-Castaño (2017) sobre a presença dos deputados espanhóis no Instagram ilustrou uma tentativa de humanização dos parlamentares nos perfis, entre 2016 e 2017. Nesta amostra dominaram imagens dos deputados em suas atividades políticas, em contraste com a exposição de cenas das rotinas privadas. A partir da estratégia de “espontaneidade” os parlamentares demonstraram a utilização da plataforma para a comunicação política em períodos não eleitorais. Os resultados do estudo apontaram que partidos novos na cena política aproveitaram melhor o Instagram para posicionar seus membros ao público como “pessoas normais”.

Názaro *et al.* (2019) acompanharam os perfis de Mauricio Macri y Cristina Kirchner nesta plataforma durante 2018 - período que incluiu a disputa eleitoral argentina. Os autores destacaram que a presença constante dos políticos no Instagram, além da fase das campanhas, reiterou um processo contínuo de informação e divulgação de imagens relacionadas com a política, com capacidade de afetar a opinião pública. Pineda *et al.* (2020) consideram que todas as imagens publicadas por lideranças políticas no Instagram servem para fins de propaganda, seja conteúdo político ou pessoal. Segundo os autores estas publicações são guiadas pelo objetivo de conseguir manter ou reforçar uma posição de poder.

No Brasil, o Instagram é uma ferramenta emergente no âmbito da comunicação e política, em um contexto no qual há um crescente uso das mídias sociais ao longo das eleições, com destaque para o Facebook (AZEVEDO JR.; LIMA, 2015; BRAGA; CARLOMAGNO, 2018; MARQUES; SAMPAIO; AGGIO, 2013; PANKE; LIMA, 2017). As pesquisas relacionam a utilização do Instagram no ambiente político brasileiro a partir de 2014 e dedicam maior atenção às eleições majoritárias, em detrimento de estudos sobre a plataforma em períodos de regularidade da representação política (MARQUES; DE AQUINO; MIOLA, 2014). Notou-se maior ênfase nos políticos (e não os partidos), tendência frequente nos estudos de internet e política no país, segundo Sampaio, *et al.* (2016).

Em revisão de literatura não sistemática foram considerados doze estudos que tiveram a plataforma como ponto de observação dos atores políticos, entre 2015 e 2020. Apenas os estudos de Antero *et al.* (2018) e Soares *et al.* (2020, 2021) não priorizaram as eleições diretamente. Os perfis de mulheres foram analisados em 58,3% dos estudos. A presidenta Dilma e as senadoras Gleisi Hoffmann e Eliziane Gama foram as únicas

estudadas isoladamente. Entre os estudos de Panke & Lima (2017) e Azevedo Jr. & Lima, (2015) e as investigações de 2020 observou-se uma crescente apropriação do Instagram por parte dos políticos. A ferramenta foi usada para ampliar a visibilidade pública, moldar uma gestão favorável da imagem, criar uma aproximação e relacionamento com os eleitores, contudo ainda não foi plenamente profissionalizada (JESUS; HOLLANDA, 2018; MOURA, CAMILA PRASERES; SOUSA; ARAGÃO, 2019; SAMPAIO *et al.*, 2020). Apenas os estudos de Sampaio *et al.* (2020) destacaram os *stories*, os demais centravam-se na avaliação do *feed* dos políticos. A tabela (TAB. 1) resume os perfis evidenciados nos estudos.

Tabela 1: Estudos sobre Instagram e Política no Brasil (2015 – 2020)

Período Analisado	Contexto	Políticos	Pesquisas
2014	Eleições Presidenciais	Dilma Rousseff e Aécio Neves	Azevedo Jr. & Lima, (2015);
	Eleições Presidenciais	Dilma Rousseff	Panke & Lima (2017);
2017	Pré-campanha presidencial /prefeito de São Paulo	João Dória	Jesus & Hollanda (2018);
2018	Pré-campanha presidenciais	Lula, Jair Bolsonaro, Marina Silva, Ciro Gomes e Geraldo Alckmin	Meirelles & Buckstegge (2019);
	Eleição para o Governo Maranhão	Flávio Dino e Roseana Sarney	Moura, Sousa e Aragão (2019);
	Eleição para o Senado – Maranhão	Eliziane Gama	Saraiva & Aragão (2019);
	Eleições presidenciais	Fernando Haddad Jair Bolsonaro	Gomes, Campos & Oliveira (2020); Ribeiro & Pozobon (2019);
	Eleições presidenciais	Fernando Haddad Jair Bolsonaro Marina Silva	Sampaio <i>et al.</i> (2020);
	Mandato Senadora	Gleisi Hoffmann	Antero <i>et al.</i> (2018);
2020	Período regular	Políticos eleitos	Soares <i>et al.</i> (2021); Soares <i>et al.</i> (2020).

Fonte: elaboração própria.

No segmento da saúde pública o Instagram é considerado uma ferramenta estratégica pela sua capacidade de ampliar ações de promoção da saúde e pelo apelo visual das mensagens (FUNG *et al.*, 2019; KAMEL BOULOS; GIUSTINI; WHEELER, 2016; O'DONNELL; WILLOUGHBY, 2017; PINTO; ANTUNES; ALMEIDA, 2020; TEOH *et al.*, 2019). Desde 2011 tem sido utilizado pelas autoridades de saúde, em escala internacional e nacional, para difundir conteúdos diretamente aos *stakeholders* e orientar sobre o funcionamento das organizações sanitárias em períodos regulares e durante crises

(ERIKSSON, 2018; GUIDRY *et al.*, 2019; LWIN *et al.*, 2018; NOVILLO-ORTIZ; HERNÁNDEZ-PÉREZ, 2017; PINTO *et al.*, 2020; PINTO; LOPES ANTUNES; PISCO ALMEIDA, 2021; TANG *et al.*, 2018).

Durante a pandemia da COVID-19 essa plataforma tem sido usada pelas autoridades sanitárias para combater a infodemia (EYSENBACH, 2020) - um surto de desinformação sobre o novo coronavírus. Segundo Eysenbach, o autor do termo infodemia, estas informações falsas têm sido propagadas por pessoas e figuras públicas, principalmente por meio das plataformas de mídias sociais, e por empresas de comunicação massivas, em seus canais. Salaverría e colegas (2020) avaliaram a divulgação de informações deliberadamente falsas no contexto da pandemia, na Espanha, e defenderam que esta questão tornou-se em um problema sanitário (SALAVERRÍA *et al.*, 2020).

Esta crise sanitária global também é caracterizada por uma polarização política (HARRINGTON, 2020; PITAS; EHMER, 2020; VISWANATH; LEE; PINNAMANENI, 2020), com atuação direta de grupos organizados contra ações do Estado, com discurso ampliado inclusive por autoridades políticas, como presidentes. No Brasil essa polarização e apropriação política da pandemia foi destacada por Soares *et al.* (2021), Lopes e Leal (2020), Alcântara e Ferreira (2020) e Recuero e Soares (2020), correlacionando a desinformação ao discurso político. Soares *et al.* (2021) identificaram a atuação intensa de políticos no espalhamento de desinformação no Instagram, acerca do uso do medicamento cloroquina - desaconselhado pela OMS ainda em 2020. As publicações dos políticos pró-cloroquina tiveram alto impacto na rede analisada, sendo responsáveis por 38,9% das interações mapeadas. Alcântara e Ferreira (2020) e Lopes & Leal (2020) apontam a figura do presidente como agente central da desinformação no contexto da COVID-19. Para Alcântara e Ferreira (2020), a desinformação sobre a pandemia atuou em compasso com vozes e agendas específicas, em semelhança com o demonstrado por outros estudos no período eleitoral de 2018 e em pontos de inflexão da atual governação brasileira.

Este estudo apropria-se do conceito de desinformação defendido por Karlova e Fisher (2013), no qual o conteúdo informativo é deliberadamente enganoso e foi elaborado para esta finalidade. Os autores o diferenciam de *misinformation* (má-informação), descrita como um conteúdo impreciso, mas sem o propósito de enganar. A desinformação pode ter consequências significativas para indivíduos, governos e empresas. Quando os indivíduos acreditam em informações enganosas, ela pode

influenciar suas ações e decisões (KARLOVA; FISHER, 2013). No contexto da pandemia a desinformação propagada por atores públicos pode representar riscos à saúde dos cidadãos (ALCANTARA; FERREIRA, 2020; GALHARDI *et al.*, 2020; VAN DER MEER; JIN, 2020). Salaverría *et al.* (2020) identificaram quatro tipos recorrentes de desinformação na análise feita na Espanha, no início da crise: piadas, exageros, descontextualizações e engano. Bennet e Livingston (2018) apontam que a disseminação de desinformação integra parte das estratégias de comunicação para atacar e desestabilizar os opositores e para estabelecer novos modos 'iliberais' de governança (BENNETT; LIVINGSTON, 2018).

Karlova e Fisher (2013) destacam as mídias sociais como canais para escoar a desinformação com rapidez. Contudo, Albuquerque (2021) destaca o papel das plataformas de mídias sociais no controle do impulsionamento (ou na diminuição da visibilidade) destes conteúdos e da permanência de usuários que adotem condutas inapropriadas (relacionados à desinformação) nestas redes. Estas empresas privadas operam com lógicas neoliberais, com pouca transparência, atuando simultaneamente para “coibir” e “espalhar” conteúdos com impacto diretos nas democracias contemporâneas (SANTOS JUNIOR, 2020; ALBUQUERQUE, 2021).

METODOLOGIA

Este estudo buscou responder à questão de como as senadoras brasileiras abordaram a saúde pública em seus perfis no Instagram, no primeiro ano da pandemia causada pelo novo coronavírus. Todas as 12 senadoras atuantes na 56ª legislatura (2019 – 2023) tinham perfil ativo no período em que a pesquisa foi feita, março de 2021. Realizou-se um estudo exploratório combinado com análise de conteúdo (BARDIN, 2011) dos perfis de 10 senadoras no app. A pesquisa tem o objetivo de analisar como ocorreu esta abordagem e mapear as estratégias de comunicação adotadas durante a crise sanitária. Além de categorizar as abordagens expostas, verificou-se se as senadoras seguiram as orientações da OMS nas postagens ou se propagaram desinformação.

Foi empreendida uma revisão de literatura não sistemática a partir das bases de dados Oasis/Ibict, Portal de Periódicos da Capes/MEC, Google Acadêmico e dos anais de eventos e revistas da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) e da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólítica). Foram considerados apenas estudos que abordassem o uso do Instagram por políticos. O portal do Senado brasileiro foi consultado para obter

informações sobre as senadoras e suas atividades parlamentares (lideranças, comissões, etc.).

A análise de conteúdo foi feita no *corpus* de 4.814 *posts*, publicados nos *feeds* das parlamentares entre 11 de março de 2020 – data do anúncio da pandemia pela OMS – e 11 de março de 2021. São critérios de inclusão na amostra a atividade parlamentar da senadora ao longo do período analisado e a utilização de um perfil público. Deste modo, ficaram fora da amostra as senadoras Daniella Ribeiro (PP/PB), licenciada por 121 dias em 2020, e a senadora Nilda Gondin, que assumiu o cargo em 2021. Todos os perfis analisados foram identificados como oficiais pelo Instagram.

As variáveis que compõe esta análise incluem os conteúdos dos *posts* (imagem e legenda), os seus indicadores de audiência (curtidas, comentários e visualizações) e as estratégias de abordagem da saúde pública adotadas. A análise foi feita a partir da perspectiva do cidadão/ eleitor (FILIMONOV; RUSSMANN; SVENSSON, 2016). Os dados dos *posts* foram extraídos por meio da ferramenta Instabro. Realizou-se um pré-teste com as senadoras Soraya Thronicke (PSL/MS) e Eliziane Gama (Cidadania/MA) para elaboração das categorias de análise. Foram identificadas 22 categorias referentes à temática da saúde. Optou-se por dividir o conteúdo em dois grupos, um abordou os temas de saúde que não incluíram a pandemia e outro incluiu todos os *posts* sobre a crise sanitária. O quadro 1 resume as categorias mapeadas no estudo.

Quadro 1: Categorias analíticas dos *posts* sobre saúde no Instagram das senadoras

Categoria	Sub-categoria	Detalhamento
Saúde	Atuação Parlamentar	Votações, reuniões e proposições feitas sobre saúde;
	Datas da Saúde	Agenda nacional e internacional para destacar temas de relevância na área relacionados aos cidadãos e ao meio-ambiente;
	Saúde da Mulher	Ênfase em projetos e ações de valorização da saúde da mulher;
	Violência contra Mulher	Destaque para medidas de proteção da mulher e ou denúncias sobre o tema;
	Pessoas vulneráveis	Enfatiza grupos vulneráveis que demandam políticas de saúde (e.g. pessoas com deficiência, indígenas, etc.);
	Institucional	Valoriza instituições (políticas, da saúde, de cunho social) e sua atuação na saúde;
	Vacina	Conteúdos sobre imunização;
	Prevenção	Estimula comportamentos preventivos em doenças e ou situações de risco para saúde;
	Promoção da saúde	Estimula práticas saudáveis, atividades física, cultura de paz e alimentação saudável;
Pandemia	Atuação parlamentar	Destaque para votações, reuniões e proposições feitas sobre saúde na pandemia;
	Economia	Destaca aspectos econômicos relacionados aos cidadãos, às empresas e instituições públicas;
	Institucional	Valoriza instituições e categorias profissionais (políticas, da saúde, de cunho social) e sua atuação na saúde;
	Governo	Enfoca ações positivas do governo federal na crise sanitária;
	Crise Política	Destaca problemas decorrentes da atuação do governo federal na pandemia;
	Vacina	Destaca debates, votações, opiniões dos parlamentares sobre a imunização da COVID-19;
	Mortes	Destaca as mortes por COVID-19;
	Orientações OMS	Divulga orientações OMS para prevenção e contenção do vírus (e.g. uso de máscara);
	Orientações contrárias a OMS	Divulga ações contrárias àquelas recomendadas pela OMS (e.g. tratamento precoce);
	Depoimento pessoal enfrentamento do vírus	Relato de experiência ao contrair o vírus;
	Grupos Vulneráveis	Divulga questões relacionadas aos grupos de pessoas vulneráveis (demandas, projetos de lei, solicitações);
	Prevenção	Orientações de prevenção do vírus;
	Promoção da saúde	Orienta como proceder em caso de infecção.

Fonte: elaboração própria.

São hipóteses deste trabalho: H1 - Todas as senadoras utilizaram a pauta da saúde para dialogar com os seus seguidores e expor atuação parlamentar nesta temática; H2 - A abordagem das senadoras acerca da saúde pública, no contexto da pandemia, foi influenciada pela filiação partidária e ideológica; H3 - Houve divergência entre as informações publicadas pelas senadoras e as recomendações da OMS.

RESULTADOS

O Instagram é uma plataforma usada para visibilidade pública por todas as senadoras, sendo o perfil de Mara Gabrielli o mais antigo (2012) e o de Maria do Carmo o mais recente (2020). A tabela (TAB. 2) reuniu uma síntese dos perfis analisados.

Tabela 2: Síntese dos perfis analisados

Bloco Parlamentar	Senadora/perfil	Partido/UF	Criação perfil	Seguidores
Podemos	Soraya Thronicke @sorayathronicke	PSL/MS	2014	90,5 mil
	Mara Gabrielli @maragabrielli	PSDB/SP	2012	80,3 mil
Unidos pelo Brasil	Katia Abreu @senadorakatiaabreu	PP/TO	2016	35,4 mil
	Mailza Gomes @senadoramailzagomes	PP/AC	2017	13,3 mil
	Rose de Freitas @senadorarosedefreitas	MDB/ES	2014	5,576 mil
	Simone Tebet @simonetebet	MDB/MS	2014	28,8 mil
Senado Independente	Eliziane Gama @elizianegama	Cidadania /MA	2013	36,6 mil
	Leila Barros @leiladovolei	PSB/DF	2016	37,9 mil
Resistência Democrática	Zenaide Maia @senadorazenaidemaia	PROS/RN	2014	35,5 mil
Vanguarda	Maria do Carmo @senadoramariadocarmo	DEM/SE	2020	5,664 mil

Fonte: Instagram (2021). Elaboração própria.

As senadoras utilizaram a plataforma com frequência no período analisado, de acordo com a tabela abaixo (TAB. 3). Durante o primeiro ano da pandemia a saúde integrou a agenda das senadoras no Instagram. A saúde da mulher e a crise sanitária receberam ênfase em todos os blocos parlamentares. O aplicativo foi usado para exibição de mensagens do tipo-*card* (textos e imagens), fotos e de vídeos. Esse canal foi adotado pelas parlamentares para expor as rotinas profissionais (participações nas sessões e *lives*) e pessoais. Katia Abreu publicou imagens para expor sua rotina doméstica (com compartilhamento de receitas culinárias) e preferências culturais durante o período de distanciamento social na pandemia. Mailza Gomes, Eliziane Gama, Leila Barros, Mara Gabrielli e Maria do Carmo destacaram atividades profissionais e o cuidado da família. Simone Tebet, Soraya Thronicke, Zenaide Maia e Rose de Freitas enfatizaram a rotina profissional, sem expor aspectos privados.

Tabela 3: Síntese do conteúdo de saúde dos perfis das senadoras

Senadora	Posts Amostra	Posts saúde (Total)	%	Visualizações (Média/Saúde)	Likes (Média/Saúde)	Comentários (Média/ Saúde)
Eliziane Gama	347	92	26,5%	209	197	15,9
Leila Barros	552	309	55,9%	353	232	26,3
Soraya Thronicke	476	153	32,1%	664	822	49
Mara Gabrilli	286	196	68,5%	1.003	1.255	118
Katia Abreu	352	165	46,8%	757	262	55
Mailza Gomes	637	154	24,1%	75,5	146,7	9,1
Rose de Freitas	526	327	62,1%	62,7	29,7	13,2
Simone Tebet	515	193	37,4%	324,5	280	36,8
Zenaide Maia	624	274	43,9%	420,9	215,4	15,2
Maria do Carmo	499	161	32,2%	8,3	69,3	5

Fonte: Instagram (2021). Elaboração própria.

A maior ocorrência dos *posts* de saúde se deu no perfil de Mara Gabrilli (68,5%), que pautou questões de inclusão e cidadania; e a menor inserção ocorreu no perfil de Mailza Gomes (24,1%), com ênfase na sua atuação parlamentar.

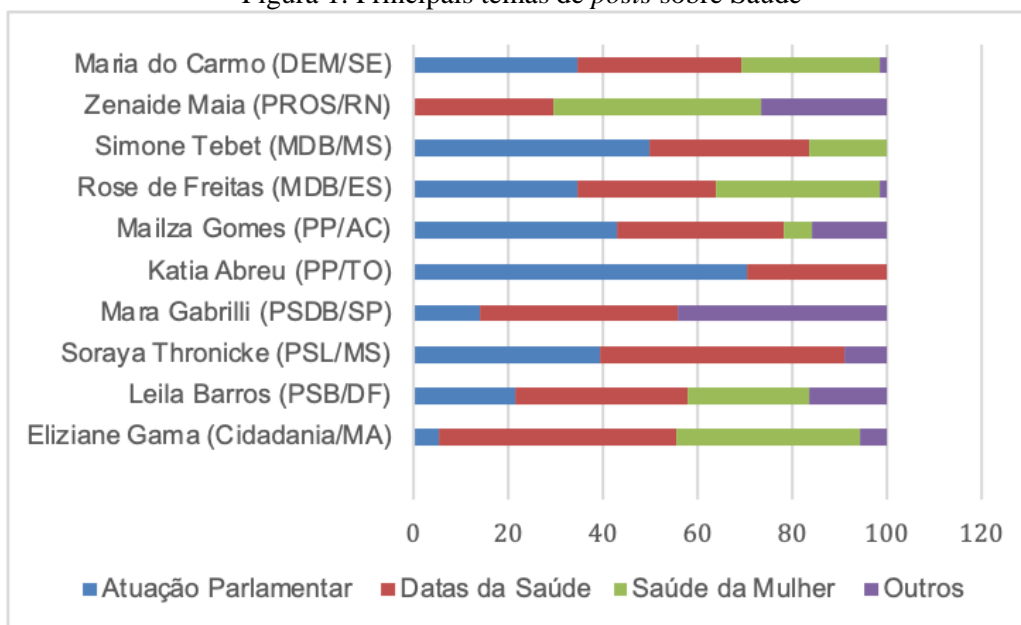
Identificou-se um padrão quanto aos conteúdos, com o domínio de mensagens sobre a atuação parlamentar em torno da saúde. Por outro lado, as estratégias adotadas no uso da plataforma divergiram, pois houve senadoras que buscaram um diálogo por meio de uma agenda propositiva de leis e debates (e.g. Katia Abreu, Leila Barros, Mara Gabrilli, Soraya Thronicke e Zenaide Maia), enquanto outras utilizaram essa mídia social como um espaço institucional de prestação de contas (e.g. Rose de Freitas, Eliziane Gama e Mailza Gomes). A senadora Rose de Freitas teve grande parte dos *posts* no formato *card*, com domínio de textos, escritos de modo impessoal. No perfil da senadora Mara Gabrilli foi observada uma iniciativa para estimular o engajamento dos usuários, por meio de campanha destinada a expor problemas de pessoas com doenças raras durante a pandemia. Mobilizou mais 500 *posts* com a *hashtags* #RarosNaPandemia, inclusive de parlamentares.

Apesar da compreensão de que o alcance das mensagens das parlamentares é afetado pelos algoritmos usados pelo Instagram, observou-se uma diferença significativa nas interações dos perfis. Predominaram baixas médias de *likes* e comentários. Na amostra não houve correlação entre o número de *posts* publicados e as interações, sendo o perfil de Mara Gabrilli o que obteve maior alcance, apesar de ter veiculado o menor

número de mensagens. Por outro lado, o perfil menos “humanizado” na amostra, teve a menor interação por *likes*.

Segmentou-se o conteúdo nas subcategorias saúde (sem *posts* sobre a pandemia) e COVID-19 (com *posts* sobre a pandemia) para detalhar temas e estratégias abordadas. Na primeira subcategoria utilizaram-se três temas dominantes: as datas da saúde, determinadas por legislação nacional e internacional; a atuação parlamentar sobre este tópico, com proposições e votações; a saúde da mulher, com amplo destaque à ocorrência de violência contra as mulheres. O perfil de Mara Gabrilli foi o único a destacar grupos de vulneráveis (indígenas, portadores de deficiência, etc.) em 32,5% dos *posts*, diferenciando-se da lógica citada acima. A figura abaixo (FIG. 1) apresenta uma síntese destes temas de saúde:

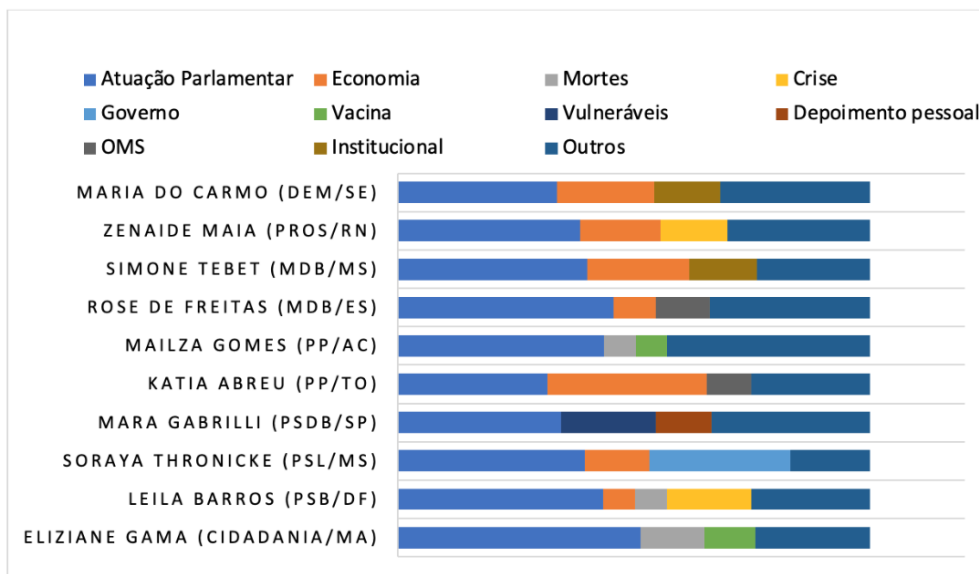
Figura 1: Principais temas de *posts* sobre Saúde



Fonte: elaboração própria.

Os *posts* sobre a COVID-19 apresentaram maior variação de categorias, contudo as publicações sobre atuação parlamentar e economia foram centrais nos *feeds*. Os temas destacados foram abordados de acordo com o alinhamento político das senadoras. A figura (FIG. 2) resume as principais abordagens usadas nos perfis.

Figura 2: Principais temas de *posts* sobre COVID-19



Fonte: elaboração própria.

Nos perfis das senadoras também foram compartilhadas mensagens informativas sobre a prevenção do vírus. Recorreu-se às orientações de agências de saúde internacionais e nacionais, citando-as direta e indiretamente. Todas as senadoras replicaram orientações da OMS para permanecer em casa e sobre a prevenção, sobretudo entre março e abril de 2020. Rose de Freitas (11,6%), Kátia Abreu (9,4%) e Zenaide Maia (4,7%) foram as parlamentares que mais divulgaram orientações da OMS. Rose transmitiu a mensagem por meio de vídeos de profissionais. Kátia expôs sua rotina doméstica e adaptou conteúdos do Ministério da Saúde (MS) para enfatizar a importância da máscara e os sintomas. Zenaide citou o perfil da OMS em dois *posts* e indicou na plenária que o cidadão seguisse a instituição para orientações, ainda em março de 2020. O MS foi citado diretamente em cinco *posts* sobre prevenção, com três *reposts* de Leila Barros, dois *reposts* de Rose de Freitas, e indiretamente, em três mensagens de Katia Abreu. As orientações do governo de São Paulo e de entidades médicas (7,2%) direcionadas a pessoas com deficiência foram divulgadas por Mara, que reiterou as dicas da OMS para ficar em casa (4,5%). Mailza divulgou informações preventivas da OMS (3,8%), realizou um *post* com conteúdo preventivo sem fonte das informações (0,9%) e repostou um *card* do Senado (0,9%).

No *feed* de Simone Tebet 4,5% das mensagens reforçaram medidas de distanciamento social, sugeridas pela OMS. Nos perfis de Eliziane (2,7%) e Maria do Carmo (3,2%) as orientações da OMS receberam menor destaque e não foram feitos *posts* sobre prevenção do vírus. A senadora Soraya teve o menor número de *posts* com as

orientações da OMS (1,6%). O governo federal foi citado com destaque nos perfis das senadoras Soraya Thronicke e Mailza Gomes. Soraya valorizou as ações do governo federal e do presidente (29,0%). O seu perfil divulgou ações do governo com um conteúdo institucional, além de repostar mensagens do presidente e da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República. A senadora acreana Mailza destacou elogios ao governo (estadual e federal) pela condução da crise sanitária (3,8%). Estes *posts* receberam mais destaque que a crise em curso (2,9%). A senadora citou positivamente o presidente em 12,6% dos conteúdos.

Em toda a amostra foram identificados dois *posts* contendo desinformações do tipo engano (SALAVERRÍA *et al.*, 2020), sobre a pandemia. A senadora Soraya Thronicke exibiu dois *posts* sobre tratamento precoce do vírus (1,6%) – divulgou a hidroxicloroquina e a nitazoxanida. Na mensagem do dia 13 de julho de 2020 informou ter ido ao MS para solicitar recursos para o enfrentamento da pandemia, dentre eles a hidroxicloroquina. Em 19 de outubro participou da cerimônia de anúncio do resultado do estudo clínico com a nitazoxanida no tratamento precoce da COVID-19. A senadora não fez referência ao crescente número de mortes causadas pela COVID-19. A única morte mencionada foi a do senador Arolde de Oliveira, em outubro de 2020.

A cloroquina também foi abordada na amostra de Rose de Freitas, por meio de um vídeo informativo feito por um médico. Ele desaconselhou o uso da medicação em pacientes com COVID-19 e orientou aguardar o aprofundamento das pesquisas. Por outro lado, as senadoras Katia Abreu, Mara Gabrilli, Simone Tebet, Eliziane Gama e Mailza Gomes fizeram *posts* alertando para as consequências da desinformação no âmbito da saúde.

As senadoras utilizaram a plataforma para compartilhar relatos pessoais no contexto da pandemia. Leila Barros, Katia Abreu e Mara Gabrilli informaram a infecção pelo vírus em seus perfis. Mara fez um relato da recuperação em 11,8% de *posts*, Leila Barros e Katia Abreu também abordaram a recuperação em 2,5% e 2,7% dos *posts*, respectivamente. Maria do Carmo informou perda do marido, em decorrência do vírus e as duas doses da vacinação, entre fevereiro e março. Em todos os perfis analisados houve destaque para perda de amigos durante a pandemia.

DISCUSSÃO

O uso do Instagram pelas senadoras brasileiras acompanhou tendências verificadas por Doménech-Fabregat & López-Rabadán (2018), Filimonov *et al.* (2016), Názaro *et al.*

(2019), Selva-Ruiz & Caro-Castaño (2017), Sampaio *et al.* (2020) e Moura, Sousa & Aragão (2019) quanto ao conteúdo e às estratégias de visibilidade. As senadoras enfatizaram suas rotinas profissionais, com baixo destaque para temas pessoais, e buscaram expor um lado humanizado. Esta humanização foi destacada, sobretudo, nos *posts* nos quais as parlamentares descreveram o enfrentamento da COVID-19 e nas fotos de pessoas próximas que faleceram em decorrência do vírus. A falta de profissionalização ainda foi verificada, pois as tentativas de engajamento dos usuários são baixas e observou-se a ausência de planejamento quanto ao conteúdo, com repetição de temas. Isso refletiu também na falta de espontaneidade nas cenas registradas nos *feeds*, pois muitos *posts* veicularam mensagens institucionais, redigidas pelas equipes de comunicação das parlamentares. Os *posts* das datas da saúde muitas vezes foram citados neste contexto, apenas para destacar um tema, sem envolvimento da senadora com o tópico.

Não foi possível relacionar a tradição política e o alcance das mensagens, como apontaram Selva-Ruiz & Caro-Castaño (2017) no parlamento espanhol. Apesar de o perfil de Soraya Thronicke, do PSL, ter o maior número de seguidores, o perfil de maior alcance da amostra pertence a Mara Gabrilli do PSDB, um partido tradicional. Contudo, é notório o destaque da base governista no Instagram, a exemplo destas duas senadoras do bloco parlamentar Podemos, que sozinhas somam mais seguidores que sete senadoras da amostra (juntas). Soraya e Mara totalizam mais interações com usuários ($n = 3.911$) do que as oito senadoras que compoem a amostra juntas ($n = 3.819$). Cabe destacar que as médias de alcance da amostra das senadoras foi consideravelmente menor do que os indicadores de audiência dos deputados espanhóis. Também verificou-se que no Brasil a trajetória de vida pública não foi convertida em visibilidade no Instagram, pois senadoras com mandatos anteriores no Congresso Federal, como Rose de Freitas, não obtiveram o alcance de estreantes na política, como Soraya Thronicke.

Notou-se um descompasso entre os conteúdos preventivos abordados e a ação das parlamentares no período. Os *posts* indicam que o uso da máscara e o distanciamento social não foram seguidos de forma regular pelas senadoras, sobretudo no período eleitoral de 2020. Nos perfis de Kátia Abreu, Mara Gabrilli e Soraya Thronicke predominaram fotos sem máscara. As senadoras Maria do Carmo, Eliziane Gama e Mailza Gomes tiveram intensa atividade pública, sobretudo nas campanhas eleitorais, e publicaram fotografias sem máscara durante atividades públicas. Leila Barros utilizou a máscara nas atividades públicas divulgadas pelo perfil, desde maio de 2020. Rose de Freitas optou por exibir imagens do trabalho remoto. Sua primeira aparição pública de

máscara, no *feed*, ocorreu em 1º de fevereiro de 2021. Zenaide Maia e Simone Tebet optaram por intensificar a presença digital por meio de *lives*, tendo 35,7% e 22,3% dos *posts* em vídeo, respectivamente. Ambas utilizaram a máscara ao surgirem em imagens com outras pessoas. Zenaide chegou a usar a máscara durante as transmissões das sessões do Senado, feitas em casa.

A polarização política no contexto da pandemia (ALCANTARA; FERREIRA, 2020; HARRINGTON, 2020; SOARES *et al.*, 2021) foi reiterada nesta amostra. Observou-se que as senadoras abordaram a pandemia a partir do posicionamento partidário-ideológico, porém notou-se variações internas nos blocos parlamentares. As atuações de Eliziane Gama e de Leila Barros refletem esta observação. Eliziane é líder da bancada Independente e foi vice-presidente da Comissão Mista Especial do Congresso para acompanhar a COVID-19, encerrada em dezembro de 2020. Ela não compartilhou informações sobre a prevenção do vírus e publicou apenas um *post* (1,3%) sobre a crise política e sanitária em curso. Referiu-se indiretamente à crise em *posts* sobre as mortes de amigos pela COVID-19 (13,5%). Leila Barros criticou a condução da pandemia (11,9%) e postou orientações da OMS (2,5%) sobre o uso de máscara. Porém as críticas foram direcionadas, em sua maioria, ao governo do Distrito Federal. O presidente foi criticado diretamente em 2,1% dos *posts*. Esta divergência de perspectivas também ocorreu entre Soraya Thronicke e Mara Gabrilli, do Podemos. O perfil de Soraya divulgou ações do governo, desinformações e silenciou a crise em curso, enquanto Mara enfatizou as medidas preventivas para vulneráveis. A infectologista Zenaide Maia - líder do bloco Resistência Democrática e titular da comissão temporária da COVID-19 no Senado - deu amplo destaque à crise política decorrente da pandemia (14,2%), com críticas direcionadas ao presidente e aos ministros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo exploratório sobre o uso do Instagram por senadoras durante a crise da COVID-19 observou-se que esta plataforma foi ocupada pelas parlamentares para divulgar suas atividades políticas e reforçar a posição de poder (PINEDA; BARRAGÁN-ROMERO; BELLIDO-PÉREZ, 2020) no contexto da pandemia. A atuação parlamentar foi o principal tópico na abordagem sobre saúde. As políticas buscaram uma abordagem humanizada, sobretudo, ao tratar de temas como a saúde da mulher (com ênfase na violência contra mulheres) e nas mensagens sobre o enfrentamento pessoal da COVID-19 (com relatos de infecção e de perdas de amigos). Entretanto, essa abordagem foi mais

presente nos perfis de senadoras que tinham prévia relação com a temática a exemplo de Zenaide Maia, Mara Gabrilli, Katia Abreu e Leila Barros. Apesar das falhas de planejamento apontadas, os *feeds* foram expostos como uma vitrine organizada da imagem que se deseja apresentar aos eleitores, com narrativa linear e frequente das atividades e valores defendidos pelas senadoras. As fotos e os *cards* foram as imagens mais utilizadas. As legendas alternaram entre textos das senadoras e textos das suas equipes de profissionais.

Confirmou-se a primeira hipótese do estudo, na qual defendeu-se que todas as senadoras usaram a pauta da saúde para expor a sua atuação parlamentar aos usuários do Instagram e seguidores que frequentam os respectivos perfis. A segunda hipótese do estudo foi confirmada, pois ilustrou-se que a abordagem das senadoras acerca da saúde pública foi influenciada pela filiação partidária e ideológica. Por fim, também se confirmou a terceira hipótese, a partir da verificação da presença de conteúdo desinformativo (contrário às recomendações da OMS) no perfil da senadora Soraya Thronicke. A ocorrência de desinformação neste perfil tornou-se ainda mais relevante tendo em vista o seu alcance. Cabe destacar que estes *posts* com conteúdo desinformativos do perfil de Soraya não foram deletados pelo Instagram (até abril de 2021) – que desde março de 2020 informa que tem removido conteúdos desinformativos dos perfis na plataforma (EYSENBACH, 2020).

Neste estudo foi possível identificar desinformação do tipo engano (SALAVERRÍA *et al.*, 2020). As mensagens publicadas por perfis públicos de senadoras não se enquadraram nas demais categorias. A tipologia descontextualização não contemplou outro tipo de desinformação verificada neste estudo. Trata-se da desinformação contextual-ideológica, decorrente da simultânea valorização do governo na gestão da pandemia e do silenciamento da crise política e sanitária. Ela foi direcionada aos cidadãos com objetivo de legitimar o modelo de governo da extrema-direita (BENNETT; LIVINGSTON, 2018) no país. Os desvios das senadoras, no que diz respeito a seguir as normas de prevenção do vírus estipuladas pela OMS nos *posts*, podem ser classificados como *misinformation* – um conteúdo sem acurácia, com imprecisões não propositais. Este tipo de informação ocorreu em todos os partidos da amostra, diferente da desinformação praticada por senadoras favoráveis ao governo. As imagens contendo aglomerações e a falta da máscara em encontros públicos podem impactar o comportamento de usuários dos perfis, uma vez que as senadoras são líderes de opinião e exercem cargos públicos (NÁZARO; CROZZOLI; ÁLVAREZ-NOBELL, 2019). Neste

estudo foi possível identificar que as senadoras pró-governo também fazem parte do cenário da infodemia (EYSENBACH, 2020) da COVID-19.

Observou-se que o Sistema Único de Saúde (SUS) foi destacado em duas abordagens centrais: a institucional e a valorização dos profissionais. Na abordagem institucional foram frequentes publicações sobre o MS, enquanto órgão responsável pelas ações sanitárias na pandemia. Os três Ministros da Saúde que ocuparam o cargo no período deste trabalho foram mencionados para cobrança de posicionamento e informações sobre a crise sanitária (distribuição de recursos, insumos, profissionais e vacina). O SUS também foi citado por meio das suas estruturas estaduais de saúde, que receberam recursos para saúde intermediado pelos senadores – com emendas parlamentares. Na segunda abordagem houve a valorização dos profissionais, sobretudo médicos e enfermeiros, por meio de mensagens de apoio e também com a divulgação de conteúdos produzidos por esta classe. A estrutura do SUS e os seus profissionais foram apontados positivamente na amostra.

Este estudo apresentou como lacunas centrais: a falta de acesso às estratégias de comunicação das senadoras para o uso do Instagram, que podem incluir impulsionamento de postagens e uso de recursos artificiais (*bots*) para simular engajamento; considerou-se apenas a perspectiva das senadoras enquanto produtoras e os indicadores de audiência, sem incluir uma análise qualitativa das ações dos usuários nos *posts*; a análise foi feita exclusivamente sobre o *feed* de imagens, sem considerar o conteúdo dos outros canais como *stories*, IGTV e *reels*. Por fim, não foi possível monitorar se o conteúdo veiculado no Instagram também foi publicado em outras redes sociais das senadoras, como Twitter e Facebook. Isso permitiria analisar se foi criado um conteúdo específico para cada plataforma e o desempenho destas mensagens. Estudos futuros podem ter abordagens longitudinais para compreender o uso do Instagram pelas senadoras em contextos regulares (não eleitorais) e podem incluir senadores para comparar se há diferença entre as performances e os temas abordados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, F. L. et al. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 663–677, 2020.

ALBUQUERQUE, A. DE. As fake news e o Ministério da Verdade Corporativa. **Revista Eptic**, v. 23, n. Jan-Abril 2021, 2021.

ALCANTARA, J.; FERREIRA, R. A infodemia da “gripezinha”: uma análise sobre

- desinformação e coronavírus no Brasil. **Chasqui. Revista Latinoamericana de comunicación**, v. 1, n. 145, p. 137–162, 2020.
- ANTERO, N. K. DE L.; SOUSA, V. DE; MENDES, R. F. Gleisi Hoffmann e a construção da imagem política feminina no Instagram. *Anais do XIII Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades. Anais...Campina Grande: Realize Editora, 2018*
- AZEVEDO JR., A. DE C.; LIMA, A. M. L. Imagem e política: o Instagram na corrida ao Planalto em 2014. Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA). *Anais...2015*
- BARDIN, L. **Análise do Conteúdo** - Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENNETT, W. L.; LIVINGSTON, S. The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions. **European Journal of Communication**, v. 33, n. 2, p. 122–139, 2018.
- BRAGA, S.; CARLOMAGNO, M. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 26, p. 7–62, 2018.
- DA SILVA LOPES, I.; DE ULYSSÉA LEAL, D. Entre a pandemia e o negacionismo: a comunicação de riscos da Covid-19 pelo governo brasileiro. **Chasqui. Revista Latinoamericana de comunicación**, v. 1, n. 145, p. 261–280, 2020.
- DOMÉNECH-FABREGAT, H.; LÓPEZ-RABADÁN, P. **Instagram and the spectacularization of political crises**. The 5W of the digital image in the independence process in Catalonia. v. 27, n. 5, 2018.
- ERIKSSON, M. Lessons for Crisis Communication on Social Media: A Systematic Review of What Research Tells the Practice. **International Journal of Strategic Communication**, v. 12, n. 5, p. 526–551, 2018.
- EYSENBACH, G. How to fight an infodemic: The four pillars of infodemic management. **Journal of Medical Internet Research**, v. 22, n. 6, 2020.
- FILIMONOV, K.; RUSSMANN, U.; SVENSSON, J. Picturing the Party: Instagram and Party Campaigning in the 2014 Swedish Elections. **Social Media and Society**, v. 2, n. 3, 2016.
- FUNG, I. C. H. et al. Public Health Implications of Image-Based Social Media: A Systematic Review of Instagram, Pinterest, Tumblr, and Flickr. **The Permanente journal**, v. 24, p. 1–10, 2019.
- GALHARDI, C. P. et al. Fact or fake? An analysis of disinformation regarding the covid-19 pandemic in Brazil. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 25, p. 4201–4210, 2020.
- GUIDRY, J. P. D. et al. Using the health belief model to analyze instagram posts about Zika for public health communications. **Emerging Infectious Diseases**, v. 25, n. 1, p. 179–180, 2019.

- HARRINGTON, N. G. On Changing Beliefs in the Closed Human Mind. **Health Communication**, v. 35, n. 14, p. 1715–1717, 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Internet no Brasil - PNAD 2021**. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>>. Acesso em 21 abr. 2021.
- JESUS, S. V. D. DE; HOLLANDA, A. F. B. DE. ‘João Trabalhador Criativo’? A economia criativa nas postagens do prefeito João Doria Jr. no Instagram. **Compólitica**, v. 8, n. 2, p. 101–126, 2018.
- KAMEL BOULOS, M. N.; GIUSTINI, D. M.; WHEELER, S. Instagram and WhatsApp in health and healthcare: An overview. **Future Internet**, v. 8, n. 3, p. 1–14, 2016.
- KARLOVA, N. A.; FISHER, K. E. A social diffusion model of misinformation and disinformation for understanding human information behaviour. **Information Research**, v. 18, n. 1, p. 17, 2013.
- LIMA, L. D. DE et al. Crise , condicionantes e desafios de coordenação do Estado federativo brasileiro no contexto da COVID-19, **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 7, 2020.
- LWIN, M. O. et al. Strategic uses of facebook in zika outbreak communication: Implications for the crisis and emergency risk communication model. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 15, n. 9, 2018.
- MANOVICH, L. Instagram and Contemporary Image. **Redes Sociais**, p. 148, 2017.
- MARQUES, F. P. . J.; SAMPAIO, R. A. C.; AGGIO, C. **Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013.
- MARQUES, F. P. J. A.; DE AQUINO, J. A.; MIOLA, E. Parlamentares, representação política e redes sociais digitais: Perfis de uso do Twitter na Câmara dos Deputados. **Opinio Publica**, v. 20, n. 2, p. 178–203, 2014.
- MEIRELLES, P.; BUCKSTEGGE, J. A imagem dos pré-candidatos à presidência de 2018 no instagram: uma análise da auto-apresentação visual dos presidenciáveis. Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA). **Anais...Brasília: COMPOLITICA**, 2019Disponível em <www.compolitica.org>. Acesso em 4 mar.2022.
- MOURA, CAMILA PRASERES; SOUSA, Y. DE C. F. S.; ARAGÃO, E. R. O. Usos do instagram por candidatos ao governo do maranhão na campanha eleitoral de 2018. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. **Anais...São Luís - : Intercom**, 2019.
- NÁZARO, A.; CROZZOLI, F.; ÁLVAREZ-NOBELL, A. Comunicación política digital en Instagram. Los casos de Cristina Fernández de Kirchner y Mauricio Macri en Argentina. **Revista Internacional de Relaciones Publicas**, v. 9, n. 18, p. 5–28, 2019.

- NOVILLO-ORTIZ, D.; HERNÁNDEZ-PÉREZ, T. Social media in public health: An analysis of national health authorities and leading causes of death in Spanish-speaking Latin American and Caribbean countries. **BMC Medical Informatics and Decision Making**, v. 17, n. 1, p. 1–12, 2017.
- O'DONNELL, N. H.; WILLOUGHBY, J. F. Photo-sharing social media for eHealth: analysing perceived message effectiveness of sexual health information on Instagram. **Journal of Visual Communication in Medicine**, v. 40, n. 4, p. 149–159, 2017.
- OLIVEIRA, G. **Há um ano, Senado inaugurava sua atuação remota contra a pandemia de covid-19.** Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/ha-um-ano-senado-inaugurava-sua-atuacao-remota-contr-a-pandemia-de-covid-19>>. Acesso em 22 abr. 2021.
- PANKE, L.; LIMA, A. Instagram e a Desqualificação do feminino nas eleições presidenciais brasileiras em 2014. **Revista Observatório**, v. 3, n. 1, p. 84–104, 2017.
- PINEDA, A.; BARRAGÁN-ROMERO, A. I.; BELLIDO-PÉREZ, E. Representación de los principales líderes políticos y uso propagandístico de Instagram en España. **Cuadernos.info**, n. 47, p. 80–110, 2020.
- PINTO, P. A. et al. COVID-19 no Instagram: práticas de comunicação estratégica das autoridades de saúde durante a pandemia. **Comunicação Pública**, v. 15, n. 29, p. 1–18, 2020.
- PINTO, P. A.; ANTUNES, M. J. L.; ALMEIDA, A. M. P. Instagram as a communication tool in public health: A systematic review. **Iberian Conference on Information Systems and Technologies, CISTI**, v. 2020- June, 2020.
- PINTO, P. A.; LOPES ANTUNES, M. J.; PISCO ALMEIDA, A. M. Public Health on Instagram: an analysis of health promotion strategies of Portugal and Brazil. **Procedia Computer Science CENTERIS - International Conference on ENTERprise Information Systems / ProjMAN - International Conference on Project MANAGEMENT / HCist - Internat**, v. 181, p. 231–238, 2021.
- PITAS, N.; EHMER, C. Social Capital in the Response to COVID-19. **American Journal of Health Promotion**, v. 34, n. 8, p. 942–944, 2020.
- RECUERO, R.; SOARES, F. B. O Discurso Desinformativo sobre a Cura do COVID-19 no Twitter : Estudo de caso. **E-Compós**, v. 2, 2020.
- RIBEIRO, A. D.; POZOBON, R. DE O. Eleições 2018: análise das estratégias discursivas dos candidatos à presidência do Brasil no Instagram. In: PIMENTEL, P. C.; TESSEROLI, R. (Eds.). . **O Brasil vai às urnas**. As campanhas para presidente na tv e internet. Londrina: Syntagma, 2019.
- SALAVERRÍA, R. et al. Desinformación en tiempos de pandemia: tipología de los bulos sobre la Covid-19. **El Profesional de la Información**, v. 29, n. 3, p. 290-315, 2020.

- SAMPAIO, R. C.; BRAGATTO, R. C.; NICOLÁS, M. A. A construção do campo de internet e política: análise dos artigos brasileiros apresentados entre 2000 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, p. 285–320, 2016.
- SAMPAIO, R. C. et al. Instagram e Eleições: Os Stories dos presidenciáveis do Brasil em 2018. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 19, n. 41, p. 178–204, 2020.
- SANTOS JUNIOR, M. A. DOS. Plataformização da comunicação política: governança algorítmica da visibilidade entre 2013 e 2018. **E-Compós**, n. ID:2101, p. 1–27, 2020.
- SARAIVA, K.; ZAGO, F. L. Economia, saúde e políticas do verdadeiro nas declarações de Bolsonaro durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. **Ámbitos. Revista Internacional de Comunicación**, v. 52, p. 124–139, 2021.
- SARAIVA, R. R. DE A.; ARAGÃO, E. R. O. **Utilização das Redes Sociais Digitais em Campanhas Políticas** – uma análise da utilização da ferramenta Instagram no case Eliziane Gama. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. **Anais...São Luís -:** Intercom, 2019.
- SAÚDE, M. DA. **Casos de covid-19 no Brasil**. Disponível em <<https://covid.saude.gov.br>>. Acesso em 18 março. 2020.
- SELVA-RUIZ, D.; CARO-CASTAÑO, L. The use of Instagram as a political communication channel by Spanish deputies: The humanization strategy in the “old” and the “new” politics. **Profesional de la Informacion**, v. 26, n. 5, p. 903–915, 2017.
- SERAFINELLI, E. **Digital Life on Instagram: new social communication of photography**. Bradford: Emerald Publishing Limited, 2018.
- SOARES, F. B. ; et al. Disputas discursivas e desinformação no Instagram sobre o uso da hidroxicloroquina como tratamento para o Covid-19. (Intercom, Ed.) Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. **Anais...São Paulo:** Intercom, 2020. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2020/resumos/R15-0550-1.pdf>>. Acesso em 4 mar.2022.
- SOARES, F. B. ; et al. Cloroquina e desinformação sobre Covid-19 na mídia social do Brasil. In: MARTINS, ANA TAÍS; FREITAS, C. (Ed.). **Pesquisas comunicacionais em interface com arte, tecnologia, religião, meio ambiente**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. p. 474.
- STATISTA. **Number of monthly active Instagram users 2013-2018**. Disponível em <<https://www.statista.com/statistics/253577/number-of-monthly-active-instagram-users/>>. Acesso em 4 mar.2022.
- STATISTA. **Percentage of population actively using social media in Latin America and Caribbean**. Disponível em <<https://www.statista.com/statistics/454805/latam-social-media-reach-country/>>. Acesso em 6 abr. 2021a.

STATISTA. **Distribution of Instagram users worldwide as of January 2021, by age group**. Disponível em <<https://www.statista.com/statistics/325587/instagram-global-age-group/>>. Acesso em 17 mar. 2021b.

TANG, L. et al. Social media and outbreaks of emerging infectious diseases: A systematic review of literature. **American Journal of Infection Control**, v. 46, n. 9, p. 962–972, 2018.

TEOH, D. et al. Evaluation of graphic messages to promote human papillomavirus vaccination among young adults: A statewide cross-sectional survey. **Preventive Medicine Reports**, v. 13, n. December 2018, p. 256–261, 2019.

VAN DER MEER, T. G. L. A.; JIN, Y. Seeking Formula for Misinformation Treatment in Public Health Crises: The Effects of Corrective Information Type and Source. **Health Communication**, v. 35, n. 5, p. 560–575, 2020.

VISWANATH, K.; LEE, E. W. J.; PINNAMANENI, R. We Need the Lens of Equity in COVID-19 Communication. **Health Communication**, v. 35, n. 14, p. 1743–1746, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard**. Disponível em <<https://covid19.who.int>>. Acesso em 8 mar. 2021.

Perfis de Instagram consultados

Perfil de Eliziane Gama (s.f.) Home (perfil de Instagram). **Instagram**. Disponível em <<https://www.instagram.com/elizianegama/>>. Acesso em 13 de março de 2021.

Perfil de Katia Abreu -(s.f.) *Home* (perfil de Instagram). **Instagram**. Disponível em <<https://www.instagram.com/senadorakatiaabreu/>>. Acesso em 13 de março de 2021.

Perfil de Leila Barros - (s.f.) *Home* (perfil de Instagram). **Instagram**. Disponível em <<https://www.instagram.com/leiladovolei/>>. Acesso em 13 de março de 2021.

Perfil de Mailza Gomes - (s.f.) *Home* (perfil de Instagram). **Instagram**. Disponível em <<https://www.instagram.com/senadoramailzagomes/>>. Acesso em 13 de março de 2021.

Perfil de Mara Gabrielli -(s.f.) *Home* (perfil de Instagram). **Instagram**. Disponível em <<https://www.instagram.com/maragabrielli/>>. Acesso em 13 de março de 2021.

Perfil de Maria do Carmo - (s.f.) *Home* (perfil de Instagram). **Instagram**. Disponível em <<https://www.instagram.com/senadoramariadocarmo/>>. Acesso em 13 de março de 2021.

Perfil de Rose de Freitas -(s.f.) *Home* (perfil de Instagram). **Instagram**. Disponível em <<https://www.instagram.com/senadorarosedefreitas/>>. Acesso em 13 de março de 2021.

Perfil de Simone Tebet -(s.f.) *Home* (perfil de Instagram). **Instagram**. Disponível em <<https://www.instagram.com/simonetebet/>>. Acesso em 13 de março de 2021.

Perfil de Soraya Thronicke (s.f.) *Home* (perfil de Instagram). **Instagram**. Disponível em <<https://www.instagram.com/sorayathronicke/>>. Acesso em 13 de março de 2021.

Perfil de Zenaide Maia (s.f.) *Home* (perfil de Instagram). **Instagram**. Disponível em <<https://www.instagram.com/senadorzenaidemaia/>>. Acesso em 13 de março de 2021.

Políticas de comunicação, Estado regulador e sociedade civil: relações e tensões entre os atores sociais

Anderson Andreato

Esse trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla, realizada entre 2018 e 2020, que procurou estudar o desmonte das políticas de comunicação no Brasil e na Argentina, a partir de 2015, impulsionados pela eleição de governos neoliberais nesses dois países. E para entender o processo de construção das políticas nacionais de comunicação, buscou-se investigar como se relacionam e como se comportam os entes envolvidos: o setor privado, como detentor de grande parte da radiodifusão pública; o Estado, como órgão regulador; e a sociedade civil, como principal interessada nesse processo de formalização das políticas. Essa última, em especial, interessada em consolidar um ambiente democrático de se fazer comunicação, a partir da participação efetiva da sociedade, numa outra via que não seja a comercial e a estatal. Esse artigo, então, traz um aporte teórico principalmente de autores brasileiros e latino-americanos, especialmente autores argentinos que se debruçaram sobre o tema.

A proposta de estudar políticas de comunicação e suas implicações mais recentes na América Latina se justifica a partir da compreensão da Economia Política da Comunicação como base teórica que, de acordo com Bolaño (2007), *apud* Cardoso e Carvalho (2014, p. 64) se interessa “pelo estudo da totalidade das relações sociais que formam os campos econômico, político, social e cultural, objetivando compreender a mudança social e a transformação histórica e como ela repercute e se imbrica com o mundo da comunicação em todos os sentidos”.

Investigar a dinâmica das políticas de comunicação é fundamental para analisar a complexidade do mundo em que se vive e fazer reflexões críticas do ponto de vista histórico e cultural da realidade. E no território onde detemos a nossa investigação, a América Latina é considerada por Becerra (2014) um lugar de rupturas e continuidades, pois oferece um laboratório rico para as políticas de comunicação. Para ele, a grande

novidade nessa nova dinâmica é a abertura à participação de novos atores sociais, e com alteração dos códigos de intervenção governamental na esfera pública.

Para a formulação de novas políticas de comunicação são necessárias algumas mudanças que só acontecem se existir o desejo de alterar a forma de “jogar o jogo” da radiodifusão pública, visto que esta já possui seus vícios de forma, consolidados pelas disputas de poder. Mudar o cenário ou alterar a realidade não acontece do dia para a noite. Parte-se de questionamento crítico, mobilização e interesse legítimo de promover essas mudanças, questão que Del Bianco, Esch e Moreira (2013, p. 65) chamam de mexer na “reforma agrária do ar”.

Esses autores fizeram um balanço sobre a atuação do Observatório da Radiodifusão Pública na América Latina e identificaram questões-chave em relação ao Brasil e à Argentina, a exemplo da construção novos marcos regulatórios, mecanismos de participação social e diversificação de fontes de investimentos, entre outros levantados pela pesquisa por eles realizada.

Uma publicação da Federação Internacional de Jornalistas (2016) aponta que o cenário regulatório diverso que os países da América Latina apresentam faz parte da história de como as políticas foram construídas e que a carência de normas ou flexibilidade das mesmas foi possível apenas nesse milênio “a partir da incidência cada vez maior dos meios de comunicação sobre a opinião pública, diversos governos se dão à tarefa de impulsionar – junto a múltiplos setores da sociedade civil – reformas que tendam a configurar o setor” (p. 21).

Ainda segundo a publicação, isso se deu a partir do ciclo de governos progressistas de esquerda, que provocou o questionamento, por parte da sociedade, sobre a autorregulação dos meios que os anteriores ciclos de políticas neoliberais impuseram. Os autores também fazem referência às questões-chaves acima, entre outras, para avaliar as distintas normativas na América Latina e apontam que:

Paralelamente, identifica-se um contraste entre legislações que ressignificam a função dos meios de comunicação social, colocando o interesse público como eixo ordenador – não meramente declamatório –, onde o Estado deve zelar ativamente pelo mesmo, frente às normativas que conferem uma qualidade autorreguladora ao mercado, deixando muitas brechas legais e impondo ao Estado um papel estreito, o de gerar um "ambiente propício" para dar lugar a processos que de fato serão controlados pelos grandes atores do setor privado, sem abordar as óbvias assimetrias (FEDERACIÓN INTERNACIONAL DE PERIODISTAS, 2016, pp. 21-22).

Em relação ao conceito de políticas de comunicação, Silva (2015) identifica duas matrizes principais: uma se filiando a aspectos da teoria do interesse público e outra mais próxima da crítica realizada pela teoria econômica da regulação. No Brasil, a concentração dos meios privados é uma realidade difícil de ser modificada. Para Rosa e Barbosa (2010), as empresas hegemônicas tendem a criar barreiras que dificultam a entrada ou a permanência de novas corporações, cuja motivação essencial é gerar lucro, o que dificulta as pessoas a associarem a comunicação como bem público.

As autoras apontam que as barreiras a novos entrantes no meio televisivo podem ser caracterizadas por dois ângulos de análise: o político-institucional e o estético-produtivo. Em relação ao primeiro, que está direcionado ao foco desta análise, elas argumentam que a relações instituídas por políticas públicas privilegiam as atuações privadas e que a regulamentação da atividade determina essa barreira que é feita pelo Estado. “As outorgas para concessões de canais televisivos são concedidas por este agente político, que, ao mesmo tempo que regula, é concessionário de algum canal, entre outras práticas” (ROSA; BARBOSA, 2010, p. 206).

Nesse contexto, é importante reforçar a comunicação como um direito inerente ao cidadão e que, apesar de estar previsto em algumas legislações de países de sistema democrático, muitas vezes a lei possa não ser o suficiente para garantir o pleno interesse desse público, mediante riscos de os interesses políticos e particulares sobreporem o primeiro. Vale lembrar, então, que discutir políticas de comunicação é também discutir soberania nacional, a valorização da cultura local e a não imposição de grupos hegemônicos. Em relação à onda positiva de discussão sobre políticas públicas nos países latino-americanos, Moraes (2011) aponta que:

Pela primeira vez no continente, políticas que reestruturaram os sistemas de comunicação prosperam nas agendas públicas. É uma tentativa de superar a histórica letargia do Estado diante da avassaladora concentração de indústrias de informação e entretenimento nas mãos de um reduzido número de corporações. As ambições monopólicas foram beneficiadas por legislações omissas ou complacentes e pela adesão de sucessivos governos às doxas neoliberais do “Estado mínimo” e do “máximo de mercado” (MORAES, 2011, p. 16).

Para Mastrini et al (2005), em relação às transformações das políticas de comunicação nos últimos 20 anos, o autor diz que:

A partir do triunfo eleitoral dos governos neoliberais, consolidou-se uma política global de destruição do Estado populista e dos benefícios próprios do Estado de bem-estar que haviam sido alcançados. Nesse sentido, não é por acaso que sua doutrina se esconde por trás do sofisma discursivo da “desregulação”, um processo que chamamos de “re-

regulação”. Trata-se de uma revisão da regulação atual com o fim de alcançar uma liberalização controlada do sistema, com atores privados mantendo o controle sobre as questões-chave do processo (MASTRINI ET AL, 2005, p. 14).

Freedman (2008), que considera que na comunicação cotidiana tendemos a dizer que quase tudo é política, questiona como não considerar o caráter social que desempenha a sociedade civil para a construção das políticas de comunicação, levando a entender que os atores sociais estão ausentes da construção dessas políticas: “enquanto o número de pessoas envolvidas no processo de formulação de políticas está aumentando junto com o tamanho da indústria, a entrada e o controle sobre esse processo permanecem altamente restritos (FREEDMAN, 2008. p. 223).

Essa participação do cidadão nas decisões resgata a concepção de autogestão social por Nildo Viana (2013), que nos remete à raiz etimológica da palavra democracia – o que equivale a governo do povo, ou autogoverno. Isso implica, em outras palavras, de fazer o cidadão participar ativamente, no contexto dos meios públicos e comunitários, da prática do fazer comunicação para atendimento das necessidades próprias e do seu entorno. Significa, por exemplo, ter a garantia de participar efetivamente do fazer comunicação ou de compor conselhos que os represente, na Argentina; ou então participar ou ser representado (no amplo conceito de democracia) das decisões que advêm dos veículos públicos no Brasil. Estamos limitando esses dois exemplos dentro do contexto em que essa pesquisa se propõe.

Para Barroso (2015, p. 106), a democratização do acesso aos meios se dá quando está ligada a um fim social. Então o autor defende que “o espectro eletromagnético se tornou efetivamente um bem público por força de sua regulação, que mostrou capaz de assegurar a defesa do bem comum ao disciplinar a participação de todos”. O autor defende que a atuação do Estado ultrapassa a ideia de coordenador, mas assume a de produtor do interesse público.

Para Becerra (2014), nunca os meios foram tão questionados como na primeira década deste século, o que levou a grupos da sociedade civil a criar observatórios que, por um lado acompanham e criticam o funcionamento dos veículos e, por outro, pressionam para a adoção de novas regulações na América Latina. Então, para o autor:

As mudanças regulatórias são promovidas ou acompanhadas – dependendo do país – pela mobilização das organizações sociais, o que representa um evento inédito na configuração do sistema de meios de comunicação. Os interesses em conflito entre atores industriais e político-sociais, incluindo obviamente os governos em seu papel de enunciadores diretos, bem como o embate entre a lógica da intervenção

global da indústria e a lógica da regulação local, são indicativos de um cenário em plena mutação (BECERRA, 2014, pp. 69-70).

Sel (2010) compreende que a ampliação de espaços para a participação, por si só, não garante uma mudança nas práticas mediáticas, mas que devem também ser acompanhadas por políticas, de forma que o Estado possa contribuir para diversificar esses discursos dando condições para que os meios se fortaleçam, seja por meio de capacitação, disponibilização de equipamentos e melhoria de infraestrutura, por exemplo.

E a construção da cidadania perpassa também pela necessidade de intervenção estatal no sentido de atuar como regulador do sistema, a fim de limitar a concentração dos meios e deliberar sobre a entrada de novos competidores no mercado (LORETI; LOZANO, 2015). Dessa forma, a regulação é necessária como medida de política pública para setores que necessitam da intervenção do Estado, e a comunicação seria uma dessas possibilidades. Isso leva a acreditar, então, que “políticas de comunicação são, sobretudo, políticas públicas e, nesse campo, situam-se no contexto de políticas regulatórias” (SILVA, 2015, p. 148). Seguindo esse raciocínio, o autor também explica que:

A princípio, a intervenção regulatória teria como objetivo a promoção do bem-estar econômico para a população, por meio de medidas que significassem a proteção dos interesses da coletividade, do público em geral ou de uma parcela significativa desse público. Ações de regulação estariam atreladas à correção de falhas de mercado relacionadas a externalidades, ineficiências ou estruturas monopolistas. Esses eram os pressupostos básicos da chamada teoria do interesse público (SILVA, 2015, p. 134).

O SISTEMA PÚBLICO E AS TENSÕES ENTRE OS SISTEMAS PRIVADO E ESTATAL

Mesmo que estejam prestando um serviço que é de interesse público, considerado patrimônio da sociedade – levando-se em consideração que as outorgas de rádio e TV são garantidas pelo ente governamental e por eles devem ser preservadas – é preciso lembrar que existem outros modelos além do comercial, moderadamente adotados na América Latina e alguns inspirados na concepção europeia.

São modelos comprometidos com a garantia de promover a pluralidade, a diversidade que, segundo Loreti e Lozano (2015), devem ser o objetivo primordial da regulamentação da radiodifusão. E os autores defendem a igualdade de oportunidades para o acesso à participação de todos os setores da sociedade na titularidade e gestão desses serviços, de forma a não se ater somente à demanda do mercado ou que são geridos pelo Estado. O objetivo é dar voz a quem não encontra espaço, seja por meio de iniciativas

comunitárias ou com a garantia de veículos comprometidos com sua função pública, levando-se em consideração de que ambos necessitam ser financiados pelo Estado.

Carvalho (2012, p. 212) acredita que investir numa TV pública é buscar um pouco de equilíbrio ao espectro de frequência televisivo. A autora entende que um dos principais papéis da TV pública seria “não fazer propaganda, mas sim mostrar também aquilo que a mídia privatizada esconde (...) A emissora deve estar preparada para propor novos formatos ao público, estar aberta a outras estéticas, inclusive pensando em formas de fomentá-las”.

Para Suárez et al (2010, p. 147), “os canais públicos são o cenário ideal para promover a pluralidade vozes, especialmente a das minorias”, enquanto Matos (2012, p. 72) defende que “a mídia pública não deve querer se tornar mais indistinguível da mídia de mercado, mas ser uma força complementar a essa ou um elemento competitivo que seja capaz de criar padrões de qualidade na programação”.

Para Becerra (2016), há uma tendência do comercial e do governamental predominarem no cenário da comunicação de massa, variando entre o sensacionalista e o propagandista. Por isso ele chama a atenção para que em ambos os casos a sociedade tenda a ser convertida em audiência e é colocada em uma posição de cliente comercial ou de cliente político. A pluralidade de sistemas é importante, segundo o autor, para evitar um uso arbitrário das emissoras estatais e a interferência forçosa da lógica do mercado.

Quem perde com a ausência de meios públicos é a sociedade. Quando não há meios públicos, o direito à palavra massiva, à informação plural, aos conteúdos diversos, é resignado em prol do aproveitamento comercial ou do uso oficialista dos meios de comunicação. A sociedade fica assim ao império das mensagens massivas emitidas com lógica puramente comercial ou exclusivamente governamental (BECERRA, 2016, p. 83-84).

Por outro lado, no Brasil os meios comunitários também são considerados públicos em sua essência, porque existem para satisfazer os interesses de seus públicos. Esses meios encontram, no entanto, dificuldades de afirmação no cenário de comunicação, tanto no Brasil como na Argentina, como apresenta Souza (2014):

Tanto no Brasil como na Argentina, a existência e a legalidade dos meios já são reconhecidas pelo Estado, mas ainda falta muito para que realmente existam “todas as vozes” e que os meios comunitários tenham condições de igualdade com os demais meios. No entanto, o desenvolvimento dos meios comunitários ainda não constitui uma política pública capaz de democratizar a comunicação, combater o monopólio e garantir a pluralidade de vozes (SOUZA, 2014, documento digital, página não definida).

Cabral Filho (2012, p. 8) salienta que o terceiro setor não assume especificidade pública, dentro do contexto do Sistema Público de Comunicação como distinto do estatal e do privado, dada a inexistência de critérios determinantes de sua gestão e sustentabilidade. Mas que encontra legitimidade de manifestar-se, justificando que “o sentido do engajamento, fruto de pertença, é justamente a consciência de exploração”. E que a necessidade de afirmação da sociedade por meio dessas iniciativas se dá através de algumas condições, entre elas “da contestação, da valorização da autoestima, da afirmação da cidadania e do resgate cultural, da mobilização do caminho contrário da mediatização (...)”, entre outros.

De forma concisa, Becerra (2014) aponta que a América Latina se pautou pelo protagonismo de uma lógica comercial dominante; a ausência de serviços públicos não governamentais e uso de meios de gestão estatal com propagação de discurso governamental, com mínima incidência sobre a audiência; a configuração de processos de concentração da propriedade do sistema de meios de em forma de conglomerados e liderados por poucos grupos midiáticos; a concentração da produção de conteúdo nos principais centros urbanos, relegando ao resto de território a condição de apenas consumidores; e a questão dos sistemas midiáticos latino-americanos terem sido pouco regulados, quando comparado aos Estados Unidos e à Europa.

O autor diz ainda que a discussão de enfrentamento com os principais grupos de meios de distintos governos na América Latina encontra a resistência por parte destes de revisar as condições de exploração de licenças audiovisuais:

Isso ocorre em um contexto marcado pela convergência tecnológica e pelo advento da televisão digital, que está criando novos sinais que poderão concorrer com as emissoras comerciais controladas por esses poucos grupos na medida em que os Estados reverterem a relação privilegiada que mantinham com as empresas e expandem a possibilidade de outros atores operarem licenças audiovisuais (BECERRA, 1999, p. 39).

Também a respeito desse tema, Moraes (2016) enfatiza que a hegemonia neoliberal na América Latina deu oportunidade para que os países avançassem para a concentração da mídia nas mãos de um reduzido número de grupos, que vinha sendo favorecido com concessões de canais de rádio e televisão, financiamentos, publicidade oficial e isenções fiscais:

O neoliberalismo aprofundou o desequilíbrio em favor do setor privado. Hoje, na maioria dos países latino-americanos, mais de dois terços do setor de comunicação estão nas mãos de conglomerados, o que se traduz em domínio da audiência, de verbas publicitárias e patrocínios. Apesar

das medidas positivas de governos progressistas e das campanhas de entidades da sociedade civil por uma comunicação democrática, não é simples desfazer um cenário de concentração de muitos anos (MORAES, 2016, p. 128).

Para Martín-Barbero (2004, *apud* Moraes, 2011, p. 56), o espaço público não pode ser concebido como “o espaço dos interesses comuns; tem que ser conflitivo porque os comuns são muito diferentes e têm interesses diversos, nunca são um só”. Muito diferente, então, do que presume o estatal, que é singular, homogêneo e com foco na manutenção do *status quo* do governo.

Na obra *Ofício de Cartógrafo*, Martín-Barbero (2004) trata das peculiares experiências que a América Latina tem travado para a regulamentação de meios de comunicação e luta pela democracia, em especial entre os anos de 1970 e 1980, marcados por movimentos de ditadura. Ele aponta que nesse período havia grande contradição entre o desejo de defesa de direitos dos cidadãos para o fortalecimento da esfera pública, contra um sistema de meios controlado, em sua essência, por interesses privados, promovendo um alicerce pela confusão que se faz, atualmente, entre o que é público e o que é estatal:

Enquanto as políticas nacionais de comunicação apontavam, no pensamento dos pesquisadores e analistas críticos, a reformulação do modelo político e econômico dos meios de comunicação para garantir os direitos das maiorias, os governos ressignificavam essas propostas nos termos de ampliação da sua própria presença no espaço midiático (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 304).

Documento da Federação Internacional de Jornalistas (2016) aponta que após a implementação das políticas nacionais de comunicação, marcos regulatórios foram flexibilizados, a partir da década de 1980, seguindo uma tendência própria do neoliberalismo e as mudanças nas áreas foram realizadas somente mais recente.

Esfera pública, no modelo pensado por Habermas, consistia em indivíduos que se reuniam para debater entre si normas da sociedade e da condução do Estado, porém a separação entre os dois entes políticos, segundo Thompson (2011), começou a sucumbir à medida que os estados assumiram um crescente caráter intervencionista e maiores responsabilidades na administração do bem comum dos cidadãos. O autor questiona Habermas na questão que presumia que os receptores dos produtos de mídia são sujeitos passivos e que facilmente se deixam manipular pelas técnicas da mídia, levando-se em conta de que os novos meios de comunicação criaram novas formas de interação que alteram o caráter simbólico da vida social.

Para aprofundar questões relativas a políticas de comunicação e atendimento às demandas reais da sociedade, é preciso reforçar o conceito de esfera pública que, em “Mudança estrutural da esfera pública” (1962), Habermas chama a atenção para o aparecimento de uma nova esfera, a social, na qual público e privado não podem ser diferenciados.

A esse respeito, Escudero (2015) esclarece que a esfera pública está atrelada à cidadania, ou seja, fundamenta-se no desejo de criação de uma sociedade justa e igualitária, e defende a participação do cidadão nas decisões. Para a autora, “a comunicação pública é o atributo presente nessas relações e, quanto mais democráticas estas são, mais se aproximam dos princípios genuínos tanto da comunicação pública como da cidadania” (ESCUADERO, 2015, p. 56).

Retomando a ideia de concentração hegemônica dos meios por um pequeno grupo, Bucci (2010) esclarece a respeito de independência das redes públicas em relação ao Estado, tanto do ponto de vista governamental ou econômico, tornando-se fundamental para a melhor relação das emissoras públicas com a sociedade. Para o autor, independência não é isolamento, mas autonomia de critérios de decisão e de procedimentos, tornando-se como distanciamento crítico em relação ao poder político estatal em relação ao mercado. Então, para Bucci, “a independência em relação ao poder (governamental ou econômico) é pré-requisito para a interdependência da emissora pública em suas relações com a sociedade” (BUCCI, 2010, p. 7).

Porém, a preocupação com o caráter hegemônico dos meios não se restringe apenas aos veículos tradicionais de radiodifusão, não limitando-se ao rádio, à TV ou à internet. Leal Filho (2016) propõe que a comunicação pública não se restrinja apenas a um veículo, mas que possa ser também trabalhada em rede com demais emissoras de rádio e TV não comerciais para se apresentar como alternativa aos grupos hegemônicos. Para ele, a comunicação pública tem capacidade de oferecer um serviço de qualidade ao público e, também, a responsabilidade pedagógica de o tornar capaz de exigir a mesma qualidade das emissoras comerciais. Reforçamos, aqui, que embora esteja tratando de emissora pública, o mesmo entendimento vale quando nos referimos à necessidade de promover a sustentabilidade dos meios comunitários.

Pesquisa realizada pelo Intervezes (2009) sobre sistemas públicos de comunicação mundo, ao analisar a composição desse sistema em 12 países, identificou algumas abordagens que os diferem, porém reforçam que algumas combinam características presentes em outras ou trazem características semelhantes, sendo elas: a

elitista, a educativa, a alternativa ao modelo comercial, ao sistema público não-estatal, a culturalista, a mídia pública como aparelho de Estado.

Em relação ao caso brasileiro os autores apontam “a criação da EBC como primeira referência muito parcial à complementaridade dos sistemas público, privado e estatal, confirma-se a estrutura regulatória em duas camadas” (INTERVOZES, 2009, p. 45), considerando que “no Brasil convencionou-se chamar de campo público o que inclui desde emissoras comunitárias até legislativas com base numa identidade não comercial” (INTERVOZES, 2009, p. 33), o que leva a uma possível compreensão sobre a complementaridade dos meios.

O caso argentino não foi analisado na pesquisa do Intervozes, mas há de se verificar que a Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual¹ (LSCA), de 2009, traz uma divisão entre os três tipos de operadores: o privado com fins de lucro, o privado sem fins de lucro (considerado público não estatal) e o público (que compreendem os veículos de natureza estatal).

A COMUNICAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO COMO BANDEIRA DEMOCRÁTICA E CIDADÃ

A percepção de estamos passando por uma conjuntura de crise nos faz compreender melhor o contexto ao qual pretendemos trabalhar em relação às influências sobre a comunicação pública no cotidiano dos cidadãos e a importância de permanência de um sistema democrático que permita que as pessoas sejam reconhecidas como parte de uma dinâmica e não apenas como espectadores.

Isso vai além da questão de ter acesso ao voto. É também ter a possibilidade de exercer a cidadania, seja acompanhando o trabalho de congressistas, apresentando propostas de iniciativa popular para mudança de lei, participando de conselhos constituídos para fins específicos com o objetivo de dar voz ao cidadão comum perante o poder executivo em todas as esferas possíveis, além de participar de coletivos independentes que promovam um questionamento legítimo para promover pertinentes mudanças em seu meio.

Podemos considerar o movimento de que a resistência ao modelo posto – hegemônico por natureza – seja uma contraposição ou um desejo de não estar no lugar do sujeito hegemônico ou, nas palavras de Paiva (2008), o desejo de recusa da situação dominante. Uma das formas de se contrapor a isso seria pensar numa comunicação

¹ Disponível em <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/155000-159999/158649/norma.htm>

pública que atendesse de fato os interesses do cidadão. Se as pessoas impactadas pelo sistema já não se identificam mais com a forma na qual a grande mídia busca e insiste em retratá-las, é possível que percebam, enfim, que podem fazer diferente do modelo colocado como padrão.

Então, recusar-se ao modelo dominante passa a ser um movimento de resistência ao modelo comercial que a radiodifusão tenta colocar como já consolidado. Investir na contraposição desse sistema é uma árdua tarefa daqueles que acreditam na comunicação pública como bandeira de democratização dos meios, a começar pelo eficiente uso dos espaços que são definidos como comunitários, alternativos ou independentes (os denominados privados sem fins de lucro, na Argentina) e que, por sua formação, já se apresentam como um movimento contra hegemônico. São espaços dessa natureza que podem auxiliar na formação da consciência crítica no cotidiano dos cidadãos envolvidos.

A presidente do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC), Renata Mielli, faz uma análise sobre a importância da comunicação pública que se refere ao momento atual, no contexto desta pesquisa:

O que acontece em países como Brasil e Argentina é que eles têm, por uma constituição histórica do modelo econômico que prevaleceu nesses países, o espectro praticamente ocupado apenas pelo setor privado comercial. Isso faz com que uma parte considerável das vozes sociais sejam interdidas no debate público porque apenas programações de interesse comercial chegam ao telespectador. Porque assuntos incômodos, ou que não geram lucro, ou que podem atentar contra determinados interesses que financiam essa comunicação privada deixam de ser abordados. Então, a importância da comunicação pública se dá porque é nela que nesses temas, que muitas vezes são incômodos para o setor econômico, é nesse espaço que é destinado para um debate de sistemas pendentes na sociedade, e que deveria ser produzido de forma plural, com diversidade. Além disso, promover também a economia política da comunicação de uma maneira mais pujante, dando espaço para pequenos produtores que não têm na mídia comercial privada poderem expressar sua produção cultural. Para que a produção cultural local, que também não tem espaço na mídia hegemônica, possa ter espaço na mídia comercial (MIELLI, entrevista realizada em 2020).

Para Bastos (2020), ao questionar as condições do que levaria o sujeito à situação que ele denomina de insularidade – que o autor caracteriza pela “ausência, ou as limitações, de condições materiais e simbólicas para o encontro com o outro” –, considera que o caminho de superação pode estar no processo comunicacional:

A comunicação possui perspectiva ontológica na formação do ser social, como práxis, na formação de classe e na formação hegemônica ético-política. E nessas três miradas, a comunicação é o meio para a superação do insulamento do indivíduo, para a constituição do ser

social, da classe social e da consciência política, como mediação para a unidade política e de classe (BASTOS, 2020, p. 2).

Guareschi (2013) defende o direito humano à comunicação e afirma que comunicação pública é um conceito ainda em construção, podendo ser usado em vários contextos, mas que tem um denominador comum: a defesa do interesse público. “Toda comunicação, não apenas a estatal ou a pública, mas também a privada, tem uma responsabilidade pública” (GUARESCHI, 2013, p. 170). Vale destacar que a maioria dos países latino-americanos, em sua história de atuação em relação com a radiodifusão, adotou um modelo de característica predominantemente comercial, ou seja, leva em conta a lógica do mercado e do lucro, podendo vir a se sobrepor ao interesse público de informar para o desenvolvimento da cidadania. Para Mastrini (2010), no contexto latino-americano:

Os meios de comunicação e, em particular, os serviços de comunicação audiovisual não aparecem, nem conceitual nem praticamente, envolvidos no direito do cidadão de contar com meios públicos que representem o conjunto da sociedade (...) não se soube ou tentado construir um vínculo com a cidadania que permita que os meios públicos sejam concebidos como uma alternativa válida para a difusão de informação de qualidade, de programas que respondam à diversidade cultural de nossos países (MASTRINI, 2010, p. 152-153).

O conceito de direito à comunicação, segundo Barros (2014), leva em conta a manutenção de valores democráticos como a diversidade e a igualdade, possibilitando o entendimento da sociedade como uma “estrutura complexa configurada fortemente sob as relações de poder, e diante do qual a democratização da comunicação só poderia ser garantida pela presença de políticas regulatórias” (BARROS, 2014, p. 67). Em relação ao tema, Caballero e Castro (2017) contribuem com o seguinte pensamento:

Pensar a comunicação como um problema de direitos humanos e política pública significa contextualizar o fato de que a recepção e as inovações tecnológicas no marco mais amplo das mudanças socioculturais e os desafios e as necessidades radicais da população, como cidadania (CABALLERO; CASTRO, 2017, p. 18).

Lima (2012) aponta que o fortalecimento dos sistemas público e estatal de comunicações, além de projetos de mídia alternativa, seriam parte de uma estratégia de curto prazo para aqueles que acreditam que a democratização da comunicação possa ser trabalhada para ampliar a consciência coletiva da importância crítica do setor para a democracia. Por outro lado, Gomide e Haje (2012) acreditam que o espectro eletromagnético (a radiodifusão) um recurso público e escasso, jamais foi reconhecido como serviço público.

Weber (2017) chama a atenção de uma possível relação entre comunicação pública e democracia, que ela entende como uma hipótese que vem sendo testada, que traz a comunicação pública como instância de defesa e resistência da democracia e o debate público como processo constitutivo da comunicação pública:

A primeira é de ordem normativa e deve ser defendida como princípio irrecusável dos sistemas de comunicação do Estado. A segunda, de ordem epistemológica, significa entender a participação da sociedade na sustentação das democracias, através de práticas de comunicação. Essas duas perspectivas estão vinculadas ao interesse público (WEBER, 2017, p. 23-24).

Porém, a autora também chama a atenção de que a comunicação pública pode se tornar um indicador de qualidade da democracia, desde que aconteça com base no debate público, reforçando que a sociedade está num processo de aprendizagem sobre a participação nas decisões de um estado cada vez mais impermeável, especialmente no que diz respeito à questão da comunicação.

A partir da concepção liberal apontada por Acanda (2006), de que poder é concebido como um bem que se possui e que, mediante um acordo é cedido, alienado; e, também, que pode ser entendido como uma relação de forças, dentro da perspectiva de Gramsci de interpretar a hegemonia, podendo então nos inclinar à ideia de que comunicação é poder. Ainda para o autor, “o poder não é visto como uma coisa que se adquire ou se perde (...) é a relação de forças, é atividade. Implica confrontação permanente, conflito, contraposição de vetores” (ACANDA, 2006, p. 203).

O autor aponta, ainda, que é necessário estudar esse conjunto de relações para entender como sua hegemonia existe e se manifesta, recordando que, para Gramsci, a sociedade não é um espaço situado fora do Estado e da economia:

O pensamento liberal em seu início situou o mercado como núcleo da sociedade civil, sem despolitizá-la. O neoliberalismo, para legitimar suas políticas reacionárias, reduz a sociedade civil ao mercado, e a apresenta como oposta ao Estado e ao político (ACANDA, 2006, p. 190).

Com esse apontamento, tratamos do protagonismo das relações políticas na área de comunicação pública, às vezes sobrepostas a outras esferas no contexto analisado, com menor incidência das relações sociais e conquistas da sociedade civil. Por conseguinte, essas relações desdobram-se em relações de poder sobre o outro, mesmo que para a maioria dos cidadãos não seja facilmente perceptível identificar-se como elemento de resistência no conjunto de forças frente ao que é instituído.

A percepção de cidadania está em constante ameaça quando o indivíduo não se compreende como exposto a um jogo fundamentalmente de disputas por hegemonia, como é o caso dos meios de comunicação. E alheio, também, no que diz respeito à relação de deveres e direitos junto a um ente institucional, neste caso o Estado, que proporciona ao cidadão um aparente simulacro de participação no conjunto das forças que pertencem ao jogo político. Para Moraes (2011):

A hegemonia é obtida e consolidada não só por questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas também no plano ético-cultural, à expressão de saberes, práticas, modos de representação, juízos de valor e modelos de autoridade que queiram legitimar-se e universalizar-se (MORAES, 2011, p. 43).

Nesse contexto entra a necessidade também de falar de uma comunicação mais plural e diversa, que amplie o acesso e dê voz a quem não tem espaço garantido no meio de um sistema tradicional de radiodifusão que, na conjuntura latino-americana, tem a tendência natural a privilegiar os segmentos privado e estatal, em detrimento do público, o que influi sobre reivindicar a diversidade onde está marcada pela concentração dos monopólios de mídia. Para De Charras (2011), tanto a diversidade quanto a pluralidade de vozes são importantes nesse processo, levando-se em conta a formação do espaço público:

Se considerarmos que os meios conformam um espaço privilegiado de constituição do significado do público, onde a disputa pelo sentido conforma a percepção da realidade social e política e desde onde se hierarquiza a agenda pública de necessidades a serem atendidas, a preocupação pela pluralidade de vozes se torna um eixo imprescindível (De CHARRAS, 2011, p. 71).

Para Moraes (2016), a pluralização da comunicação depende, entre outros requisitos, do convencimento social sobre a necessidade de espaços mais livres de informação e opinião e, principalmente, de políticas públicas que promovam a diversificação de fontes emissoras e a multiplicação dos pontos de vista, que possam aumentar os níveis de consciência e participação social nos rumos do setor, principalmente para evitar características monopolísticas. E, para isso, é necessário estabelecer marcos regulatórios que, segundo o autor, significa dotar de mecanismos legais para frear a concentração monopólica, atualizar normas para a concessão e a fiscalização de outorgas e o favorecimento da produção nacional.

Não há como dissociar a comunicação pública da necessidade de dotar de consciência crítica ao cidadão, levando-se em conta o não atendimento aos preceitos comerciais e de interesse do lucro, e tampouco aos de divulgação estritamente estatal e

de interesse do governo. Essa consciência é um campo de aprendizado em constante mutação, a fim de consolidar a construção do poder popular. Para Sel (2010) não se pode acreditar que só ferramentas, canais e espaços muda a consciência. “Deve-se trabalhar para que dia a dia se construam novas práticas comunicativas e se aprofunde no desenvolvimento de uma consciência autônoma e crítica, consubstanciada com o desenvolvimento integral dos sujeitos sociais” (SEL, 2010, p. 29).

Até aqui buscou-se contextualizar a questão da construção das políticas de comunicação a partir do diálogo com autores que acreditam na contribuição da comunicação para a consciência crítica do cidadão, mostrando-se possível a partir do entendimento de que a comunicação pública no Brasil e comunicação comunitária na Argentina possam dar a ele o acesso à participação efetiva e não só como espectador, mas também como atuante, inclusive no processo produtivo da informação, ao interagir com demais elementos da sociedade ao qual pertence. Ao reconhecer esse papel, o cidadão pode, então, buscar possibilidade de influenciar de maneira mais efetiva para a formulação de novas políticas de comunicação para legitimar a sua atuação na sociedade em que se insere, a partir do reconhecimento do seu direito de comunicar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARGENTINA. Lei nº 26.552, de 10 de outubro de 2009. Regúlanse los Servicios de Comunicación Audiovisual en todo el ámbito territorial de la República Argentina. **Ministerio de Justicia y Derechos Humanos**. Disponível em <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/155000-159999/158649/norma.htm>>. Acesso em 10 de setembro de 2020.
- ACANDA, J. L. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.
- BARROS, Chalini Torquato. **Democratização da comunicação**: discussão teórico-conceitual e análise comparada de ambientes regulatórios para o setor de televisão nos países do Mercosul. Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea – (UFBA, Salvador, 2014).
- BARROSO, Ricardo Cavalcante. Regulação da mídia, opressão e democracia. **Revista de informação legislativa: RIL**, v. 52, n. 208, p. 101-114, out./dez. 2015.
- BASTOS, Pablo Nabarrete. Dialética da insularidade: notas para a compreensão da hegemonia popular. Campo Grande: **Anais do XXIX Encontro Anual da Compós**, 2020.
- BECERRA, Martín. Medios de comunicación: América Latina a contramano. **Revista Nueva Sociedad**: democracia y política en América Latina. n. 249. Buenos Aires, 2014.

- BECERRA, Martín. Lo público, lo estatal y lo gubernamental: desafíos de los medios en América Latina. *In*: MORAES Filho, Ivan; DOMINGUES, Juliano (Org.). **Sobre a mídia que queremos**: comunicação pública, direitos humanos & democracia. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2016.
- BOLAÑO, César. **Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?** São Paulo: Paulus, 2007.
- BUCCI, Eugênio. É possível fazer televisão no Brasil. **Revista Novos Estudos – CEBRAP**, n. 88, 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300001>. Acesso em 14 de julho de 2020.
- CABALLERO, F. S; CASTRO, R. E. V. **Derecho a la comunicación**: procesos regulatorios y democracia en América Latina. Quito: CIESPAL, 2017.
- CABRAL FILHO, Adilson Vaz. Nem privado nem estatal: a ideia de público como um sistema de comunicação. **E-Compós**, v. 15, n. 1, 2012.
- CARVALHO, Patrícia. **Conflitos na TV digital brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2012.
- De CHARRAS. Diego. Pluralismo y diversidad, dos ejes sustanciales de la agenda de regulación de los medios audiovisuales. *In*: BARANCHUK, Mariana. (Org.) **Ley 26522**: hacia un nuevo paradigma en comunicación audiovisual. Lomas de Zamora. Facultad de Ciencias Sociales: Univ. Lomas de Zamora, 2011.
- DEL BIANCO, N.; ESCH, C. E.; MOREIRA, S. V. Observatório da radiodifusão pública na América Latina: balanço de um ano de atuação. **Revista Eptic Online**. v. 15, n. 2, 2013. Disponível em <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/940>>. Acesso em 14 de junho de 2020.
- ESCUADERO, Regina. **Comunicação pública**: a voz do cidadão na esfera pública. Construindo um novo paradigma profissional. Curitiba: Annris, 2015.
- FEDERACIÓN INTERNACIONAL DE PERIODISTAS. **La concentración de medios en América Latina**: su impacto en el derecho a la comunicación. 2016. Disponível em <<https://www.alainet.org/es/articulo/182692>>. Acesso em 10 de junho de 2020
- FREDMAN, D. Las dinámicas del poder en la elaboración de políticas de medios en la actualidad. **Revista Media, Culture & Society**, vol. 26. N. 6, Sage: Londres, 2006.
- GOMIDE, Carla; HAJE, Lara. Brasil: algumas conquistas, grandes desafios. *In*: GERALDES, Elen et al. (Org.). **Políticas de comunicações**. Um estudo comparado: Brasil, Espanha, Estados Unidos, México e Venezuela. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2012.
- GUARESCHI, Pedrinho A. **O direito à comunicação**: pela democratização da mídia. Petrópolis: Vozes, 2013.
- INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo**: experiências de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, Intervozes, 2009.

- LEAL FILHO, Laurindo. A comunicação pública no Brasil. *In*: MORAES FILHO, Ivan; DOMINGUES, Juliano (Org.). **Sobre a mídia que queremos**: comunicação pública, direitos humanos & democracia. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2016.
- LIMA, Venício. **Política de comunicações**: um balanço dos governos Lula (2003-2010). São Paulo: Publisher Brasil, 2012.
- LORETI, D; LOZANO, L. **El derecho a comunicar**: los conflictos en torno a la libertad de expresión en las sociedades contemporáneas. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores: 2015.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Ofício de cartógrafo**: travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Loyola, 2004.
- MASTRINI, Guillermo. La televisión estatal en la Argentina: entre el poder político y el negocio. *In*: SUÁREZ. et al. (Org.). **La palabra empeñada**: investigaciones sobre medios y comunicación pública en la Argentina. Buenos Aires: Fundación Friedrich Ebert, 2010.
- MASTRINI ET AL. Introducción. *In*: MASTRINI, Guillermo. (Org.). **Mucho ruido, pocas leyes**: economía y políticas de comunicación en la Argentina 1920-2004. Buenos Aires: La Crujía, 2005.
- MATOS, Heloísa. Comunicação pública, esfera pública e capital social. *In*: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MORAES, Denis. **Vozes abertas da América Latina**: Estado, políticas públicas de democratização da comunicação. Rio de Janeiro: Maud X, 2011.
- MORAES, Denis de. **Crítica da mídia & hegemonia liberal**. Rio de Janeiro: Mauá, 2016.
- PAIVA, Raquel. Contra-mídia-hegemônica. *In*: COUTINHO, E. G. (Org.). **Comunicação e contra hegemonia**: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.
- SEL, Suzana (coord.). **Políticas de comunicación en el capitalismo contemporáneo**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2010.
- SILVA, J.M.D. **Frágil democracia e políticas de comunicação**: processos regulatórios, diversidade e concentração na TV aberta no Brasil e na Argentina. Tese de Doutorado em Ciência Política – (UFPE, Recife, 2015). Disponível em <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13837>>. Acesso em 20 de outubro de 2020
- SOUZA, Ana Lúcia Nunes. **Televisión comunitaria y reglamentación**: los casos de Brasil y Argentina. Peru: Congreso ALAIC, 2014.
- SUÁREZ ET AL. **La palabra empeñada**: investigaciones sobre medios y comunicación pública en la Argentina. Buenos Aires: Fundación Friedrich Ebert, 2010.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

VIANA, Nildo. **Estado, democracia e cidadania**: a dinâmica da política institucional no capitalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

WEBER, Maria Helena. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER; COELHO; LOCATELLI. **Comunicação pública e política**: práticas e pesquisas. Florianópolis: Insular, 2017. Disponível em <https://issuu.com/editorainsular/docs/comunica__o_p_blica_e_pol_tica_-_pa>. Acesso em 10 de maio de 2020.

COVID-19: O uso de mídias digitais para divulgação de notícias pelos grandes conglomerados de mídia

Cintia Augustinha dos Santos Freire

A televisão é o meio de comunicação mais presente no cotidiano brasileiro, não se pode duvidar que é um veículo ainda muito poderoso e em expansão. Com uma penetração enorme na vida cotidiana através da radiodifusão, a cultura televisiva no Brasil incorporou-se por todo o território nacional e vem se potencializando desde o surgimento da internet das multitelas.

Atento às novas redes de comunicação, os grupos de mídia renovam este veículo de comunicação, ao investir em tecnologia e qualidade em seus produtos. Simultaneamente, os fabricantes de eletroeletrônicos procuram inovar o setor, os novos modelos permitem alta definição, transpondo mais beleza e qualidade às imagens e, ao mesmo tempo, seguem em buscar um *design* com foco estético para que o televisor possa contribuir com a decoração da casa, pois a televisão tem lugar de destaque nos lares brasileiros, ou seja, continua a ocupar a parte central da sala de estar nas residências.

No Brasil, a mídia televisiva vem orbitando a vida cotidiana dos cidadãos de forma massiva, penetrou fortemente na cultura a partir de um intenso processo de homogeneização da vida social. Esse processo, promovido pelo Estado, proporcionou a construção de uma estrutura nacional de telecomunicações em redes, com a prerrogativa de que a integração nacional possibilitaria crescimento econômico, geração de emprego e aumento da renda, numa economia baseada na industrialização.

Para Marcondes Filho (1994, p.29), “através da introdução de um sofisticado sistema de produção e distribuição da ampliação dos meios de reprodução de seus sinais pelo país inteiro e de uma filosofia nitidamente empresarial, caracterizada pela introdução de princípios de rentabilidade e eficiência até então desconhecidos”, era possível “dizer que, agora sim, a televisão amadurece. Deixa de ser um meio de comunicação que apenas dá uma nova roupagem às peças teatrais, ao humor radiofônico, ao jornal, para ser um

sistema que cria a sua própria forma de dizer as coisas”. Finaliza afirmando que “a linguagem da televisão nasce aqui”.

Para o filósofo e cientista social Muniz Sodré (2001, p.21), “a televisão é o grande médium indiciário. Ela não precisa, não aposta na argumentação crítica, não aposta nos conteúdos, porque é uma ambiência”. Para ele, “é uma forma de interação que como que cobre o social, ou tenta cobrir grande parte do social. A televisão é uma forma de vida própria”.

Hoje, a televisão tem múltiplas faces, diferentes meios e formas de assistir, encontram-se telas por toda parte. Na sociedade pós-moderna, o meio comunicacional que tem mais influência na vida cotidiana ainda é a televisão. Nesse contexto, busca-se, com este artigo, dissertar sobre a atuação dos conglomerados de mídia durante o período pandêmico no qual ainda nos encontramos. Além disso, promover reflexão sobre o consumo no período pandêmico e a forma de comunicar das grandes emissoras de televisão, que mudou a partir da crise sanitária. Pois, como verificou Guianze (2020, p. 35), o coronavírus “parece ter trazido novidades que vieram para ficar, não só na área econômica, destruída pelo impacto da paralisação de quase todas as atividades comerciais, mas também dentro das relações sociais e de trabalho”. A pesquisa se faz relevante porque o campo da comunicação carece de estudos que analisem os efeitos recentes da pandemia sobre a comunicação televisiva tradicional.

CULTURA E INTERNET COMO ESPAÇOS PARA A COMUNICAÇÃO TRADICIONAL

A reflexão sobre a cultura televisiva no Brasil é muito importante para que se possa compreender a inegável influência da televisão na formação da identidade cultural do brasileiro. Para o teórico cultural e sociólogo Stuart Hall (2006, p.11), “o sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com ‘outras pessoas importantes para ele’, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos - a cultura - dos mundos que ele/ela habitava”.

Stuart Hall (2006, p.74) verificou que “as pessoas que moram em aldeias pequenas, aparentemente remotas, em países pobres, do ‘Terceiro Mundo’, podem receber, na privacidade de suas casas, as mensagens e imagens das culturas ricas, consumistas, do Ocidente” e que são “fornecidas através de aparelhos de TV ou de rádios portáteis, que as prendem à ‘aldeia global’ das novas redes de comunicação”.

A TV, mais do que um aparelho tecnológico, é um espaço de relações e tensões políticas, sociais e culturais que infere na maneira como o sujeito age e interpreta o mundo ao redor. Verifica-se que a comunicação das mídias televisivas transpôs a radiodifusão, com a internet pode-se assistir TV em diferentes formatos, pois as multitelas são parte integrante das práticas sociais.

Nesse sentido, o surgimento da internet ocasionou uma revolução no mundo digital, trouxe uma outra forma de comunicação, estabeleceu uma sociedade super conectada, com um cotidiano estruturado e comandado por ela, principalmente pela possibilidade de interligar o mundo com informações em tempo real e fluxo contínuo, fomentando uma nova ordem econômica, uma nova ordem social e cultural.

O sociólogo Manuel Castells (1996) denominou esse processo de transformação digital como “A sociedade em rede”. Para ele, o surgimento do ciberespaço e das novas tecnologias romperam com os paradigmas da comunicação que ocorre de todos para todos, não mais de um para todos. O autor verificou as mudanças dos meios de comunicação de massa a partir da inserção da internet e dos computadores, uma vez que são intrinsecamente ligados à vida cotidiana. Ele chamou a atenção também para que se percebam as mudanças na dimensão daquilo que, geograficamente, era conhecido como os estados-nações, seus limites territoriais definidos por convenções geográficas e que, nesse momento, precisam ser revistas, uma vez estão sendo, de alguma forma, tensionadas dentro da sociedade, pois a internet rompe com os limites tal qual a geografia propunha, fazendo com que essas delimitações ganhassem outros contornos com os novos fluxos comunicacionais.

Em entrevista ao site *Fronteiras do Pensamento*¹, Manuel Castells (2015) afirma:

Precisamente, eu diria que se construiu por completo a estrutura social que eu conceituei como sociedade global em rede e que, ainda que de forma desigual, estendeu sua lógica pelo conjunto do planeta. Não substituiu o capitalismo, que está mais onipresente do que nunca, mas constitui a trama social e tecnológica em que vivemos, em todas as dimensões e em todas as práticas. Por isso eu não falei da sociedade da informação, e sim de sociedade em rede, uma nova estrutura social cujo funcionamento depende de tecnologias digitais de informação e comunicação.

No Brasil, a radiodifusão, setor onde a TV aberta se localiza, é concessão pública, oferecendo serviço de comunicação gratuito, com grande alcance e abrangência em todo

¹ Disponível em <https://www.fronteiras.com/entrevistas/manuel-castells-a-comunicacao-em-rede-esta-revitalizando-a-democracia>

o território nacional. Por outro lado, a internet, ao contrário do que poderia se esperar, não vem contribuindo para a democratização da comunicação com a mesma rapidez que produz fluxo de informação. Por ser um serviço pago, a internet onera os recursos das famílias, sendo economicamente inviável para a maioria da população brasileira. Durante a pandemia da COVID-19, crianças e adolescentes foram prejudicados em seus estudos, sendo um dos motivos a falta de acesso à internet.

Em relação a passar fome, 13% que moram com crianças e adolescentes registraram que deixaram de comer, em algum momento, por não terem dinheiro para comprar alimentos. Além disso, 48% não tiveram acesso à merenda escolar durante o fechamento das escolas. Números que desvendam a falta de preocupação com o bem-estar da sociedade que não podia sair de casa e, ao mesmo tempo, não tinha acesso à internet e nem equipamentos adequados para o estudo das crianças e adolescentes (CABRAL, TAVEIRA, 2021, p.166).

A realidade brasileira também foi constatada pelo site G1², a partir da pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva com a multinacional Pwc, na matéria “menos de um terço da população brasileira tem acesso pleno à internet, mostra pesquisa” onde “quase 34 milhões de brasileiros nunca acessam à internet e quase 87 milhões não conseguem se conectar todos os dias”. Ou seja, “quase 30% da população brasileira não tem acesso à internet” (...) “No Brasil, a desigualdade digital reproduz a social. Menos de um terço da população está conectada à internet e o acesso pleno é privilégio dos mais ricos. Os mais pobres, em maioria negros, chegam a ficar desconectados metade do mês”. Assim, “quase 34 milhões de brasileiros nunca acessam a internet; a maioria deles das classes C, D e E. Quase 87 milhões não conseguem se conectar todos os dias. Seis em cada dez só entram na rede com telefones celulares” (JORNAL NACIONAL, 2022).

CULTURA E INTERNET COMO ESPAÇO PARA A COMUNICAÇÃO TRADICIONAL

A reflexão sobre a cultura televisiva no Brasil é muito importante para que se possa compreender a inegável influência das emissoras de televisão na formação da identidade cultural do brasileiro.

Terry Eagleton (2005), ao discutir a ideia de cultura e seus usos ao longo da história, verificou que “se o conceito se afirma contra o determinismo, está igualmente atento ao voluntarismo. Os seres humanos não são meros produtos dos meios

² JORNAL NACIONAL. Menos de um terço da população brasileira tem acesso pleno à internet, mostra pesquisa. 18/03/2022. G1. Disponível em <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/03/18/menos-de-um-terco-da-populacao-brasileira-tem-acesso-pleno-a-internet-mostra-pesquisa.ghtml>>. Acesso em 25 mar.22.

envolventes, mas estes também não são totalmente moldáveis pela arbitrária automodelação dos primeiros”. Assim, “a própria palavra ‘cultura’ contém uma tensão entre fazer e ser feito, racionalidade e espontaneidade, que censura o intelecto desagregado do Iluminismo tanto quanto desafia o reducionismo cultural de tanto do pensamento contemporâneo” (EAGLETON, 2005, p. 15).

Para Michel de Certeau (1974, p.9), a cultura “não consiste em receber, mas em realizar o ato pelo qual cada um marca aquilo que outros lhe dão para viver e pensar”, ou seja, toda cultura requer a ação de uma atividade, com transformações pessoais, pois cada indivíduo vai ressignificar aquilo que o meio social disponibiliza fazendo com que cada época tenha algo próprio e específico.

Quando a TV chega ao Brasil, o país encontra-se em um período de grandes transformações econômicas, políticas, sociais e culturais. A industrialização ocasionou uma intensa migração interna, que levou à urbanização desordenada da sociedade e cujo crescimento impactou as práticas sociais e culturais. Nesse cenário, a chegada da televisão ao Brasil se dá para fomentar a cultura nacional e uma série de novos hábitos culturais que se estabeleceram a partir de 1950.

De acordo com Stuart Hall (2006),

as culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna. (...) A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional. Dessa e de outras formas, a cultura nacional se tornou uma característica-chave da industrialização e um dispositivo da modernidade.

Assim, verifica-se que o cidadão ganha um sentimento de identidade e lealdade para com a nação de que faz parte. Por outro lado, é o modo pelo qual o Estado exerce seu controle sobre a sociedade. Assim, no que diz respeito ao conteúdo televisivo fomentado para a formação da identidade brasileira e do poder transformador na cultura, de acordo com Michel Foucault (2006, p.84), “a identidade é uma das primeiras produções do poder, desse tipo de poder que conhecemos em nossa sociedade. Eu acredito muito, com efeito, na importância constitutiva das formas jurídico-político-policiais de nossa sociedade”.

Foucault (2006, p. 84) indaga: “Será que o sujeito (...) não seria o produto de um certo tipo de poder que se exerce sobre nós nas formas jurídicas antigas e nas formas policiais recentes? É necessário lembrar que o poder não é um conjunto de mecanismos

de negação, de recusa, de exclusão”. Assim, “mas, efetivamente, ele produz. Possivelmente produz até os próprios indivíduos” (FOUCAULT, 2006, p. 84), ou seja, a televisão é implementada em nossa cultura, altera as práticas sociais e é capaz de criar uma nova cultura, suas produções com “o predomínio do realismo cotidiano torna-se um código comunicativo” (JAGUARIBE, 2007, p. 112) e transforma o cotidiano ao adentrar diariamente, quase de forma ininterrupta, nos lares brasileiros.

Adilson Cabral (2015, p.25) afirma que “esse cenário nos leva à necessidade de compreender os modos de como se afirmam política e socialmente os grupos de mídia em nosso território” e salienta ser isso importante “para que possamos almejar formas de atuação e superação da concentração do poder existente”. Não se pode ignorar que, diariamente, há uma enxurrada de imagens que a população vem sendo submetida, destacando-se a miséria social que assola o Brasil e o mundo.

Em sua visão sobre cultura, Jesús Martín Barbero (2000) afirma: “cultura não é apenas o que a sociologia chama de cultura, que são aquelas atividades, aquelas práticas, aqueles produtos que pertencem às belas artes e às belas letras, literatura”. Segundo ele, “há uma concepção antropológica de cultura que está ligada às suas crenças, aos valores que orientam sua vida, à maneira como é expressa sua memória, os relatos de sua vida, suas narrações e também a música, atividades como bordar, pintar, ou seja, alargamos o conceito de cultura”. Para Barbero, “com uma noção de cultura diferente, começamos a entender que, se era cultura, estava dentro da vida cotidiana” (MARTIN-BARBERO; BARCELOS, 2000, p. 157).

Entretanto, a televisão ao modificar o cotidiano, passa a redefinir a cultura não apenas por interesse políticos, mas, principalmente, por comerciais, visando o lucro. No Brasil, ocorre “que a experiência audiovisual, no lugar de buscar seu nicho, na ideia ilustrada de cultura, recoloca-se a partir das próprias alternativas de relação com a realidade, isto é, a partir de transformações introduzidas em nossa percepção de espaço e tempo” (MARTIN-BARBERO, 1988, p. 15).

A internet trouxe uma nova demanda, um novo mercado para as mídias tradicionais, que as torna mais abrangentes, por isso se faz necessário refletir sobre a produção de conteúdo audiovisual das mídias tradicionais, principalmente ao utilizar as plataformas digitais como um novo espaço de interação com o público e de grande aporte financeiro, de forma intensa durante a pandemia da COVID-19.

A internet teve início numa parceria entre cientistas e militares estadunidenses, onde o foco era utilizar a tecnologia como aliado em conflitos de guerra. Seu objetivo

seria garantir a segurança do país, em caso de ataques nucleares soviéticos e também para uma comunicação mais ampla. Entretanto, em 1995, a rede passou a ser explorada economicamente e em âmbito mundial pelo setor privado. A partir desse feito, a internet, desde sua origem até os dias atuais, passou por muitas modificações e se popularizou, tornando-se o meio comunicacional mais utilizado nas mais diferentes sociedades do planeta.

Nesse sentido, sobre a popularização da internet por incentivos privados, César Bolaño e Eloy Vieira (2016, p. 74) afirmam que “não se trata somente da passagem de uma lógica estatal para outra privada, mas, por um lado, de uma economia pública, centrada no investimento estatal, para outra de mercado”. Para eles, isso ocorre “de acordo com diferentes modalidades de mercantilização e, por outro, de uma lógica política militar, de defesa, para outra, de privatização, regulação e globalização econômica” que serve “de apoio à reestruturação capitalista e à manutenção da hegemonia norte-americana nas relações internacionais no campo econômico”.

Destacam, ainda, que o capitalismo industrial monopolizou a informação, o conhecimento e a cultura, usando-os como instrumentos de poder político e econômico, mercadorias valiosas, que circulam dentro da internet. Assim, pode-se dizer que a comunicação hegemônica possui vantagens nas redes sociais em relação à comunicação independente, no que diz respeito ao investimento financeiro, ao alcance do público e à manutenção de um poder que já existe.

No Brasil, segundo o IBGE³, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD (2019), no módulo temático sobre Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, destacando os aspectos de acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal, destaca que a TV aberta ainda é o maior veículo de comunicação. Em função das orientações do Ministério da Saúde relacionadas ao quadro de emergência de saúde pública causado pelo coronavírus, a coleta da PNAD foi suspensa em 2020 e as informações sobre 2021 ainda não foram divulgadas.

Entretanto, o relatório Reuters Digital News Report (2020) mostra pela primeira vez as redes sociais à frente da TV aberta como fonte de informação para os brasileiros. Já o levantamento Cenp-Meios, sistema que totaliza dados referentes a compras de mídia realizadas e veiculadas por agências certificadas por ordem e conta de clientes-

³ Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101794>

anunciantes do país,⁴ divulgado no site Observatório da Tv Uol, Ediane Parente (2021) verifica que o “bolo publicitário cresce no semestre e TV aberta segue com a maior fatia” e o “meio continua líder com folga entre os veículos de comunicação, abocanhando 52,9% das verbas”.

Nota-se um tensionamento na mídia televisiva que pressionada pela popularização da internet e do uso das mídias digitais, acelerou a convergência dos seus produtos audiovisuais televisivos, diante da pandemia da COVID-19, pois o uso das plataformas digitais cresceu abruptamente aumentando o fluxo contínuo de informações, simultaneamente o avanço do digital revela que na era do Big Data a internet vem sendo o meio pelo qual a captação dos dados torna-se possível, como também possibilita o hibridismo.

Nesse contexto, a velocidade com a qual a informação deveria chegar aos cidadãos fez com que as mídias televisivas, atrasadas em seu processo de convergência, encontrassem na pandemia o impulso necessário para se engajar em transmitir sons e imagens, utilizando-se das plataformas digitais, principalmente por serem um espaço onde o consumo de seus produtos (ou pode-se chamar de “mercadorias”) vem se tornando altamente lucrativo. “Assim, a circulação geral das mercadorias se apresenta como instância de mediação necessária para a satisfação das necessidades materiais humanas em uma economia mercantil.” (BOLAÑO, 2016, p.8).

Essa é forma hegemônica de “engajamento, da maneira como é concebido também por empresas nativas digitais como o Facebook, que é a alma do negócio da plataforma. Quanto maior o número de interações entre as pessoas, empresas, marcas, instituições, quanto mais tempo dedicam à plataforma” a empresa capta cada vez “mais suas pegadas virtuais alimentam gigantesco banco de dados, que informam os algoritmos para que o conteúdo visualizado, publicitário ou não, mantenha a pessoa conectada e continuamente alimentando o big data” (BASTOS, 2020, p. 196).

Todo o engendramento dos usuários nas plataformas gera o consumo e lucro para as corporações. Para corroborar com esse pensamento, o sociólogo e filósofo Zygmunt Bauman (2007, p.36) afirma que “o consumismo é uma resposta do tipo ‘como fazer’ aos desafios propostos pela sociedade de indivíduos. A lógica do consumismo serve às necessidades dos homens e das mulheres em luta para construir, preservar e renovar a

⁴ Disponível em <https://observatoriodatv.uol.com.br/colunas/ediane-parente/bolo-publicitario-cresce-no-semester-e-tv-aberta-segue-com-a-maior-fatia>

individualidade e”, assim, “particularmente, para lidar com a sua supracitada aporia (...) A luta pela singularidade agora se tornou o principal motor da produção e do consumo de massa”.

Nesse sentido, o engajamento das plataformas digitais, ao extraírem dados, cria padrões e, com isso, oferece ao consumidor uma “individualidade”. No entanto, o que se percebe são modelos de comportamento criados a partir das informações coletadas pelos algoritmos, para que gerem mais consumo e mais lucro.

Nota-se que os grandes conglomerados de mídia tradicionais, com o surgimento da internet, se posicionam de forma hegemônica, em busca de lucro, audiência e publicidade, pois estes constituem elementos basilares para a manutenção dos interesses dos grupos. A tecnologia faz o elo de ligação entre os meios de comunicação e o consumidor, ambos sempre em busca de algo novo.

Nesse sentido, Jonathan Crary (2014, p.49) afirma que “a forma que a inovação assume no capitalismo é a simulação contínua do novo, enquanto as relações de poder e de controle existentes permanecem, na prática, as mesmas”.

ENTENDENDO PROCESSOS HEGEMÔNICOS DA COMUNICAÇÃO TRADICIONAL

É importante lembrar que os grupos de mídia produzem em seus produtos/mercadorias muita subjetividade que surgem mediante avalanche de “mensagens”, pois a mídia impõe ao consumidor, o que influencia direta e indiretamente em seu cotidiano, se estendendo às organizações, instituições e para a sociedade.

Ao refletir sobre o tema da COVID-19 para divulgação de notícias pelos grandes conglomerados de mídia no Brasil, se faz necessário conceituar algumas das principais mudanças ocasionadas com o advento das novas tecnologias frente às mídias televisivas, fenômenos que foram fundamentais para a estruturação de um novo modelo de negócio com a popularização da internet, a convergência das mídias televisivas nativas da radiodifusão e as diversas plataformas digitais.

Partindo da compreensão do cotidiano como um espaço onde a comunicação ordinária acontece quase que de forma rotineira, inerente ao homem, mas que dialoga com o mesmo, Agnes Heller (1977, p. 7), afirma que o cotidiano é o “mundo da vida” que se produz e se reproduz dialeticamente, num eterno movimento, que repetimos sem nos darmos conta do seu significado e de sua importância.

Para Michel de Certeau (1994, p. 31), “o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma

opressão no presente”. Já Maffesoli (2001, p.18) compreende o cotidiano “numa perspectiva fenomenológica, que analisa o que é e não o que ‘deveria ser’, podemos considerar o cotidiano em si mesmo, como o lugar a partir do qual se fundam os vínculos sociais.”

Todo conhecimento provém unicamente da experiência vivida que pode ser verificada. A pandemia causada pela COVID-19 em 2020 se instalou no Brasil. Tal acontecimento trouxe uma série de mudanças para a vida cotidiana e, em se tratando de mídia, principalmente para os grandes conglomerados, que, por conta do rápido avanço do vírus, aparentemente, não puderam se preparar com qualidade e eficiência para manter as suas programações, exceto o jornalismo.

O argumento se justifica, pois os grandes conglomerados tiveram seus estúdios esvaziados e gravações canceladas, as emissoras foram impedidas de continuar a gravar, por exemplo, novelas, séries, programas de auditório, entre outros por tempo indeterminado.

Por outro lado, o jornalismo televisivo mostrou-se fundamental para levar informação e comunicar à população os acontecimentos quase que minuto a minuto. A comunicação se deu de forma abrangente e, como foi possível analisar, o uso das novas tecnologias foi fundamental em todo o processo, fazendo surgir estratégias para atender às novas demandas impostas no contexto da crise sanitária causada pela COVID-19.

Os pesquisadores Adilson Cabral Filho e Eula Cabral (2018, p.16) verificaram que é preciso compreender

a própria Comunicação em suas dimensões não apenas econômicas e políticas, como também sociais, culturais, históricas, educacionais, tecnológicas e profissionais. Além disso, as dimensões propriamente comunicacionais são levadas em conta, a partir da compreensão de meios, produtos e processos, demandando um intenso e incessante esforço de produção de conhecimento comprometido com a construção de uma sociedade mais democrática, mas agregando o componente da exaustão diretamente atrelado à produção do conhecimento na conformação do campo da EPC, no que se compreendem também a circulação e o debate em torno de seus conteúdos. (CABRAL; CABRAL FILHO, 2018, p.16).

Entendendo a comunicação como conjunto de práticas sociais, Jesús Martín-Barbero (1987) aponta que as novas tecnologias estão alterando a forma das pessoas se comunicarem e se informarem. Se a comunicação é essencial à vida humana, pode-se compreender que a mídia é elemento determinante da configuração da vida na sociedade

contemporânea, a forma como se estrutura, tendo como base a internet com toda a mobilidade que o meio permite para a emergência das novas tecnologias.

Nesse sentido, John B. Thompson (2012, p. 25) afirma: “caracterizei a comunicação como um tipo distinto de atividade social que envolve produção, a transmissão e a recepção de formas simbólicas e implica a utilização de recursos de vários tipos”. O autor também diz, “à mídia que é fundamentalmente “cultural”, isto é, preocupada tanto com o caráter significativo das formas simbólicas, quanto com a sua contextualização social,” também é “importante sublinhar que os meios de comunicação têm uma dimensão simbólica irreduzível” pois, “eles se relacionam com a produção, o armazenamento e a circulação de materiais que são significativos para os indivíduos que os produzem e os recebem.” (THOMPSON, 2012, p. 19)

Toda essa ambiência deveria estar à disposição da população, compreendendo que a comunicação é essencial à vida, um direito reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos. No entanto o que se verifica mesmo em uma pandemia, segundo César Bolaño (2016)

a retumbante vitória da lógica mercantil (não liberal, mas neoliberal) preserva e dá ares de democrata ao grande capital, especialmente aquele que comanda o oligopólio global das *internet pure players*, as quais controlam o novo jogo da cultura digital. Nessas condições, os oligopólios nacionais da velha indústria cultural passam a ser contestados por uma mudança estrutural de grandes proporções, impulsionada pela convergência telemática. Cada indústria cultural particular e cada capital individual nela atuante deverão estabelecer estratégias para adaptar-se a um ambiente de negócios renovado, que redundará inevitavelmente em aprofundamento da internacionalização da cultura e numa centralização do capital em nível internacional, mascarada, não obstante, pelo avanço da concorrência em cada mercado, por causa da derrubada de velhas barreiras à entrada, decorrência da mudança tecnológica (BOLAÑO, 2016, p.9).

As concessões públicas de TV aberta se constituíram em um modelo comercial ainda muito lucrativo e, embora tenha sido impactada no primeiro momento com as novas demandas ocasionadas com a chegada das novas tecnologias que proporcionam muita interatividade, segue hegemônica no setor, monetizando o mercado audiovisual e se posicionando nos novos modelos de negócio.

Para John B. Thompson (2012, p.31), “a troca dos sistemas analógicos pelos sistemas digitais na codificação da informação, combinada com o desenvolvimento de novos sistemas de transmissão (incluindo os satélites e os cabos de fibra ótica)” acabam “criando um novo cenário técnico no qual a informação e a comunicação podem ser

operadas em maneiras mais flexíveis”. Isso possibilita a atuação da mídia televisiva de forma mais ampla.

O sociólogo Armand Mattelart (1999, p.25) chama a atenção para “a televisão é antes de mais nada, em qualquer contexto que seja, uma “produtora de audiências vendáveis aos publicitários” e de que, no capitalismo contemporâneo, a audiência constitui a forma mercantil dos produtos de Comunicação”.

O pesquisador César Bolaño (2002) verifica que o consumidor é “de um lado, uma massa integrada, com acesso aos novos meios de comunicação e, inclusive, possibilidades de comunicação interativa mais ou menos importantes, conectado a uma rede global e, de outro,” ou seja “a imensa maioria, à qual se destina uma produção de baixa qualidade e barata, se comparada com os padrões tecno-estéticos (BOLAÑO, 2000) normalmente aceitos pelos setores mais instruídos e ricos da população”. Assim, encontra-se inserido no poder de manipulação da mídia, que vem atuando como uma espécie de controle social, massificando a sociedade e imprimindo nela a sua ideologia.

Dênis de Moraes (2016) afirma que a hegemonia dos grupos de mídia no Brasil perpetua os interesses da classe hegemônica dominante, pois controlam os meios de comunicação, defendendo suas preferências mercadológicas, visando apenas o lucro.

Nesse contexto, verifica-se que as emissoras de TV aberta encontram nas diferentes mídias um meio de monetizar o mercado televisivo brasileiro colocando seus conteúdos audiovisuais em circulação de forma mais efetiva e rentável também na internet. A pandemia, ao contrário do que se podia imaginar, surge como uma alavanca que impulsiona os novos nichos de mercado proporcionados pela internet.

Sendo assim, “quando falamos de internet, estamos falando em algo substancialmente distinto de todas as inovações tecnológicas anteriores no campo da informação e da comunicação, devido ao seu caráter híbrido”, por isso “não se trata de uma nova tecnologia ou de uma nova indústria concorrente com as anteriores, mas do resultado do desenvolvimento das novas tecnologias e da sua interpenetração e expansão global” (BOLAÑO, VIEIRA, 2016, p.75).

Em seus estudos, Armand Mattelart (1999, p.27) verifica que “dessa forma, progressivos deslocamentos se operaram: de uma significação centradas sobretudo na mídia, a comunicação pouco a pouco assumiu uma definição totalizante” e, com isso, vem “mesclando tecnologias múltiplas destinadas a estruturar uma ‘nova sociedade’.”

As concessões públicas de TV aberta se constituíram em um modelo comercial ainda muito lucrativo, e embora tenha sido impactada no primeiro momento com as novas

demandas ocasionadas com a chegada das novas tecnologias, segue hegemônica no setor, monetizando o mercado audiovisual e se posicionando nos novos modelos de negócio.

No contexto da pandemia, as mídias televisivas, consideradas um dos maiores segmentos econômicos do mundo, sendo no país a maior fonte de informação e entretenimento no cotidiano que a população possui, usou como estratégia, no primeiro momento, aumentar a cobertura jornalística, adequando a grade de programação à necessidade de uma ampla cobertura às restrições e recomendações da OMS em decorrência da COVID-19.

Segundo o Portal Comunicação (2020)⁵, “com a televisão à frente na confiança da população, a Rede Globo se destaca. Uma pesquisa feita pela QualiBest, em abril, mostrou que 19% dos participantes consideram a emissora como o canal mais confiável para se informar sobre o novo coronavírus e os desdobramentos da pandemia”. Assim, de acordo com a pesquisa, “Record TV (14%) aparece em terceiro lugar, atrás dos órgãos governamentais, como o Ministério de Saúde e a OMS”. Em relação às mídias tradicionais digitais, “o jornal Folha de S.Paulo bateu recordes de audiência ao registrar 69,8 milhões de usuários únicos em março e 73,8 milhões no mês seguinte”.

Nota-se que a tecnologia e as novas formas de comunicação alteraram a maneira como a comunicação ocorre entre os diferentes agentes sociais e passaram a ser elementos centrais no cotidiano. Através das diferentes mídias, recebe-se e compartilha-se conteúdo, muitas vezes desatualizado ou com informações falsas, as chamadas “fake news”. A desinformação é um fenômeno que preocupa os diferentes setores da sociedade, uma vez que o engajamento com essa tipologia cresceu de maneira expressiva.

A desinformação, embora não seja uma novidade do século XXI, vem crescendo com a sua distribuição nas plataformas, causando instabilidades sociais a partir da proliferação de notícias falsas e descredibilizando o fazer jornalístico. Nesse sentido, o jornalismo profissional vem se mostrando cada vez mais relevante no combate à desinformação, conhecida como “fake news”, principalmente em torno da pandemia e de todas as demais notícias importantes à sociedade. Mas, é importante destacar que a estratégia das mídias televisivas em jornalismo vem sendo exaustiva aos profissionais, pois os mesmos atuam tanto na mídia televisiva como nas plataformas digitais.

⁵ Disponível em <https://portaldacomunicacao.com.br/2020/05/jornalismo-cresce-em-audiencia-na-pandemia-do-coronavirus/>

Embora a precarização do trabalho jornalístico não seja o foco desta pesquisa, tem a sua relevância diante da plataformização que vem impactando esses profissionais, que ocasiona demissões nas redações, aumento do ritmo e das horas de trabalho. No *home office* há ausência de equipamentos, levando muitos trabalhadores a comprarem com os seus próprios recursos, para a execução de suas funções em casa. Ao mesmo tempo, outros trabalhadores, como os profissionais de saúde e de serviços essenciais à sociedade, se colocaram na linha de frente para trazer a notícia em tempo real ou o mais rápido possível, para manter a população informada.

O cientista social Christian Fuchs (2020, p.48) afirma que “a ação estatal neoliberal tolera o desemprego e a precariedade dos trabalhadores, preocupando-se apenas em salvar as empresas. (...) A ação neoliberal na crise tolera o aumento da pobreza, da miséria, da dívida.” Além “da precariedade, da falta de moradia, do desemprego etc. para reorganizar a sociedade em prol do capital em um estado de emergência. Pensar essa lógica até às últimas consequências implica que a gestão neoliberal da crise estabelece uma ditadura do capital”. Assim, de acordo com o pesquisador, “o Estado que escraviza a classe trabalhadora empobrecida, endividada e precária em sua luta para sobreviver”.

Como estratégia de sobrevivência, as mídias televisivas usaram as *reprises* de seus diferentes conteúdos audiovisuais para preencher grade de programação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conglomerados de comunicação estão investindo na convergência midiática e na relação do espectador/usuário com a programação de forma interativa. A mídia tradicional caminha na direção de uma nova televisão, em que a segmentação e a pluralidade de conteúdos vêm substituindo o modelo de uma “grade” de programação engessada e homogeneizada, devido a necessidade de fazer frente às modificações impostas pela internet e pelas novas tecnologias.

A convergência de mídias mostra que a internet não veio concorrer com a televisão, mas, sim, reforçar certas características. Como verificou Michael Wolff (2015), a internet possibilita apenas uma nova forma de distribuição do conteúdo, sem a grade de programação, mas segundo as preferências do usuário a partir da administração dos dados, ou seja, a “nova televisão” deve ser compreendida como inovação tecnológica do mercado audiovisual. Por isso, Jonathan Crary (2014, p.49) afirma que “a forma que a inovação assume no capitalismo é a simulação contínua do novo, enquanto as relações de poder e de controle existentes permanecem, na prática, as mesmas”.

Nesse ínterim, é perceptível a influência que a mídia televisiva exerce em seu papel social diante da nova configuração causada pela popularização da internet, uma vez que as conversas nas mídias sociais são pautadas considerando os assuntos veiculados pela televisão, o que demonstra um forte laço social, evidenciando que a televisão vem se fortalecendo também nesse novo meio, pois ainda concentra posição hegemônica diante do cotidiano, através do seu discurso, da política, da economia e da cultura.

Durante a pandemia, a TV aberta mostrou-se como uma fonte confiável de informação ao lado de órgãos governamentais, como Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde (OMS), contribuiu no combate à circulação de *fake news*, uma vez que o fenômeno da desinformação cresceu muito durante esse período, além de levar entretenimento à parcela da sociedade que não tem acesso à internet, nem TV a cabo, por serem produtos que sobrecarregam a renda familiar de muitos brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, P. N. **Dialética do engajamento**: uma contribuição crítica ao conceito. MATRIZES, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 193-220, 2020
- BAUMAN, Zigmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BOLAÑO, César; VIEIRA, Eloy. **Economia Política da Internet e os sites de redes sociais**. Universidade Federal de Sergipe, 2016.
- BOLAÑO, C. R. S. **Organização em rede, capital e a regulação mercantil do elo social**: para a crítica da economia política da internet e da indústria cultural | Network organization, capital and the mercantile regulation of social ties. *Liinc Em Revista*, 12(1), 2016
- _____. O trabalho intelectual, comunicação e capitalismo. A re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. **REVISTA Soc. bras. Economia Política**, Rio de Janeiro, nº 11, p. 53-78, dezembro 2002 • 53
- CABRAL, Adilson. **Nossa TV digital**: o cenário internacional da apropriação social da digitalização da TV. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.
- CABRAL, Eula D.T (Org.); CABRAL FILHO, Adilson V. (Org.). **Comunicação e cultura no Brasil**: diálogos com a Economia Política da Comunicação e da Cultura. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.
- CABRAL, Eula D.T., TAVEIRA, Elke D. Novas tecnologias, internet e Facebook: o futuro está em suas mãos. In: CABRAL, Eula D.T. (org.). **Trajetórias culturais e arranjos midiáticos**. Divinópolis (MG): Meus Ritmos Editora, 2021.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

- _____. Internet e sociedade em rede. In: Moraes de (org). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. **A galáxia da internet**. reflexões sobre a internet, os negócios e as sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CERTEAU, Michel. **A cultura no plural**. São Paulo: Papyrus, 1995.
- CRARY, Jonathan. **24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Unesp, 2005.
- FOUCAULT, Michel. Sou um pirotécnico. In: POL-DROIT, Roger (org.). **Michel Foucault: entrevistas**. Rio de Janeiro: Graal, 2006, p. 67-102
- FUCHS, Christian. **Vida e comunicação cotidianas no capitalismo da coronavírus**. V.14 - No 2 maio/ago. 2020 São Paulo - Brasil p. 41-73. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/179725>. Acesso em 12 abr. 2021.
- GUIANZE, Rivera L. O mundo pós-COVID será o mesmo? *In*: MOREIRA, Elaine. et al. (Orgs.). **Em tempos de pandemia: Proposta para a defesa da vida e de direitos sociais**. Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social, 2020. p. 35.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. Ed. Rio de Janeiro:DP&A, 2006.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo:Paz e Terra, 1977.
- JAGUARIBE, Beatriz. **O Choque do real – estética, mídia e cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.
- JORNAL NACIONAL. Menos de um terço da população brasileira tem acesso pleno à internet, mostra pesquisa. 18/03/2022. **G1**. Disponível em <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/03/18/menos-de-um-terco-da-populacao-brasileira-tem-acesso-pleno-a-internet-mostra-pesquisa.ghtml>>. Acesso em 25 mar.22.
- MAFFESOLI, M. **A conquista do presente**. Natal: Argos, 2001.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Televisão**. São Paulo: Scipione, 1994.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús; BARCELOS, Claudia. Comunicação e mediações culturais [Entrevista]. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 151-163, jan./jun.2000. Disponível em <http://wwwusers.rdc.puc-rio.br/imago/site/recepcao/textos/martin-barbero.pdf>>. Acesso em 19 set. 2012.ar
- MATTELART, Armand. **História das teorias da comunicação**, S. Paulo, Loyola, 1999.

MORAES, Dênis de. **Crítica da mídia e hegemonia cultural**. Rio de Janeiro: Mauad / FAPERJ, 2016.

SODRÉ, Muniz. **A televisão é uma forma de vida**. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n.16, dez 2001. Disponível em <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3135/0>> . Acesso em 4 mar.2022.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: Uma teoria social da mídia. 12ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. Capítulo. Comunicação e Contexto Social (p. 19_46)

_____. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

WOLFF, Michael. **A televisão é a nova televisão**: o triunfo da velha mídia na era digital. 1ª ed. Globo Livros, Rio de Janeiro, 2015

Uma breve reflexão sobre a inserção das TICs como ferramentas facilitadoras para a Comunicação Comunitária

Thainá Queiroz

A democratização das mídias, possibilitando a difusão de informações de forma descentralizada tendo a internet o principal meio de ação, viabilizou que usuários se reconduzisse de consumidores passivos de conteúdos para agentes ativos no consumo e produção de conteúdo.

No início da década de 1990, os usos da internet limitavam-se por gráficos, não refletindo seu caráter interacional das redes sociais. No entanto, a partir dos anos 2000, em que se popularizaram os meios digitais, houve a ampliação de *blogs* e *sites* que facilitaram a produção de conteúdos através de textos, vídeos e áudios, e explorar a criatividade nas redes, o que se denominou de “Web 2.0” (SILVEIRA, 2019, p. 274).

Todavia, André Lemos (2005) disserta sobre como o início do século XXI é marcado pelo surgimento da sociedade da informação, a partir da popularização da internet e do desenvolvimento das redes de acesso à internet sem fio, conjuntamente com a expansão dos usos de telefones celulares, “trata-se de transformações nas práticas sociais, na vivência do espaço urbano e na forma de produzir e consumir informação” (LEMOS, 2005, p.2).

Lemos (2005) aproxima em sua reflexão sobre o aumento de usuários de celulares no mundo e como ainda há a possibilidade de crescer, sabendo-se que, com os projetos de inclusão de TV digital, o celular também é visto como forma de inclusão digital: “O celular expressa a radicalização da convergência digital, transformando-se em um ‘teletudo’ para a gestão móvel e informacional do cotidiano. De medium de contato inter-pessoal (*sic*), o celular está se transformando em um media massivo” (LEMOS, 2005, p. 6-7).

Nesse panorama, é passível afirmar que as tecnologias de comunicação são agregadoras ao aproximar os indivíduos aos usos da internet móvel, a qual configura-se

como novas formas de consumo de informação e práticas de sociabilidades (LEMOS, 2005, p. 15).

ENTENDENDO A CONCENTRAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

No decorrer dos anos, os meios de difundir informação têm se ampliado, porém, a concentração de conteúdos ainda é mantida por poucos grupos hegemônicos dos quais continuam detentores, monopolizando as áreas de comunicação e de telecomunicações, e transformando em gerador de lucro a partir de interesses específicos.

Levando-se em consideração as configurações em que ocorre concentração midiática feita por oligopólios midiáticos e plataformas digitais, este último através do duopólio Google e Meta/Facebook, esse fenômeno possibilita que veículos de comunicação sejam controlados por poucas empresas, interferindo tanto nos meios de comunicação local, quanto regional, nacional e/ou global, reduzindo a qualidade de informação para os indivíduos, pois os conglomerados têm por objetivo acumular audiências através da concentração de conteúdos, o que resulta na interferência no pluralismo e na diversidade. Para tanto, Armand Mattelart (1999) já elucidava para as mudanças significativas na chamada “sociedade da informação”, dos quais:

(...) progressivos deslocamentos se operaram, de uma significação centrada sobretudo na mídia, a comunicação pouco a pouco assumiu uma definição totalizante, mesclando tecnologias múltiplas destinadas a estruturar uma nova sociedade (MATTELART, 1999, p. 129).

Essa relação entre os oligopólios midiáticos e as plataformas digitais têm sido cada vez mais conectadas, pois nem sempre essa relação ocorre como concorrência, “em alguns momentos é uma luta, em outros parece uma dança, mas nela há sempre uma disputa velada para definir quem conduz” (MAURÍCIO; ALMEIDA; SOARES, 2019, p. 14). Não obstante, quando ocorre união, há a retroalimentação entre os oligopólios de mídia e as plataformas Google e Meta/Facebook:

Google e Facebook usam as notícias dos veículos para manter o leitor conectado em suas plataformas. Quanto mais tempo esse leitor estiver nesses ambientes, comentar e compartilhar as notícias mais informações e dados sobre ele serão gerados e mais conhecimento sobre seus hábitos e interesses poderão ser analisados e categorizados (MAURICIO, 2019, p. 15)

Eula Cabral (2017) lembra que os grandes conglomerados buscam o lucro como meio e/ou fim em suas atividades. A autora apresenta sob esta perspectiva a condição que alguns grupos midiáticos estabelecem para conquistar e manter o público a fim de

determinar suas condições. Assim como Maurício (2019, p. 24) também reconhece que, mesmo com a inserção das plataformas digitais, a informação ainda é tratada como mercadoria e “não como um serviço de interesse público”.

Bem como, para Eula Cabral e Adilson Cabral Filho (2018), as transformações tecnológicas e seus impactos são importantes tópicos para entender a recomposição do mercado midiático:

As dinâmicas de produção, circulação e consumo de conteúdos e os negócios estabelecidos em torno das tecnologias como a internet, a digitalização das comunicações e suas implicações na configuração de novos cenários, podem ser apreendidos como variações de aprofundamento do capitalismo contemporâneo, mas cabe compreender as nuances de sua lógica para melhor assimilar seus impactos. (CABRAL; CABRAL FILHO, 2018, p. 16).

Todavia, Cabral (2017) estabelece que a dominação por parte dos oligopólios midiáticos resulta na não regulamentação da mídia por parte do Estado, proporcionando que poucos grupos midiáticos tenham predominância na opinião pública. Mattelart (2009) aproxima ao enfatizar como a concentração interfere e se torna um obstáculo para a democratização da comunicação.

Mattelart (2009, p.38) aponta o relatório da Unesco “Um Mundo, Muitas Vozes” apresentado em 1980 pelo diretor geral do órgão da Unesco, Sean McBride, como uma importante iniciativa para o direito à comunicação, na qual endossa que não há possibilidade de um direito à comunicação sem políticas públicas efetivas:

O Relatório MacBride afirma que a concentração das fontes de informação desemboca, seja qual for o sistema político, em planificação da liberdade. A diversidade constitui um dos pilares de qualquer sistema de comunicação em uma sociedade democrática, e é uma necessidade tanto a nível nacional como a nível internacional (MATTELART, 2009, p. 39).

Não obstante, Cabral e Cabral Filho (2018) frisam que variados movimentos sociais se organizaram no Brasil a partir dos anos 1970. Focalizados em democratizar a comunicação e inserir as práticas de comunicação comunitária na agenda, emergem diversas associações, a saber: o Coletivo Nacional de Rádios Livres (CNRL), Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCom), entre outras, as quais facilitaram a “visibilidade da temática da comunicação, que carece de espaços na radiodifusão aberta” (CABRAL; CABRAL FILHO, 2018, p. 13).

A necessidade de compreender o papel das grandes redes corporativas e corporações na lógica de concentração do setor midiático precisa ser

assimilada por um movimento de maior abrangência e legitimação social, a partir de movimentos eminentemente críticos e alheios a submissões governamentais e partidárias, capazes de evidenciar contradições de um sistema que inviabiliza uma expansão compatível com sua demanda (CABRAL; CABRAL FILHO, 2018, p. 13).

Contudo, os autores chamam a atenção para a necessidade de construção de espaços de veiculação que possibilitem a presença dessas iniciativas, permitindo o cumprimento de leis já existentes e que beneficiariam o acesso às rádios comunitárias, canais comunitários, telecentros, pontos de cultura etc., subvertendo a lógica do terceiro setor e incorporando novos atores. No entanto, o que ocorre é a negligência por parte do Estado a essas iniciativas e no que tange a falta de regulação dos meios de comunicação, permitindo que se verifique a concentração midiática.

Cabral e Cabral Filho (2018) consideram ainda que, no caso brasileiro, a demanda por espaços de veiculação na mídia convencional também é desfavorável ao notar que o processo se concentra no eixo Rio-São Paulo, afirmando disputas regionais que acentuam a demanda por conteúdos que promovam a diversidade cultural do país e a escassez de meios de comunicação democratizantes.

Desse modo, Eula Cabral (2017) apresenta, sob esta perspectiva, a condição que os grupos detentores do poder midiático utilizam a partir de duas estratégias, sendo estas a de “regionalização” e a outra “internacionalização”, do qual um caso passível de destaque no processo de “regionalização” é a interferência da Rede Globo em emissoras afiliadas nas regiões do interior de São Paulo e Minas Gerais em busca de um jornalismo mais localizado e no investimento comercial dessas regiões, implicando na reprodução de conteúdo feita por outras emissoras. No que se refere à “internacionalização”, Cabral (2017) elucida a interferência do desenvolvimento nas áreas econômica, política e tecnológica nesse processo, sendo primordial a partir dos anos 1990.

Assim, de acordo com Cabral e Cabral Filho (2018), os estudos no campo da Economia Política da Comunicação (EPC) estariam intimamente ligados à crítica ao mercado midiático e suas estruturas – principalmente no que tange à mídia brasileira e onde essa se concentra – e como funciona a regulação promovida pelo Estado nesta esfera, apresentando uma existente disputa entre os meios de comunicação feitos no país e os interesses governamentais e empresariais.

A Economia Política da Comunicação não tem outro papel, como paradigma focado na produção de análises críticas estruturais, que não o de se contrapor firmemente à lógica de mercado, expondo evidências das contradições do sistema capitalista e a própria recomposição da participação dos setores sociais nos diversos processos de produção

comunicacional, compreendendo a atual dinâmica de circulação de mercadorias e redefinição dos mercados na chamada sociedade da informação (CABRAL; CABRAL FILHO, 2018, p. 14).

À vista disso, os autores também mencionam a importância da Economia Política da Comunicação para compreender as transações mercadológicas da mídia e a afirmação do sistema capitalista inserido nas suas mudanças, as quais “conjugam aspectos político-econômicos e socioculturais na renovação de suas formas de controle” (CABRAL; CABRAL FILHO, 2018, p. 15), assim como:

Para além da abordagem da composição do mercado tal como ele atua e se estrutura, bem como do papel do Estado como mediador das relações do setor produtivo, existe uma forte demanda por reflexões em torno da Economia Política da Comunicação no Brasil, no que diz respeito à compreensão do papel da sociedade civil como sujeito dos processos comunicacionais, formulador e viabilizador de políticas públicas do setor (CABRAL; CABRAL FILHO, 2018, p. 15).

Rozinaldo Miani (2011) defende que os meios de comunicação são dispositivos significativos no estabelecimento e/ou reforço de valores políticos e ideológicos na lógica capitalista: “Em tempo de globalização a participação destes meios no aprofundamento do ideário capitalista tem se mostrado fulcral” (MIANI, 2011, p. 229). De acordo com o autor, valendo-se de análise feita por Fredric Jameson (1996), essa nova ordem comunicacional e cultural se estabeleceu nas dinâmicas da globalização, as quais foram intensificadas no capitalismo tardio que, por sua vez, fragmentou grupos sociais e reforçou a alienação.

Todavia, Nestor Canclini (1997, p. 254) indaga: “é possível desconectar-se, ou ao menos livrar-se dos condicionamentos das redes hegemônicas de informação?”, reafirmando a presença de organizações independentes que fortalecem essas discussões desde a integração da sociedade civil nas redes informáticas nos anos 1980.

Dessa maneira, dispondo da perspectiva de Cabral e Cabral Filho (2018, p.17), a própria sociedade civil é vista como alternativa para criação de iniciativas que rompam com as hegemonias. Para isso, a sociedade civil precisa buscar sua emancipação mediante ao entendimento do que ela é e como se estrutura, partindo do pressuposto de força de transformação do Estado para assumir a elaboração de leis mais democratizantes e exigir o cumprimento das mesmas.

Os estudos do campo da Economia Política de Comunicação fomentam a crítica à lógica de mercado e ao sistema capitalista presentes, fazendo resgate à importância dada à comunicação como instrumento democrático e como objeto de transformação social.

COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E A APROPRIAÇÃO SOCIAL DAS TICS: EIXOS TEÓRICOS

Por meio das reflexões expostas, a construção de sentido da importância da comunicação como um direito fundamental perpassa pelo entendimento acerca das políticas públicas democratizantes avaliadas por organizações ao redor do mundo e das quais necessitam ser asseguradas pelos governos. Para tanto, Cabral e Cabral Filho (2018) evidenciam que

Nessa relação com o Estado, ou ainda, na compreensão de que cabe a ele a vontade política para desempenhar esse papel, deve-se reivindicar a construção de espaços congestionários, mas a partir de uma correlação de forças correspondente à expressão da sociedade que assume tais processos. Quando o movimento se preocupa mais em consolidar canais de interlocução com o Estado do que em compreender quem são os agentes que a promover e com qual disposição isso acontece, dá-se um grande passo na configuração de uma ausência de legitimidade, voltando-se contra a suposta disposição empreendida pelo movimento (CABRAL; CABRAL FILHO, 2018, p. 18-19).

As demandas apresentadas por iniciativas de comunicação comunitária incluem, também, a incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), as quais beneficiariam grupos e organizações nos diferentes contextos sociais, reafirmando seu compromisso com a democratização da comunicação.

A apropriação social das TICs tem origem nas experiências de comunicação popular dos anos 1970 e 1980 e também na comunicação comunitária dos anos 1990, responsáveis por originar diversos grupos que incitaram olhares sobre um Brasil que se articulava e se repensava na descoberta do uso dos meios de no desenvolvimento de histórias de sua própria gente, cujos enredos não tinham espaço para exibição na mídia corporativa (CABRAL; CABRAL FILHO, 2018, p. 19).

Dessa maneira, a popularização das TICs é vista como uma forma democratizante para a comunicação e articulação dos movimentos sociais, em que os beneficiariam através da “presença da internet e de dispositivos móveis na vida cotidiana, o baixo custo, a possibilidade de interação, o rompimento com as barreiras de tempo e espaço” (VOLPATO; LUVIZOTTO; VERSUTI; 2018, p. 354).

As autoras ainda salientam que não somente as formas de difundir informação modificaram-se, como, também, as formas de consumir informação sofreram modificações a partir do surgimento da internet e das plataformas digitais, como dito anteriormente, dos quais os meios de comunicação tradicionais são unilaterais, enquanto a comunicação feita por tecnologias digitais configura-se como mais participativa (VOLPATO; LUVIZOTTO; VERSUTI; 2018, p. 355).

Ao estabelecer discussão sobre os movimentos sociais como impulsionadores de mudança social, Manuel Castells (2012) indica as transformações em rede, sendo a mudança social resultado da ação coletiva feita por indivíduos conscientes e conectados por redes neurais do cérebro como, também, por redes de comunicação.

Não obstante, Castells (2012) elucida que o novo contexto no qual os movimentos sociais estão inseridos é o de transformação tecnológica e organizacional através de redes horizontais de comunicação, principalmente sem fio, e interação na internet. Vale salientar que os usos de redes de comunicação da internet e os telefones celulares têm sido indispensáveis, pois determinam formas de redes sociais on-line e off-line para ações dentro dos movimentos:

(...) Essa estrutura descentralizada maximiza as chances de participação no movimento, já que ele é constituído de redes abertas, sem fronteiras definidas, sempre se reconfigurando segundo o nível de envolvimento da população em geral” (CASTELLS, 2012).

Para Miani (2011, p. 229), a inserção da comunicação comunitária nesse contexto retrata a nova sociabilidade nos processos participativos de comunicação, os quais não eram possíveis pela lógica do capitalismo tardio.

De maneira mais decisiva, a contribuição da comunicação comunitária ao processo de disputa pela hegemonia no campo da comunicação se efetiva no momento mesmo em que possibilita uma ruptura com a concepção e o modo de fazer comunicação das grandes empresas do setor, que configuram o monopólio midiático (MIANI, 2011, p. 230).

O autor salienta que essas experiências comunicativas buscam romper, em seus valores e objetivos, com a lógica criada pelas corporações midiáticas em que, ao utilizar-se do conceito de valor desenvolvido por Karl Marx (1867)¹, as mídias hegemônicas tratariam as dinâmicas de produção e circulação de informação como mercadoria, sendo determinada pelo seu valor de troca, enquanto a comunicação comunitária daria novos sentidos, utilizando-se do valor de uso no que tange à informação em uma comunidade (MIANI, 2011, p. 230).

Como exemplo, é passível mencionar plataformas de *blogs* e *sites* de redes sociais que, a princípio, eram espaços para autoexpressão dos indivíduos e de conexão com amigos para tornar-se, gradualmente, ferramentas de comunicação a partir da emergência da comunicação comunitária e sua presença na internet, mesmo que a facilidade de acesso implique no uso de plataformas dominadas pelo duopólio Google e Meta/Facebook.

¹ MARX, K. **O Capital**. Livro 1 – Crítica a economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

Não obstante, de acordo com Cicília Peruzzo (2009), a internet inverteria a lógica de centralização em um emissor que direciona de todos para todos tornar-se emissores, em que indivíduos se voltam para si mesmos ao estarem mais propensos a serem vistos e ouvidos. Assim, observa-se que a comunicação alternativa, comunitária e popular são fortemente atravessadas pelo ambiente virtual construindo novos olhares que visam a desalienação, a socialização de conhecimentos técnicos e a manutenção de relações sociais.

Miani (2011, p. 230) reforça a característica dos processos de produção e relações sociais estabelecidas por essa prática comunicativa na qual, mediante a apropriação simbólica da internet visando novas formas de sociabilidade e do fazer comunicação, evidenciam-se na sociedade globalizada como importante opositor da hegemonia dos meios de comunicação.

À vista disso, Mattelart (2009) traz uma nova configuração feita por novos atores sociopolíticos que, justamente por não terem suas demandas atendidas e pela resistência das instituições públicas em criar políticas de comunicação e cultura, se comprometem a redefinir práticas democráticas no campo da comunicação.

Dessa maneira, o autor expõe dois princípios que estruturam as práticas desses novos atores sociopolíticos, principalmente quando inseridos numa lógica de “patrimonialização privada da informação, cultura e conhecimento”, a saber: o primeiro princípio baseia-se nos “Direitos à Comunicação” como novos direitos sociais, em que resgatam temas que foram debatidos sobre o direito a comunicação nos anos 1970, mas também apresentam novas questões da contemporaneidade:

(...) Falando de direitos, no plural, queremos reforçar o desejo de concretizar os direitos da comunicação já existentes, de colocá-los em prática, e não ficar esperando que seja formulado um novo instrumento jurídico garantido pelo direito internacional (MATTELART, 2009, p. 42).

O segundo princípio trata os direitos humanos a partir da filosofia dos bens comuns/bens públicos, em que se coloca a Comunicação e o conhecimento pertencentes a essa esfera, assim como a saúde, a água etc. Esse princípio se opõe às leis de livre comércio e noções neoliberais, pois objetiva a mudança através da soberania popular, participação cidadã em assuntos de interesse da sociedade e o Estado como agente econômico e regulador.

Portanto, a comunicação comunitária se apresenta como fundamental na conquista de direitos e combate aos grupos hegemônicos, assim como faz-se indispensável nas

relações sociais, e isso justificaria-se, principalmente, pela inserção no mundo globalizado no qual evidenciou-se a relevância dessas iniciativas conduzidas por movimentos sociais na sociedade capitalista.

De acordo com Costa Filho (2022), a convergência tecnológica caracterizada pela *transmidialidade* impactou não só as maneiras de usar os meios de comunicação como, também, na produção de conteúdos dos mesmos, através da inclusão dos usos de vídeo, imagens digitais, som etc., em que “o uso dos meios também é afetado por essas possibilidades de ter tudo, ao mesmo tempo, o tempo todo”.

Nesse panorama, Costa Filho (2022) apresenta três eixos temáticos que caracterizariam as plataformas digitais, a saber: a tecnológica, a social e a negocial. A primeira delas tem por princípio facilitar a conexão entre os usuários e criar espaços de atuação no ambiente virtual para os mesmos; a segunda característica insere-se no entendimento de quem são esses usuários conectados nas plataformas; e a última compreende os serviços de conteúdos e as interações em redes digitais.

É a partir dessas características que a Comunicação Comunitária em rede constrói seus movimentos em rede, incorporando novas ferramentas ao processo de difusão de informação embasado no discurso de pertencimento em regiões localizadas nas grandes cidades. No entanto, vale ressaltar que “as mídias e redes sociais digitais são ambientes de interação e articulação e contribuem na mobilização, mas não são a causa determinante” (PERUZZO, 2018, p. 83).

Dessa forma, a emergência desses novos atores no campo comunicacional impulsiona as práticas de cidadania e participação, sendo visíveis em diversas experiências da história recente, porém subvertem a norma das técnicas de difusão de informação tradicionais marcadas pela distribuição de jornal impresso ou pelo uso de rádio poste. Destarte, Costa Filho (2022) elucida que

as plataformas e os meios comunitários e públicos são espaços privilegiados para a formação do pertencimento social. A comunicação comunitária exige a construção de laços identitários para reunir os partícipes em torno de um espírito e uma ação em comum. O fazer comunitário é um constante aprendizado da organização coletiva por meio da distribuição das tarefas e da tomada de decisões partilhadas.

Vale mencionar duas importantes mudanças feitas a partir do surgimento dessa nova prática de comunicação, as quais são apontadas por Carla Baiense (2017, p. 105): a transformação no processo produtivo e no produto final. De acordo com a autora, esses processos que as páginas de bairros se inserem são bem mais fluídos em comparação às

formas de veiculação feitas pelos meios de comunicação tradicionais ligados ao comunitário. Assim, “ainda que sujeita as lógicas dos algoritmos que regem os sistemas on-line, a comunicação em redes sociais, (...) permite um nível de participação da comunidade muito mais intenso e menos controlado”.

No entanto, é exequível para a reflexão a problematização levantada por Costa Filho (2022) do qual rompe com a ideia das plataformas como intermediárias, tendo em vista que elas atendem aos grupos empresariais. Apesar de ser um espaço de visibilidade, as plataformas estão sujeitas às políticas dos algoritmos, aos quais atravessam a circulação de conteúdos, sendo necessário o equilíbrio entre os usuários e as plataformas, pois aqueles são mais vulneráveis à lógica algorítmica.

Mesmo que as plataformas tragam a sensação de vigilância e estejam constantemente monitorando e controlando os usuários, Peruzzo (2018) salienta que as redes sociais são importantes canais para difundir informações e mobilizações. A autora afirma que

essas ferramentas representam um fator de horizontalidade na comunicação entre as pessoas (interação, interatividade, persuasão), instantânea e universal. Outras tecnologias tiveram e têm sua importância, mas o potencial da internet é incomparável (PERUZZO, 2018, p. 90).

É possível destacar que a amplitude desses novos atores no cenário comunicacional contribuem com a circulação de informação a partir de suas versões dos acontecimentos, e que não são reveladas pelos grandes conglomerados: “Os protagonistas desses conteúdos estão inseridos, participando, vendo o que ocorre desde dentro, e não apenas *cobrindo*, a fim de dar conta de uma *pauta*, como ocorre com os jornalistas profissionais” (PERUZZO, 2018, p. 91).

Para Peruzzo (2018, p. 92), além das redes sociais digitais trazerem visibilidade pública, também favorecem a comunicação feita de dentro, a interação e o debate, sendo importantes espaços de articulação, mobilização, compartilhamento de conteúdo e troca de conhecimentos.

No contexto proporcionado pelo ciberespaço, ampliaram-se muito as possibilidades à comunicação popular, comunitária e alternativa, uma vez concebida como essência da comunicação dos movimentos sociais populares, ou seja, dos segmentos subalternizados organizados da população. Ela se renovou em sua linguagem, formato, importância e alcance. Passa por um processo intrínseco de reelaboração, incluindo o empoderamento das tecnologias de informação e comunicação a seu alcance (PERUZZO, 2018, p. 93).

Ademais, Peruzzo (2018) expõe cinco desafios no que tange à comunicação comunitária e popular na internet, em que dois deles merecem destaque. O primeiro deles atribuído ao acesso universal da informação e o compartilhamento de conteúdo a serviço do bem comum; o segundo, evidencia-se nas formas de comunicação para manutenção das estruturas tradicionais e popularizar as modernas para que se valorize a diversidade comunicacional e o exercício da cidadania.

A corrida cega às redes sociais digitais pode desconsiderar a importância da comunicação direta e dialógica presencial como força efetiva de conscientização e de atitudes coletivas duradoras, além dos meios impressos, do rádio e da televisão como canais e linguagens de importância em determinadas realidades. Nesse contexto, ao mesmo tempo, há que se considerar a centralidade da internet e seus infindáveis sítios estáveis e espaços temporários de participação e contribuir para a comunicação cidadã, facilitar o acesso ao conhecimento, favorecer a difusão das culturas e dos conhecimentos populares, dar visibilidade às iniciativas emancipatórias, promover a mobilização e estabelecer elos entre pessoas, visando às ações coordenadas, mesmo de duração limitada (PERUZZO, 2018, p. 97).

A respeito da cidadania comunicativa, a qual daria-se através da participação social efetiva nas plataformas, Costa Filho (2022) esclarece que ela se fortalece nos laços de pertencimento do espaço público e da vida social, as quais trariam a consciência para a sociedade civil de que as plataformas fazem parte da luta pelo direito à comunicação.

(...) é necessário garantir o acesso igualitário, a apropriação plena – inclusive com educação crítica para mídia – e participação social efetiva em todos os âmbitos dos meios e plataformas. A cidadania comunicativa é, nessa perspectiva, a consciência, a formalização e o exercício dessas garantias do direito à comunicação (COSTA FILHO, 2018, p. 139).

Dessa maneira, Costa Filho (2018) verificou que, com o impacto das plataformas, a demanda por regulamentação específica que traga benefícios em relação à acessibilidade, garantias de segurança na internet, elaboração de normas expressas nos princípios dos direitos humanos, entre outras. Igualmente para Bastos (2018, p. 232), que compreende a demanda por luta que viabilize a manutenção e conquista de novos direitos, sendo através do coletivo uma forma possível de construir outra hegemonia.

Assim como Peruzzo (2018) reforça a necessidade da sociedade civil em não se limitar ao debate sobre a criação de políticas públicas que visem estratégias de inclusão digital, tornou-se indispensável a compreensão das tecnologias de informação e comunicação enquanto plataformas de conhecimento, informação e comunicação. Dessa forma, é indispensável o fortalecimento dos grupos que sustentam esses veículos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo expôs breve reflexão de como a comunicação comunitária pode incorporar novas ferramentas ao processo de difusão de informação e determinar sociabilidades através dos usos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Em que se destaca a expressão dos modos de atuação desta forma de comunicação marcados pela transformação e interação social, resultando na internet como importante aliada das iniciativas que buscam a democratização da informação e uma alternativa possível contra os oligopólios midiáticos.

No entanto, apesar de notável a sua participação, esses meios de comunicação comunitária ainda resistem às negligências por parte do Estado, que não investe em políticas públicas para o campo e nem na regulamentação dos meios de comunicação.

Dessa maneira, os estudos da área de Economia Política de Comunicação são fundamentais porque fomentam a crítica à lógica de mercado e ao sistema capitalista presentes, fazendo resgate à importância dada à comunicação como instrumento democrático e de transformação social. A participação da sociedade civil também é fundamental para definir estratégias e construir laços de pertencimento nos meios de comunicação para, assim, lutar por uma mídia democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAIENSE, Carla; COSTA, A.; PITASSE, M. Entre o comunitário, o popular e o contra-hegemônico: limites teóricos e aproximações cotidianas. **Questões Transversais - Revista de Epistemologia da Comunicação**, v. 5, p. 98-106, 2017.
- BASTOS, Pablo N. Comunicação para a cidadania e hegemonia popular: aproximações, conflitos e entrelaçamentos teóricos e políticos. In: SILVA, Denise T. da; BASTOS, Pablo N.; MIANI, Rozinaldo A.; SILVA, Suelen A. (org). **Comunicação para a Cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva**. São Paulo: Intercom, 2021.
- BASTOS, Pablo Nabarrete; SILVA, Denise T. da. Análise das postagens e interações das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo durante a greve geral de 28 de abril de 2017. In: **40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: INTERCOM, 2017. v. 1. p. 1-15. Disponível em <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-1019-1.pdf>>. Acesso 4 mar.2022.
- CABRAL, Eula D.T. Em busca do público e do lucro: estratégias de regionalização e internacionalização da mídia no Brasil. In: CABRAL, Eula D.T., CABRAL FILHO, Adilson V. (org.). **Comunicação e cultura no Brasil: diálogos com a Economia Política da Comunicação e da Cultura**. Rio de Janeiro: FCRB, 2017. Disponível em <<https://pesquisaicfcrb.wixsite.com/epcc/pesquisas>>. Acesso em 4 mar.2022.

CABRAL FILHO, Adilson V., CABRAL, Eula D.T. A importância da EPC para entender a mídia no Brasil. In: CABRAL, Eula D.T., CABRAL FILHO, Adilson V. (org.). **Comunicação e cultura no Brasil: diálogos com a Economia Política da Comunicação e da Cultura**. Rio de Janeiro: FCRB, 2018. Disponível em <<https://pesquisaicfcrb.wixsite.com/epcc/pesquisas>>. Acesso em 4 mar.2022.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos – conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013

COSTA FILHO, Ismar C. Cidadania comunicativa: a participação social no direito à comunicação. In: SILVA, Denise T. da; BASTOS, Pablo N.; MIANI, Rozinaldo A.; SILVA, Suelen A. (org). **Comunicação para a Cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva**. São Paulo: Intercom, 2021

_____. Plataformas digitais, algoritmos e cidadania comunicativa: o direito à comunicação na internet. In: LIMA, Fábila; PRATA, Nair (org). **Comunicação e resistência: práticas de liberdade para a cidadania**. São Paulo: Ed. Intercom, 2022 (no prelo).

CUSTÓDIO, Leonardo. Panorama global da Comunicação Comunitária como ação política periférica. **Revista Mídia e Cotidiano**. n. 10, dez. 2016.

LEMONS, André. Cibercultura e Mobilidade. A Era da Conexão. In **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro: Intercom, 2005.

MATTELART, Armand. A construção social do direito à Comunicação como parte integrante dos direitos humanos. In **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v.32, n.1, p. 33-50, jan./jun. 2009

MATTELART, Armand; MATTELART, Michele. **História das Teorias da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MAURÍCIO, Patrícia; ALMEIDA, Raquel; SOARES Jr., Creso. No fio da navalha: a relação do Grupo Globo com as plataformas digitais hegemônicas. XV Congresso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación, Alaic 2020, **Anais**, p.12. Disponível em <<https://repository.upb.edu.co/bitstream/handle/20.500.11912/8688/GT6.%20Econom%C3%ADa%20Pol%C3%ADtica.pdf?sequence=8&isAllowed=y#page=18>>. Acesso em 4 mar.2022.

MIANI, Rozinaldo A. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. **Texto**, v. 25, p. 221-233, 2011.

PERUZZO, Cícilia M. K. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 17, jun. 2009, p. 131-146.

_____. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. In: **XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom**. BH/MG, 2 a 6 Set 2013.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina. 2009 (Coleção Cibercultura).

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A internet em crise. In SADER, Emir. **E agora, Brasil?** Rio de Janeiro: UERJ/ LPP, 2019.

VOLPATO, Alana N.; LUVIZOTTO, Caroline K.; VERSUTI, Christiane D. Visibilidade como estratégia, estratégias de visibilidade: movimentos sociais contemporâneos na internet. **Eco** (UFRJ), v. 22, p. 352-383, 2019.

Muito antes das fake news: Como a manipulação das massas influencia a informação

Juliana Meneses R. Celestino

O presente texto aborda de que modo a internet e a sociedade do controle moldam a opinião dos usuários para conseguir dominá-los por meio da utilização do poder, além de explicar sobre o conceito de massa, multidão e massa de manobra e como os indivíduos quando estão em massa agem de maneira totalmente diferente do agiriam sozinhos, se tornando alvos para a manipulação. É falado também sobre o populismo e a manipulação e como as lideranças utilizam as notícias falsas para persuadir o povo e disseminar mentiras sobre seus adversários para vencer eleições.

A pesquisa estuda como a “máquina de desinformação” é criada de modo proposital, para desestruturar opositores políticos e econômicos, espalhando na internet notícias falsas, ligadas às teorias conspiratórias e discursos negacionistas. O estudo verifica, ainda, como as *fake news* podem prejudicar as democracias e a sociedade como um todo.

INTERNET E A SOCIEDADE DO CONTROLE

Quando surgiu a internet como se conhece hoje, de uso doméstico, parecia que seria definitivamente um ambiente livre, onde seria possível a qualquer cidadão expor suas ideias, sem que houvesse nenhum tipo de controle ou restrição, e de fato isso foi possível por algum tempo.

O autor Javier Cremades (2009), em seu livro “Micropoder - a força do cidadão na era digital”, publicado em 2009, acreditava, com muito entusiasmo, que no ambiente virtual as estruturas eram sem hierarquias.

Por mais que, do ponto de vista informático, a internet seja uma rede hierarquizada, da perspectiva da informação contida nas páginas, trata-se de um sistema desorganizado. Ou talvez um sistema que tende a organizar-se por critérios desconhecidos em um mundo onde a informação obedece a procedimentos mais rígidos - a rede não é

ordenada em função dos objetivos e critérios daqueles que a criaram, mas sim daqueles que a utilizam (CREMADES, 2009, p. 98).

O autor afirmava que a internet poderia proporcionar um poder que não seria possível em outras mídias.

Pode-se afirmar que a web é, desde sua origem, o resultado da atuação de milhares de pessoas disponibilizando conhecimento. Como todo sistema organizado em rede, a web existe porque há nós interconectados. Sua força é a soma da força de um mais um. Portanto, cada um de nós da rede pode desfrutar de um novo poder que advém do conjunto, e este se torna poderoso graças à coordenação dos nós. Em outras palavras, cada um dos membros da rede goza o poder que lhe é proporcionado por fazer parte do sistema (CREMADES, 2009, p. 136).

Haveria então o micropoder do cidadão comum, capaz de não se deixar ser controlado devido ao livre acesso de informação digital. “O micropoder dos cidadãos é mais difícil de controlar do que os grupos tradicionais de oposição, Graças à internet, cada cidadão é um editor em potencial, o que torna complicado vigiar o fluxo de informação” (CREMADES, 2009, p. 211).

Entretanto, com os avanços da tecnologia e o desenvolvimento cada vez mais refinado, este veículo passou a sofrer diversas modificações, como o uso dos algoritmos e controle dos dados feitos pelas grandes empresas presentes na web. O espaço digital que antes era mais livre que outras mídias foi ganhando uma nova configuração e sendo uma ferramenta para a manipulação de seus usuários.

No espaço web os usuários têm a ilusão que de possuem o poder de decisão de suas escolhas do que consomem, mas a realidade é que isto é uma falsa liberdade. Na verdade, quem seleciona e decide o que aparece na *timeline* de cada pessoa é um algoritmo de Aprendizado de Máquina e baseado nas classificações deste sistema que as relações e interações entre os usuários das redes sociais, como por exemplo o Facebook, são realizadas (OLIVEIRA, 2018).

A manipulação dos usuários é feita constantemente, estes acreditam que tem liberdade de acessar o que desejam, entretanto existe um direcionamento de tudo que é consumido e visto no espaço virtual, incluindo propagandas e rede de relacionamentos interpessoais.

Nas sociedades de controle, conectadas por tecnologias cibernéticas, principalmente pelas redes digitais, emergiram as plataformas de relacionamento online como intermediárias de uma série de interesses, afetos e desejos das pessoas. A modulação pode ser apresentada como uma das principais operações que ocorrem nestas plataformas (SOUZA, AVELINO, SILVEIRA, 2018).

Os espaços disputados na internet também são disputados pela grande imprensa presente na web, que age para persuadir os usuários assim como em outras mídias, e não seria diferente no digital.

A modulação deleuzeana, base da sociedade de controle, que disputa os espaços nos cérebros das pessoas, usando para tal técnicas de enquadramento emocional (framing) e de imposição de temas na agenda de debates da vida cotidiana da sociedade (Agenda Setting) é tanto um recurso de poder político, social e ideológico quanto um modelo de negócios altamente lucrativo que sustenta o enorme conglomerado de mídia mundial (CASSINO, 2018).

Na internet, com os algoritmos, os usuários são expostos diariamente aos conteúdos que lhes são mais sensíveis. Com os inúmeros dados armazenados é possível saber o que agradará mais, o que lhe causará sentimentos como raiva, indignação, medo, por exemplo. O que faz com que seja fácil saber o que exibir para causar cada emoção.

A modulação algorítmica usa as mais avançadas técnicas de inteligência artificial para induzir os comportamentos dos usuários das tecnologias de informação e comunicação. Por ter acesso a uma enorme quantidade de dados pessoais de cada indivíduo e gerida por códigos computacionais, a modulação algorítmica atua de maneira personalizada, prevendo gostos e preferências de cada um, sendo a tecnologia mais eficaz para criar mundos, gerar oceanos azuis e vender produtos ou ideias (CASSINO, 2018).

Os dados dos usuários são fornecidos por eles mesmos de forma voluntária, e usados de forma indiscriminada pelas plataformas digitais.

As plataformas se alimentam de dados pessoais que são tratados e vendidos em amostras com a finalidade de interferir, organizar o consumo e as práticas dos seus clientes. Em geral, os conteúdos desses espaços virtuais são produzidos ou desenvolvidos pelos seus próprios usuários que, ao mesmo tempo, entregam seus dados pessoais e seus metadados de navegação para os donos desses serviços. Desse modo, não há nenhum exagero em nomear o capitalismo informacional em capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2015, Apud, SILVEIRA, 2018).

Por mais que ainda exista espaço de liberdade muito maior que as outras mídias, não é como se imagina. “Observa-se que, ainda que a internet seja uma tecnologia com potencial libertário e democrático, na mesma medida, ela também pode estar a serviço do controle oculto, e portanto, mais invasivo aos indivíduos” (MIAN, 2018).

A forma como o poder é utilizado para conseguir persuadir os usuários da rede digital, bem como manipulá-los politicamente, está conectada com a falsa sensação de liberdade que se tem ao usar essas plataformas.

Quando se definem os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica desse mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora,

creio ser essa uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2021, p. 44).

A relação de poder que se estabelece nas redes e que aparentemente os usuários não se deram conta, são o que estará por trás da manipulação nas redes que pode influenciar diretamente em pleitos eleitorais, por exemplo. Não apenas as consequências do jogo de poder em si devem ser observadas, mas também o que faz com que as pessoas sejam de fato persuadidas nas redes.

Não analisar o poder no plano da intenção ou da decisão, não tentar abordá-lo pelo lado interno, não formular a pergunta sem resposta: “quem tem o poder e o que pretende?”, mas estudar o poder onde sua intenção, se é que há uma intenção, está completamente investido em práticas reais e efetivas. (...) Em outras palavras, em vez de perguntar como o soberano aparece no topo, tentar saber como foram constituídos, pouco a pouco, progressiva, real e materialmente os súditos, a partir da multiplicidade dos corpos, das forças, das energias, das matérias, dos desejos, dos pensamentos etc. Captar a instância material da sujeição enquanto constituição dos sujeitos (FOUCAULT, 2021, p. 283).

A forma como o poder se estabelece e exerce papel social será elemento fundamental para compreender de que modo as massas serão induzidas a seguir os líderes nas redes da web.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centro de transmissão. (...) Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder; é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu (FOUCAULT, 2021, p. 285).

Por meio dos algoritmos que induzem o que cada usuário na internet irá assistir e consumir, o poder é estabelecido no mundo virtual. Sabendo como essas ferramentas digitais operam, fica fácil de conseguir persuadir e entregar conteúdos que se sabe que determinado público será influenciado com mais facilidade.

MASSA, MULTIDÃO, MASSA DE MANOBRA

Para Sigmund Freud (2011), um indivíduo pode agir de forma totalmente inesperada do que se imaginaria para seu comportamento habitual, quando está em alinhamento com uma multidão, que adquiriu o estado de “massa psicológica”.

O fato mais singular, numa massa psicológica, é o seguinte: quaisquer que sejam os indivíduos que a compõem, sejam semelhantes ou dessemelhantes o seu tipo de vida, suas ocupações, seu caráter ou suas inteligências, o simples fato de se terem transformado em massa os torna possuidores de uma espécie de alma coletiva. Esta alma os faz sentir, pensar e agir de uma forma bem diferente da que cada um sentiria, pensaria e agiria isoladamente. Certas ideias, certos sentimentos aparecem ou se transformam em atos apenas nos indivíduos em massa (LE BON apud FREUD, 2011, p.17).

O autor explica que, de acordo com a teoria de Le Bon, uma das características da massa é o sentimento de pertencimento e de invencibilidade.

O indivíduo na massa adquire, pelo simples fato do número, um sentimento de poder invencível que lhe permite ceder a instintos que, estando só, ele manteria sob controle. E cederá com tanto mais facilidade a eles, porque, sendo a massa anônima, e por conseguinte irresponsável, desaparece por completo o sentimento de responsabilidade que sempre retém os indivíduos (LE BON apud FREUD, 2011, p.20).

Os indivíduos, quando estão em massa, perdem seu caráter civilizatório e agem por instinto. Freud afirma que as massas são guiadas pelo inconsciente, o que faz com que sejam mais fáceis de manipular.

A massa é impulsiva, volúvel e excitável. É guiada quase exclusivamente pelo inconsciente. Os impulsos a que obedece podem ser, conforme as circunstâncias, nobres ou cruéis, heroicos ou covardes, mas, de todo modo, são tão imperiosos que nenhum interesse pessoal, nem mesmo o da autopreservação se faz valer. (...) A noção do impossível desaparece para o indivíduo na massa (FREUD, 2011, p.25).

A massa tem a necessidade de ter seus desejos satisfeitos, então quem se comunica de forma a exaltar seus sentimentos, conseguirá fazer com que ela o siga. Isso se torna uma poderosa arma de manipulação popular.

A massa é extraordinariamente influenciável e crédula, é acrítica, o improvável não existe para ela. Pensa em imagens que evocam umas às outras associativamente, como no indivíduo em estado de livre devaneio, e que não têm sua coincidência com a realidade medida por uma instância razoável. Os sentimentos da massa são sempre muito simples e muito exaltados. Ela não conhece dúvida nem incertezas. Ela vai prontamente a extremos; a suspeita exteriorizada se transforma de imediato em certeza indiscutível, um germe de antipatia se torna um ódio selvagem (FREUD, 2011, p.26).

Se faz importante compreender o comportamento das massas para que seja possível traçar um paralelo com o que ocorre na internet com as *fake news*. Freud explica que as massas desejam ter seus sentimentos exaltados e que quem consiga fazê-lo de forma mais intensa consegue dominá-las, elas não têm nenhum compromisso com a verdade. “As massas nunca tiveram sede de verdade. Requerem ilusões, às quais não podem renunciar” (FREUD, 2011, p.29).

Outra questão fundamental abordada pelo autor é a questão do líder. Ela busca seguir alguém que mostre força acima de tudo. “O que ela exige de seus heróis é fortaleza, até mesmo violência. Quer ser dominada e oprimida, quer temer os seus senhores. No fundo inteiramente conservadora, tem profunda aversão a todos os progressos e inovações, e ilimitada reverência pela tradição” (FREUD, 2011, p.27).

As massas não tomam suas decisões por si próprias, elas precisam seguir alguém que ditará o que devem fazer, como devem pensar ou agir. “A massa é um rebanho dócil, que não pode jamais viver sem um senhor. Ela tem tamanha sede de obediência, que instintivamente se submete a qualquer um que se apresente como seu senhor” (FREUD, 2011, p.30).

A massa elege o líder como uma espécie de pai, que precisa seguir e que os guiará. Esse líder deve ser seguido cegamente. Ocorre então uma identificação afetiva entre os indivíduos dessa massa, que se conectam entre si e com esse líder.

Já suspeitamos que a ligação recíproca dos indivíduos da massa é da natureza dessa identificação através de algo afetivo importante em comum, e podemos conjecturar que esse algo em comum esteja no tipo de ligação com o líder. Uma outra suspeita nos dirá que estamos muito longe de haver esgotado o problema da identificação, que nos achamos frente ao processo que a psicologia chama de “empatia”, que participa enormemente na compreensão daquilo que em outras pessoas é alheio ao nosso Eu (FREUD, 2011, p.65).

Este sentimento de pertencimento com outros indivíduos semelhantes é capaz de unir a massa, mas é importante destacar que, com o líder, esse tipo de conexão será diferente. O líder é alguém para ser colocado acima deste grupo, ele comanda e a massa obedece.

Mas não esqueçamos que a exigência de igualdade vale apenas para os indivíduos, não para o líder. Os indivíduos todos devem ser iguais entre si, mas todos querem ser dominados por um só. Muitos iguais, que podem identificar-se uns com os outros, e um único, superior a todos eles - esta é a situação que se acha realizada numa massa capaz de substituir (FREUD, 2011, p.83).

A massa quer ser liderada, ela busca quem esteja disposto a determinar como ela deve agir. Para isso é preciso é decisivo que as atitudes do líder sejam firmes, do contrário a massa interpreta como um sinal de fraqueza. “Ainda hoje os indivíduos da massa carecem da ilusão de serem amados igualmente e justamente pelo líder, mas este não precisa amar ninguém mais, é-lhe facultado ser de natureza senhorial, absolutamente narcisista, mas seguro de si e independente” (FREUD, 2011, p.86).

O autor afirma que apesar deste líder ser narcisista e não ter os mesmos sentimentos pela massa, ele é o ideal para a sua sede de submissão. Esse modelo de liderança dura e fria não será questionado pela massa, e apesar do quer que faça, estes indivíduos ficarão passivos diante de seus atos.

O caráter inquietante e compulsivo da formação da massa, evidenciado em seus fenômenos de sugestão, pode então ser remontado, com justiça, à sua origem a partir da horda primeva. O líder da massa continua a ser o temido pai primordial, a massa quer ainda ser dominada com força irrestrita, tem ânsia extrema de autoridade, ou, nas palavras de Le Bon, sede de submissão. O pai primevo é o ideal da massa, que domina o Eu no lugar do ideal do Eu (FREUD, 2011, p.91).

Tratando do conceito de massa abordado por Freud, os indivíduos quando estão na coletividade da massa, sentem um pertencimento semelhante à proteção paternal. O líder, assim como o pai, não terá seu papel confrontado, o que faz com que este grupo de pessoas seja facilmente manobrado para os interesses exclusivos do líder.

Inclinada a todos os extremos, a massa também é excitada apenas por estímulos desmedidos. Quem quiser influir sobre ela, não necessita medir logicamente os argumentos; deve pintar com as imagens mais fortes, exagerar e sempre repetir a mesma coisa (FREUD, 2011, p.27).

Autoritarismo e controle social se tornam comportamentos comuns para os líderes das massas, que não se opõem a esse tipo de comportamento. Na realidade é isso que ela espera, ser governada por alguém que comande com mãos de ferro.

POPULISMO E MANIPULAÇÃO

Este estilo de liderança que comanda as massas, utiliza diversas estratégias para a manipulação destes grupos populares. O caráter populista e o uso indiscriminado das notícias falsas são uma forma de conquistar cada vez mais adeptos.

Nos Estados Unidos, assim como no Brasil, o estilo de políticos que buscam por meio da força e *fake news* manipular a população para ganhar eleições ganhou espaço nos últimos anos. Figuras como Trump e Bolsonaro estão dispostos a utilizar todo tipo de tática para conseguir o que desejam.

Discursos como de Bolsonaro e Trump têm como base o cinismo, que, para os desavisados, pode soar apenas como algo surpreendente ou, até mesmo, espontâneo e sincero. A verdade é o que já não importa. Esse jogo define um circuito, um verdadeiro círculo em que o cínico faz o papel de sujeito manipulador, e o cidadão comum faz o papel de objeto, nesse caso, como receptor de uma mensagem que o rebaixa a otário ao enganá-lo de um modo tão visível. O cinismo se torna método, e é sua base que a propaganda fascista invade as subjetividades (TIBURI, 2020, p.15).

A internet é o espaço ideal para este tipo de técnica para atingir cada vez mais pessoas. Na web a informação é rápida e cada notícia, quanto mais impactante for, se dissemina rapidamente. O que torna o cenário ideal para controlar os usuários.

As redes sociais são muito importantes para esses novos populistas, porque são acessíveis e permeiam todas as classes sociais e culturais. Dessa forma, podemos dizer que é como se governassem as mentes através de decretos virtuais, enquanto por trás de seus espetáculos o verdadeiro governo neoliberal se desenvolve por meio de especialistas em dismantelar o Estado e bem-estar social e destruir os direitos adquiridos, bem como todas as políticas públicas que possam favorecer a vida de todos (TIBURI, 2020, p.84).

Com as notícias falsas é possível conseguir impactar as pessoas de uma forma muito maior do que com algum fato. A desinformação se torna uma arma política e uma mercadoria para conseguir o que se deseja. Na maioria das vezes, ela é propagada com o objetivo de causar confusão, medo e caos. Quanto pior o leitor se sente lendo uma *fake news*, maior a chance dele ser impactado de alguma forma.

A desinformação é o solo fértil para o nascimento e crescimento do medo, sensação de estar à deriva, sem segurança alguma, inclusive e, sobretudo, sem segurança mental e moral. O ódio surge como um afeto redentor que dá a sensação de que o medo foi eliminado, de que se está sentindo a única coisa que se pode sentir. Nesse cenário, quem não pode pensar livremente, quem perdeu completamente o parâmetro do pensamento reflexivo, entrega-se ao ódio mais facilmente (TIBURI, 2020, p.20).

Para a autora Márcia Tiburi (2020), as *fake news* não se resumem apenas nas notícias mentirosas que são propagadas de forma explícita, mas a distorção que faz com que o leitor e o espectador não consiga distinguir o que é real, do que é fantasioso ou exagerado. “Desinformação não é apenas “fake news”, no sentido da notícia falsa concreta, mas a mistificação e a distorção generalizadas com o objetivo de turvar a visão crítica da realidade, de causar desnorteio e confusão exegética e hermenêutica” (TIBURI, 2020, p.20).

Esse modelo manipulatório escolhe colocar uns contra os outros, induzindo seus seguidores a crer que são “eles contra nós”, e selecionando um alvo para ser odiado. Este

alvo pode ser um grupo social, como por exemplo, LGBTs, imigrantes, mulheres, ou mesmo adversários políticos e pessoas que pensam diferente desta massa. A ideia é estimular que na massa aquele determinado sujeito estará fazendo parte de um grupo, e por isso, enquanto estiverem juntos serão valorizados. O ódio pelo objeto incomum os une e os faz seguir o líder que elege quem será odiado.

Podemos dizer que o processo da sedução é anatomopolítico, ou seja, vai direto ao corpo e à vida do indivíduo isolado, mas lhe promete uma biopolítica, ou seja, promete dar ao seduzido uma condição de coletiva, permitir-lhe participar de um “clube”. Um clube de caça ao inimigo que move hordas e massas aduladas e criadas para seu próprio narcisismo (TIBURI, 2020, p.26).

Características de comportamentos machistas são frequentes neste modelo de comportamento da liderança que domina as massas. O autoritarismo estabelece a performance do machismo como forma de capitalização política. Ele é usado para estabelecer a dominância e o desprezo pelo outro, não dando espaço para diálogo ou escuta (TIBURI, 2020).

Colocar os grupos sociais em combate ideológico é a forma que estes líderes das massas utilizam para conseguir persuadir. Estimulam o ódio por tudo que é diferente e despertam sentimentos para que seus seguidores se sintam injustiçados que precisam tomar uma decisão, se aproveitando das fraquezas emocionais e materiais. “O ódio tem sido um grande capital movido pela cultura patriarcal, que sempre usou a misoginia como aspecto do psicopoder em todos os tempos. Não é diferente agora; o ódio interno à misoginia se expande e assume outras formas” (TIBURI, 2020, p.67).

O modelo de governo que usa a figura ditatorial do macho dominador sobre seus seguidores já foi usado politicamente diversas vezes e se remonta na atualidade em Trump e Bolsonaro, que usam o ódio interiorizado de seus eleitores como elemento crucial para obter apoio.

A operação do poder é um ritual em que o “macho” tem a função psicopolítica de garantir a força e a brutalidade, que produzem coesão no grupo fascista. Daí que Bolsonaro e seus iguais apelem à estupidez e aos palavrões e encantem as massas com isso (TIBURI, 2020, p.67).

Para a autora Hannah Arendt (2012), a diferença fundamental na forma que se usa o terror para fazer política está não no uso, como era feito no passado, para o extermínio e amedrontamento dos oponentes, mas como um instrumento de manipulação das massas. “O terror, como o conhecemos hoje, ataca sem provocação preliminar, e suas vítimas são inocentes até mesmo do ponto de vista do perseguidor” (ARENDR, 2012, p.29).

Conforme o ódio vai sendo propagado entre as massas, o risco democrático cresce. A manipulação que vai tomando conta destes grupos podem fazê-los pensar que qualquer coisa deve ser feita em prol do objetivo do líder.

O estabelecimento de um regime totalitário requer a apresentação do terror como instrumento necessário para a realização de uma ideologia específica, e essa ideologia deve obter a adesão de muitos, até mesmo a maioria, antes que o terror possa ser estabelecido (ARENDR, 2012, p.30).

Não é de hoje que a verdade e os fatos são adulterados para conseguir persuadir as massas. A preocupação em relação ao desprezo daqueles que querem omitir os fatos em benefícios próprios para fins políticos e de dominação, vem de muito antes da era digital.

O filósofo preocupa-se com os manipuladores da lógica, enquanto o historiador vê obstáculos nos modernos manipuladores dos fatos, que destroem a própria história e sua inteligibilidade, colocada em perigo sempre que os fatos deixam de ser considerados parte integrante do mundo passado e presente, para serem indevidamente usados a fim de demonstrar esta ou aquela opinião (ARENDR, 2012, p.34).

Assim como também no passado foi usado o sentimento coletivo de nacionalismo para comover as massas e discriminar as minorias.

Os antissemitas, que se diziam patriotas, introduziram essa nova espécie de sentimento nacional, que consiste primordialmente no completo encobertamento dos defeitos do povo e na ampla condenação dos que a ele não pertencem (ARENDR, 2012, p.151).

A incitação da violência e seu uso contra os adversários com conivência das massas é um dos grandes problemas que ameaçam as democracias. “A violência sempre foi a *última ratio* na ação política, e a força sempre foi a expressão visível do domínio e do governo” (ARENDR, 2012, p.205). São criadas ideologias que agradem as massas para conseguir persuadi-las a concordar com o que quer que seja. “A extraordinária força de persuasão decorrente das principais ideologias do nosso tempo não é acidental. A persuasão não é possível sem que o seu apelo corresponda às nossas experiências ou desejos ou, em outras palavras, a necessidades imediatas” (ARENDR, 2012, p.234).

Desta forma, sua utilização política e de dominação social acontece mais facilmente, sem que a grande massa se oponha. Estas lideranças conseguem atingir seus objetivos que nada beneficiarão esses grupos, apenas a eles próprios e seus aliados.

Toda ideologia que se preza é criada, mantida e aperfeiçoada como arma política e não como doutrina teórica (...) Seu aspecto científico é secundário. Resulta da necessidade de proporcionar argumentos aparentemente coesos, e assume características reais (ARENDR, 2012, p.235).

Foi se apropriando do sentimento de nacionalismo que os grupos políticos da atualidade buscam persuadir a massa, incitando em uma suposta defesa da nação diante de ameaças que não existem, mas que faz com que esses grupos se sintam parte de algo maior.

De qualquer forma, foi desse apelo que surgiu um novo tipo de sentimento nacionalista, cuja violência movimentava as massas e podia substituir o antigo patriotismo nacional como centro de emoções (...) Só com a “consciência tribal ampliada” é que surgiu essa peculiar identificação da nacionalidade do indivíduo com a sua “alma” ou origem, esse orgulho introvertido que já não se relaciona apenas com os negócios públicos, mas permeia cada etapa da vida privada (ARENDETT, 2012, p.319).

Neste pensamento que é inserido para a massa de “nós contra eles”, que tenta colocar a necessidade de enfrentamento de inimigos, que estes líderes fazem estes grupos pensarem que apenas em tribo estariam seguros, tirando sua individualidade e pensamento crítico.

Do ponto de vista político, o nacionalismo tribal insiste sempre em que o povo está rodeado por “um mundo de inimigos”, “um contra todos”, e que há uma diferença fundamental entre esse povo e todos os outros. Afirma que o povo é único, individual, incompatível com todos os outros, e nega teoricamente a própria possibilidade de uma humanidade comum, muito antes de ser usado para destruir a humanidade do homem (ARENDETT, 2012, p.319).

Nos líderes de massa, como Trump ou Bolsonaro, uma forte característica incomum é que a palavra deles além de nunca ser questionada, nunca está errada. Para eles, é fundamental manter o personagem de uma liderança forte e, acima de tudo, perfeita.

A principal qualificação de um líder de massas é a sua infinita infalibilidade; jamais pode admitir que errou. Além disso, a pressuposição de infalibilidade baseia-se não tanto na inteligência superior quanto na correta interpretação de forças históricas ou naturais essencialmente seguras, forças que nem a derrota nem a ruína podem invalidar porque, a longo prazo, tendem a prevalecer. Uma vez no poder, os líderes da massa cuidam de algo que está acima de quaisquer considerações utilitárias: fazer com que as suas predições se tornem verdadeiras (ARENDETT, 2012, p.482).

Na internet, estes líderes conseguem se conectar com as massas e criar os vínculos necessários para a manipulação. “No mundo virtual, criar o vínculo imediato e entrar em patamares diferentes de êxtase é muito fácil. A vinculação de cada um permite a construção do sistema do poder” (TIBURI, 2020, p.135).

Eles utilizam os canais de comunicação digital para atingir a maior quantidade de pessoas possível para pregar o que irá trazer-lhes alguma vantagem. “Toda pessoa

autoritária se sente meio sacerdote de alguma causa, em alguma medida, e se sente livre para afirmá-la publicamente, sobretudo se essa causa é Deus ou o que se confunde com ele: o capital” (TIBURI, 2020, p.135). Trump, por exemplo, utilizava em seu governo constantemente o Twitter para difamar e atacar seus adversários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se observar, por fim, que na internet as *fake news* são disseminadas de uma forma muito mais rápida do que em outras mídias. Os conceitos analisados sobre as massas e líderes populistas evidenciam que a rede é utilizada para disseminar conteúdos sem base factual para prejudicar seus adversários políticos e de forma intencional.

A internet é modulada por meio dos algoritmos e aqueles interessados em propagar notícias falsas e tendenciosas, sabendo disso, utilizam este espaço para alcançar as pessoas mais propensas a acreditar em cada boato.

As *fake news*, juntamente com os discursos conspiratórios e negacionistas são espalhados, criando o caos e medo entre os usuários da rede, que passam a acreditar em teorias absurdas como se fossem verdadeiras, além de induzir os usuários a crerem em um discurso de “eles contra nós”, selecionando um alvo para ser odiado e fazendo com que se tenha uma crescente polarização política e ideológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo** - antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CREMADES, Javier. **Micropoder** - a força do cidadão na era digital. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.
- FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- SOUZA, Joyce. AVELINO Rodolfo. DA SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **A sociedade do controle: manipulação e modulação nas redes digitais**. São Paulo: Hedra, 2018.
- TIBURI, Márcia. **Como derrotar o turbotecnomachonazifascismo ou seja lá o nome que se queira dar ao mal que devemos superar**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

Neoliberalismo e plataformas digitais: a disseminação de ideais neoliberais na internet

Danielle Fernandes Rodrigues Furlani

O termo neoliberalismo ascendeu a partir da década de 1990 com o objetivo de referir-se às transformações econômicas, políticas e sociais iniciadas nas décadas de 1970 e 1980, período em que a “virada neoliberal” é implementada por governos de distintas localidades e sistemas políticos diversos - os governos de Margaret Thatcher no Reino Unido e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, e, antes, a ditadura militar de Augusto Pinochet no Chile (CORBANEZI & RASIA, 2020).

De acordo com Sherry B. Ortner (2020), a partir da década de 1970 ocorreram duas transformações que acompanharam este processo. A primeira, foi uma transformação na constituição da relação entre capital e trabalho, de um marco fordista para um pós-fordista. Em segundo, uma transformação na relação entre governo e economia, de uma teoria keynesiana para uma “neoliberal”. A ascendência do termo neoliberalismo se deu tanto por razões políticas de militantes e ativistas quanto pela qualificação do debate acadêmico (CORBANEZI & RASIA, 2020), com contribuições que vão desde Pierre Bourdieu à publicação póstuma do curso *Nascimento da Biopolítica* (2004) de Michel Foucault.

Elton Corbanezi e José Miguel Rasia (2020) afirmam que embora a ascensão das distintas formas de neoliberalismo remonte às décadas de 1970 e 1990, enquanto projeto intelectual, tem início na década de 1930 com a realização do Colóquio Walter Lippmann, em Paris e, posteriormente, a constituição do coletivo transnacional de pensamento denominado Sociedade de Mont-Pelérin, em 1947. Como enunciado por Pierre Dardot e Christian Laval, o neoliberalismo não é só uma ideologia ou um tipo de política econômica, é “um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT & LAVAL, 2016, p.7).

Para que o neoliberalismo alcançasse a influência que possui hoje, foi necessário a articulação de redes de propagação de seus ideais por meio de organizações e institutos

em um movimento transnacional. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é investigar como estes ideais vem sendo disseminados no Brasil, atentando-se para o caso da economista Renata Barreto. Pensando também na relação entre neoliberalismo e internet, já que a internet e as novas tecnologias são um meio eficaz de alcançar novos públicos e de propagar ideais políticos.

NEOLIBERALISMO SOB O PONTO DE VISTA TEÓRICO: COMO DEFINIR O QUE VIVENCIAMOS HOJE?

Em 1979, na ocasião do curso *Nascimento da Biopolítica*, Michel Foucault inaugura uma nova forma de se apreender o liberalismo e o neoliberalismo. Se até então as abordagens se dividiam entre as que buscavam sua denúncia enquanto uma ideologia de dominação e as que exaltavam seu ideal de liberdades (AVELINO, 2016), Foucault traz uma abordagem analítica e descritiva, compreendendo o liberalismo e o neoliberalismo como uma nova racionalidade política. Uma tecnologia de governo de si e dos outros, na qual a liberdade é mobilizada como técnica e prática de governo (CORBANEZI & RASIA, 2020). Analisando-os

[...] não como uma teoria nem como uma ideologia, menos ainda, claro, como uma maneira de a "sociedade" "se representar..."; mas como uma prática, isto é, como uma "maneira de fazer" orientada para objetivos e regulando-se por uma reflexão contínua (FOUCAULT, 2008, p. 433).

Foucault (2008) apreende o liberalismo e o neoliberalismo como uma racionalização do exercício do governo. Sua análise se debruça nos tipos de racionalidade colocados em ação nos processos pelos quais as condutas dos indivíduos são conduzidas por meio de uma administração estatal. É com este plano de análise que toma dois exemplos contemporâneos de sua época: o ordoliberalismo alemão dos anos 1948-1962 e o anarcoliberalismo americano da Escola de Chicago. Foucault aponta que enquanto o ordoliberalismo considerava que a regulação dos preços pelo mercado necessitava de ser sustentada, ordenada por uma política interna e que fosse vigilante a intervenções sociais, o chamado neoliberalismo americano procurava ampliar a racionalidade do mercado para campos não exclusivamente econômicos.

Essas duas escolas não participam apenas de um mesmo projeto de refundação do liberalismo. Elas também representam duas formas distintas de "crítica da irracionalidade própria do excesso de governo", uma valorizando a lógica da concorrência pura, no terreno econômico, ao mesmo tempo que enquadra o mercado por meio de intervenções estatais (teoria da "política de sociedade"), a outra procurando ampliar a racionalidade do mercado a campos tidos até então como não-econômicos (teoria do "capital humano") (FOUCAULT, 2008, p.445).

Um dos grandes méritos da análise de Foucault foi a figura do *homo economicus*, o sujeito de interesse do liberalismo econômico, tanto do *laissez-faire* quanto do neoliberalismo contemporâneo. Esse sujeito de interesse aparece no neoliberalismo como produto ambiental, isto é, o comportamento do *homo economicus* não é visto como naturalmente econômico, porém poderá vir a ser se encontrar o ambiente necessário. Dessa forma, a intervenção governamental deve ter por foco, propiciar, estimular o ambiente para a produção de condutas econômicas (AVELINO, 2016).

Enquanto racionalidade, o neoliberalismo consiste em fazer o indivíduo agir de determinado modo como se motivado por seus próprios interesses. Ele inaugura uma nova prática política “a partir da qual o foco da ação governamental será deslocado de uma liberalização da vida da população para uma neoliberalização ampla e radical do indivíduo vivo” (AVELINO, 2016, p. 271). O desejo tem um papel fundamental, pois é capturado para fazer o indivíduo agir como um bem análogo ao capital, em constante estado de aperfeiçoamento e valorização (CORBANEZI & RASIA, 2020).

Como explicitam Corbanezi e Rasia (2020), na técnica de governo neoliberal, o dispositivo de poder opera através da interiorização e da naturalização de certos imperativos (competição, flexibilidade, iniciativa individual, velocidade, produtividade etc.). Os princípios de mercado são princípios de governo aplicados pelo e no Estado, estando presentes também nas instituições e em toda a sociedade, governando cada esfera da vida e constituindo os indivíduos, de sujeitos da troca e da satisfação de necessidades a sujeitos da concorrência e do aprimoramento do capital humano.

Portanto, se o que gera renda é capital, no neoliberalismo o que vai gerar renda são as capacidades físicas, psíquicas, é o capital humano. O salário passa a ser visto como uma renda que é um retorno de um investimento das habilidades e capacidades dos sujeitos, podendo ser capacidades inatas ou adquiridas. O homem como fonte da sua própria satisfação não deve parar de investir em si mesmo como um capital. Os governos são direcionados por normas de mercado e os mercados são “escorados” por instituições políticas. A sociedade passa a ser vista como um lócus de competição entre empresas (sendo essas empresas, os próprios indivíduos que vão ser guiados nas suas condutas individuais a partir da concorrência). O sujeito é empreendedorizado, é um empresário de si mesmo, um autoinvestidor.

É dessa forma que o neoliberalismo enquanto racionalidade produz novos processos de subjetivação.

Observemos a competição e o desempenho como princípios vitais da normatividade neoliberal cujo efeito constitui um processo de subjetivação específico. Enraizada no tecido social, a competição tornou-se globalizada e generalizada em todos os sentidos, para além do âmbito econômico: ao mesmo tempo em que se difunde mundialmente, em transações internacionais, ela implica, de maneira indistinta, todas as dimensões da vida do indivíduo em sociedade. Motivados pela lógica competitiva absoluta, os indivíduos perseguem os imperativos do desempenho, da mobilidade, da velocidade e da superação constantes como forma de autorrealização, uma vez que seus próprios destinos sociais, dos quais são exclusivamente responsabilizados, segundo os preceitos neoliberais, tornam-se dependentes da qualidade do engajamento em suas atividades (CORBANEZI & RASIA, 2020, p. 297).

Corbanezi e Rasia (2020) afirmam que o neoliberalismo se constitui lentamente como uma racionalidade global que organiza a vida social como um todo, sendo mais que uma doutrina política e econômica, ou mesmo uma ideologia dominante. A racionalidade neoliberal orienta o cosmos social, produz novos sujeitos e novas subjetividades. Se no modelo de sociedade fordista a coerção era exercida de fora (família, escola, trabalho etc.), a racionalidade neoliberal é fundamentada no princípio “voluntarista” do “eu posso”, e os próprios indivíduos passam a supervalorizar o excesso: produzir mais, dormir pouco, isto é, superar-se constantemente em prol da realização de seus desejos e metas. No próprio Estado, cada vez mais compreendido como empresa, a lógica competitiva passa a orientar políticas públicas e institucionais, assim como a conduta dos indivíduos. A competitividade é uma estratégia de desconstrução de laços sociais e de solidariedade.

A racionalidade neoliberal é sustentada pela subjetivação individual que ela produz: os indivíduos se tornam produtores das normas que os sujeitam. A subjetivação neoliberal atua em dois sentidos: como sujeição e modo de produção de existência. Do primeiro, constata-se que a racionalidade neoliberal produz em série indivíduos que naturalmente incorporam como princípios fundamentais a competição e o desempenho em todas as esferas da vida. Do segundo, o fato de que os indivíduos estão submetidos a esta racionalidade sob a ilusão de valores como autonomia, liberdade e autorrealização.

ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO: A FORMAÇÃO DE REDES NEOLIBERAIS

Como explica Philip Mirowski (2013), o neoliberalismo busca reformular e reimplantar o Estado como agência central que produz subjetividades, representações coletivas e relações sociais adequadas para afirmar os mercados como uma realidade que tem as suas consequências. Apesar de privilegiar a autonomia dos indivíduos como símbolo da liberdade, o neoliberalismo mantém as diversas estruturas da vida social

submetidas aos interesses econômicos e, paralelamente, elimina outros modelos de pensamento político (FONSECA & SILVA, 2020).

Desde o final da década de 1980, o neoliberalismo vem influenciando o cenário político-econômico brasileiro. Em décadas precedentes, pode-se mencionar governos tais como os de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Fonseca e Silva (2020) afirmam que o movimento de retomada do projeto neoliberal no Brasil pode ser observado no ano de 2016, após o processo de impeachment de Dilma Rousseff

[...] De lá para cá, os grupos conservadores e liberais, irmanados, apropriaram-se desse modelo de governabilidade em duas frentes principais. Primeiro, na tentativa de influenciar as políticas econômicas macroestruturais com as pautas reformistas, o que resultou, ainda no governo de Michel Temer, na vitória da reforma trabalhista e na aprovação do Novo Regime Fiscal (NRF) pela Emenda Constitucional nº 95. Segundo, na coordenada propagação do ideário dos *think tanks*, no qual cada pessoa deve ser o empresário de si, um empreendedor que supera por seu próprio esforço as deficiências enfrentadas pela ausência dos serviços que cabem ao Estado. Com a chegada de Jair Messias Bolsonaro ao poder, em 2019, esse programa foi abertamente colocado como agenda de governo, com majoritário apoio, nunca devemos esquecer, do Congresso Nacional (FONSECA & SILVA, 2020, p.62).

Philip Mirowski e Dieter Plehwe (2009) apontam que a partir de seu núcleo no grupo de intelectuais e economistas que se reuniam na Sociedade de Mont-Pelèrin (dentre eles: Friedrich Hayek, Milton Friedman, Karl Popper e Michael Polanyi), os ideais neoliberais disseminaram-se pelo mundo por meio de uma rede de intelectuais, organizações intermediárias e *think tanks*, transformando-se em ideias dominantes desde o final do século XX. Estando em jogo dois elementos muito importantes: a relação entre mercado e projeto de sociedade; e a relação entre mercado e epistemologia, produção de conhecimento.

Segundo Mirowski, as ideias neoliberais produzidas pelo grupo de intelectuais e economistas que se reuniam na Sociedade de Mont-Pelèrin, foram articuladas em redes, tornando-se referência e sendo abraçadas em determinadas instituições (banco mundial, institutos de estudos estratégicos do exército etc.), o que permitiu a sua circulação (UNDURRAGA & OSSANDÓN, 2020). Um exemplo, é o papel das forças armadas na construção de *think tanks*, em produzir institutos de pensamento, estratégicos, tecnológicos etc.

Ana Lúcia Faria e Vera Chaia (2020) apontam que foi a partir da crise do Keynesianismo que o neoliberalismo foi se firmando como hegemônico na década de 1980. Porém, para sua ascensão, foi fundamental o papel de Friedrich Hayek em sua

disseminação em escala global. Hayek percebeu que era necessário a criação de várias associações da Sociedade de Mont-Pélerin ao redor do globo, como aparato formador de opinião pública, além do engajamento da intelectualidade, de acadêmicos, professores e representantes da mídia. A iniciativa de Hayek em difundir o pensamento neoliberal foi fecunda

A sociedade Mont Pélerin tornou-se uma das mais importantes redes neoliberais e trabalha, atualmente, com uma rede de 1000 membros e 100 think tanks. Os aplicados discípulos de Hayek seguiram rigorosamente as orientações do mestre e permearam o terreno para o florescimento neoliberal, seja como visão de mundo, seja como projeto econômico. Seguramente o triunfo da batalha de ideias se deveu, em larga medida, à atuação dos think tanks liberais — entidades ou organizações liberais. Eles deram sequência ao movimento estratégico de luta de ideias iniciado pela Associação Mont Pélerin, construindo redes de entidades fomentadoras de ideias liberais destinadas à obra de construção e perpetuação da hegemonia neoliberal, em âmbito transnacional (FARIA & CHAIA, 2020, p.1061).

Vale mencionar a centralidade da Fundação de Pesquisa Econômica Atlas (*Atlas Economic Research Foundation*), a partir da década de 1980, em estimular a criação de redes, grupos e institutos em diferentes países, fazendo um movimento muito importante para entender a difusão do neoliberalismo: a ideia de fazer com que os ideais neoliberais possam ser trabalhados em universos locais.

Fundada pelo empresário Anthony Fisher e incorporada ao *British Institute of Economic Affairs*, também fundado por ele, a Fundação Atlas atuou, por um longo período, como a principal rede de transferência de fundos e recursos em âmbito transnacional. O objetivo era promover, através de subsídio, a criação de novos institutos liberais, prestando apoio financeiro, fornecendo treinamento de líderes, distribuindo auxílios e dando suporte de infraestrutura. Os institutos ligados à Rede Atlas são organizações parceiras da fundação inseridas em uma vasta rede transnacional, cujo o núcleo é a Atlas. No Brasil, pode-se citar o Instituto Liberal do Rio de Janeiro, o Instituto Millenium, o Instituto Ludwig Von Mises Brasil e o Estudantes pela Liberdade como alguns de seus parceiros (FARIA & CHAIA, 2020).

Em 2017, na ocasião do *Latin America Liberty Forum*, patrocinado pela Atlas, Alejandro Chafuen (dirigente da Rede Atlas desde 1991), explica como o surgimento de uma abertura (a queda dos governos de esquerda na América Latina) e uma demanda por mudanças, possibilitou uma maior influência da Rede Atlas no cenário político e econômico latino-americano. Só em 2016, a Atlas gastou mais de US\$ 5 milhões com seus parceiros. Dentre os diversos líderes ligados à Atlas que ganharam notoriedade, estão

os líderes do Movimento Brasil Livre (MBL), financiados pela Atlas e integrantes da nova geração de atores políticos que já passaram pelos seus seminários de treinamento (FANG, 2017).

Faria e Chaia (2020) relatam que a Atlas patrocina, junto com outras redes e laboratórios de ideias, jovens latino-americanos para se engajarem na batalha ideológica contra os governos considerados de esquerda. O Movimento Brasil Livre (MBL), concebido para ser uma correia de transmissão dessas *think tanks*, fazendo uma localização desse discurso geral e adaptando a atores locais, foi fundado pelo Estudantes pela Liberdade, laboratório de ideias que teve início em 2010. O MBL foi criado para possibilitar a atuação de integrantes do Estudantes pela Liberdade nas manifestações de 2013, já que a legislação da receita americana impede que organizações dos Estados Unidos doem recursos a ativistas políticos.

Este fato evidenciado pelas autoras, mostra como as organizações de ideias liberais investiram no desgaste do governo Dilma Rousseff, engajando-se nas manifestações de junho de 2013 e as insuflando. No caso do MBL, destaca-se ainda, sua liderança nos protestos pelo impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, em 2016, com um estilo de política online que contribuiu para a polarização do debate no Brasil (REUTERS, 2018). Mais recentemente, durante o processo eleitoral de 2018, organizações liberais e, precisamente, o MBL, atuaram na disseminação de informações falsas nas redes sociais, objetivando gerar divisão e espalhar desinformação.

Como publicado pela agência de notícias Reuters (2018), o Facebook retirou do ar 196 páginas e 87 contas ligadas ao MBL em meio ao processo eleitoral de 2018. A rede de páginas e contas, que somavam mais de meio milhão de seguidores, disseminava conteúdos que variavam de notícias sensacionalistas a temas políticos. Anteriormente, em março do mesmo ano, o jornal El País publicou uma matéria acerca da propagação de informações falsas sobre a vereadora do PSOL, Marielle Franco, por alguns atores da “nova” direita brasileira, incluindo o MBL. A circulação da campanha difamatória à vereadora ocorreu 19 horas após o seu assassinato (MENDONÇA & MARREIRO, 2018).

NEOLIBERALISMO E PLATAFORMAS DIGITAIS

A internet e as novas tecnologias digitais, por sua capacidade de processamento e propagação de informações de forma instantânea, também é lócus para disputas políticas e proliferação de ideais. Mirowski e Edward Nik-Khah (2017) apontam uma mudança fundamental no pensamento econômico na segunda metade do século XX, na

qual o mercado não é mais percebido como uma máquina de distribuição de recursos, mas como um sistema de processamento de informações, onde o computador é visto como ferramenta e a cibernética como modelo científico, modelo de administração etc. Mirowski (2014) também postula a existência de um novo tipo de 'intelectual anti-intelectual' que produz ignorância e confusão pública sobre questões cruciais. No contexto da crise global de 2008, o historiador afirma que é a produção pública de ignorância em relação às questões econômicas que fez com que o neoliberalismo despontasse desenfreado desse evento.

É nesse contexto político, econômico, social neoliberal que a “sociedade em rede” de Manuel Castells está inserida. Onde o mercado é lócus de processamento de informação e validação de conhecimento, onde o estabelecimento da desinformação e da confusão é um meio para implantar políticas neoliberais, e, onde a articulação de redes é imprescindível para retroalimentação do neoliberalismo. A importância do estabelecimento de redes é elucidada por Castells (2003):

Durante a maior parte da história humana, diferentemente da evolução biológica, as redes foram suplantadas como ferramentas de organizações capazes de congregar recursos em torno de metas centralmente definidas, alcançadas através da implementação de tarefas em cadeias de comando e controle verticais e racionalizadas (CASTELLS, 2003, p. 7).

Com a introdução da informação e das tecnologias digitais, particularmente a internet, e mais recentemente, das plataformas digitais, a formação de redes ganha uma nova arquitetura. A flexibilidade e adaptabilidade dessas tecnologias resultam em uma combinação de manifestação individualizada e comunicação global instantânea (CASTELLS, 2003). A relação entre as novas tecnologias digitais e o neoliberalismo pode ser vista na própria origem da internet. Como apontado por Castells, a produção histórica de uma tecnologia não só molda o seu contexto como as formas como esta é apropriada.

Precedendo a explosão da *world wide web* na década de 1990, as origens da internet podem ser encontradas na Arpanet, uma rede de computadores montada em setembro de 1969 pela *Advanced Research Projects Agency* (ARPA):

A ARPA foi formada em 1958 pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos com a missão de mobilizar recursos de pesquisa, particularmente do mundo universitário, com o objetivo de alcançar superioridade tecnológica militar em relação à União Soviética na esteira do lançamento do primeiro Sputnik em 1957. A Arpanet não passava de um pequeno programa que surgiu de um dos departamentos da ARPA, o Information Processing Techniques Office (IPTO),

fundado em 1962 com base numa unidade preexistente. O objetivo desse departamento, tal como definido por seu primeiro diretor, Joseph Licklider, um psicólogo transformado em cientista da computação no Massachusetts Institute of Technology (MIT), era estimular a pesquisa em computação interativa. Como parte desse esforço, a montagem da Arpanet foi justificada como uma maneira de permitir aos vários centros de computadores e grupos de pesquisa que trabalhavam para a agência compartilhar on-line tempo de computação (CASTELLS, 2003, p. 15).

Apesar de não ter sido um projeto de orientação militar, as origens da Arpanet no Departamento de Defesa dos Estados Unidos trouxeram consequências para o desenvolvimento da internet tal como é na contemporaneidade. Castells mostra como, embora seu início tenha sido na década de 1960 com a Arpanet, e, posteriormente, formação de comunidades dispersas de computação que reuniam cientistas e hackers desde o final da década de 1970, para a sociedade em geral, foi em 1995 que ela nasceu. Segundo o *Mídia Dados 2021*, até dezembro de 2020, havia 4.156.932.140 de usuários de internet no mundo. No Brasil, um país com a população estimada em pouco mais de 200 milhões de habitantes, 149.057.635 são usuários de internet.

A internet como “um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global” (CASTELLS, 2003, p.8), é, sobretudo, um conjunto de tecnologias digitais de informação. Produto de um contexto político, social e econômico neoliberal, a internet não só opera por uma lógica neoliberal como é lócus de disseminação e proliferação de seus ideais. O uso de algoritmos, ferramentas de processamento de informação que trabalham a partir de uma concepção cibernética e respondem a entrada contínua de informação, é um exemplo disso.

Em *Nunca dejes que uma crisis te gane partida* (2014), Mirowski dedica um capítulo aos atrativos culturais do neoliberalismo, buscando entender como partes da vida moderna existem para ensinar aos indivíduos a se perceberem como agentes neoliberais. Um dos exemplos que o historiador traz, é o Facebook, a plataforma digital com o maior número de usuários no mundo, somando 2,8 bilhões de usuários ativos mensais (BELING, 2022). Mirowski se atenta a estrutura real por trás desta plataforma, mostrando como a arquitetura algorítmica do Facebook é projetada para ensinar aos indivíduos a serem agentes neoliberais. A própria construção do sujeito nesse espaço possibilita a criação de personagens para além da realidade da vida cotidiana, com uma gama de possibilidades para aprender a ser um empreendedor de si mesmo. A troca de “curtidas”, a busca por engajamento, as constantes atualizações do “feed” mostram não só a procura

por validação nestes espaços (que não representam o status real do cotidiano), mas uma perseverança em se empreender.

O que Mirowski revela em sua obra é a presença de muitas inovações na vida cotidiana que fazem com que os indivíduos vejam a si mesmos e aos demais como agentes neoliberais. Estas inovações estão presentes, por exemplo, quando uma empresa pede como requisito obrigatório ao candidato de determinada vaga, um perfil no LinkedIn. Ou então, a procura por um parceiro em aplicativos de relacionamento, como o Tinder, onde não só você criará um perfil, como terá que se destacar (por meio da escolha de fotos, da redação da “bio”, dos gostos musicais vinculados a sua conta etc.) para que receba “matches”. E o que mais seria a criação de influencers virtuais? É a lógica do mercado neoliberal a todo vapor.

Jen Schradie em *Ideologia do Vale do Silício e desigualdades de classe* (2017), afirma que há uma filosofia que tem por pressuposto que as tecnologias digitais permitem aos cidadãos comuns uma participação política de forma mais ativa e direta do que pelos canais tradicionais. Neste ponto de vista, a internet e as plataformas digitais, são espaços democráticos não hierárquicos e horizontais onde os indivíduos podem criar, atuar e acessar uma gama de atividades políticas. A esta filosofia em torno da internet, a autora nomeia de “Ideologia do Vale do Silício”.

O Vale do Silício, situado no norte da Califórnia e antiga área de cultivo de frutas, é o lar de empresas que controlam as plataformas mais populares da internet, como o *Facebook* e o *Google*. Também é o lar da “Ideologia do Vale do Silício”, filosofia que faz parte de um fundamentalismo de mercado livre, atrelado ao neoliberalismo e incorporado em instituições, corporações e na sociedade, já que “tanto a Internet quanto a Ideologia do Vale do Silício cresceram simbioticamente com a ascensão do neoliberalismo nas últimas décadas” (SCHRADIE, 2017, p.86). Dessa forma, o sistema neoliberal

Este sistema econômico e político de liberdade e iniciativa pessoal promove a Ideologia do Vale do Silício do espírito empreendedor de individuação e atomização da Internet. Se você pode se puxar para cima por seus bootstraps digitais, você pode se envolver na política digital. Está frequentemente ausente da ideia de cidadania digital (por exemplo, Mossberger et al., 2008a) qualquer compreensão situada e estrutural da desigualdade digital. As pessoas são largadas em seus próprios dispositivos digitais, se eles os possuem, para participar da política on-line. A Internet como campo de jogo para o exercício dos direitos de cidadania faz parte do quadro neoliberal, mas a realidade é a exacerbação, e não a melhoria, das desigualdades políticas (SCHRADIE, 2017, p. 87).

O neoliberalismo produz e é sustentado por desigualdades, sendo a Ideologia do Vale do Silício uma justificativa para a exclusão digital e para a lacuna referente à participação política digital. Ela integra uma articulação maior entre Estado, economia e sociedade neoliberais. Schradie não só mostra como o Vale do Silício está atrelado em práticas neoliberais como expõe a chave para pensar a sociedade neoliberal em rede: ao mesmo tempo em que privilegia o usuário individual, deixa-o a própria sorte.

NEOLIBERALISMO NO BRASIL: O CASO RENATA BARRETO

A internet e as plataformas digitais, além de serem um produto de um contexto neoliberal e operarem sob a lógica do engajamento, possibilitam a disseminação em escala global de seus ideais. Em uma rápida busca exploratória nas plataformas digitais é possível encontrar perfis e páginas dedicadas a defender o neoliberalismo, ou ainda, que levem os ideais neoliberais como uma de suas bandeiras. É comum que nesses espaços sejam realizadas vendas de cursos, workshops, clubes exclusivos que reúnam “especialistas” com o objetivo de introduzir a qualquer indivíduo os discursos neoliberais.

É o caso de Renata Barreto. Economista brasileira formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Barreto atua há quase 18 anos no mercado de capitais local e internacional, além de ser comentarista de veículos de comunicação, como a CNN Brasil. É sócia da Faz Capital, empresa brasileira nascida em 2017 que reúne um centro de informação e orientação financeira para investimentos, e atua como escritório de Agentes Autônomos de Investimentos credenciado à XP Investimentos. Segundo informações do próprio site da Faz Capital, atualmente a empresa possui R\$ 1,2 bilhão de capital sob gestão.

Barreto integra o Instituto Ludwig von Mises – Brasil (IMB), como uma de suas especialistas. O instituto tem por finalidade “a produção e a disseminação de estudos econômicos e de ciências sociais que promovam os princípios de livre mercado e de uma sociedade livre”¹. O instituto tem em suas ações a busca por promover

I - os ensinamentos da escola econômica conhecida por Escola Austríaca; II – restaurar o crucial papel da teoria, tanto nas ciências econômicas quanto nas ciências sociais, em contraposição ao empirismo; III – defender a economia de mercado, a propriedade privada, e a paz nas relações interpessoais, e opor-se às intervenções estatais nos mercados e na sociedade.

¹ Disponível em <https://www.mises.org.br/About.aspx>.

Além disso, a economista é CEO e fundadora da plataforma Cursology Brasil, uma plataforma online que hospeda cursos, tais como: *Escola Austríaca de Economia*; *Manual de Sobrevivência do Conservador*; *Defesa Residencial*; *Clube Antifeminista* etc. Os cursos hospedados no Cursology não são gratuitos, alguns ultrapassam o valor integral de R\$ 500,00. Na plataforma, Barreto possui dois cursos hospedados: *Capitalismo & Socialismo*; e *Investimentos no Exterior*. Em resumo sobre o curso *Capitalismo & Socialismo*², a economista afirma

Crescemos com a ideia de que o capitalismo é errado, malvado e ruim para o mundo e as pessoas. O sistema de ensino, em vez de ensinar as matérias, forma mini revolucionários contra um sistema que não entendem. É comum, inclusive, vermos pessoas que falam sobre finanças pessoais e investimentos, falando mal do capitalismo, alegando que bilionários não devem existir e toda a sorte de falácias e jargões que são facilmente rebatidos com os fatos (BARRETO, 2020).

Ao todo, o curso possui sete módulos onde a economista busca desmistificar os conceitos sobre capitalismo e economia que levam as pessoas a simpatizarem com o socialismo, que, segundo ela, é “um sistema falido, utópico e imposto”, e mostrar porque o capitalismo é a única maneira possível de “prosperar, reduzir ou acabar com a pobreza e ser livre”. O último módulo é dedicado ao feminismo e sua relação com o anticapitalismo, que, segundo a mesma, é “essencialmente” contra mulher. Vale ressaltar que Barreto abriu mais de uma turma para o curso *Capitalismo & Socialismo*. Além disso, o valor integral para adquiri-lo varia de R\$ 798, 40 (Turma 1) a R\$ 1.198,80 (Turma 5). Em abril de 2022, Barreto iniciará a sexta turma do curso³.

Em uma de suas participações no programa Pânico, de 16 de abril de 2019⁴, Barreto defendeu a privatização de todas as empresas estatais brasileiras sob a alegação de que o governo tem no máximo que fiscalizar, e que empresas estatais são atravessadas por corrupção e por más gestões. Também defendeu a meritocracia, afirmando que o conceito é entendido de forma equivocada, pois trata-se do que o indivíduo faz com as oportunidades que tem. Ainda teceu críticas a movimentos sociais que tentam fazer com que minorias tenham, em sua visão, privilégios, o que “em vez de trazer uma igualdade que acaba com preconceito, substitui um preconceito pelo outro”. Usou como exemplo o movimento feminista e as deputadas Joice Hasselmann e Janaina Paschoal, ambas do partido PSL, afirmando que: “mulheres bem sucedidas não são comemoradas pelo movimento feminista porque não fazem parte daquele braço político”.

² Disponível em <https://www.cursology.com.br/cursos/capitalismo/>

³ Disponível em <https://www.cursology.com.br/capitalismo-turma-6/>

⁴ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=fucBfDz_KSM

Na ocasião do 7º Fórum Liberdade e Democracia, em 2019, a economista comentou sobre as crises políticas que rodeiam o governo de Jair Messias Bolsonaro e os impactos dessas para o crescimento da economia brasileira, afirmando que o Brasil vive um processo transitório:

São anos e anos de socialdemocracia, anos e anos de um governo de esquerda. Bolsonaro veio mais ou menos como um remédio para um câncer. Um remédio amargo e difícil de engolir muitas vezes. Ele sabe e já falou que não tem trato político com muitas questões, mas dentro da economia e em muitas áreas, como infraestrutura e etc., foram nomeados ministros técnicos e isso é mérito dele.

Também enfatizou a importância da figura de Paulo Guedes, Ministro da Economia do governo Bolsonaro, para guiar a economia do país neste período de transição. Ao final, defendeu a liberdade econômica, pois a “liberdade de mercado significa que as pessoas são livres para fazer negócios com quem elas quiserem, no âmbito da pessoa física pequena, ou da jurídica grande”, e a desestatização das empresas públicas, exemplificando sua necessidade com o caso da Petrobras e a dívida corporativa (GONÇALVES, 2019).

No Instagram, a economista possui 620 mil seguidores, 725 publicações (dentre *reels*, vídeos e imagens), mais de 30 destaques (que vão desde “Conflito Rússia x Ucrânia” a “Delírios Comunistas”), além da produção diária de *stories*. As publicações variam entre análises financeiras, imagens pessoais, memes e críticas acerca de figuras proeminentes da esquerda brasileira. Os conteúdos produzidos articulam ideais neoliberais, conservadores, antifeministas, anticomunistas e ligados à “nova direita” brasileira.

Em publicação em seu perfil do Instagram, datada de 24 de janeiro de 2022, Barreto busca desmistificar figuras simbólicas – todas as quatro mulheres – do campo da esquerda, tal como Simone de Beauvoir, teórica feminista de renome mundial. Fato ilustrado pela Figura 1.

Figura 1 – Print screen de publicação do dia 24 de janeiro de 2022



Fonte: Instagram. renata.jbarreto. Disponível em <https://www.instagram.com/p/CZHjclVLP0A/>. Acesso em: 22 fev. 2022

Conforme se pode observar na Figura 1, na publicação, Barreto expõe o fato da Presidente da *Future Beverages*, que pertence à Ambev, fazer um post agradecendo um presente que recebeu: uma sacola com os nomes de Simone de Beauvoir, Frida Kahlo, Olga Benário e Dandara dos Palmares. Afirmar que: “isso ilustra o que tenho alertado aqui há tempos: a mentalidade comunista está totalmente infiltrada no Brasil, desde as instituições públicas, passando pela mídia, educação, cultura, até as grandes empresas”.

Já em uma publicação mais recente, datada de 24 de fevereiro de 2022, Barreto critica o uso de linguagem neutra na capa de março da revista *Marie Claire Brasil*, como pode ser visto na Figura 2. A economista questiona: “Agora eu pergunto: uma pessoa que precisa mudar o “a” ou “o” pelo “e” nas palavras, pra se sentir incluída, é uma pessoa forte ou fraca? Não existe geração mais vitimista e cheia de não-me-toques que essa. A palavra TODOS já abraça todo mundo, não é óbvio?”.

Figura 2 – Print Screen de publicação do dia 24 de fevereiro de 2022



Fonte: Instagram. renata.jbarreto. Disponível em <https://www.instagram.com/p/CaVJ1f8OvCA/>. Acesso em 24 fev. 2022.

Ao final, Barreto (2022) afirma que apenas a competência traz a inclusão:

Pessoas de todos os tipos, cores, raças, credos e orientação sexual são naturalmente incluídos quando estão inseridos na sociedade produtiva. Forçar a barra com linguagem neutra e outras bizarrices, na realidade, cria repulsa e conflitos desnecessários. É o tipo de coisa que mais segrega do que une. Inclusão: SIM. Linguagem neutra: NÃO.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Pode-se concluir que o surgimento e a popularização da internet e das plataformas digitais possibilitaram que figuras atreladas às redes neoliberais prosperassem, ganhando notoriedade e alcançando um relevante número de seguidores que não pode ser ignorado. As plataformas servem, para estes atores, como uma extensão de suas práticas políticas, podendo articular o que vem sendo produzindo em outros espaços.

Como pode ser visto com a economista Renata Barreto, os ideais neoliberais podem estar articulados a outros cosmos, como o anticomunismo, a concepção de uma doutrinação ideológica de esquerda, a contrariedade frente aos movimentos sociais etc. Especificamente no caso de Barreto, pode-se destacar: sua participação no Instituto Mises Brasil, instituto financiado pela Rede Atlas; a criação da plataforma Cursology, destinada

a hospedar cursos do campo do liberalismo econômico e do conservadorismo; a produção de conteúdos que buscam desmistificar figuras simbólicas do campo da esquerda, e disseminar os ideais neoliberais da competência, do empreendedorismo; e a relação desta com os meios tradicionais de comunicação, não se limitando as novas tecnologias para vender sua imagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELINO, Nildo. Foucault e a racionalidade (neo)liberal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n° 21, p. 227-284, 2016.

BELING, Fernanda. As 10 maiores redes sociais em 2022. **Oficina da Net**, 2022. Disponível em <<https://www.oficinadanet.com.br/post/16064-quais-sao-as-dez-maiores-redes-sociais#:~:text=O%20Facebook%20%C3%A9%20o%201%C3%ADder,%C3%A9%20quem%20fica%20em%20evid%C3%Aancia>>. Acesso em 8 fev. 2022.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CORBANEZI, Elton; RASIA, José Miguel. Apresentação do dossiê: racionalidade neoliberal e processos de subjetivação contemporâneos. **Mediações**, Londrina, vol. 25, n° 2, p. 287-301, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo** – Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANG, Lee. Esfera de influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana. **The Intercept Brasil**, 2017. Disponível em <<https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>>. Acesso em 16 fev. 2022.

FARIA, Ana Lúcia B.; CHAIA, Vera. Os institutos liberais e a consolidação da hegemonia neoliberal na América Latina e no Brasil. **Cad. Metrop.**, São Paulo, vol. 22, n° 49, p. 1059-1080, 2020.

FONSECA, André Dione; SILVA, Silvio Lucas Alves. o neoliberalismo em tempos de pandemia: o governo Bolsonaro no contexto de crise da Covid-19. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, vol. 22, n° 2, p. 58-75, 2020.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GONÇALVES, Siumara. Renata Barreto: “Não existe país desenvolvido com taxa de juros alta”. **A Gazeta**, 2019. Disponível em <<https://www.agazeta.com.br/es/economia/renata-barreto-nao-existe-pais-desenvolvido-com-taxa-de-juros-alta-1119>>. Acesso em 20 fev. 2022.

MENDONÇA, Heloísa; MARREIRO, Flávia. MBL e deputado propagam mentiras contra Marielle Franco em campanha difamatória. **El País Brasil**, 2018. Disponível em

<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/17/politica/1521318452_688519.html>. Acesso em 14 fev. 2022.

MÍDIA DADOS 2021. **Mídia Dados 2021**. Disponível em <<https://midiadadosgmsp.com.br/2021/>>>. Acesso em 8 fev. 2022.

MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter. **The road from mont pelerin**: the making of the neoliberal thought collective. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

MIROWSKI, Philip. **Nunca dejes que una crisis te gane partida**. Bilbao: Deusto publicaciones, 2014.

MIROWSKI, Philip; NIK-KHAH, Edward. **The knowledge we have lost in information**: the history of information in modern economics. New York: Oxford University Press, 2017.

ORTNER, Sherry B. Sobre o neoliberalismo. **Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia**, [s.l.], vol. 4, n° 11, p. 19-26, 2020.

REUTERS. Facebook retira do ar rede ligada ao MBL antes das eleições. **El País Brasil**, 2018. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/25/politica/1532531670_089900.html>. Acesso em 14 fev. 2022.

SCHRADIE, Jen. Ideologia do Vale do Silício e desigualdades de classe: um imposto virtual à política digital. **Parágrafo**, [s.l.], vol. 5, n° 1, p. 84-99, 2017.

UNDURRAGA, Tomás; OSSANDÓN, José. Facebook te enseña a ser neoliberal. Entrevista a Philip Mirowski. **Serie Documentos de Trabajo COES**, Documento de trabajo n° 39, p. 1-20, 2020.

O julgamento do *habeas-corpus* 82.424: a liberdade de expressão e imprensa e a colisão entre direitos fundamentais

Larissa Louback

A Constituição Federal de 1988, oriunda de um processo pós ditadura militar, consagrou um rol extenso de direitos e garantias fundamentais. Isso porque, o período anterior cerceou muitas garantias, impôs censura e também violou o próprio texto constitucional à época, além de inaugurar outra Constituição (1967) segundo os interesses militares. Diante disso, a urgência para o momento era de uma tutela ostensiva dos direitos fundamentais.

O artigo 5º da Constituição elencou os direitos e garantias fundamentais e dispôs no parágrafo 3º que, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos por 3/5 dos votos serão elevados ao *status* de emenda constitucional. Ou seja, os mecanismos de proteção aos direitos humanos e fundamentais se revelam no atual texto constitucional como essenciais ao Estado Democrático de Direito.

Não raro, a existência de direitos fundamentais em determinados casos concretos implica em verdadeira colisão. Assim, válido dizer que, os direitos fundamentais não são absolutos e diante de eventuais conflitos, os direitos passam pelo processo de ponderação e de sopesamento dos interesses, onde o Poder Judiciário se incumbe do múnus de exercer a Jurisdição, avaliando qual direito deve prevalecer. É a breve introdução.

O CASO ELLWANGER

No ano de 1991, o Ministério Público de Porto Alegre ofereceu denúncia perante a 8º Vara Criminal de Porto Alegre em face de Siegfried Ellwanger, pela prática do crime de racismo, então prevista no artigo 20 da Leiº 7.716/89, com redação pela Lei nº 8.081/90.

A denúncia se fundamentava na publicação de materiais discriminatórios, antissemitas, negacionistas e revisionista de fatos históricos, com fundada perseguição e

preconceito à comunidade judaica, sobretudo e, especialmente, a negação do holocausto judeu, pela Editora Revisão, de propriedade de Sieglfried Ellwanger.

Antes, porém, cumpre registrar que o ódio aos judeus é tão antigo quanto a própria humanidade. A fundamentação desse repúdio coletivo comporta também um grau de incerteza e uma verdadeira cortina de fumaça, tendo em vista que os discursos antissemitas se revestem de reproduções imprecisas e incoerentes, muitas delas consistentes no fato de que alguém precisa vencer e outro perder, fato que Hofstadter chegou a definir como um estilo paranoico de perseguição (HOFSTADTER, 1964).

Fato é que, com o decorrer dos anos, a doutrina antissemita foi aprimorada e deixou de ser uma ilusão paranoica, constituindo-se em verdadeiro repúdio à sua cultura, tradição, religião, envolvendo razões econômicas, sociais, raciais... Intrinsecamente mau.

O termo Antissemitismo ganhou então, um novo sentido, o repúdio que outrora se revestia de fantasias e alegorias, se transfigurou em marginalização efetiva de um povo, o que ficou evidente com o regime nazista. Segundo o Dicionário Online de Português (2021), em termos bem simples, o antissemitismo é “repúdio aos semitas, aos judeus. Movimento ou ideologia política contrária aos judeus: o antissemitismo ficou historicamente conhecido como perseguição aos judeus” (DICIO, 2021).

Cumpre ainda registrar que, com relação ao nome Holocausto, existem algumas objeções ao seu uso, tendo em vista que é amplamente vista no texto bíblico como um sacrifício com fogo oferecido a Deus, de forma passiva e voluntária. Assim, os judeus preferem referenciar ao evento com o nome de *Shoah*, que em hebraico que significa devastação, catástrofe, posto que os atos de extermínio e genocídio encabeçados por Hitler não podem ser considerados uma oferta divina. Alguns historiadores relatam que Hitler se sentia ameaçado e constantemente aborrecido com a predileção divina dos judeus, relatada na Bíblia.

Nesse sentido, de acordo com Leila Danziger (2007),

para Jean-Luc Nancy, a palavra hebraica Shoah substitui todas as outras designações. Ela permanece indecifrável, mesmo que traduzida e interpretada. Sua opacidade é precisamente o que lhe confere maior potência de significação. Shoah é um murmúrio, um sopro que não fala realmente, um sopro de depois da palavra e antes de uma outra palavra. O intervalo entre uma expiração e uma inspiração (...). Esse intervalo não se refere à memória, nem ao esquecimento. Ele não habita a dimensão da história. Ele está na dimensão do presente: ele define nosso presente, ele o apresenta inteiro como em suspenso, uma longa síncope de sentido.

SHOAH: MEMÓRIA, DOR, PERSEGUIÇÃO.

Os brasileiros também contaram a história de peregrinação e sofrimento da comunidade judaica. O poeta romântico Castro Alves (1868), escreveu a poesia Ahasverus e o Gênio, narrando ali o mito do judeu que desde os tempos mais remotos ainda está em peregrinação pelo mundo. Em verdade, o povo judeu se apresentava, até a declaração do Estado de Israel em 1948, num estado de nudez perante o universo.

Sabes quem foi Ahasverus?... – o precito,
O mísero judeu, que tinha escrito
Na frente o selo atroz!
Eterno viajor de eterna senda...
Espantado a fugir de tenda em tenda,
Fugindo embalde à vingadora voz!
Miserrimo! Correu o mundo inteiro,
E no mundo tão grande...o forasteiro
Não teve onde pousar.
Co'a mão vazia – viu a terra cheia,
O deserto negou-lhe – o grão de areia.
A gota d'água – rejeitou-lhe o mar.
D'Asia as florestas – lhe negaram sombra,
A savana sem fim – negou-lhe afombra,
O chão negou-lhe o pó!
Ninguém lhe abriu a porta de seus lares
E o triste seguiu só
Viu povos de mil climas, viu mil raças,
E não pôde, entre tantas populaças,
Beijar uma só mão
Desde a virgem do norte à de Sevilhas,
Desde a inglesa a crioula das Antilhas
Não teve um coração! (...)

O ponto central do mito do judeu errante não é exatamente a imortalidade ou longevidade que foi conferida ao judeu, pois como ilustra a poesia acima, sua jornada é uma sucessão de misérias e dissabores, sendo a eternidade, em verdade, uma espécie de castigo.

A lenda ganhou palco também nas propagandas nazistas, capitaneadas pela mente maquiavélica de Joseph Goebbels, o ministro de propaganda do regime hitlerista. Em 1940, estreava o filme/documentário “Judeu errante”, que incitava o ódio aos judeus, contando a lenda sob a ótica do judeu subversivo. O cinema também foi cruel aos semitas.

É possível afirmar que o ódio aos judeus engloba uma grande parte de minorias. Assim como os judeus, os homossexuais, ciganos e outras tantas minorias eram expostas aos campos de concentração em condições subumanas. Além das minorias ainda capazes para o trabalho, existiam as minorias das minorias: os deficientes e os incapazes. A

marginalização para esses era ainda mais profunda. A chegada no campo de concentração não aguardava outro destino, senão a morte.

É importante perceber que a sociedade que esmaga os judeus, esmaga também outras muitas minorias e grupos sociais. Numa perspectiva histórica, vale lembrar que a Alemanha acreditava que os judeus estavam parasitando no território e destruindo anos de cultura, assim, a legislação alemã proibiu a celebração de casamento entre judeus e alemães. Ainda, a lei alemã, no mesmo ano (1933), obrigou a esterilização de doentes e pessoas com deficiência a fim de se evitar a hereditariedade, pois a mesma lei que pretendia a limpeza dos judeus do território, também objetiva a limpeza dos incapazes e indesejáveis para aquela estrutura.

O ódio aos judeus espelha, em verdade, uma sociedade doente; há muito mais ódio ali. A postura de um Estado democrático que carrega em seu bojo uma constituição cidadã deve ser a prontidão em extirpar de seu território e de seu povo todo ideal e qualquer intento racista. Será a resposta constitucional brasileira eficaz e adequada? Voltemos ao caso.

Segundo entrevista concedida ao Jornal das Missões, em 24 de janeiro de 1998 e republicada pela Revista *O Sentinela*, em 30 de setembro de 2020, a qualificação informa que, Ellwanger nasceu em 1928, em Candelária no Rio Grande do Sul. Sua família era de imigrantes alemães, de origem humilde. Seu falecimento ocorreu em 2010. Seu primeiro livro publicado foi: “*Holocausto – Judeu ou Alemão? nos bastidores da mentira do século*”, que se transformou num sucesso de vendas, tanto para admiradores quanto para aqueles que ficaram horrorizados com sua obra. Esse sucesso motivou-o a abrir sua própria editora.

Ellwanger, sob o pseudônimo S.E. Castan, também é o autor do livro “*Acabou o gás... O fim de um Mito*”, e outras inúmeras obras que contestavam o holocausto judeu e reverberaram posicionamentos antissemitas.

A Editora Revisão foi fundada por Ellwanger no final da década de 1980 e entre o acervo de obras publicadas, lá também estava “Os protocolos dos sábios de Sião”. Questionado sobre sua carreira revisionista, ele responde:

Olha, tudo que eu queria era contar o que eu tinha visto e estudado, durante minhas viagens e leituras sobre a 2ª Guerra Mundial, principalmente sobre o suposto holocausto judeu. Porque o que estão querendo é que todo mundo pense de uma forma só. Começa que eu estou na minha pátria e não vou aceitar que gente com dupla nacionalidade, ou estrangeiros, venham interferir sobre o meu pensamento, no que eu estudei e estou fazendo. De jeito nenhum. E,

ainda mais, o sujeito quando tá com a verdade enfrenta qualquer coisa. Nós estamos muito certos, muito conscientes do que estamos fazendo. Se eu tivesse medo não faria o que estou fazendo. Eu não faço outra coisa, a não ser isso, nos últimos 15 anos, “full time”, só isso. Estou colocando a minha vida nisto. E posso dizer que é um trabalho muito gratificante” (ELLWANGER, 1998).

Fundada após à ditadura militar e no ano em que era instalada a Assembleia Nacional Constituinte para a elaboração da Constituição de 1988, qualquer modo de censura à época representava repressão, devido às marcas do passado sombrio. Assim, as obras de Ellwanger foram sendo inseridas sob esse contexto de uma busca pela liberdade.

Ocorre que, como dito, em 1991 o Ministério Público entendeu que suas obras afrontavam dispositivos constitucionais e legais, oferecendo denúncia perante do Tribunal de Justiça de Porto Alegre. O artigo pelo qual Ellwanger estava sendo denunciado dispõe – artigo 20, Lei nº 7.716/89: “praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia religião ou procedência nacional. Pena – reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.”

Nesse sentido, João Luis Mousinho dos Santos Monteiro Violante (2010) destaca:

Segundo a Promotora de Justiça que subscreveu a peça acusatória, Dra Angela T. de Oliveira Brito, tais obras *abordam e sustentam mensagens antissemitas, racistas e discriminatórias e com isso procuram incitar e induzir a discriminação racial, semeando em seus leitores sentimentos de ódio, desprezo e preconceito contra o povo de origem judaica* (RJTJRS, p. 37).

O processo judicial foi longo, e inúmeras questões pairavam sobre a lide: imprescritibilidade, se o crime era apenas prática ou prática e indução, etc. Na primeira instância, o réu foi absolvido. Entretanto, os assistentes de acusação recorreram da sentença e a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul condenou Ellwanger, fixando pena de dois anos, que fora substituída pelo *Sursis*, que é a suspensão condicional da pena, mediante o cumprimento de requisitos legais, com previsão nos artigos 77 a 82 do Código Penal.

Daí sobrevieram outros recursos, e o fato é que, sob o *Habeas-Corpus* 82424/RS, a demanda chegou ao Supremo Tribunal Federal.

Sob a luz da Constituição vigente, em 2003 o Supremo Tribunal Federal, em julgamento célebre e histórico, aplicando os dispositivos constitucionais, condenou definitivamente Siegfried Ellwanger pelo crime de racismo. Entre as publicações da Editora, estava também os Protocolos de Sião, uma história inventada no século XX de que os judeus teriam um plano de dominar o mundo.

Assim, consignou-se que o crime de racismo é evidenciado pela simples utilização desses estigmas, o que atenta contra os princípios nos quais se erige e se organiza a sociedade humana, baseada na respeitabilidade e dignidade do ser humano e de sua pacífica convivência no meio social. Reconheceu-se, portanto, que a edição e publicação de obras escritas veiculando idéias anti-semitas, que buscam resgatar e dar credibilidade à concepção racial definida pelo regime nazista, negadoras e subversoras de fatos históricos incontroversos como o holocausto, consubstanciadas na pretensa inferioridade e desqualificação do povo judeu, equivalem à incitação ao discrimen com acentuado conteúdo racista, reforçadas pelas conseqüências históricas dos atos em que se baseiam. Os Ministros entenderam que, no caso, a conduta do paciente, consistente em publicação de livros de conteúdo anti-semita, foi explícita, revelando manifesto dolo, vez que baseou-se na equivocada premissa de que os judeus não só são uma raça, mas, mais do que isso, um segmento racial atávica e geneticamente menor e pernicioso. Dessa forma, a discriminação cometida, que seria deliberada e dirigida especificamente contra os judeus, configura ato ilícito de prática de racismo, com as conseqüências gravosas que o acompanham (STF, 2004).

Nesse momento, a Corte brasileira também se uniu à Organização das Nações Unidas a fim de dar tratamento semelhante a negrofobia, xenofobia, islamofobia e antissemitismo ao crime de racismo – imprescritível e inafiançável. Assim, as publicações no Brasil que de alguma forma estabelecessem disparidades e propusessem superioridade de raças, seriam consideradas socialmente repudiáveis, além de inconstitucionais.

Oportuno então, a reflexão feita pelo Ministro Luiz Fux na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.430: “se existe um papel que o Supremo Tribunal Federal tem que exercer, é o papel de tutela das minorias” (BRASIL, 2012). O Ministro pondera a situação de necessidade - esse é o múnus constitucional.

No ano de 2001, no julgamento do Inquérito 4.781, o Ministro Celso de Mello concluiu que incitações de ódio, ofensas e ameaças não são protegidas pela liberdade de expressão e pensamento. Assim, discursos nazistas e antissemitas jamais podem ser compreendidos como uma manifestação do livre pensar, pois não o são.

Em suas conclusões, o Brasil, inclusive o nosso STF, não adotou o entendimento de que a garantia da liberdade de expressão abrangeria o *hate speech*. Ou seja, muito embora a “posição de referência” que o direito fundamental da liberdade de expressão adquire no Brasil (com seu especial significado ao país que vivenciou atrocidades a direitos fundamentais durante a ditadura), assim como em outros países, a liberdade de expressão não é absoluta, encontrando restrições “voltadas ao combate do preconceito e intolerância contra minorias estigmatizadas” (LENZA, 2020).

A decisão que condenou Ellwanger determinou o recolhimento de todo material antissemita publicado pela Editora. O conflito de direitos estava ali: liberdade de

expressão e imprensa, de um lado, e a dignidade da pessoa humana (e de um grupo) e o direito à honra, de outro. O Tribunal não optou pela liberdade de expressão e imprensa por entender que a tutela dos direitos da comunidade judaica era mais importante e se coadunava em maior grau com o texto constitucional que pune o racismo e atos discriminatórios.

Vale dizer que a Suprema Corte entende que o *Hate Speech*, ou seja, discurso de ódio, não está acobertado pela liberdade de expressão. Assim, não cabe intolerância racial, estímulo à violência e outras formas de discriminação em nome do direito à liberdade de expressão e imprensa. A imprensa é livre, mas se sujeita à limites constitucionais.

O CENÁRIO ATUAL

O deputado Roberto de Lucena (PODEMOS-SP), surgindo como uma voz solitária, em outubro de 2020, apresentou o Projeto de Lei 4974/20 que criminaliza a negação ou quaisquer formas de menosprezo ao holocausto judeu, com pena prevista de reclusão de dois a cinco anos e multa.

A proposta altera a Lei de Racismo para incluir todos os elementos estéticos alusivos ao nazi-fascismo. Ato contínuo, silenciar ou relativizar a memória do holocausto judeu também contará com a mesma pena. A Lei do Racismo pune com reclusão de dois a cinco anos e multa quem propaga, distribui, veicula ou comercializa quem utiliza a cruz suástica ou gamada, com a finalidade de propagação e divulgação do nazismo.

A proposta prevê que não seja punida apenas a propaganda, mas também, qualquer outro símbolo ou meio, bem como manifestações culturais, artísticas, sonoras, entre outros, além de expor cominação legal a quem negar o Holocausto. O Projeto de Lei contempla uma grande importância no cenário brasileiro, sobretudo diante dos conflitos Israel e Palestina, em que os judeus são novamente alvo de ofensas e disparos de antissemitismo via internet, que muitas das vezes se confunde com o antissionismo.

A justificação do Projeto se consubstancia na preservação da honra, da memória e da história da comunidade judaica. O projeto ainda está em trâmite e será analisado pela Comissão de Educação/ e de Constituição e de Cidadania antes de seguir para o plenário da Câmara. A preservação dessa memória é importante não tão somente para os judeus, mas para a humanidade.

Em que pese a salutar importância do Projeto mencionado, no espaço público para posicionamento no site da Câmara dos Deputados, o projeto está avaliado

majoritariamente de forma negativa. Os que se posicionam contrariamente argumentam que fere a liberdade de expressão e representa verdadeira censura – fato que já foi enfrentado pelo STF. Acreditam não haver ameaças à memória do holocausto e, contraditoriamente, dizem que esse episódio histórico deve ter muitas inconsistências, já que se pretende deixá-lo incontestável. Ademais, alguns dos que avaliam negativamente o projeto, possuem como foto do perfil cadastrado no site a cruz suástica – frise-se: em um site estatal.

Ainda sob o Decreto nº 10.932, de 10 de janeiro de 2022, o Brasil promulgou a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e formas correlatas de intolerância, com status de Emenda Constitucional, passando a integrar o bloco brasileiro de constitucionalidade.

No cenário da imprensa, modificações importantes também estão acontecendo. Seguindo o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, decidiu no REsp 1.961.581 que o direito ao esquecimento não justifica a exclusão de matéria em site jornalístico. Novamente se frisou que a liberdade de imprensa não é absoluta e que se sujeita à ética e boa-fé, entretanto, os Tribunais Superiores entenderam também que o direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição Federal.

Aliando o recente entendimento do STF ao caso em discussão, se vivo estivesse Siegfried Ellwanger ou, por demandas de seus familiares, requeressem perante o Judiciário a exclusão de matérias relativas à sua trajetória tida como criminosa perante o direito brasileiro, tal intento não seria possível, vez que, nesse caso, a notícia pública supera o direito ao esquecimento que não mais encontra gozo no texto constitucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, a ponderação de interesses é uma ferramenta jurídica utilizada pelo Poder Judiciário quando se confronta dois ou mais direitos fundamentais.

No caso em comento, o direito à honra e dignidade da comunidade judaica foi prevacente quanto ao direito de liberdade de expressão e de imprensa. Ainda foram ressaltados recentes julgados das Cortes Superiores que reforçam que a liberdade de imprensa não é absoluta e, num outro prisma, também não deve ser prejudicada pelo direito ao esquecimento. Vê-se que, para cada situação, há uma resposta que integra a Constituição Federal de forma efetiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Castro. **Ahaverus e o gênio**. São Paulo: 1868. Disponível em <<https://www.escritas.org/pt/t/5043/ahasverus-e-o-genio>>. Acesso em 27 mar 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: 1988. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 27 mar 2022.
- _____. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus nº 82.424 - Diário da Justiça - 19/03/2004. **STF**. disponível em <http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/verConteudo.php?sigla=portalStfJurisprudencia_pt_br&idConteudo=185077&modo=cms>. Acesso em 05 mar 2022.
- _____. Supremo Tribunal Federal. Plenário. Acórdão da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.430. Distrito Federal. Relator: Ministro Dias Toffoli. Acórdão, 29/06/2012. **STF**. Disponível em <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4543766>>. Acesso em 20 mar 2022.
- _____. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1990. **Planalto**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.html>. Acesso em 27 mar 2022.
- _____. Decreto nº 10.932, de 10 de janeiro de 2022. **DOU**. Disponível em <<https://in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.932-de-10-de-janeiro-de-2022-373305203>>. Acesso em 27 mar 2022.
- DANZIGER, Leila. Shoah ou Holocausto: a aporia dos nomes. **Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, out. 2007. Disponível em <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/13903/11084>>. Acesso em 04 mar 2022.
- HOFSTADTER, Richard. **The Paranoid Style in American Politics**, 1964. Disponível em <<https://harpers.org/archive/1964/11/the-paranoid-style-in-american-politics/>>. Acesso em 25 mar 2022.
- LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado**. São Paulo: Editora Saraiva, 24ª Edição, 2020.
- PORTUGUÊS, Dicionário Online de. 2021. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/antisemitismo/>>. Acesso em 27 mar 2022.
- VIOLANTE, João Luis Mousinho dos Santos Monteiro. O Caso Ellwanger e seu impacto no direito brasileiro. **PUCSP**. São Paulo, 2010. Disponível em <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/5345?mode=full>>. Acesso em 26 mar 2022.
- REVISANDO A HISTÓRIA. Entrevista com Siegfried Ellwanger. **O Sentinela**, 2020. Disponível em <<https://www.osentinela.org/revisando-a-historia-um-a-entrevista-com-siegfried-ellwanger-castan/>>. Acesso em 27 mar 2022.

Os autores

Anderson Antonio Andreata, membro do grupo de pesquisa EMERGE (Centro de Pesquisa e Produção em Comunicação e Emergência) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Mídia e Cotidiano (PPGMC) pela UFF. Jornalista da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: anderson.andreata@gmail.com.

Cintia Augustinha dos Santos Freire, membro do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) da FCRB. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Mídia e Codiano da UFF. Bolsista do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura da FCRB. E-mail: cintiaaugustinha@gmail.com

Danielle Fernandes Rodrigues Furlani, membro do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) da FCRB. Mestranda em Sociologia na UFF. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foi bolsista do CNPq no PIC da FCRB. E-mail: daniellerodrigues@id.uff.br

Eula Dantas Taveira Cabral, coordenadora do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e pesquisadora do EMERGE/UFF e EPCC/FCRB. Chefe do setor de Pesquisa em Políticas Culturais da FCRB. Doutora e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), com pós-doutorado em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: euladtcpesquisa@gmail.com

Fabrcio Alves da Silva, membro do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Mestrando do Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos da FCRB. Bibliotecário da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: falvesalki@gmail.com

Fatima Gabriela Soares de Azevedo, membro do grupo de pesquisa LEICC - Laboratório de Estudos Interdisciplinares Crítica e Capitalismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora e Mestre em Direito pela UERJ e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). E-mail: gabyfsa@gmail.com

Juliana Meneses Rocha Celestino, membro do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) da FCRB. Jornalista e pós-graduanda em Comunicação e Jornalismo Digital na Universidade Cândido Mendes (UCAM). Foi bolsista no Programa de Iniciação Científica (PIC) da FCRB. E-mail: juu.meneses@gmail.com

Karen Barboza Santarem Rodrigues, membro do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Mestranda do Programa de Pós-graduação em Mídia e Codiano (PPGMC) da UFF. Foi bolsista pela Faperj no Programa de Iniciação Científica (PIC) da FCRB. E-mail: karenbsrodrigues@gmail.com

Larissa Gama Louback, membro do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) da FCRB. Especialista em Direito Constitucional Aplicado pela Faculdade Legale. Graduada em História pela UNIRIO. Bolsista no Programa de Iniciação Científica (PIC) da FCRB. E-mail: larissa__louback@hotmail.com

Lucas Leal, membro do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Doutor em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Políticas Públicas em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: lucaslealhistoria@gmail.com

Mariana Franco Teixeira, membro do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) da FCRB. Doutoranda e Mestre em História pela UERJ. Bolsista do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura da FCRB (PIPC). E-mail: marianaфра@gmail.com

Pâmela Pinto, professora do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS) do ICICT/Fiocruz. Doutora e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com pós-doutorado em Comunicação pela Universidade de Aveiro (Portugal). E-mail: pinpamela@gmail.com.

Slavisa Rugar Lamounier van Lammeren, investigadora em pós-doutoramento pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal). Doutora em Ciência e Tecnologia das Artes pela Universidade Católica Portuguesa - Escola das Artes (UCP-EA, Portugal). E-mail: slavisa.lamounier@gmail.com.

Thainá Queiróz Alves, membro do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Mestranda do Programa de Pós-graduação em Mídia e Codiano (PPGMC) da UFF. Foi bolsista do CNPq no Programa de Iniciação Científica (PIC) da FCRB. E-mail: thaina.qalves@gmail.com

A obra, "Nos rastros da Cultura, da Comunicação e da Informação", é o terceiro número da coleção "Comunicação, Cultura e Informação". Oferece ao leitor análises sobre cultura digital, políticas culturais e de comunicação, memória, mídia, artes, redes sociais etc. Reúne 14 artigos, organizados em duas partes: "As marcas" e "Além de impressões". Textos resultantes de pesquisas científicas feitas pelos membros do grupo de pesquisa EPCC e por pesquisadores convidados.